



ÍNDICE

005 | INTRODUÇÃO

007 | Mensagem do Presidente

015 | Nota Prévía

017 | Principais Resultados

019 | RELATÓRIO FINANCEIRO

021 | ANÁLISE ORÇAMENTAL

023 | Equilíbrio Orçamental

025 | Análise Global do Orçamento

030 | Análise do Orçamento de Receita

043 | Análise do Orçamento de Despesa

059 | ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

067 | ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

069 | Balanço

094 | Demonstração de Resultados

099 | Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

103| ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES

161 | ATIVIDADES

163 | DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, EMPREGO, COMUNICAÇÃO E PROJETOS
ESTRATÉGICOS

183 | OBRAS MUNICIPAIS

209 | ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

233 | CULTURA, EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E TURISMO

261 | AÇÃO SOCIAL, SAÚDE PROTEÇÃO CIVIL E BEM-ESTAR ANIMAL

301 | URBANISMO, PLANEAMENTO, TRANSPORTES E MOBILIDADE

329 | AMBIENTE, JARDINS E ESPAÇOS VERDES, PAISAGEM URBANA E DESPORTO

369 | CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

INTRODUÇÃO

Mensagem do Presidente

2022 foi um ano de viragem. Viragem porque começamos a sair de uma pandemia. Voltamos a uma vida quase normal, após dois anos em que fomos exemplares e em muitos casos liderantes nas soluções que colocamos em prática para resolver os problemas únicos e inéditos que se nos puseram para proteger os mais vulneráveis, proteger a nossa comunidade, salvaguardar a atividade letiva das nossas crianças, responder à ansiedade de muitas famílias, defender a dinâmica económica e empresarial do nosso concelho e das nossas empresas.

Tendo ultrapassado com distinção unanimemente reconhecida os desafios da pandemia, o executivo municipal que tenho a honra de liderar, começou a preparar o regresso à vida normal. O primeiro problema político com que nos deparamos foi o processo de descentralização administrativa, que estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, em especial na área da educação.

Este processo conduziu a uma reorganização da estrutura municipal com a elaboração e aprovação de uma nova moldura organizacional, que representou a integração de mais de 500 novos funcionários no quadro de pessoal, e a incorporação de um significativo aumento de tarefas a executar, para além das novas responsabilidades inerentes.

O executivo municipal manteve também o seu processo de consolidação das finanças municipais, tendo mais uma vez sido considerado o melhor ao nível da gestão financeira no ranking dos municípios de grande dimensão.

O desenvolvimento económico, imprescindível para o bem estar das famílias, foi sempre a prioridade da nossa política autárquica. Nestes anos, conseguimos ter uma gestão de contas certas, evidente na redução significativa dos prazos de pagamento a fornecedores, sem descuidar os investimentos na ação social, para os mais desfavorecidos, na requalificação da rede viária, na criação de espaços verdes e infraestruturas culturais e desportivas.

A nossa gestão financeira, assente em rigor, transparência e disciplina, tem conduzido a um ciclo intenso de obras em todo o território, levando ao arranque ou concretização de cerca de cem empreitadas no ano de 2022 dando corpo à concretização de um ambicioso programa de requalificação dos centros urbanos, da rede viária municipal, dos edifícios municipais, dos



estrutural e **reabilitação da muralha e da ruína do Paço do Castelo de Santa Maria da Feira**, bem como o arranque do processo para a elaboração do **projeto de reabilitação de todo o Castelo** e do desenvolvimento de novos espaços de visita e acessibilidades.

No âmbito da Saúde merece especial destaque as empreitadas de construção dos novos edifícios para as **Unidades de Saúde Familiar de São Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura, Milheirós de Poiães, Canedo, Rio Meão** (ampliação), **Romariz** (adaptação da antiga escola de Goim). Neste âmbito destaque também para o processo de **reabilitação/ampliação do Hospital de S. Sebastião**, com a compra e posterior cedência do imóvel adjacente ao Hospital, para ampliação e desenvolvimento de resposta na área da **Saúde mental**.

No âmbito da **reabilitação da rede viária e de requalificação urbana** concluímos em 2022 a **9.ª fase de pavimentações** em betão betuminoso de arruamentos e **iniciamos a 10.ª fase**, empreitadas que se desenvolvem em todos o território, sendo já evidente o bom estado geral das vias.

Na requalificação urbana são inúmeras as intervenções sendo de realçar a requalificação urbana do **arraial de Lourosa**, das ruas do **Brejo e da Salgueirinha** em Santa Maria da Lamas, da rua **Coelho e Castro** em Fiães, da **Alameda Alfredo Henriques em Mozelos**, do **Centro Urbano e zona envolvente às Termas em Caldas de S. Jorge**, da **Rua da Mata** nas freguesias de Rio Meão, Paços de Brandão e Lamas, da **Quinta do Areeiro** em São João de Vêr, da **Zona Industrial do Casalinho** em Lourosa, dos **espaços exteriores do Europarque**, da **Cruz da Lavoura** em Romariz, da **Rua Casimiro José Milheiro** em Pigeiros, do **Largo junto à EB 2.3 de Lobão**, da **via de ligação Lourosa/Lamas**, da **Rua das Cavadas** em Milheirós de Poiães, entre muitas outras centenas de intervenções de alargamento de ruas e construção de passeios em parceria com as juntas de freguesia.

No âmbito do desenvolvimento de espaços de lazer e fruição de espaços verdes, merece especial destaque a conclusão da construção da **ciclovia da Feira e percurso urbano do Cáster**, a **requalificação ambiental das margens do Rio Uíma, 3.ª fase do passadiço**, ligando as freguesias de Fiães, Lobão e Caldas de S. Jorge e a construção da **ciclovia na via Espargo-Paços de Brandão**.

No que diz respeito à iluminação pública concluiu-se o maior investimento municipal de sempre, superior a 10 milhões de euros, com a concretização da fase 4, a substituição de

todas as iluminárias para LED, o que permite já uma poupança superior a 50% dos custos de energia.

Na Cultura, o exercício foi marcado pela retoma plena do festival **Imaginarius**, que teve a participação de 178 artistas oriundos de 16 países, pelo alcance pleno do projeto “**Artes em Itinerância**”, que percorreu as 21 freguesias e uniões de freguesia, assim como pela execução de mais de 270 mil euros de apoios atribuídos por concurso, no âmbito do Programa de Apoio à Cultura.

A Biblioteca Municipal alcançou o número total de 38.400 leitores inscritos e a Rede de Museus Municipais totalizam o número de 62.626 visitantes.

Enfatizando a importância dos serviços virtuais, a biblioteca aderiu ao **serviço EBSCO Discovery Service (EDS)** para facilitar e dinamizar a pesquisa nas bases de dados científicas disponibilizadas e manteve a subscrição da **plataforma Pressreader**, possibilitando o acesso a milhares de periódicos nacionais e internacionais.

No âmbito do processo de descentralização de competências na área da Cultura, foi efetivada a **transferência do Castelo da Feira para o Município**, processo que levará a um novo olhar sobre o Castelo e a preparação de novas dinâmicas de visitação deste exemplar único do património nacional.

Na  rea da Educa o o processo central foi a concretiza o da **descentraliza o** de competências numa escala sem precedentes, que na prática representou o alargamento das responsabilidades municipais   **gestão dos 11 equipamentos escolares do 2. /3.  ciclos e secundário do território**, respetivo pessoal não docente afeto aos diversos agrupamentos, gestão do fornecimento de refei es escolares em todos os níveis de ensino, de transportes em circuitos especiais e a contrata o de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento. Todo este processo implicou uma profunda reestrutura o orgânica dos serviços afetos ao setor.

Em 2022 o **acolhimento de refugiados da guerra da Ucrânia**, levou a um esforço de acolhimento e integra o de 44 crianças e jovens, onde foi garantido transporte e apoio da a o social escolar (escalão A), aulas de Português e foram asseguradas medidas de ensino   distância para os alunos ucranianos que optaram por continuar a frequentar o sistema educativo ucraniano.



Em 2022 o município viu aprovada a candidatura do **CTE de Informática na Escola Secundária de Santa Maria da Feira** e no âmbito das operações integradas em comunidades desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto foi aprovada a **operação “Competências Digitais”**, que incidirá sobre as temáticas de robótica, programação e realidade virtual.

Na área da Juventude coorganizamos com a Fundação da Juventude as **jornadas da juventude 2022**, que reuniram durante 3 dias em Santa Maria da Feira, cerca de 200 jovens de todo o país, com idades entre os 15 e os 30 anos, para debater, analisar e apresentar propostas em diferentes áreas.

No setor do Turismo apresentamos o **plano de ação no horizonte 2022-2025** de Santa Maria da Feira – Cidade Criativa Unesco na área da Gastronomia. O desempenho da cadeia de valor do Turismo concelhio registou um crescimento de 24,58% das dormidas e o crescimento de 35,4% do n.º de visitantes e equipamentos culturais e turísticos.

No âmbito do Urbanismo e Planeamento o ano de 2022 é marcado pela retoma da atividade após a estagnação pandémica. Para termos uma noção da dinâmica do território, em 2020 foram registados 1.329 processos urbanísticos novos e 74.997 requerimentos, em 2021 foram registados 1.711 processos novos e um total de 93.859 requerimentos, em 2022 e o n.º de processos novos foi de 2.056, tendo sido registados 113.662 requerimentos.

Este sucessivo aumento de processos e de requerimentos resulta da forte dinâmica do concelho ao nível da construção civil e da deslocalização de novos operadores que têm encontrado em Santa Maria da Feira as condições ideais para a sua fixação e o exercício da sua atividade, tanto ao nível da **habitação como de instalação de atividades económicas**.

Toda esta atividade coloca-nos perante novos desafios de adaptação e contratação de recursos humanos e desenvolvimento de sistemas de informação que conduzirão ao **Balcão Único de Atendimento no novo edifício do Arquivo Municipal**.

Ao longo de 2022 as equipas do atendimento municipal, urbanismo e informática trabalharam arduamente com vista à implementação e preparação do novo atendimento municipal, onde se pretende disponibilizar ao munícipe um atendimento mais ágil e intuitivo, agregando numa plataforma única os pedidos de requerimentos aos diversos serviços da Câmara.

No setor do Planeamento registou-se a elaboração de vários estudos urbanísticos para zonas de expansão urbana, como base à revisão do PDM, assim como de apoio à Divisão de Gestão Urbanística, para além do apoio ao enquadramento urbano de futuros projetos, de que são

exemplo a **Reabilitação Urbana da Zona da Cruz e a expansão do parque urbano da cidade de Santa Maria da Feira.**

Estabeleceu-se também um planeamento estratégico com o **Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS)**, no âmbito do qual foram promovidas as ações de **mobilidade elétrica**, com a criação de 44 pontos de carregamento de veículos elétricos, implementação de um projeto-piloto de **micromobilidade elétrica** partilhada através de introdução de e-bikes e trotinetes elétricas e a **nova concessão de transportes públicos**, sistema único que nos conecta com a Área Metropolitana do Porto.

Na área do ambiente, jardins, espaços verdes e paisagem urbana, destaque especial para a distinção pela Quercus da **praia fluvial da Mâmoa com o galardão “Praia com Qualidade de Ouro 2022”**. A praia designada como água balnear pela 1.^a vez no verão de 2013, desde 2017 tem sido classificada, em termos de qualidade de água, como excelente e desde 2020 que é também galardoada com a Bandeira Azul. Em 2022 foram também reunidas as condições necessárias para a candidatura ao galardão de **“Praia acessível – Praia para Todos!”**.

No âmbito de gestão das linhas de água foi assinado um protocolo de colaboração com a Agência Portuguesa do Ambiente e a Indaqua Feira para reforçar a monitorização dos rios e ribeiras do Concelho, com recursos a uma brigada de fiscalização – **Guardas – Rios** e a ações de sensibilização junto da população.

No setor dos Jardins, para além da manutenção permanente, embelezamento, podas, cortes e plantações, foram projetados e executados novos espaços, entre os quais se destacam a Avenida do Corgo em Arrifana, a Rotunda do PERM, a rotunda e avenida Alfredo Henriques em Mozelos, o Largo de duas igrejas e a rotunda do Chapa em Romariz, a Rua da Mata em Santa Maria de Lamas, o Largo da Igreja e Cemitério em Escapães, a Rua Cândido de Pinho em Santa Maria da Feira e o empreendimento habitacional de Picalhos.

No setor do desporto os eixos de intervenção são aumentar a prática e a cultura desportiva, manter, gerir, remodelar e construir espaços desportivos; apoio ao associativismo desportivo e apoio à organização de atividades desportivas.

Assim, em 2022 foram realizadas um total de **129 atividades envolvendo cerca de 21 mil participantes.**



No que respeita às infraestruturas desportivas desenvolveu-se todo o plano de trabalho com o IPDJ para a construção da **Pista Municipal de Atletismo em Sanfins**, lançou-se a empreitada para a reabilitação do **pavilhão da Casa do Povo de Fiães** e o concurso para a reabilitação do **Pavilhão de Lobão/ Gião**, bem como se continuou com a construção da **Piscina Municipal de Canedo**. Foram totalmente requalificados **4 polidesportivos, 2 encontram-se em obras, 8 estão em concurso público e 4 em fase de elaboração** do procedimento de empreitada para a obra.

Quanto aos parques infantis foram **requalificados 10 parques**.

No âmbito da Ação Social, Saúde, Proteção Civil e Bem-Estar Animal, elegemos como eixos estratégicos a população sénior, a habitação, os fóruns sociais de Freguesia e Uniões de Freguesia e capacitação da rede social concelhia, os protocolos de cooperação entre a Câmara e entidades privadas sem fins lucrativos, a empregabilidade e emprego, bem como a inclusão através da arte.

Neste âmbito salientamos a implementação da **Estratégia Local de Habitação e a execução do programa 1º Direito**.

Assinamos o acordo de colaboração com o IHRU, que contempla 215 respostas a implementar pelo município.

Durante o ano mantiveram-se todos os programas direcionados à população sénior, designadamente na área da atividade física, literacia digital, inclusão e solidariedade.

Destaque em 2022 para o arranque do **programa municipal de incentivo à natalidade** que prevê a atribuição de um apoio financeiro, no valor de 600 euros anuais, a cada criança residente no concelho de Santa Maria da Feira, até completar 3 anos de idade. Até 31 de Dezembro foram aprovadas **2684 candidaturas**.

A guerra na Ucrânia levou-nos ao acompanhamento de **215 cidadãos ucranianos deslocados** e ao desenvolvimento de várias ações para soluções de alojamento, apoio alimentar, medicamentos, vestuário, frequência escolar de crianças e jovens, aprendizagem de língua portuguesa e procura de emprego.

Em 2022 a Área Metropolitana do Porto elaborou o **plano de ação para as comunidades desfavorecidas**, onde subdividiu o território em Unidades Técnicas Locais, tendo Santa Maria Feira integrado a UTL AMPSUL, conjuntamente com Arouca, Oliveira de Azeméis, S. J. Madeira e Vale de Cambra, tendo sido aprovado um investimento total de 24.360.000,00€,



dos quais 8.322.178,92€ para Santa Maria da Feira e que se destinam a várias ações e investimentos de todo o programa apresentado.

O desenvolvimento económico e o emprego têm sido a tarefa mais intensa dos últimos dez anos de gestão do município. A procura interna do território devido às ações de diplomacia económica e captação de investimento tem desenvolvido uma procura notável e mobilizadora de todas as estruturas municipais. O ano de 2022 marcou o regresso da economia portuguesa à normalidade e ao regresso em pleno ao **Fórum Bizfeira**, evento anual dedicado à comunidade empresarial e que marca há 10 anos a agenda do mundo dos negócios.

Na edição de 2022 o tema foi “**Gerir na Nova Ordem Mundial**”. Foi o ano de regresso à dinâmica pré –pandemia contando com a presença de mais de 400 participantes no grande auditório do Europarque.

Procurou-se refletir sobre os desafios de uma “nova economia” resultado das vicissitudes provocadas pela pandemia, pela guerra e o impacto nas cadeias de fornecimento globais na crise energética, na inflação e também em polarizações sociais e políticas.

O Fórum Bizfeira contou com a participação **de oradores reconhecidos a nível nacional e internacional**, com destaque para Paulo Portas, António Nogueira Leite, João Manso Neto, Pedro Fonseca Santos e Luís Castanheira. Esta edição teve ainda a representação de empresas como Mercedes Benz Portugal, Capgemini Portugal, Fraunhofer Portugal, Papeleira Coreboard S.A., Corticeira Amorim e Procalçado S.A..

Este breve resumo das principais atividades e obras desenvolvidas durante o ano de 2022 dá-nos uma ideia da extraordinária dinâmica que o território desenvolve presentemente.

Podemos afirmar, sem falsa modéstia, que **Santa Maria da Feira é Obra**.

Uma palavra final de especial agradecimento a todos os trabalhadores e colaboradores da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia. Sem o empenho de todos, alguns superando o exigível, não seria possível alcançar o patamar de desenvolvimento que temos.

Somos um município grande, muito grande, especialmente pelas pessoas que o compõem.

Obrigado.

Nota prévia

Nos termos do vindicado na alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, como órgão executivo, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas para submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, como órgão deliberativo, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

É de salientar que o ano de 2022 é o primeiro ano completo de um novo ciclo político e assim, não obstante ser caracterizado por políticas de continuidade da gestão autárquica do ciclo anterior, representa um novo início determinando a reponderação das políticas seguidas de acordo com a conjuntura vigente a nível local, nacional e internacional.

O ano de 2022 foi um ano caracterizado pela eclosão de novos grandes desafios, alguns deles absolutamente imprevisíveis, pois além de marcar o primeiro ano de relativa normalidade após o surgimento da pandemia de COVID-19, ficou assinalado pelo início da Guerra na Ucrânia, em 20 de fevereiro.

O legado da pandemia de COVID-19 aliado à guerra na Europa veio criar um conjunto de acontecimentos disruptivos vindo a determinar que o ano de 2022, em termos macroeconómicos, fosse assolado por fenómenos nefastos de que são exemplo o aumento generalizado dos preços, a escassez relativa de bens e a instabilidade generalizada dos mercados globais.

Este contexto veio assim condicionar a atividade de gestão autárquica e impor uma maior complexidade na gestão da coisa pública.

A prestação desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada pela informação produzida pela contabilidade orçamental, patrimonial e de gestão, reportando ainda os níveis de endividamento por força do disposto na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações vigentes, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, constante nos diversos documentos de prestação de contas, tendo como princípio atributo o cimentar de uma situação financeira robusta, como se comprova pelos rácios financeiros, e de uma estratégia de adequação do modelo organizacional na melhoria da eficiência operacional.

Principais resultados

No ano de 2022 prosseguiu-se com uma gestão de elevado rigor e eficiência, tendo como objetivo prestar serviços públicos que satisfaçam as necessidades dos munícipes, cidadãos e outras partes interessadas, garantindo um padrão, sempre crescente, de melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados e cumprimento integral dos requisitos legais aplicáveis.

Foi assim possível, mesmo em cenário de incerteza, racionalizar e otimizar os recursos Municipais de forma a assegurar que as atividades previstas e programadas nas Grandes Opções do Plano fossem concretizadas.

Mais uma vez através da dinamização e valorização de todos os recursos disponíveis foi possível reunir as condições técnicas, financeiras e materiais como forma de atingir os objetivos estratégicos do Município de Santa Maria da Feira.

As contas do Município de Santa Maria da Feira relativas ao exercício de 2022, resumem-se, globalmente, pelos seguintes aspetos:

- Prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMPF) de 6 dias;
- Não foram realizados quaisquer novos empréstimos de curto, médio ou longo prazo para financiamento da atividade Municipal;
- Taxa de execução da receita cobrada líquida de 104,34%, apresentando um aumento de ≈18,0 milhões de euros face a 2021;
- A taxa de execução geral da despesa foi de 60,33%;
- A despesa paga teve como taxa de execução 66,35%, apresentando um aumento de ≈8,5 milhões de euros face a 2021;
- A percentagem da despesa paga face às obrigações assumidas foram de 98,05%;
- Cobertura do saldo de gerência face aos compromissos transitados é de 254,15%;
- Devido à alteração da contabilização da FAQ 42 existe um aumento da dívida global do Município entre o ano 2022 e o ano 2021 no montante de 6.297.317,36€, (32,54%),



o efeito do aumento da dívida, resulta no entanto da distinta contabilização, caso contrário a dívida contabilizada como anteriormente, sem diferimentos, provisões, e operações de tesouraria, diminuiria 16,17%, ou seja, -2.162.270,63€;

- Na ótica patrimonial destaca-se o resultado Líquido do exercício positivo de 14.574.905,92€.

Mesmo com o atual cenário de instabilidade e incerteza económico-social, estes factos evidenciam o sucesso no alcance dos objetivos traçados, demonstrando, ainda, que em devido tempo o Município teve a capacidade de adequar o seu orçamento à realidade, designadamente, promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas, o que lhe permitiu estar preparado para as necessidades atuais e futuras.

RELATÓRIO FINANCEIRO

ANÁLISE ORÇAMENTAL

I. Equilíbrio Orçamental

O Município de Santa Maria da Feira iniciou o período de relato com um saldo transitado da gerência anterior de 52.957.347,59€, dos quais 50.247.905,60€ respeitam a operações orçamentais, e 2.709.441,99€ a operações de tesouraria.

O saldo da gerência anterior foi aplicado na 1ª alteração orçamental, ao abrigo do disposto no ponto 8.3.1.3 do POCAL, e do artigo 130.º da Lei n.º 75-B/2020. Do montante aplicado na Alteração Modificativa 23.377.456,60€ foram afetos a despesa corrente e 26.870.449,00€ a despesa de capital, conforme previsto no n.º 5 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

O montante do orçamento municipal foi ainda incrementado, pela aprovação do OE de 2022 a 27 de junho, e pela reprogramação do acordo de colaboração celebrado no âmbito do 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

A execução orçamental do exercício gerou um saldo positivo de 12.021.203,73€, que a acrescer ao saldo de gerência anterior por incorporar, no montante de 50.247.905,60€, fez um saldo orçamental acumulado de ≈62,2 milhões de euros.

Este saldo permitiu, cumprir o princípio do equilíbrio orçamental definido pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que determina no nº 2 do artigo 40.º que a receita corrente líquida cobrada (81.179.040,00€) deve ser pelo menos igual à despesa corrente paga (53.857.489,55€), acrescida do valor das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo (2,2 milhões de euros), consubstanciando-se numa margem de equilíbrio de ≈25,1 milhões de euros.

No que se refere ao saldo de capital, verificou-se um défice de 17,8 milhões de euros, o qual foi totalmente coberto pelo saldo corrente.

Quadro 1 – Análise do Equilíbrio Orçamental

Análise do equilíbrio orçamental	2020	2021	2022
Receitas correntes líquidas arrecadadas	63.520.030,33 €	68.590.751,27 €	81.179.040,00 €
Despesas correntes pagas	40.902.965,68 €	44.823.993,82 €	53.857.489,55 €
Saldo corrente	22.617.064,65 €	23.766.757,45 €	27.321.550,45 €
Amortizações médias	2.438.929,57 €	2.438.929,57 €	2.200.368,12 €
Equilíbrio orçamental	20.178.135,08 €	21.327.827,88 €	25.121.182,33 €

Também o princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

A evolução da poupança corrente ao longo do último triénio, verificada no quadro seguinte, permite comprovar o desempenho financeiro do Município positivo com uma libertação de meios para aplicar em

investimento e amortização da dívida. O acréscimo da receita corrente em 2022 relativamente a 2021 influenciou a poupança corrente cujo valor foi superior ao verificado no ano de 2021. Como se pode constatar nos últimos 3 anos a poupança corrente tem tido uma tendência de crescimento.

Quadro 2 – Análise da Poupança Corrente

Evolução da Poupança Corrente do Exercício			
	2020	2021	2022
Receita Corrente Executada	63.520.030,33 €	68.590.751,27 €	81.179.040,00 €
Despesa Corrente Executada	40.873.340,07 €	44.823.993,82 €	53.857.489,55 €
Poupança Corrente	22.646.690,26 €	23.766.757,45 €	27.321.550,45 €

Por último, é fundamental analisar os saldos orçamentais no âmbito da abordagem do SEC/95 e das contas públicas nacionais, sendo que os cálculos dos saldos orçamentais permitem efetuar uma melhor abordagem dos equilíbrios orçamentais (entre a estrutura da receita e da despesa), bem como do défice público. Utiliza-se para o efeito o saldo na ótica de caixa.

Quadro 3 – Análise aos Saldos no período 2020 a 2022

Análise Global			
	2020	2021	2022
Receita corrente	63.520.030,33 €	68.590.751,27 €	81.179.040,00 €
Saldo da gerência anterior + reposições	38.820.095,35 €	49.230.024,76 €	50.254.008,56 €
Despesa corrente	40.873.340,07 €	44.823.993,82 €	53.857.489,55 €
Saldo Corrente	61.466.785,61 €	72.996.782,21 €	77.575.559,01 €
Receita de capital	7.170.579,46 €	5.913.574,52 €	10.266.878,83 €
Despesa de capital	19.410.874,84 €	28.662.451,13 €	28.077.516,74 €
Saldo de capital	- 12.240.295,38 €	- 22.748.876,61 €	- 17.810.637,91 €
Receitas totais	109.510.705,14 €	123.734.350,55 €	141.699.927,39 €
Despesas totais	60.284.214,91 €	73.486.444,95 €	81.935.006,29 €
Saldo orçamental	49.226.490,23 €	50.247.905,60 €	59.764.921,10 €
Ativos financeiros receita		- €	- €
Ativos financeiros despesa	522.918,83 €	- €	- €
Passivos financeiros receita		- €	- €
Passivos financeiros despesa	2.584.531,80 €	2.764.030,30 €	2.504.188,26 €
Receitas totais-AF-PF	109.510.705,14 €	123.734.350,55 €	141.699.927,39 €
Despesas totais-AF-PF	57.176.764,28 €	70.722.414,65 €	79.430.818,03 €
Saldo global ou efetivo	52.333.940,86 €	53.011.935,90 €	62.269.109,36 €
Juros	91.977,22 €	47.638,88 €	48.140,39 €
Saldo Primário	52.425.918,08 €	53.059.574,78 €	62.317.249,75 €

Como se pode constatar no quadro supra, fica patente a capacidade que o Município tem, ao longo dos últimos anos, de assegurar a sustentabilidade da receita face às despesas geradas.

A despesa total paga em 2022 foi superior a 2021 em 8.448.561,34€ (11,50%). Este aumento de despesa paga, resulta do esforço realizado na execução do orçamento, apesar dos constrangimentos verificados ao longo dos últimos dois anos. A variação negativa referente à despesa de capital, em 584.934,39€, correspondente exclusivamente ao término de empréstimos ocorridos em 2022.

Para além do saldo orçamental, para aferição do saldo de gerência de operações de tesouraria, considera-se o saldo de gerência do ano anterior (2.709.441,99€) adicionados de 1.299.728,88€ referentes a recebimentos e subtraídos 673.398,57€ de pagamentos, obtendo-se um saldo a transitar para a gerência seguinte da ordem dos 3.335.772,30€.

II. Análise Global do Orçamento

A norma de Contabilidade Pública 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do SNC-AP estabelece conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais, por forma a traduzir uma representação estruturada da execução e do desempenho orçamental das entidades, proporcionando informação sobre o orçamento inicial, alteração das receitas e das despesas orçamentadas, pagamentos, recebimentos e ainda as obrigações para anos futuros. Para além do anteriormente dito, permite ainda obter informação sobre se os recursos foram utilizados e obtidos conforme o orçamento aprovado.

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

No âmbito da receita, a contabilidade orçamental recai sobre as previsões iniciais e suas alterações, e sobre as receitas liquidadas no ano ou em ano(s) anterior(es) e cobradas no ano. Esta é uma perspetiva que não coincide, direta ou forçosamente, com a ótica financeira, que se centra nos rendimentos gerados no ano, ou seja, numa ótica de acréscimo, dada a possibilidade de a cobrança ocorrida ser relativa a períodos distintos do exercício ou de a receita gerada no ano poder não ser cobrada no mesmo período, originando, assim, valores de Demonstração de Resultados não coincidentes.

Com o objetivo de avaliar quer a fiabilidade do orçamento apresentado, quer a capacidade financeira da sua execução em função do montante de receitas efetivamente arrecadadas, insere-se um quadro com os valores do orçamento inicial, final e executado, da receita e da despesa, e respetivos desvios.

Refira-se que no âmbito da análise deste capítulo, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

Quadro 4 – Orçamento do ano 2022

	Orçamento do Ano 2022				
	Previsão			Execução	
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Taxa de Execução%
Receitas Correntes	73.295.513,00 €	74.985.038,00 €	1.689.525,00 €	81.179.040,00 €	108,26%
Receitas Capital	13.383.143,00 €	10.570.033,00 €	- 2.813.110,00 €	10.266.878,83 €	97,13%
Outras Receitas	1,00 €	1,00 €	- €	6.102,96 €	610296,00%
Saldo da Gerência Anterior	- €	50.247.905,60 €	50.247.905,60 €	50.247.905,60 €	100,00%
Total	86.678.657,00 €	135.802.977,60 €	49.124.320,60 €	141.699.927,39 €	104,34%
Despesas Correntes	51.465.626,00 €	79.953.714,32 €	28.488.088,32 €	53.857.489,55 €	67,36%
Despesas Capital	35.213.031,00 €	55.849.263,28 €	20.636.232,28 €	28.077.516,74 €	50,27%
Total	86.678.657,00 €	135.802.977,60 €	49.124.320,60 €	81.935.006,29 €	60,33%

Do observado do quadro anterior resulta que o total do orçamento final aprovado para o ano de 2022 foi de 135.802.977,60€, sendo o total da receita líquida cobrada de 141.699.927,39€ e o total da despesa executada de 81.935.006,29€.

Em matéria de execução orçamental, regista-se que:

- A taxa de execução das receitas correntes foi de 108,26%, o que significa que para uma previsão final de 74.985.038,00€ se atingiu uma execução de 81.179.040,00€ que traduz um desvio positivo de cerca de 6,2 M€, ou seja, a cobrança efetiva de receita foi superior à receita estimada. Este desempenho resulta, sobretudo, dos impostos diretos por via do Imposto da Derrama, que teve um aumento considerável, das transferências, por via do processo de descentralização de competências na área da educação e as receitas relativas a Taxas encontram-se em níveis superiores aos anos anteriores.

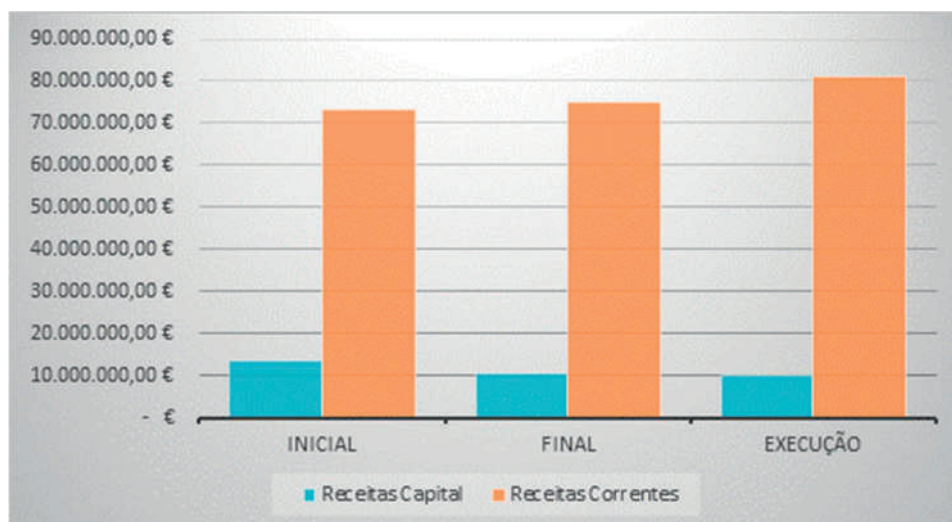
- No que respeita às receitas de capital, e para uma previsão final de 10.570.033,00€ atingiu-se uma execução de 10.266.878,83€, correspondendo a uma taxa de execução 97,13%;

- No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 60,33%, com as despesas correntes e as despesas de capital a alcançarem respetivamente níveis de execução orçamental de 67,36%, e 50,27%, do total orçamentado.

Seguem-se gráficos demonstrativos da receita e da despesa, referentes ao ano de 2022.

**Quadro 5 - Comparação entre Receita orçamental inicial, final e executada**

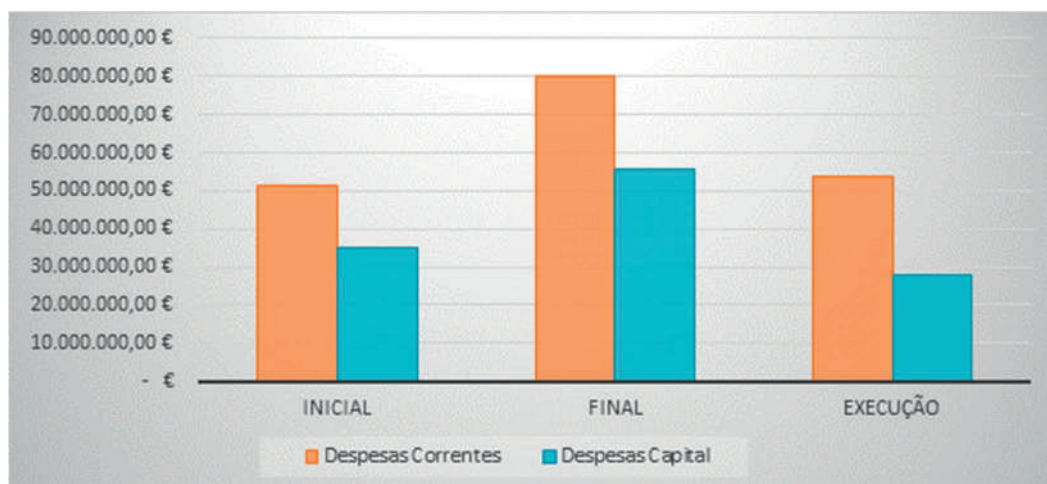
Descrição	2022	2021
Receitas previstas iniciais	86.678.657,00 €	74.705.151,00 €
Receitas previstas corrigidas	135.802.977,60 €	120.507.162,23 €
Receitas por cobrar no início do ano	4.973.838,57 €	3.912.961,81 €
Receitas liquidadas	142.083.655,08 €	126.052.163,06 €
Liquidações anuladas	1.232.796,88 €	1.256.935,75 €
Receitas cobradas brutas no exercício	142.679.407,26 €	124.340.148,55 €
Receitas cobradas líquidas	141.699.927,39 €	123.734.350,55 €
Liquidações em exercícios futuros	934,62 €	95,00 €
Diferença entre receita prevista e receita cobrada	- 5.896.949,79 €	- 3.227.188,32 €
Diferença entre receita prevista e receita liquidada	- 6.280.677,48 €	- 5.545.000,83 €
Receitas por cobrar no final do exercício	4.124.769,38 €	4.973.838,57 €
Grau de execução da receita liquidada em relação à receita prevista corrigida	104,62%	104,60%
Grau de execução da receita arrecadada em relação à receita prevista corrigida	105,06%	103,18%

Gráfico 1 - Comparação entre Receita orçamental inicial, final e executada

Quadro 6 - Comparação entre Despesa orçamental inicial, final e executada

Descrição	2022	2021
Despesas previstas iniciais	86 678 657,00 €	74 705 151,00 €
Despesas previstas corrigidas	135 802 977,60 €	120 507 162,23 €
Compromissos do exercício	105 450 377,68 €	96 726 597,65 €
Obrigações do Exercício	83 567 314,59 €	74 920 087,16 €
Despesas pagas no exercício	81 935 006,29 €	73 785 896,80 €
Obrigações por pagar	1 632 308,30 €	1 433 642,21 €
Compromissos do exercício por pagar	23 515 371,39 €	22 940 700,85 €
Compromissos a pagar em exercícios futuros	53 347 097,56 €	44 019 656,17 €
Grau de execução da despesa compromissada em relação à despesa corrigida	77,65%	80,27%
Grau de execução da despesa paga em relação aos compromissos assumidos	77,70%	76,28%
Grau de execução da despesa paga e compromissos do exercício por pagar em relação aos compromissos assumidos	100,00%	100,00%
Grau de cobertura do saldo de gerência nos compromissos por pagar	254,15%	219,03%
Grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista corrigida	60,33%	61,23%
Grau de execução da despesa paga em relação às obrigações do exercício	98,05%	98,49%
Grau de execução das obrigações em relação à despesa corrigida	61,54%	62,17%

Gráfico 2 - Comparação entre Despesa orçamental inicial, final e executada



No ano de 2022, o Orçamento Municipal, absorveu para além das competências delegadas em 2021, as competências na área da Educação conforme o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Modificações Orçamentais

Na gestão orçamental, também fruto da resposta à emergência, foram realizadas 34 alterações orçamentais, das quais 30 alterações permutativas e 4 alterações modificativas, incluindo a primeira a inscrição do saldo de gerência na posse do serviço, aprovados pelos órgãos municipais, a 25 de fevereiro. Estas alterações fazem parte integrante do normal processo de execução orçamental efetuar modificações da dotação das rubricas tendo em vista ajustar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão.

Interessa, por isso, proceder à apreciação dos ajustamentos desta natureza que se realizaram durante o ciclo em apreço, cujas tipologias se identificam no quadro resumo infra.

Quadro 7 – Alterações orçamentais

Natureza das Modificações	Natureza das Modificações	
	Permutativas	Modificativas
Orçamento da Despesa	30	4
Plano Plurianual de Investimentos	26	4
Plano de Atividades Municipais	29	4
Orçamento da Receita	2	3

O reforço/diminuições da dotação do orçamento da receita deve-se à incorporação dos valores a seguir discriminados:

**Quadro 8 – Alterações modificativas do orçamento da receita**

Descrição	Reforço	Diminuição
Transferências Correntes_ Serviços Fundos Autónomos de competências	98.808,00 €	
Transferências Correntes_ Administração Central - Estado	1.083.717,00 €	3,00 €
Transferências Correntes_ Administração Local	3,00 €	
Transferências Capital_Privadas	123.000,00 €	
Transferências Capital_ Administração Central Estado Participação Comunitaria Projectos co-financiados - FEDER		3.001.000,00 €
Transferências Capital_ Serviços Fundos Autónomos	1.020.000,00 €	
Transferências Capital_ Administração Central - Estado	84.951,00 €	533.061,00 €
Saldo da Gerência Anterior	50.247.905,60 €	
Total	52.658.384,60 €	3.534.064,00 €

A elaboração do orçamento para o ano económico de 2022, ocorreu de acordo com o preceituado no artigo 45º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o artigo 27º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. Desta situação, resultou que, para além da inscrição do saldo orçamental, a atualização dos valores inscritos referentes às transferências dos fundos conforme a aprovação do OE2022, e para que se obtivesse uma informação mais realista do orçamento, se diminuísse a dotação de algumas rubricas que julgamos deter excesso de dotação, face à expectativa gerada pelos cofinanciamentos Europeus.

As alterações modificativas implicaram um aumento global do orçamento da receita, como contrapartida do aumento global do orçamento da despesa, no montante de 49.124.320,60€.

III. Análise do Orçamento da Receita

Na gerência do ano económico de 2022, a receita cobrada líquida totalizou 141.699.927,39€ correspondendo a uma taxa de execução de 104,34%, sendo que, a arrecadação de receitas líquidas correntes foi de 81.179.040,00€, o que corresponde a uma taxa de execução de 108,26%, face ao previsto, e um aumento 18,35% face ao ano transato.

A arrecadação de receitas líquidas de capital foi de 10.266.878,83€, correspondente a uma taxa de execução de 97,13%, face à previsão orçamental, e um aumento de 73,62% face ao ano anterior.

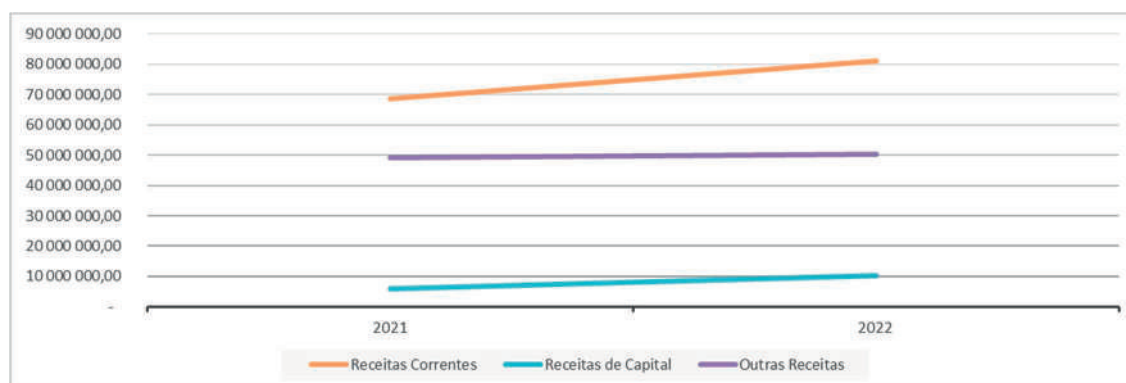
A rubrica “Outras Receitas”, engloba para além da inclusão do saldo de gerência, as reposições não abatidas aos pagamentos. Esta rubrica apresenta um peso nas receitas totais de 35,47%.

No quadro e gráfico abaixo inseridos apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da receita.

Quadro 9 – Estrutura Geral da Receita

	Estrutura Geral da Receita						
	2021		2022				
	Execução	% Peso na Rubrica	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	% Peso na Rubrica	% Execução
Correntes	68 590 751,27 €	55,43%	73 295 513,00 €	74 985 038,00 €	81 179 040,00 €	57,29%	108,26%
Capital	5 913 574,52 €	4,78%	13 383 143,00 €	10 570 033,00 €	10 266 878,83 €	7,25%	97,13%
Outras Receitas	49 230 024,76 €	39,79%	1,00 €	50 247 906,60 €	50 254 008,56 €	35,47%	100,01%
Total	123 734 350,55 €	100,00%	86 678 657,00 €	135 802 977,60 €	141 699 927,39 €	100,00%	104,34%

Gráfico 3 - Evolução da Receita



Apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada, por subgrupos de Receitas Municipais:

- Receitas Próprias
 - ✓ Impostos Diretos;
 - ✓ Taxas, Multas e Outras Penalidades;
 - ✓ Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes;
 - ✓ Rendimentos de Propriedade
- Transferências
- Passivos Financeiros

Receitas Próprias

Receitas próprias são aquelas que o Município pode arrecadar, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Excluem-se das receitas próprias, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

As receitas próprias incluem quer receitas correntes, quer receitas de capital. As receitas correntes dizem respeito aos impostos directos, impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes. As receitas de capital respeitam à venda de bens de investimento e outras receitas de capital.

O quadro e gráfico seguinte espelham as receitas próprias da autarquia em comparação com o último exercício.

Quadro 10 – Receitas Próprias

	Receitas Próprias					
	2021	2022	Δ 2022/2021	% Receitas		
				Próprias	Correntes	Totais
RECEITAS CORRENTES						
Impostos Directos	33.785.154,43 €	35.287.221,46 €	4,45%	70,97%	43,47%	24,90%
Impostos Indirectos						
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.665.691,73 €	2.083.374,83 €	25,08%	4,19%	2,57%	1,47%
Rendimento de Propriedade	2.876.218,25 €	3.565.666,78 €	23,97%	7,17%	4,39%	2,52%
Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	5.025.557,15 €	5.590.700,58 €	11,25%	11,24%	6,89%	3,95%
Outras Receitas Correntes	794.778,84 €	549.887,97 €	-30,81%	1,11%	0,68%	0,39%
Total	44.147.400,40 €	47.076.851,62 €	6,64%	94,68%	68,63%	33,22%
RECEITAS DE CAPITAL						
Venda de Bens de Investimento	733.662,50 €	2.643.298,63 €	260,29%	5,32%	3,26%	1,87%
Total	733.662,50 €	2.643.298,63 €	260,29%	5,32%	3,26%	1,87%
Total das Receitas Próprias	44.881.062,90 €	49.720.150,25 €	10,78%	100,00%	65,43%	36,27%
Total das Receitas Correntes	68.590.751,27 €	81.179.040,00 €	18,35%	61,25%	100,00%	55,43%
Total de Receitas	123.734.350,55 €	141.699.927,39 €	14,52%	35,09%	55,43%	100,00%

A receita própria foi composta, sobretudo, por 35.287.221,46€ de cobrança de impostos, 2.083.374,83€ de taxas, multas e outras penalidades, 3.565.666,78€ de rendimentos de propriedade, 5.590.700,58€ de venda de bens e prestação de serviços correntes, e 2.643.298,63€ de Venda de bens de investimento. A restante receita própria teve um carácter residual, com uma expressão de cerca de 0,39% face às receitas totais.

Em 2022, por analogia com anos anteriores, a receita fiscal (Impostos Directos) tem prevalência na estrutura da cobrança, representado 38,59% da receita total cobrada, expurgada da inclusão do saldo de gerência.

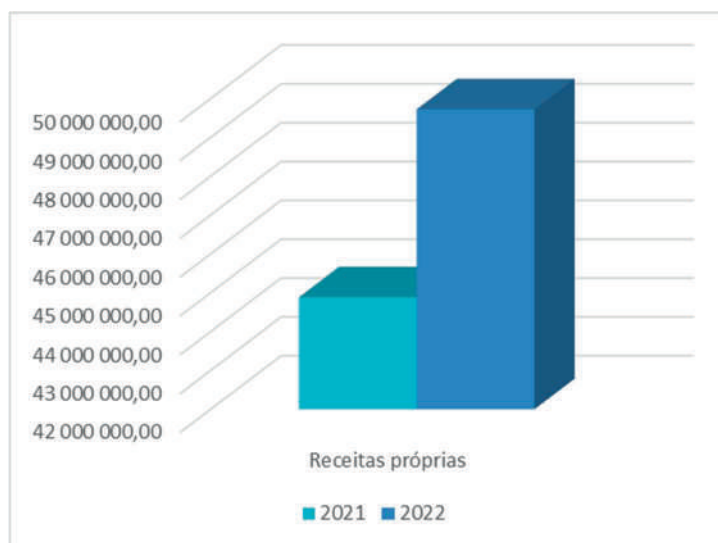
O saldo de gerência do ano anterior contribuiu com 35,46% para a receita cobrada, corolário do desempenho orçamental dos anos anteriores.

Do observado no quadro anterior verifica-se que o total das Receitas Próprias tiveram um aumento de relevo, motivado principalmente pelas rúbricas *Venda de Bens de Investimento*, seguida da rubrica *Impostos Diretos*, que apresentaram um aumento, em termos homólogos, de 260,29% (1.909.636,13€) e 4,45% (1.502.067,03€).

A venda de bens de investimento ascendeu a 2.643.298,63€ e referiu-se, principalmente à venda do terreno ao Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, pelo montante de 1.500.000,00€, adquirido pelo Município em 2021, pelo mesmo valor, uma vez que o Estado Central não conseguia atempadamente executar a compra, de forma a garantir que o mesmo fosse destinado à Construção de Unidade de Internamento de Doentes Agudos de Psiquiatria. O remanescente refere-se à venda de diversos terrenos por hasta pública.

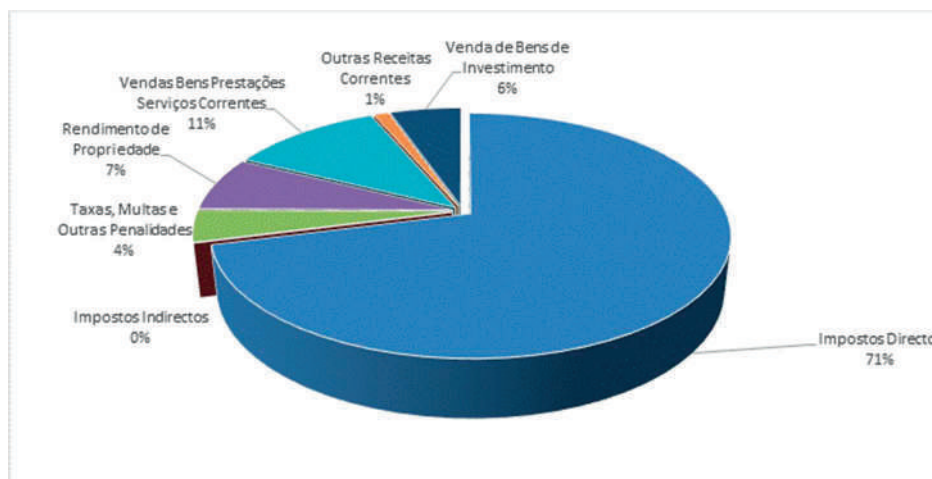
A única variação homóloga negativa, *Outras Receitas Correntes*, não é materialmente relevante, pois apresenta uma diminuição de 244.890,87€.

Gráfico 4 - Evolução Receitas Próprias



Da análise do próximo gráfico podemos, de imediato, verificar como se decompõe as receitas próprias e que importância tem cada uma das suas componentes.

Gráfico 5 - Comparação das Receitas Próprias



Os Impostos Directos são os recursos com maior expressão no conjunto das Receitas Próprias, atingindo os 70,97%, das mesmas, seguem-se as Vendas de Bens e Prestações de Serviços correntes com 11,24% e a rubrica dos Rendimentos de Propriedade com 7,17%.

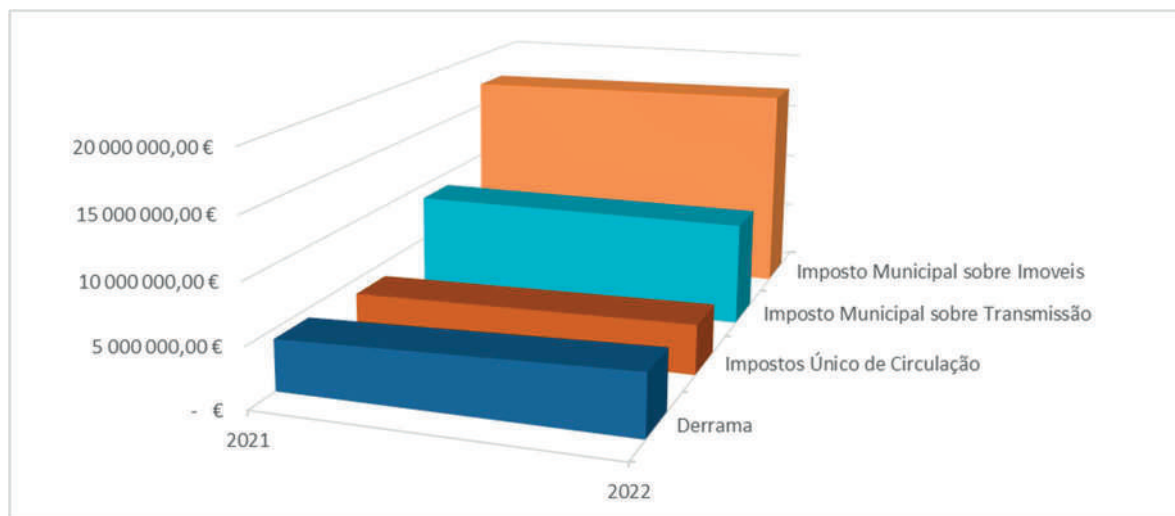
Dada a sua importância no cômputo geral da Receita Própria, as Receitas Fiscais (Impostos Directos), as Taxas, Multas e Outras Penalidades e os Rendimentos de Propriedade serão objeto de uma análise detalhada.

Receitas Fiscais

Quadro 11 – Receitas Fiscais

	Impostos Directos		
	2021	2022	Δ 2022/2021
Imposto Municipal sobre Imóveis	17.076.078,87 €	17.387.936,67 €	1,83%
Imposto Municipal sobre Transmissão	8.780.501,09 €	8.674.355,54 €	-1,21%
Derrama	4.217.822,94 €	5.070.757,84 €	20,22%
Impostos Único de Circulação	3.710.751,53 €	4.154.162,84 €	11,95%
Total	33.785.154,43 €	35.287.212,89 €	4,45%

Gráfico 6 - Evolução dos Impostos Diretos



Ao nível dos Impostos Diretos, as rubricas com maior expressão continuam a ser o IMI – Imposto Municipal de Imóveis e o IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, a registarem valores de 17.387.936,67€ e 8.674.355,54€, respetivamente. Apesar dos valores acima apresentados, o IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, deteve uma ligeira diminuição, fruto da instabilidade e dos preços praticados ao nível da habitação.

A Derrama, apresentou um comportamento igualmente positivo, com um aumento de 20,22% face ao ano transato, o qual ascendeu a 5.057.757,84€.

Estes valores comprovam a capacidade do Município de captação de investimento bem como de fixação de população.

Taxas, Multas e Outras Penalidades

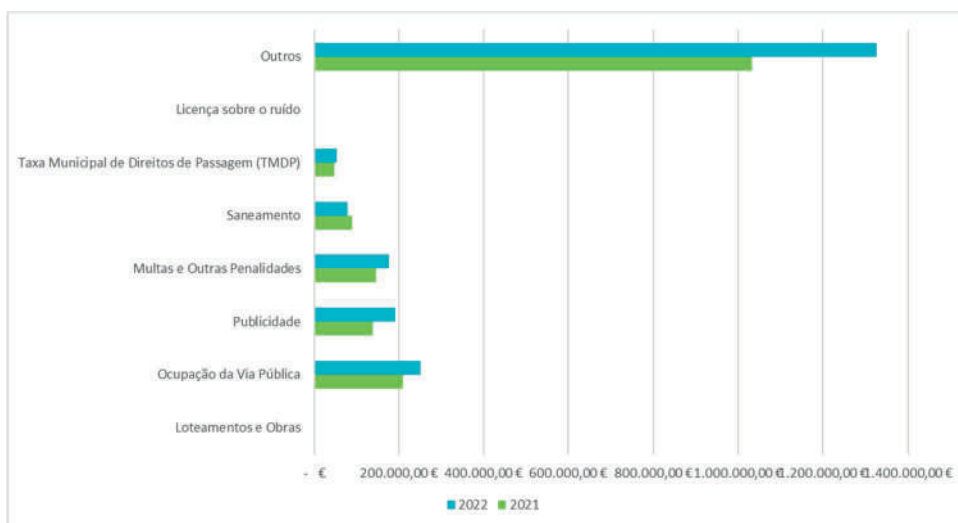
Quadro 12 – Taxas e Multas e Outras Penalidades

	Taxas Multas Outras Penalidades				
	2021	2022		Taxa de Execução	Δ 2022/2021
	Execução	Previsão	Execução		
Loteamento e Obras	- €	36,00 €	72,00 €	200,00%	0,00%
Ocupação da Via Pública	209.289,75 €	210.562,00 €	251.937,13 €	119,65%	20,38%
Publicidade	138.611,56 €	138.543,00 €	191.849,24 €	138,48%	38,41%
Outros	1.031.970,34 €	1.101.325,00 €	1.327.356,99 €	120,52%	28,62%
Multas e Outras Penalidades	145.488,18 €	192.299,00 €	176.812,08 €	91,95%	21,53%
Saneamento	90.083,66 €	100.306,00 €	79.291,33 €	79,05%	-11,98%
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	48.321,29 €	47.738,00 €	53.346,31 €	111,75%	10,40%
Licença sobre o ruído	1.926,95 €	1.182,00 €	2.709,75 €	229,25%	40,62%
Total	1.665.691,73 €	1.791.991,00 €	2.083.374,83 €	116,26%	25,08%

As taxas, multas e outras penalidades registaram uma cobrança de 2.083.374,83€ e incluíram, essencialmente, a rubrica Outros, onde recai algumas taxas referentes a loteamentos e obras, (1.327.356,99€), ocupação da via pública (251.937,13€), a publicidade (191.849,24€), as coimas e penalidades por contraordenações (176.812,08€) e a taxa municipal de direitos de passagem (53.346,31€).

A evolução positiva verificada reflete a conjuntura da atividade económica registada neste período, a nível nacional, nomeadamente a não aplicação das isenções, existentes na época da pandemia da COVID_19, para as ocupações de espaços públicos e outras receitas.

A evolução negativa por parte da rubrica do saneamento, não reflete obrigatoriamente uma diminuição da receita, mas reflete sim a posição do Município que tem como objetivo que todos os Municípios estejam ligados á rede publica, como cumprimento ao quadro normativo, legislativo e institucional do setor de abastecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais, a par com preocupações de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade.

**Gráfico 7 - Taxas e Multas e Outras Penalidades**

Da apreciação do quadro e gráfico supra resulta que a receita cobrada em 2022, através de Taxas, multas e outras penalidades, ascendeu a 2.083.374,83€, observando-se um aumento face a 2021 de 25,08%.

Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes

Quadro 13 – Vendas de Bens e Prestação de Serviços Correntes

	Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes				Δ 2022/2021
	2021 Execução	2022 Previsão	2022 Execução	Taxa de Execução	
Venda de Bens	3.560,78 €	19.091,00 €	3.989,04 €	20,89%	12,03%
Prestação Serviços Diversos					
S.Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos	63.440,66 €	157.932,00 €	62.209,02 €	39,39%	-1,94%
Serviços Específicos das Autarquias	4.576.330,02 €	4.725.304,00 €	5.154.083,01 €	109,07%	12,62%
Outros	14.879,25 €	28.363,00 €	13.995,13 €	49,34%	-5,94%
Sub-total	4.654.649,93 €	4.911.599,00 €	5.230.287,16 €	106,49%	12,37%
Rendas	367.346,44 €	374.922,00 €	356.424,38 €	95,07%	-2,97%
Total	5.025.557,15 €	5.305.612,00 €	5.590.700,58 €	105,37%	11,25%

Nos Serviços Específicos das Autarquias, são as tarifas de Saneamento e de Resíduos Urbanos que sobressaem, nomeadamente:



- A Tarifa de Resíduos Urbanos apresenta uma cobrança na ordem dos 2.626.866,26€, dos quais cerca de 782.468,38€ são referentes a anos transatos. Regista ainda um aumento de 231.169,36€ (9,65%) face a 2021;
- A receita da Tarifa de Saneamento cobrada pela Indaqua foi de 1.324.421,80€, dos quais cerca de 415.942,74€, correspondem a receita gerada em anos anteriores, apresentando uma variação positiva de 149.470,52€ (12,75%).

A par das receitas supramencionadas, as receitas oriundas das refeições escolares apresentam uma cobrança de 1.080.260,20€, superior em 25,77% face a 2021, devido essencialmente ao retomar do ensino presencial.

A receita total da Venda de bens e prestação de serviços em 2022 fixou-se em 5.590.700,58€, que traduz uma ligeira variação homologa positiva de 11,25%.

Rendimentos de Propriedade

A rubrica Rendimentos de Propriedade apresentam um aumento de 23,97%, face ao ano anterior.

O quadro seguinte reflete a distribuição da rubrica Rendimentos de Propriedade.

Quadro 14 – Rendimentos de Propriedade

	Rendimentos de Propriedade				
	2021 Execução	2022 Previsão Execução		Taxa de Execução	Δ 2022/2021
Juros - Sociedades Financeira	886,28 €	448,00 €	328,86 €	73,41%	-62,89%
Dividendos e Participações nos lucros	68.777,96 €	21.769,00 €	62.750,27 €	288,26%	-8,76%
Rendas					
Concessão da EDP	2.660.524,40 €	2.660.524,00 €	3.361.912,83 €	126,36%	26,36%
Concessão da Indáqua	88.972,94 €	88.344,00 €	89.199,89 €	100,97%	0,26%
Terrenos	17.245,55 €	10.116,00 €	10.274,41 €	101,57%	-40,42%
Edifícios	19.342,88 €	19.001,00 €	19.293,00 €	101,54%	-0,26%
Outros	20.468,24 €	23.091,00 €	21.907,52 €	94,87%	7,03%
Total	2.876.218,25 €	2.823.293,00 €	3.565.666,78 €	126,29%	23,97%

Os rendimentos de propriedade registaram uma receita de 3.565.666,78€. Foram, sobretudo, as rendas relacionadas com o contrato de concessão para a distribuição de energia elétrica em baixa tensão

(3.361.912,83€) e o contrato de concessão de exploração de água e saneamento com a Indaqua Feira (89.199,89€) que contribuíram significativamente para esta quantia.

A cobrança referente à 4ª prestação da renda de concessão da E-redes (EDP distribuição) de 2021, ocorreu apenas em 2022, o que causou um aumento extraordinário da receita.

O valor cobrado de dividendos e participação nos lucros de administrações públicas deve-se à distribuição de resultados das empresas Águas do Douro e Paiva S.A. no montante de 16.758,74€ e do FAM – Fundo de Apoio Municipal de 45.991,53€.

Transferências

No presente relatório, optou-se por englobar neste capítulo, as transferências e subsídios obtidos, quer de natureza corrente, quer de natureza de capital. O quadro que se segue, reflete a natureza e montante das transferências recebidas em 2022 e seu paralelo em termos homólogos.

Quadro 15 - Transferências

	Transferências		
	2021	2022	Δ 2022/2021
Transferências Correntes			
Estado	23.943.822,55 €	33.246.959,09 €	38,85%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	440.609,42 €	697.244,21 €	58,25%
Serviços e Fundos Autónomos	18.503,86 €	28.381,08 €	53,38%
Resto Mundo	40.415,04 €	129.604,00 €	220,68%
Sub-total	24.443.350,87 €	34.102.188,38 €	39,52%
Transferências de Capital			
Estado	2.330.926,00 €	2.270.560,05 €	-2,59%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	2.839.738,17 €	5.200.573,55 €	83,14%
Outros	- €	123.000,00 €	
Sub-total	5.170.664,17 €	7.594.133,60 €	46,87%
Total	29.614.015,04 €	41.696.321,98 €	40,80%

As transferências recebidas em 2022 atingiram os 41.696.321,98€, correspondendo a uma execução de 98,59% e a um crescimento de \approx 12,1 milhões de euros (40,80%) face a 2021, o que representa o valor mais alto dos últimos anos.

As transferências obrigatórias, compostas pelo FEF (corrente e de capital), FSM – Fundo Social Municipal, Participação Fixa no IRS, IVA e transferências no âmbito do artigo 35 da Lei 73/2021, totalizaram



26.389.338,30€, que representa 36,71% em relação ao total das transferências, e obtiveram um aumento face a 2021, de 2.006.116,76€.

É de realçar que o FSM foi objeto, em 2022, de transferências suplementares por força do acerto pendente com as Autarquias, no montante de 1.371.509,00€, que ocorreu no final do ano.

Por fim deverão ainda ser salientadas as transferências respeitantes à Descentralização| Transferência de competências do Estado para a Autarquia no valor de 7.524.484,90€.

Quadro 16 – Transferências e subsídios – Receitas Correntes

Transferências e Subsídios Obtidos			
Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas
LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030101	14.760.930,00 €
LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030102	2.647.215,00 €
LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030103	5.346.067,00 €
LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	IGEFE-INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO, I.P.	0603010602	7.524.484,90 €
LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030107	387.801,30 €
DGEST Assistentes Operacionais	DIREÇÃO GERAL ESTABELECIMENTOS ESCOLARES -DGESTE	0603019901	454.445,10 €
DGEST Ativ Anim Apoio Família	DIREÇÃO GERAL ESTABELECIMENTOS ESCOLARES -DGESTE	0603019901	363.004,12 €
DGEST Efeições Escolares	DIREÇÃO GERAL ESTABELECIMENTOS ESCOLARES -DGESTE	0603019901	166.721,88 €
IFAP-FRUTA ESCOLAR	IFAP - INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS	0603019901	12.492,20 €
GIP-GABINETE INSERÇÃO PROFISSIONAL	IEFP - INSTITUTO DO EMPREGO E FORMACAO PROFISSIONAL, I.P.	0603019902	10.575,34 €
MAREESS-MEDIDA APOIO AO REFORÇO DE EMERGENCIA DE EQUIPAMENTO SOCIAIS E SAUDE	IEFP - INSTITUTO DO EMPREGO E FORMACAO PROFISSIONAL, I.P.	0603019902	6.269,51 €
Regulamento UE n.º652/2014 de 15 de maio	DGAV-DIRECÇÃO GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA	0603019903	119,50 €
IFAP-FRUTA ESCOLAR	IFAP - INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS	0603019999	28.518,29 €
APOIO MOBILIDADE ELETRICA	FUNDO AMBIENTAL	0603019999	3.373,50 €
ART.º103.º DA LOE/2022 SUB.ADIC.ESP DO FSM 2022	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	0603019999	1.371.509,00 €
CANDIDATURA -APOIO DO FUNCIONAMENTO DOS GABINETES TEC FLORESTAIS	INSTITUTO CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	0603019999	10.484,25 €
CANDIDATURA VALORIZAR O RIO UIMA	FUNDO AMBIENTAL	0603019999	30.000,00 €
Lei Protecção Crianças e Jovens em Risco	COMISSAO NACIONAL PROMOÇÃO DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOV	0603019999	67.840,15 €
Portaria n.º 342/2019 de 1 de outubro -JULGADOS PAZ	DGPJ-DIRECÇÃO-GERAL DA POLITICA JUSTIÇA	0603019999	5.108,05 €
REDE TEATROS E CINETEATROS	DIRECAO GERAL DAS ARTES	0603019999	50.000,00 €
ACTIVE CITIZENS	AGENCE NATIONALE DE LA COHÉSION DES TERRITOIRES-URBACT	06030601	8.198,70 €
INTERFACE	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	06030601	3.446,55 €
INTERFACE	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	06030601	71.250,00 €
BUPI	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA SOCIAL	06030602	5.937,55 €
Edufeira- Inovamos para o sucesso - FSE	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA SOCIAL	06030602	30.091,59 €
MIDAS-MUDANÇA PARA A INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO ARTISTICO-SOCIAL	INSTITUTO FINANCEIRO PARA DESENVOLVIMENTO REGIONAL,IP	06030602	10.726,37 €
Transformarte	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA SOCIAL	0603019999	31.186,66 €
BUPI	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA SOCIAL	0603019999	4.066,94 €
CANDIDATURA EUROPA CRIATIVA UE ROUNDABOUT EUROPE	STICHTING ZOMERTHEATER AMERSFOORT-SPOFFIN	0603019999	18.124,41 €
CANDIDATURA OP. INT.EM COMUNIDADES DESFAVORECIDAS NA AREA METROPOLITANA DO PORTO- PRR	AREA METROPOLITANA DO PORTO	0603019999	13.923,80 €
MIDAS-MUDANÇA PARA A INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO ARTISTICO-SOCIAL	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA SOCIAL	0603019999	43.402,63 €
PROJETO COOPERAÇÃO THEATRE ROYAL DE LA MONNAIE	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	0603019999	437.570,48 €
Projeto LAB INDAANÇA - FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN	FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN	0603019999	14.138,00 €
RECOLHA SELETIVA PORTA-A-PORTA DE BIORRESIDUOS NO CONCELHO SMF	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	0603019999	5.180,53 €
AUTARQUIAS LOCAIS	SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA ADMINISTRÇÃO INTERNA	06030799	6.206,90 €
ELEIÇÕES LAGISLATIVAS/2022 SECCÕES VOTOS ANTECIPADO EM MOBILIDADE	SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA ADMINISTRÇÃO INTERNA	06030799	155,00 €
ELEIÇÃO DEPUTADOS ASSEMBLEIA REPUBLICA	SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA ADMINISTRÇÃO INTERNA	06030799	7.998,18 €
ICN-CAMPANHA APOIO EST. CÃES E GATOS COMPANHIA	INSTITUTO CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	06030799	14.021,00 €
EDUCAÇÃO DE ADULTOS	AGENCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS + EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	060901	21.213,00 €
PROJETO COOPERAÇÃO THEATRE ROYAL DE LA MONNAIE	THEATRE ROYAL DE LA MONNAIE	060901	108.391,00 €
Total transferências correntes			34.102.188,38 €

**Quadro 17 – Transferências e subsídios – Receitas de Capital**

Transferências e Subsídios Obtidos			
Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO	IRMADONA SUPERMERCADOS, UNIPESSOAL, LDA	0100102	123.000,00 €
LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	10030101	1.640.103,00 €
REQUALIFICAÇÃO ESCOLA COELHO E CASTRO	DIREÇÃO GERAL ESTABELECIMENTOS ESCOLARES -DGESTE	1003010401	194.744,05 €
LEI N.º73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	1003010501	235.713,00 €
REABILITAÇÃO DO CAIS FLUVIAL DE PORTO CARVOEIRO	APDL ADMINISTRAÇÃO PORTOS DOURO LEIXOES VIANA CASTELO SA	10030199	200.000,00 €
Protocolo FEDER Unidade Saude Nogueira Regedoura/S.Paio Oleiros	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	624.449,72 €
CANDIDATURA ESCOLA BASICA DE FORNOS	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	367.581,55 €
CANDIDATURA REDE CICLOVIAS E CIRCUITOS DE MODOS SUAVES DE SMF	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	625.500,27 €
CANDIDATURA REQUALIFICAÇÃO URBANA DO LARGO DA IGREJA DE LOUROSA E SUA ENVOLVENTE	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	530.781,57 €
CANDIDATURA VALORIZAR O RIO UIMA	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	54.319,30 €
CASTELO DA FEIRA-CONSOLIDAÇÃO E REABILITAÇÃO DA MURALHA E RUINA DO PAÇO	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	89.829,59 €
CONSTRUÇÃO DE INTERFACE DE TRANSPORTES DE LOUROSA	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	1.304.421,05 €
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO WIF4EU EM SANTA MARIA DE LAMAS, LOUROSA, FIÃES, E CALDAS DE S. JORGE	WAVECOM-SOLUÇÕES RADIO, S.A.	10030701	15.000,00 €
REABILITAÇÃO DO CAIS FLUVIAL DE PORTO CARVOEIRO	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	673.788,81 €
REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DO CENTRO HISTÓRICO SMF-ARQUIVO MUNICIPAL	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	393.903,36 €
REABILITAÇÃO HABITACIONAL ALMEIDA GARRET FIÃES	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	43.412,13 €
RECOLHA SELETIVA PORTA-A-PORTA DE BIORRESÍDUOS NO CONCELHO SMF	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	340.135,17 €
REQUALIFICAÇÃO ESCOLA COELHO E CASTRO	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	124.725,93 €
REQUALIFICAÇÃO URBANA DO LARGO DA IGREJA DE LOUROSA E SUA ENVOLVENTE	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	12.725,10 €
Total transferências capital			7.594.133,60 €
FSE - NORTE-06-3118-FSE-000016- Candidatura PEPAL/2019	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA SOCIAL	080209	91.409,60 €
Total subsídios			91.409,60 €
Total			7.685.543,20 €

Passivos Financeiros

O regime de crédito das autarquias locais encontra-se regulamentado no art.º 4.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, sendo aí estabelecido que:

- Os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.
- Os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal.

Na gerência de 2022 não foram contratualizados ou utilizados empréstimos de curto, médio ou longo prazo.

SÍNTESE

Na execução da receita nas suas diversas fases, destaca-se:

- O montante global de receita cobrada líquida foi de cerca de ≈141,7 milhões de euros;
- O grau de execução da receita fixou-se em 104,34%;
- A receita efetiva cobrada líquida atingiu o montante de ≈91,4 milhões de euros;
- A receita por cobrar fixou-se no montante de 4,1 milhões de euros, sendo menor que a 01/01/2022, em cerca de ≈0,7 milhões de euros.

IV. Análise do Orçamento da Despesa

Em 2022 o Município manteve a política de reforço, de racionalização e de contenção da despesa pública municipal, através de um controlo rigoroso dos gastos, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos.

Como já foi referido anteriormente, efetuaram-se ao longo do período de relato, alterações modificativas, que no seu conjunto, determinaram um aumento do valor global do orçamento em ≈ 135,8 milhões de euros. A despesa corrente registou um aumento de cerca de ≈28,5 milhões de euros face às dotações iniciais e a despesa de capital teve um acréscimo de ≈20,6 milhões de euros.

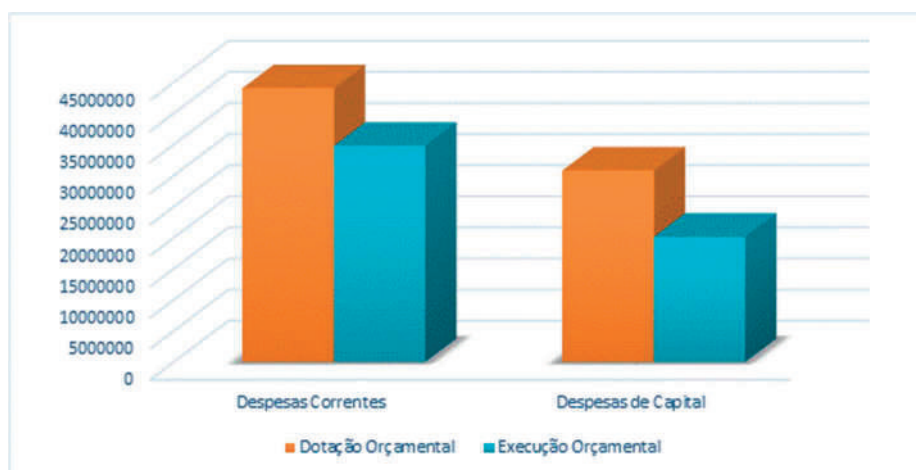
No desempenho orçamental da despesa, importa realçar a transferência de competências na área da educação, do Estado central para o Município de Santa Maria da Feira, que ocorreu a 01 de abril de 2022.

As novas competências vieram integrar, na esfera municipal, a gestão dos equipamentos e o quadro de pessoal não docente de novos estabelecimentos de ensino o que resultou num esforço adicional de toda a estrutura Municipal.

No quadro e gráfico seguintes, apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da despesa no ano de 2022.

**Quadro 18 – Estrutura Geral da Despesa**

Estrutura Geral da Despesa					
	Dotação inicial	Dotação Final	Execução Orçamental	% Peso na Rubrica	% Execução
Despesas Correntes	51.465.626,00 €	79.953.714,32 €	53.857.489,55 €	65,73%	67,36%
Despesas de Capital	35.213.031,00 €	55.849.263,28 €	28.077.516,74 €	34,27%	50,27%
Total	86.678.657,00 €	135.802.977,60 €	81.935.006,29 €	100,00%	60,33%

Gráfico 8 - Estrutura Geral da Despesa

A despesa paga no exercício de 2022 representou uma taxa de execução de cerca de 60,33% atingindo o montante de ≈82 milhões de euros. Apresentou um acréscimo em relação a 2021 de 11,50%, que corresponde a 8.448.561,34€.

**Quadro 19 - Evolução da Despesa**

	Estrutura Geral da Despesa						
	2021		2022				
	Execução	% Peso na Rubrica	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	% Peso na Rubrica	% Execução
Correntes	44.823.993,82 €	61,00%	51.465.626,00 €	79.953.714,32 €	53.857.489,55 €	66%	67,36%
Capital	28.662.451,13 €	39,00%	35.213.031,00 €	55.849.263,28 €	28.077.516,74 €	34%	50,27%
Total	73.486.444,95 €	100%	86.678.657,00 €	135.802.977,60 €	81.935.006,29 €	100%	60,33%

Dentro da despesa, na sua globalidade, justifica-se fazer uma análise mais detalhada de alguns dos seus subgrupos, dada a relevância que ocupam na estrutura geral da despesa, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
 - ✓ Despesas com Pessoal
 - ✓ Despesas com Aquisição de Bens e Serviços
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Serviço da Dívida

Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento são representativas do dispêndio necessário ao normal funcionamento da atividade do Município, sendo sem dúvida um importante índice da diligência da atividade autárquica, na medida em que representam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela edilidade, agrupando as despesas com “Pessoal”, as despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços” e as “Outras Despesas Correntes”, cuja distribuição nos últimos dois anos está vertida no quadro a seguir ilustrado.

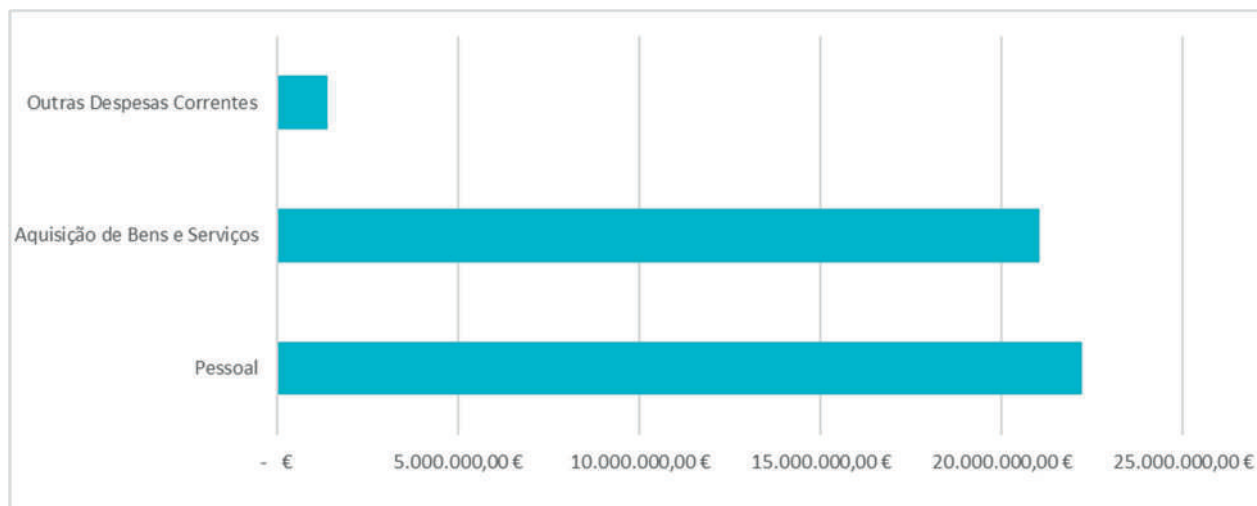
Quadro 20 – Estrutura Geral da Despesa de Funcionamento

	Estrutura Geral das Despesas de Funcionamento				
	2021		2022		
	Despesa Realizada	Despesa Realizada			
	Valor	Valor	%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total
Pessoal	16.604.443,36 €	22.211.620,89 €	49,75%	41,24%	27,11%
Aquisição de Bens e Serviços	19.674.496,09 €	21.042.741,98 €	47,13%	39,07%	25,68%
Outras Despesas Correntes	1.059.503,29 €	1.392.809,16 €	3,12%	2,59%	1,70%
Total Desp Funcionamento	37.338.442,74 €	44.647.172,03 €	100,00%	82,90%	54,49%
Total Despesas Correntes	44.823.993,82 €	53.857.489,55 €	120,63%	100,00%	65,73%
Total Despesas	73.486.444,95 €	81.935.006,29 €			100,00%

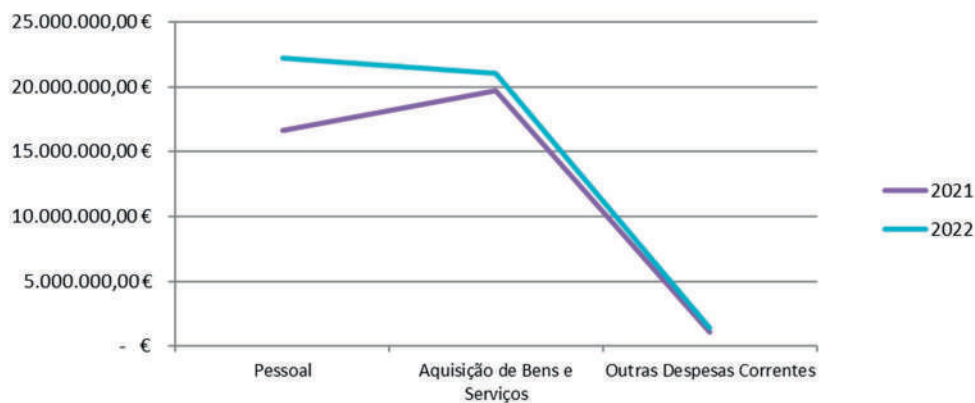
No ano de 2022 as despesas de funcionamento realizadas atingiram o valor de 44.647.172,03€, verificando-se uma variação positiva de 19,57% em relação ao ano anterior, diretamente relacionada com o aumento nas rubricas de pessoal e aquisição de bens e serviços.

Apresenta-se de seguida um gráfico, que ilustra o peso das despesas de funcionamento no exercício de 2022.

Gráfico 9 - Composição das Despesas de Funcionamento



Atendendo às competências das autarquias locais e face ao seu estado de maturidade, como seria expectável as despesas de funcionamento espelham um volume bastante significativo de encargos obrigatórios do Município, tendo um peso muito expressivo, quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa ao representarem 82,90% e 54,49%, respetivamente.

Gráfico 10 - Evolução das despesas de funcionamento

Com o objetivo de melhor apreciar a dinâmica das rubricas que integram esta tipologia de despesa, procede-se a uma análise mais detalhada das Despesas com Pessoal e da rubrica Aquisição de Bens e Serviços.

Despesas com Pessoal

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a referente a despesas com pessoal, representando cerca de 41,24% das despesas correntes, 49,75% das despesas de funcionamento e em cerca de 27,11% das despesas totais.

As Despesas com Pessoal em 2022 registaram um incremento de ≈5,6 milhões de euros, espelhado em 33,77% quando comparado com o período homólogo, sendo que, 5.631.529,83€ decorrem da transferência de trabalhadores no âmbito da Delegação| Transferência de competências do Estado para as Autarquias.

Tendo em consideração que todas as variações que ocorrem no capítulo das remunerações certas têm impacto proporcional no capítulo das contribuições sociais, destacamos aquelas pela sua expressão global se revelam mais significativas:

- ✓ A reestruturação do quadro de pessoal que determinou o ingresso de novos trabalhadores nos serviços municipais;
- ✓ O processo de integração do pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino no quadro de pessoal do Município, no âmbito da Delegação| Transferência de competências do Estado.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros ou em qualquer outra situação, remunerações por doença e maternidade/paternidade, subsídio de refeição, subsídios de férias e Natal, despesas de

representação, suplementos e prémios. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal, designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, encargos sobre remunerações (ADSE e Segurança Social), seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e despesas de saúde.

O valor total executado, no ano económico em análise, foi de 22.211.620,89€, o que representa um acréscimo de 33,77%, face ao ano anterior.

Quadro 21 – Despesa com o Pessoal

Despesas com o Pessoal	2021	2022	Δ 2022/2021
Remunerações membros Órgãos Autárquicos	269.285,79 €	297.421,16 €	10,45%
Titulares de Órgão de Soberania e membros de Órgão Autárquicos	269.285,79 €	297.421,16 €	10,45%
Remunerações do Pessoal	9.779.884,63 €	13.109.697,99 €	34,05%
Pessoal dos Quadros - Regime do Contrato Individual do Trabalho	8.264.668,18 €	11.273.970,91 €	36,41%
Pessoal contratado a Termo	556.750,39 €	643.626,00 €	15,60%
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	241.494,99 €	324.202,16 €	34,25%
Pessoal aguardando Aposentação	1.770,26 €	1.745,82 €	-1,38%
Pessoal em qualquer outra situação	349.889,19 €	379.950,20 €	8,59%
Remunerações por doença e maternidade / paternidade	365.311,62 €	486.202,90 €	33,09%
Suplementos de Remuneração	2.838.687,68 €	4.100.008,22 €	44,43%
Subsídio de Refeição	807.376,22 €	1.179.419,76 €	46,08%
Subsídios de Férias e Natal	1.651.551,07 €	2.427.612,13 €	46,99%
Representação - Pessoal dirigente	116.444,56 €	126.494,85 €	8,63%
Horas Extraordinárias	172.870,39 €	241.490,97 €	39,69%
Ajudas de Custo	5.912,96 €	9.680,61 €	63,72%
Abono para falhas	8.056,14 €	12.477,76 €	54,89%
Outros suplementos e prémios	76.476,34 €	89.674,56 €	17,26%
Indemnizações por cessação de funções	- €	13.157,58 €	
Prestações Sociais Diretas	33.481,78 €	34.959,03 €	4,41%
Subsídio familiar a crianças e jovens	33.481,78 €	34.959,03 €	4,41%
Outras prestações familiares	- €	- €	
Outros Custos com Pessoal	884.223,53 €	997.270,04 €	12,78%
Encargos com a saúde	745.192,59 €	792.171,87 €	6,30%
Seguro	121.672,03 €	186.690,56 €	53,44%
Outras pensões	17.358,91 €	18.407,61 €	6,04%
Encargos sobre remunerações	2.798.879,95 €	3.672.264,45 €	31,20%
Contribuições para a Segurança Social	2.798.879,95 €	3.672.264,45 €	31,20%
Total	16.604.443,36 €	22.211.620,89 €	33,77%

O quadro supra espelha a estrutura detalhada das despesas com pessoal da autarquia nos dois últimos exercícios.

O subagrupamento remunerações do pessoal, absorveu em 2022 a grande fatia em relação ao total das Despesas com Pessoal, ou seja, cerca de 59,02%.

As remunerações do pessoal contratado por tempo indeterminado em 2022 representaram 50,76% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes cerca de ≈11,2 milhões de euros.

Os encargos com a Saúde representam cerca de 3,57% da despesa global com pessoal, o que totalizou aproximadamente ≈792 mil euros.

Informação relevante dos Recursos Humanos

A Portaria n.º 280/2022 de 18 de novembro atualiza o montante do subsídio de refeição para 5,20€, o qual produz efeitos a 1 de outubro de 2022;

Em 2022 manteve-se o processamento do trabalho suplementar, de acordo com as seguintes percentagens:

- 25% do valor hora na primeira hora e de 37,5% na segunda (dias normais de trabalho);
- 50% do valor hora nos dias de descanso ou feriados.

O Decreto-Lei n.º 109-A/2021, de 7 de dezembro atualizou as remunerações da Administração Pública e aumentou a respetiva base remuneratória em 0,9%, com efeitos a 01/01/2022;

Em 2022 manteve-se a atribuição de um suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira de assistente operacional ou que exercem funções por referência ao conteúdo funcional daquela carreira, nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 75.º -B/2020 de 31 de dezembro;

O Decreto Lei n.º 109-B/202, de 7 de dezembro, atualizou o valor da retribuição mínima mensal garantida 705,00€;

Manteve-se a redução de 5% (remuneração dos Eleitos Locais), nos termos do artigo 11.º, n.º 1 e 2 da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Entradas e Saídas

Durante o ano de 2022, ocorreram 537 entradas (- 465 trabalhadores provenientes da Transferência de Competências no âmbito da Educação; - 16 Técnicos Superiores, 1 Assistente Técnico e 55 Assistentes Operacionais por procedimentos concursais). Em matéria de saídas, verificou-se a saída de 60 trabalhadores (26 aposentações; 29 caducidades de contrato a termo/Denúncia/Rescisão mútuo acordo; 3 mobilidade; 1 termino comissão serviço; 1 regresso lugar origem). Assim e comparativamente com o ano de 2021, cujo número de trabalhadores em 31 de dezembro era de 805, durante o ano de 2022, o MSMF viu o número total de trabalhadores aumentado em 477, (total 31/12/2022 (1282) = entradas 2022 (537) – saídas 2022 (60)).

Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

A Aquisição de Bens e Serviços compreende os bens de consumo, bem como todas as despesas com a aquisição de serviços a terceiros, pelo que faremos uma análise separada de cada componente.

A Aquisição de Bens são despesas a que não se possa reconhecer a natureza de despesas de capital, abrangendo designadamente as matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação – refeições, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio.

Quadro 22 – Aquisição de Bens

	Aquisição de Bens								
	2021				2022				Δ faturação
	Faturado	Pago	Valor a transitar	% Pago	Faturado	Pago	Valor a transitar	% Pago	
Matérias-primas e subsidiárias	67.803,88 €	64.937,47 €	2.866,41 €	95,77%	126.424,22 €	124.000,72 €	2.423,50 €	98,08%	86,46%
Gasolina	35.220,12 €	35.220,12 €	- €	100,00%	53.638,73 €	53.225,36 €	413,37 €	99,23%	52,30%
Gasóleo	133.444,07 €	133.444,07 €	- €	100,00%	155.814,64 €	148.855,06 €	6.959,58 €	95,53%	16,76%
Outros	45.028,01 €	45.028,01 €	- €	100,00%	88.066,55 €	68.765,02 €	19.301,53 €	78,08%	95,58%
Limpeza e Higiene	51.653,92 €	50.720,23 €	933,69 €	98,19%	33.692,03 €	33.692,03 €	- €	100,00%	-34,77%
Alimentação - Refeições confeccionada	1.506.671,43 €	1.408.168,23 €	98.503,20 €	93,46%	2.610.419,65 €	2.344.651,41 €	265.768,24 €	89,82%	73,26%
Vestuário e artigos pessoais	37.603,02 €	37.603,02 €	- €	100,00%	30.943,21 €	30.832,51 €	110,70 €	99,64%	-17,71%
Material de escritório	38.812,28 €	37.776,62 €	1.035,66 €	97,33%	54.068,60 €	51.949,42 €	2.119,18 €	96,08%	39,31%
Produtos químicos e farmacêuticos	992,20 €	992,20 €	- €	100,00%	2.887,70 €	2.887,70 €	- €	100,00%	191,04%
Produtos vendidos nas farmácias	- €	- €	- €		- €	- €	- €		
Material de consumo clínico	65,99 €	65,99 €	- €		- €	- €	- €		
Material de Transporte - Peças	20.333,10 €	19.594,76 €	738,34 €	96,37%	21.780,84 €	21.249,55 €	531,29 €	97,56%	7,12%
Material de consumo hoteleiro	4.319,22 €	4.319,22 €	- €	100,00%	16.685,86 €	16.685,86 €	- €	100,00%	286,32%
Outro material - Peças	- €	- €	- €		- €	- €	- €		
Prémios, condecorações e ofertas	97.374,83 €	97.374,83 €	- €	100,00%	158.322,49 €	154.016,83 €	4.305,66 €	97,28%	62,59%
Mercadorias para venda	- €	- €	- €		6.580,50 €	6.580,50 €	- €		
Ferramentas e utensílios	9.236,83 €	9.236,83 €	- €	100,00%	24.355,50 €	23.391,56 €	963,94 €	96,04%	163,68%
Livros e documentação técnica	110,81 €	110,81 €	- €	100,00%	935,09 €	935,09 €	- €	100,00%	743,87%
Artigos honoríficos e de decoração	231,09 €	231,09 €	- €		- €	- €	- €		-100,00%
Material de educação, cultura e recreio	163.485,28 €	159.745,33 €	3.739,95 €	97,71%	77.660,38 €	75.614,50 €	2.045,88 €	97,37%	-52,50%
Outros bens	398.678,27 €	397.842,70 €	835,57 €	99,79%	450.342,21 €	442.270,41 €	8.071,80 €	98,21%	12,96%
Total	2.611.064,35 €	2.502.411,53 €	108.652,82 €	95,84%	3.912.618,20 €	3.599.603,53 €	313.014,67 €	92,00%	49,85%

A despesa realizada com a aquisição de bens somou 3.599.603,53€, a que corresponde uma taxa de execução de 92,00%, face ao valor faturado, e reflete um aumento bastante significativo, 43,85%, mais ≈1 milhão de euros quando comparado com o período homólogo.

Numa análise mais detalhada desta tipologia de despesa importa realçar:

- ✓ Matérias primas e subsidiárias apresentam uma execução de 124.000,72€, um aumento de 90,95% face a 2021, cujo montante atingiu o valor de 64.937,47€, resultado do aumento da taxa de inflação;
- ✓ Combustíveis (gasolina, gasóleo e outros), tiveram um acréscimo de 57.153,24€ (26,75%) provocado pela oscilação dos preços dos combustíveis que se tem verificado ao longo do último ano;

- ✓ Refeições confeccionadas: neste agregado foram realizados 2.344.651,41€, com uma variação de 936.483,18€ (66,50%) face a 2021. Esta despesa assenta no pagamento de 1.978.440,32€ relativos a refeições escolares da rede pública, 366.211,09€ a pagamentos de refeições aos centros sociais sendo que, 520.939,74€ dizem respeito a refeições no âmbito da descentralização de competências da educação;
- ✓ Material de escritório ascendeu a 51.949,42€.

Em termos de preponderância deve destacar-se o peso das refeições que, ao assumirem 2.610.419,65€, por si só representam 66,72% do total da despesa faturada.

No que diz respeito à aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, designadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, transportes e comunicações, locação de bens, seguros, estudos pareceres e projetos, e outros, apresentamos o seguinte quadro:

Quadro 23 – Aquisição de Serviços

	Aquisição de Serviços								Δ faturação
	2021				2022				
	Faturado	Pago	Valor a transitar	% Pago	Faturado	Pago	Valor a transitar	% Pago	
Encargos de instalações	3.932.136,19 €	3.649.443,15 €	282.693,04 €	92,81%	2.034.034,74 €	1.882.741,20 €	151.293,54 €	92,56%	-48,27%
Limpeza e higiene	170.205,01 €	170.149,66 €	55,35 €	99,97%	232.658,49 €	231.366,28 €	1.292,21 €	99,44%	36,69%
Conservação de bens	184.854,24 €	183.520,60 €	1.333,64 €	99,28%	254.965,90 €	253.721,88 €	1.244,02 €	99,51%	37,93%
Locação de edifícios	155.719,24 €	152.706,88 €	3.012,36 €	98,07%	171.351,24 €	167.701,79 €	3.649,45 €	97,87%	10,04%
Locação de material de informática						- €			
Locação de material de transporte	575.109,28 €	562.910,61 €	12.198,67 €	97,88%	694.726,82 €	669.122,50 €	25.604,32 €	96,31%	20,80%
Locação de outros bens	117.901,66 €	117.102,16 €	799,50 €	99,32%	246.203,19 €	245.969,49 €	233,70 €	99,91%	108,82%
Comunicações	111.443,08 €	102.147,98 €	9.295,10 €	91,66%	162.856,83 €	153.256,16 €	9.600,67 €	94,10%	46,13%
Transportes	810.164,53 €	810.164,53 €	- €	100,00%	1.187.922,47 €	1.182.552,28 €	5.370,19 €	99,55%	46,63%
Representação dos serviços	1.350,19 €	1.350,19 €	- €	100,00%	5.697,76 €	5.697,76 €	- €	100,00%	322,00%
Seguros	250.449,97 €	248.949,97 €	1.500,00 €	99,40%	208.273,91 €	207.832,44 €	441,47 €	99,79%	-16,84%
Deslocações e estadas	49.928,73 €	48.564,78 €	1.363,95 €	97,27%	125.858,89 €	124.615,51 €	1.243,38 €	99,01%	152,08%
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	421.332,85 €	415.827,85 €	5.505,00 €	98,69%	473.824,90 €	473.824,90 €	- €	100,00%	12,46%
Formação	29.501,35 €	29.501,35 €	- €	100,00%	68.501,72 €	66.819,08 €	1.682,64 €	97,54%	132,20%
Seminários, exposições e similares						- €			
Publicidade	95.461,85 €	94.717,61 €	744,24 €	99,22%	137.140,24 €	129.399,94 €	7.740,30 €	94,36%	43,66%
Vigilância e segurança	512.745,35 €	512.745,35 €	- €	100,00%	451.745,48 €	450.927,95 €	817,53 €	99,82%	-11,90%
Assistência técnica	152.180,35 €	144.684,07 €	7.496,28 €	95,07%	177.704,71 €	170.637,09 €	7.067,62 €	96,02%	16,77%
Outros trabalhos especializados	628.217,25 €	615.968,04 €	12.249,21 €	98,05%	425.312,52 €	411.564,35 €	13.748,17 €	96,77%	-32,30%
Serviços de saúde	103.907,90 €	103.907,90 €	- €	100,00%	64.067,05 €	63.475,11 €	591,94 €	99,08%	-38,34%
Encargos de cobrança de receitas	741.510,54 €	741.510,54 €	- €	100,00%	758.265,87 €	758.265,87 €	- €	100,00%	2,26%
Outros serviços	8.978.180,44 €	8.466.211,34 €	511.969,10 €	94,30%	10.407.182,89 €	9.793.646,87 €	613.536,02 €	94,10%	15,92%
Total	18.022.300,00 €	17.172.084,56 €	850.215,44 €	95,28%	18.288.295,62 €	17.443.138,45 €	845.157,17 €	95,38%	12,15%

- ✓ Os Encargos das Instalações que englobam os encargos com eletricidade, água, gás, apresentam uma execução de 1.882.741,20€. Este montante comparado com o valor pago em 2021, apresenta um diferencial elevado (-1.766.701,95€). Esta situação, deveu-se à dificuldade dos operadores económicos em enviar a faturação por EDI, em 2020, da qual resultou uma concentração de faturação, em 2021.

A rubrica “Outros Serviços” que apresenta o maior peso face ao total, 56,15%, diz respeito aos encargos com a Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Recolha e Tratamento de Afluentes – Saneamento, conforme consta do Quadro 21 – Outros Serviços.

Quadro 24 – Outros Serviços

Outros serviços	2021	2022
Tratamentos Águas Residuais / ADCL	2.853.453,66 €	2.878.899,26 €
Utilização do aterro da SULDOURO	841.715,80 €	1.219.313,45 €
Recolha de RSU e Limpeza Urbana / SUMA	2.079.687,06 €	2.095.103,02 €
Outros Serviços	2.691.354,82 €	3.600.331,14 €
Total	8.466.211,34 €	9.793.646,87 €

A percentagem do valor pago face ao valor faturado na aquisição de bens e na aquisição de serviços é de 92,00% e 95,38%, respetivamente, comprovando a capacidade que o Município detém em honrar os seus compromissos financeiros atempadamente.

Transferências e Subsídios

Na esfera das atribuições que são competência do Município em vários campos de ação que vão desde a educação, ação social, desporto, património, cultura e ciência, o Município atribuiu ao longo deste exercício económico múltiplos subsídios a organismos e entidades, com intenção de apoiar financeiramente as suas despesas correntes e de capital, demonstrando uma clara preocupação no processo de desenvolvimento concelhio, tendo como finalidade o potenciar de condições de desenvolvimento nos diversos sectores sejam na área cultural, desportiva, educacional e de ação social.

Na rubrica de transferências estão registados os fluxos que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal.

No que respeita à rubrica Subsídios, pese embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte. Assim, consideram-se “Subsídios” os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, contribuindo nas correspondentes despesas de funcionamento.

No exercício de 2022, o montante total de transferências financeiras e de subsídios realizados pelo Município ascendeu a 11.329.816,41€, sendo 8.851.429,21€ relativos a transferências e 2.478.387,00€ a subsídios atribuídos, concretizando 91,31% do comprometido.



Seguidamente apresenta-se um quadro, onde está presente um resumo das transferências correntes e de capital e subsídios atribuídos.

Quadro 25 – Evolução das Transferências (Correntes e de Capital) e Subsídios

	Evolução Transferências e Subsídios Concedidos			
	2021	2022	Δ 2022/2021	% Desp Total
Transferências Correntes	4.077.655,51 €	6.683.790,13 €	63,91%	8,16%
Transferências de Capital	2.555.665,19 €	2.167.639,28 €	-15,18%	2,65%
Subsídios	3.360.256,69 €	2.478.387,00 €	-26,24%	3,02%
Total	9.993.577,39 €	11.329.816,41 €	13,37%	13,83%
Total Despesas	73.486.444,95 €	81.935.006,29 €		100,00%

Face ao ano anterior, verificou-se um acréscimo de 1.336.239,02€ (13,37%), em resultado do efeito combinado do aumento das transferências correntes em 2.606.134,62€ (63,91%), com o decréscimo das transferências de capital em 388.025,91€ (-15,18%) e dos subsídios em 881.869,69€ (-26,24%).

As transferências totalizam 8.851.429,41€, sendo 6.683.790,13€ de natureza corrente e 2.167.639,28€ de natureza de capital, das quais destacamos:

- ✓ Agrupamentos das Escolas do Concelho de Santa Maria da Feira, somaram 1.083.893,76€, referente aos apoios concedidos quer no âmbito do contrato interadministrativo de delegação de competências, quer no apoio ao funcionamento aos estabelecimentos de ensino, antes da transferência das novas competências do Estado para as Autarquias;
- ✓ Juntas de Freguesias, constituem 38,72% do total das transferências, no montante de 4.340.988,91€, dos quais 2.029.110,19€ são de natureza corrente e 2.311.878,72€ de natureza de capital. As execuções dos contratos interadministrativos realizados com as juntas de freguesia concretizam 78,97% do montante comprometido, por ausência de confirmação de despesa realizada por parte das Freguesias. Estes valores refletem o compromisso claro do executivo municipal no apoio às freguesias do concelho.
- ✓ Instituições sem fins lucrativos, compõem 29,60% do total das transferências, e totalizam 2.620.144,50€, dos quais 2.113.597,01€ são de natureza corrente e 506.547,49€ são de natureza de capital. Estas transferências resultam de apoios concedidos pelo Município em colaboração com diversas instituições, no âmbito das suas atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar.
- ✓ Famílias, a execução desta rubrica totalizou o montante de 1.374.419,04€, dos quais 1.112.900,00€, referem-se ao Programa de Incentivo à Natalidade, 96.762,52€ apoio no âmbito

da ação social do 1º ciclo. Igualmente são apoiadas pessoas portadoras de deficiências, alunos com bolsas de estudo, atletas entre outras.

- ✓ Subsídios, foram atribuídos, 3.057.500,00€, sendo apenas executados 2.478.387,00€. Estes valores são os transferidos para as empresas municipais conforme contratos programa. Em 2022 o subsídio à exploração para a empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M S.A., foi totalmente executado enquanto que o da Feira Viva foi executado em 2.183.387,00€.

Na sequência da monitorização que vem sendo realizada pelo Conselho de Administração da Feira Viva, em articulação com o Município, da atividade da empresa, o conselho de Administração da Feira Viva, analisada a evolução da atividade da empresa até final de novembro de 2022 e em função da mesma, deliberou em reunião de 12 de dezembro, informar o Município:

- Da não realização da atividade Dias do Burgo em 2022, em virtude ainda dos efeitos da Pandemia Covid-19 e de posterior início das obras de recuperação do Castelo de Santa Maria da Feira, elemento “sinequanon” à realização da mesma. Em conformidade, proceder à devolução do montante de 150.000,00€ inscrito no contrato programa, na rubrica 3.9 Gestão de Eventos, no valor total de 380.700,00€;
- Proceder à devolução do montante de 429.113,00€, relativos aos diferenciais de preços da Viagem Medieval em Terra de Santa Maria 2022, entre os preços definidos no respetivo contrato programa de 2022 e os efetivamente praticados. O montante em causa consta da rubrica 3.9 Gestão de Eventos, 230.700,00€ e da rubrica 3.1 Serviços Transversais 198.413,00€.

Investimento Global

Neste conceito de investimento global do Município estão incluídos o Investimento Direto - Aquisição de bens de capital, Transferências de Capital (Investimento indireto), Ativos Financeiros e Outras despesas de capital. Como as Transferências de Capital foram incluídas no item das Transferências realizadas, não serão abordadas neste título.

A análise do próximo quadro permite refletir sobre a desagregação do investimento global (sem transferências de capital) e a sua evolução nos últimos dois anos, assim como sobre o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

**Quadro 26 - Investimento Global**

Rubricas	2021			2022			Δ %
	Despesa Executada	%Desp Total	%Desp Capital	Despesa Executada	%Desp Total	%Desp Capital	
Aquisição Bens de Capital	23.342.755,64 €	31,76%	81,44%	23.405.689,20 €	28,57%	83,36%	0,27%
Activos Financeiros	- €	0,00%	0,00%	- €	0,00%	0,00%	
Outras Despesas de Capital	- €	0,00%	0,00%	- €	0,00%	0,00%	
Total	23.342.755,64 €	31,76%	81,44%	23.405.689,20 €	28,57%	83,36%	0,27%

O investimento global (sem englobar as transferências de capital) representam cerca de 28,57% do total da despesa realizada pela autarquia.

É nas Aquisições de Bens de Capital que o investimento da autarquia tem maior expressão, apresentam um valor de cerca de 23.405.689,20€, que constam de forma discriminada da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

O quadro seguinte reflete a política de investimentos diretos desenvolvida pela autarquia nas suas múltiplas áreas de intervenção.

Quadro 27 - Plano Plurianual Investimentos do ano 2022

Plano Plurianual de Investimentos					
Código	Classificação Funcional	2021	2022	Coef.%	Δ 2022/2021
1.	Funções Gerais	2.800.037,30 €	1.736.277,22 €	7,42%	-37,99%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	2.664.541,82 €	1.726.142,89 €	7,37%	-35,22%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	135.495,48 €	10.134,33 €	0,04%	-92,52%
2.	Funções Sociais	8.388.849,93 €	12.641.592,59 €	54,01%	50,70%
2.1.	Educação	1.769.823,95 €	1.560.139,63 €	6,67%	-11,85%
2.2.	Saúde	77.920,50 €	1.079.313,21 €	4,61%	1285,15%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	5.099,46 €	6.820,35 €	0,03%	33,75%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	4.835.021,00 €	7.244.623,38 €	30,95%	49,84%
2.4.1.	Habituação	485.240,13 €	75.869,51 €	0,32%	-84,36%
2.4.2.	Ordenamento do Território	3.352.569,59 €	5.884.345,50 €	25,14%	75,52%
2.4.3.	Saneamento	314.920,03 €	639.914,17 €	2,73%	103,20%
2.4.4.	Abastecimento de Água	- €	59.701,47 €	0,26%	
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	682.291,25 €	584.792,73 €	2,50%	-14,29%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1.700.985,02 €	2.750.696,02 €	11,75%	61,71%
2.5.1.	Cultura	406.833,73 €	813.026,06 €	3,47%	99,84%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	1.294.151,29 €	1.937.669,96 €	8,28%	49,73%
3.	Funções Económicas	12.153.868,41 €	9.025.654,06 €	38,56%	-25,74%
3.2.	Indústria e energia	5.012.142,82 €	674.089,12 €	2,88%	-86,55%
3.2.1.	Indústria e energia	5.012.142,82 €	674.089,12 €	2,88%	-86,55%
3.3.	Transportes e Comunicações	7.130.634,42 €	8.275.816,00 €	35,36%	16,06%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	7.130.634,42 €	8.275.816,00 €	35,36%	16,06%
3.4.	Comércio e Turismo	11.091,17 €	- €	0,00%	-100,00%
3.4.2.	Turismo	- €	- €	0,00%	
3.5.	Outras Funções Económicas	- €	75.748,94 €	0,32%	
4.	Outras funções	- €	2.165,33 €	0,01%	
4.3.	Diversas não especificadas	- €	2.165,33 €	0,01%	
4.3.1.	Comunicacao e relacoes publicas	- €	2.165,33 €	0,01%	
Total PPI		23.342.755,64 €	23.405.689,20 €	100,00%	0,27%

A análise do quadro permite concluir que as Funções Sociais e as Funções Económicas têm uma posição de liderança, muito embora sejam as subfunções educação e os transportes rodoviários que mais contribuem para essa posição, evidenciando a preocupação e o compromisso com estas áreas na atuação municipal.

Serviço de Dívida

Considerando a importância da dívida de médio e longo prazo no contexto do endividamento municipal, assume particular relevância avaliar o peso dos encargos daí decorrentes, designadamente no que respeita aos juros e amortizações, e o seu peso no total da despesa e receita municipal.



O quadro seguinte espelha a evolução do serviço de dívida no último biénio, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pelo Município.

Quadro 28 - Evolução do Serviço da Dívida

	2021	2022
Juros	47.638,88 €	48.140,39 €
Amortizações	2.519.304,63 €	2.150.495,11 €
Amortização de Emp.curto prazo	- €	- €
Total do Serviço da Dívida	2.566.943,51 €	2.198.635,50 €
Taxa de Crescimento do Serviço da Dívida	-4,09%	-14,35%
Juros / Receita Total Cobrada	0,04%	0,03%
Juros / Despesa Total Paga	0,06%	0,06%
Juros / Despesa de Capital Paga	0,17%	0,17%
Serviço da Dívida / Receita Total Cobrada	2,07%	1,55%
Serviço da Dívida / Despesa Total Paga	3,49%	2,68%

As despesas de financiamento totalizaram em 2022, 2.198.635,50€, dos quais 2.150.495,11€ correspondem às amortizações dos empréstimos, e os restantes 48.140,39€ aos encargos decorrentes dos financiamentos.

No âmbito do presente relatório, será realizada uma análise pormenorizada, nomeadamente na dívida municipal do passivo não corrente.

Responsabilidades futuras

A 31 de dezembro de 2022, as responsabilidades assumidas para o ano seguinte totalizavam 50.280.911,81€. Destes, ≈21,4 milhões de euros (56,48%) decorrem de compromissos inerentes a repartições de encargos assumidas no âmbito da assinatura de contratos ou da sua reprogramação e ≈21,9 milhões de euros (40,28%) resultam da transição de compromissos não executados em 2021, dos quais cerca de ≈1,6 milhões de euros se encontravam faturados, constituindo-se em obrigações por pagar.

Quadro 29 – Responsabilidades Futuras

	2023	2024	2025	2026
Compromissos	28.397.848,72 €	11.599.091,84 €	8.623.243,76 €	2.175.964,25 €
Compromissos a transitar	21.883.063,09 €			
Obrigações por pagar	1.632.308,30 €			
Total	50.280.911,81 €	11.599.091,84 €	8.623.243,76 €	2.175.964,25 €

A execução orçamental e dos planos traduzem a estratégia integrada da gestão do Município, exposta através de indicadores de gestão permitindo uma análise direta da evolução da entidade no último período.

As despesas com a Aquisição de Bens e Serviços que tem o maior peso nas despesas correntes (43,89%), apesar de ter vindo a diminuir esse peso ao longo dos anos.

O peso das despesas correntes é sempre coberto pelas receitas correntes sendo que ao longo dos últimos 3 anos, a cobertura é sempre acima dos 150%, o que demonstra o rigor e a prudência nos pressupostos na elaboração do orçamento, o que se pode aferir igualmente pela taxa de execução da receita corrente do Município, com mais de 100% de execução.

Ao nível da despesa total verifica-se um aumento 17,9% correspondendo a 41,5 milhões de euros em termos absolutos registando-se um aumento em todas as rubricas, com exceção das outras despesas correntes e dos ativos financeiros.

Pese embora se verifique uma variação positiva nas despesas correntes de 14,3% correspondendo a 22,3 milhões de euros, resultante do aumento em todas as rubricas com exceção das outras despesas correntes que regista uma ligeira redução, o seu peso no total da despesa reduz-se em 2 p.p.

Regista-se uma redução do peso das despesas com o pessoal na despesa corrente passando de 44,8% em 2021 para 41,24% em 2022.

As despesas de investimento mantêm o peso nas despesas totais na ordem dos 30%.

A estrutura da despesa efetiva evidencia um ligeiro aumento do peso da despesa de capital por força do acréscimo do investimento. Por outro lado, os pagamentos apresentam um desempenho muito próximo dos 100%, em linha com um dos objetivos do Município de manutenção de um reduzido prazo médio de pagamento a fornecedores.

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

Endividamento

Em 2013 é operada uma grande alteração ao regime de organização jurídica e financeira das autarquias locais através da publicitação da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013), com entrada em vigor a 01 de janeiro de 2014, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais bem como da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, que aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico das transferências de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, com entrada em vigor a 29 de setembro de 2013.

O n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, veio estabelecer um novo conceito de endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo as entidades previstas no art.º 54º, do mesmo preceituado jurídico.

Este conceito de dívida total de operações orçamentais, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. O n.º 2 do mesmo artigo refere que a dívida total de operações orçamentais engloba:

- Os empréstimos, tal como definidos no nº 1 do artigo 49º;
- Os contratos de locação financeira;
- Quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos Municípios (ou outras entidades relevantes) junto de instituições financeiras;
- Todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

O n.º 3 do mesmo artigo dispõe que, caso o Município:

- Não cumpra o limite, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo, do previsto na secção III, que se refere ao alerta precoce e recuperação financeira;
- Cumpra o limite, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Este regime jurídico vem reforçar o conceito de que todas as entidades constituídas e participadas pelo Município relevam para efeitos de endividamento municipal, desde que, cumpridos os requisitos legais do art.º 54º.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, introduz um novo conceito de perímetro das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, alargando esse mesmo perímetro, aos serviços municipalizados e intermunicipalizados, às entidades intermunicipais e associativas municipais, às empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, às cooperativas e fundações e, por fim, às entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do Município.

De acordo com o artigo n.º 54 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais são:

- a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo, com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada Município para as suas despesas de funcionamento;
- c) As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;
- d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município;
- e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do Município, pelo montante total.

Após a delimitação do perímetro das entidades do Município, de acordo com a disposição legal do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, todas as entidades no âmbito geral são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município (grupo municipal), à exceção das entidades abrangidas pelo setor empresarial do Estado, como é o caso das Águas Douro e Paiva, S.A., e ADCL - Águas do Centro Litoral, S.A., e as abrangidas pelo setor regional, como é o caso do Turismo Porto e Norte, E.R. (artigo 54.º n.º 1 alínea c).

Para além das demais, é igualmente excluído do perímetro de consolidação da dívida a Retecork, uma vez que esta entidade não tem como objeto a prossecução das atividades e das competências do Município, conforme o artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses. Esta última é excluída pelo entendimento da DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, e comunicado aos Municípios que a mesma não releva para a dívida conforme o nº1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Ressalva-se que, para a análise da informação da dívida do grupo municipal, à data do fecho de contas, apesar dos reiterados pedidos ficaram por remeter as contas da Energaia, PERM e Adritem, não sendo possível aferir com rigor qual o impacto na dívida municipal. A falta de informação, pode implicar alterações, sendo que, para o efeito serão reportados os valores referentes a 2021.

Deste modo, a listagem das entidades relevante para efeitos de apuramento da dívida restringe-se ao seguinte quadro:

Quadro 30 - Entidades Participadas

Entidades Participadas	%	Resultado Líquido antes de impostos	Ano a que respeita	Inclusão para efeitos de dívida total	Observações
Entidades Intermunicipais e entidades associativas (alínea b) do art.º 54 n.º1)					
Aditem	19,32%	Não aplicável	2021	3 865,45 €	Releva - contas de 2021
Área Metropolitana do Porto	8,21%	Não aplicável	2022	- €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento - valores de 2022 provisórios
Associação Municípios de Terras de Santa Maria da Feira	16,66%	Não aplicável	2022	362 443,19 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento - valores de 2022 provisórios
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	20,00%	Não aplicável	2021	2 850,18 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento - valores de 2021
Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	5,71%	Não aplicável	2022	23 550,43 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento - valores de 2022 provisórios
Associação Caminhos de Fátima	7,69%	Não aplicável	2022	593,00 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento - valores de 2022 provisórios
Empresas locais e participadas (alínea c) do art.º 54 n.º 1)					
Feira Viva, EM	100,00%	80 940,68 €	2022	- €	Não releva - resultados anuais equilibrados
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, E.M. S.A	99,52%	3 386,07 €	2022	- €	Não releva - resultados anuais equilibrados
PERM, SA	10,20%	286 483,31 €	2021	- €	Valores de 2021
Suldouro	15,00%	799 945,00 €	2022	- €	Não releva - resultados anuais equilibrados
Cooperativas e Fundações (alínea d) do art.º 54.º n.º1)					
Fundação Terras de Santa Maria - Isvouga	10,00%	Não aplicável	2022	4 856,01 €	Releva - contas de 2022 - valores provisórios
Outras Entidades					
Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	100,00%	Não aplicável	2022	2 933,65 €	Releva pela verificação dos pressupostos do artigo 75º_ contas de 2022 assinadas

A informação constante decorre da remetida pelas entidades à data da elaboração do presente relatório, pelo que poderá estar sujeita a qualquer alteração.

O limite máximo de dívida total de operações orçamentais do Grupo Municipal de Santa Maria da Feira, para o ano de 2022 (e após retificações), considerando o limite de 20% face ao limite, é de 30.004.643,25€.

Quadro 31 - Posição do grupo municipal

Limites para 2022	
Dívida total do Grupo Municipal a 31/12/2021	13.274.134,09 €
Margem total (150% receitas-dívida GM)	83.652.545,79 €
Possibilidade de crescimento (20% de margem)	16.730.509,16 €
Limite máximo para 31/12/2022	30.004.643,25 €
Total dívida do grupo municipal a 30/12/2022	11.086.467,47 €
Margem face ao limite de 20%	18.918.175,77 €

No início de 2022, a dívida total de operações orçamentais do grupo municipal ascendia a 13.274.134,09€ (corrigida após Prestação de contas das entidades), tendo posicionado no final do ano de 2022, em 11.086.467,47€.

O quadro supra permite concluir, que, apesar de existir uma margem para aumento da dívida, esta não foi utilizada pelo grupo municipal, resultando ainda numa diminuição da dívida em 2.187.667,62€, ou seja, - 16,48%.

A redução da dívida municipal resulta fundamentalmente da diminuição da dívida total do Município, nomeadamente a componente de médio e longo prazo no montante de 2.150.495,11€.

Em 2022, a posição do grupo municipal face aos limites máximos permitidos e ao limite da média das receitas correntes, atinge 11,02% e 16,54%. A tendência decrescente tem-se mantido ao longo dos anos, o que permite ter a perceção do posicionamento do Grupo Municipal face ao normativo legal.

Limites para 2023

Em 31 de dezembro de 2022, data de aferição deste indicador legal, a dívida total de operações orçamentais saldou-se em 11.086.467,47€, espelhando uma redução da dívida total de operações orçamentais de cerca de ≈2 milhões de euros, e uma margem disponível por utilizar de 18.918.175,77€.

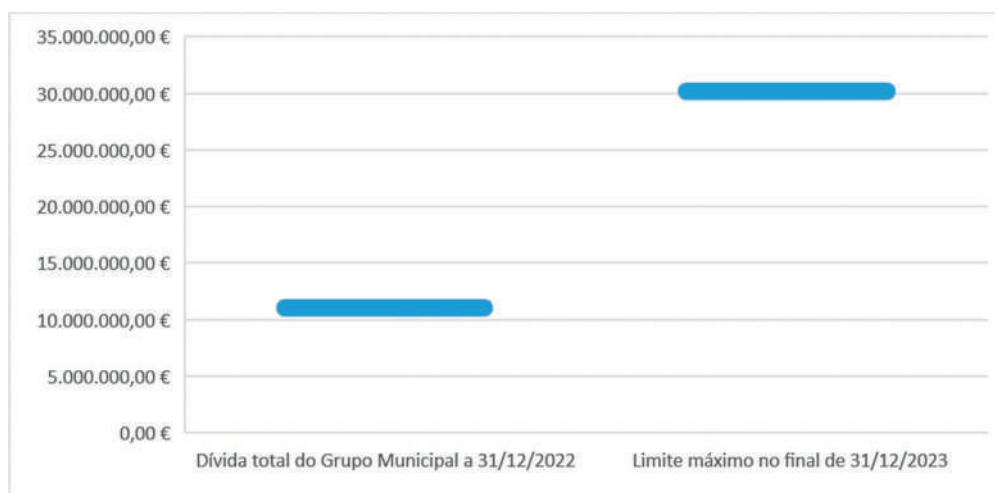
Para o ano de 2023, e tendo em consideração o disposto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, abaixo apresenta-se o limite máximo previsto.

Alerta-se para o facto de estes limites serem provisórios podendo sofrer alterações, uma vez que existem entidades participadas que ainda não apresentaram as suas contas finais assinadas.

Quadro 32 – Limites para 2023

Limites para 2023	
Dívida total do Grupo Municipal a 31/12/2022	11.086.467,47 €
Margem total (150% receitas-dívida GM)	95.558.444,37 €
Possibilidade de crescimento (20% de margem)	19.111.688,87 €
Limite máximo no final de 31/12/2023	30.198.156,35 €

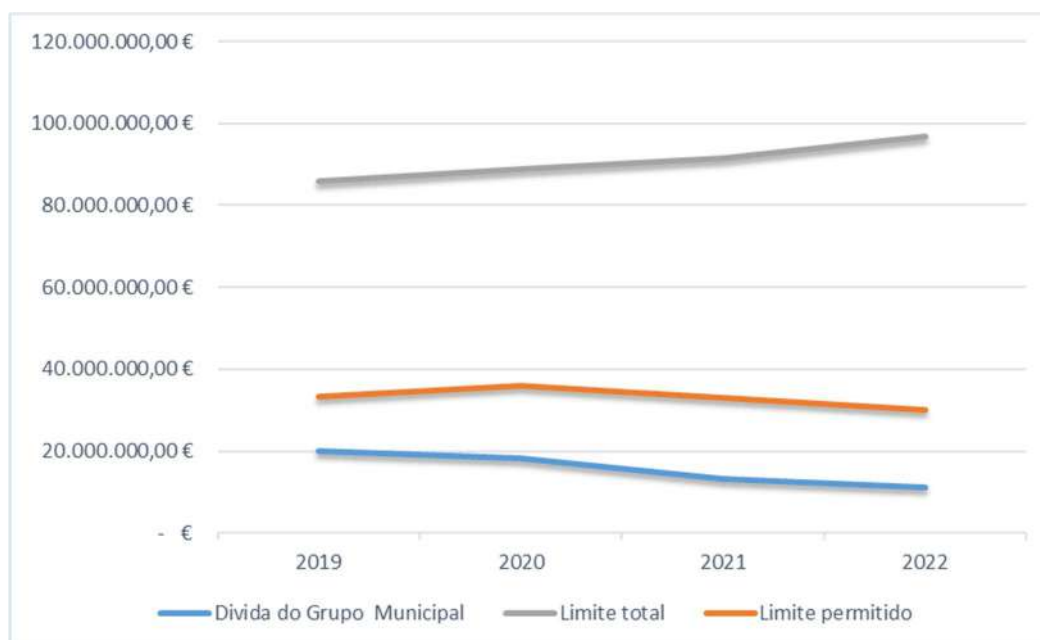
Gráfico 11 – Limites para 2023



Como se pode constatar o Grupo Municipal, detém uma possibilidade de crescimento da sua dívida total, para 2023, em cerca de 19.111.688,87€, podendo ascender ao limite máximo de 30.198.156,35€.

O gráfico abaixo permite interpretar de uma forma clara e inequívoca a posição do Município face aos limites impostos pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, e o seu comportamento ao longo dos últimos quatro anos.

Gráfico 12 - Evolução dos limites versus evolução da dívida do grupo municipal



Como se pode constatar pelo gráfico, os limites máximos (1,5 da receita corrente) têm crescido significativamente em resultado do aumento do valor das receitas correntes. Em sentido inverso, os limites permitidos (20% da margem) para aumentar a despesa, tem diminuído sucessivamente, em paridade com a dívida do grupo municipal. Afere-se ainda do gráfico, que em 2022, a dívida total, continua com a tendência de diminuição iniciada a alguns anos atrás, apesar da alteração introduzida pelo SNC-AP.

**ANÁLISE
ECONÓMICA E FINANCEIRA**

I. Balanço

O Balanço do Município reflete a posição financeira que tem como objetivo proporcionar informação sobre o equilíbrio económico e financeiro do Município de Santa Maria da Feira, evidenciado na distinção entre os seus ativos e passivos à data de 31 de dezembro de 2022.

Esta informação tem como objetivo permitir aos diversos utilizadores identificar os recursos e as obrigações do Município, ao mesmo tempo, permitir comparar a informação do ano em apreço com o período análogo, por forma a avaliar as alterações entretanto ocorridas.

De acordo com o SNC-AP, o Balanço de uma entidade deve apresentar os ativos (recursos controlados pela entidade e classificados em correntes e não correntes) e os passivos (obrigações presentes, e igualmente classificados em correntes e não correntes), as contribuições para o património líquido e as distribuições do património líquido. As composições destes elementos fornecem a informação necessária, objetiva, quantificável e suscetível de comparação, quer com outras entidades, quer com anos transatos.

O Balanço do Município apresenta a 31 de dezembro de 2022 o montante de ≈388,1 milhões de euros, valor que regista um acréscimo de 5,49%, cerca de ≈20,2 milhões de euros, comparado a 2021.

Ao analisar a estrutura do Balanço, permite-nos constatar um aumento do Resultado Líquido em cerca de ≈1 milhão de euros (8,47%), afere-se a continuidade do peso Ativo Não Corrente na organização do Município em 76,79%, alicerçado pelo aumento dos ativos fixos tangíveis.

**Quadro 33 - Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Balanço Sintético**

Descrição	2021		2022		Δ 2021/2022
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	245 494 507,24 €	66,74%	271 129 608,57 €	69,87%	10,44%
Propriedades de investimento	636 175,24 €	0,17%	625 354,70 €	0,16%	-1,70%
Ativos intangíveis	20 961 873,69 €	5,70%	20 809 487,34 €	5,36%	-0,73%
Participações financeiras	4 362 465,54 €	1,19%	4 431 405,51 €	1,14%	1,58%
Outros ativos financeiros	1 007 724,48 €	0,27%	1 007 724,48 €	0,26%	0,00%
Outros ativos financeiros	27 351,31 €	0,01%	8 097,00 €	0,00%	-70,40%
Ativo corrente					
Inventários	15 415 217,99 €	4,19%	1 517 029,60 €	0,39%	-90,16%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 465 856,14 €	0,40%	78 674,22 €	0,02%	-94,63%
Clientes, contribuintes e utentes	1 964 307,14 €	0,53%	1 553 740,08 €	0,40%	-20,90%
Estado e outros entes públicos	- €	0,00%	39 277,31 €	0,01%	
Outras contas a receber	23 490 458,43 €	6,39%	22 818 455,03 €	5,88%	-2,86%
Diferimentos	80 522,48 €	0,02%	950 387,58 €	0,24%	1080,28%
Caixa e depósitos	52 957 347,59 €	14,40%	63 100 693,40 €	16,26%	19,15%
Total Ativo	367 863 807,27 €	100%	388 069 934,82 €	100%	5,49%
Património Líquido					
Património/Capital	88 180 293,35 €	23,97%	88 792 730,70 €	22,88%	0,69%
Reservas	7 757 391,24 €	2,11%	8 469 550,23 €	2,18%	9,18%
Resultados transitados	149 886 895,41 €	40,75%	161 179 103,99 €	41,53%	7,53%
Ajustamentos em ativos financeiros	- 137 141,72 €	-0,04%	149 142,43 €	-0,04%	8,75%
Outras variações no património líquido	89 385 230,16 €	24,30%	89 551 292,36 €	23,08%	0,19%
Resultado líquido do período	13 436 962,14 €	3,65%	14 574 905,92 €	3,76%	8,47%
Total Património Líquido	348 509 630,58 €	94,74%	362 418 440,77 €	93,39%	3,99%
Passivo não corrente					
Provisões	975 375,88 €	0,27%	951 618,42 €	0,25%	-2,44%
Financiamentos obtidos	9 199 283,96 €	2,50%	6 894 348,03 €	1,78%	-25,06%
Diferimentos	- €	0,00%	3 791 347,54 €	0,98%	
Outras contas a pagar	2 703 223,99 €	0,73%	3 331 805,99 €	0,86%	23,25%
Passivo corrente					
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	71 836,34 €	0,02%	11 531,02 €	0,00%	-83,95%
Fornecedores	1 057 090,21 €	0,29%	1 245 874,45 €	0,32%	17,86%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e	77 020,00 €	0,02%	179 620,00 €	0,05%	133,21%
Estado e outros entes públicos	253 915,88 €	0,07%	383 820,73 €	0,10%	51,16%
Financiamentos obtidos	2 505 084,07 €	0,68%	2 305 354,14 €	0,59%	-7,97%
Fornecedores de investimentos	197 905,08 €	0,05%	162 368,37 €	0,04%	-17,96%
Outras contas a pagar	2 285 996,84 €	0,62%	3 494 747,96 €	0,90%	52,88%
Diferimentos	27 444,44 €	0,01%	2 899 057,40 €	0,75%	10463,37%
Total Passivo	19 354 176,69 €	5,26%	25 651 494,05 €	6,61%	32,54%
Total dos Fundos Próprios + Passivo	367 863 807,27 €	100%	388 069 934,82 €	100%	5,49%

Sem prejuízo do explanado anteriormente, são os ativos fixos tangíveis, que mais contribuem para o total do Ativo, com um montante quantificado em 271.129.608,57€, que corresponde a 69,87% do total.

O ativo corrente, deteve um decréscimo de 5,57% face a 2021, decorrente da transferência de cujos ativos se encontravam registados em inventários para o ativo não corrente. No ativo corrente, a rubrica caixa e depósitos apresenta uma variação de 19,15% totalizando o montante de 63.100.693,40€, cujo peso no ativo total ascende a 16,26%. Apesar do contributo da componente caixa e depósitos, para o aumento do ativo em cerca de ≈10 milhões de euros, em sentido inverso a componente inventários contribuiu em ≈-13,9 milhões de euros, esta diminuição é justificada pela Delegação | Transferência de competências do Estado para o Município, nomeadamente com a concretização da transferência das empreitadas: Requalificação da Escola Coelho e Castro - Fiães no valor de 3.443.844,88€, Requalificação e Ampliação da EB 2/3 Paços de Brandão no valor de 3.571.291,39€ e da Construção EB 2/3 Santa Maria da Feira e Pavilhão no valor de 6.434.049,24€, para Ativos fixos tangíveis.

Se expurgarmos estes valores, os inventários em termos comparativos tinham tido apenas um decréscimo de -2,91%, que se traduz no montante de -449.002,88€.

O Passivo, acompanhou o comportamento do Ativo, com um aumento no montante de 6.297.317,36€ que, corresponde a um acréscimo de 32,54%.

Este aumento deve-se apenas a uma alteração da contabilização das transferências e subsídios de capital obtidos, com condições decorrentes de acordos ou contratos, ou seja, estamos perante os financiamentos obtidos, maioritariamente, através de fundos comunitários.

Segundo a FAQ 42, a “Na maior parte das transferências para financiamento da aquisição ou construção de bens de investimento, o cumprimento material das condições pode ocorrer quando estes se encontrem finalizados”, “e disponíveis para utilização nos fins previstos, de acordo com os requisitos definidos no instrumento de financiamento”, ou seja, apenas com o auto de receção provisório das empreitadas. “Nestas circunstâncias, este será o momento em que deverá ser reconhecido o rendimento (como incremento do património líquido), saldando o passivo associado à condição”.

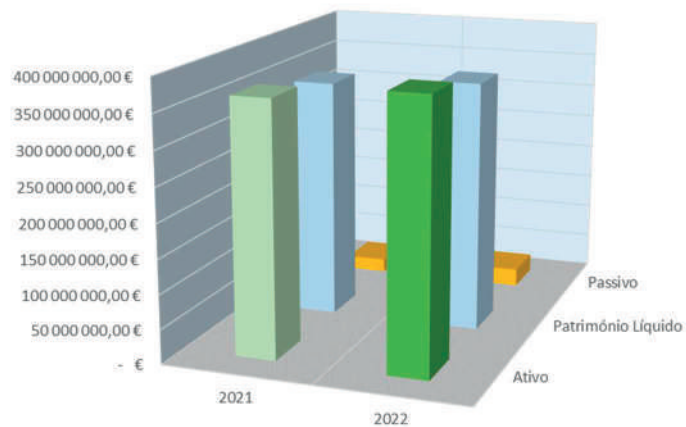
Em conformidade com a mesma, no Passivo não Corrente encontra-se registado 3.764.449,16€, referentes aos financiamentos obtidos, cujas obras encontram-se em curso a 31 de dezembro de 2022. No passivo corrente encontra-se refletido o montante de 2.872.159,02€ referentes à empreitada “Reabilitação do Edifício do Centro Histórico de S M Feira - Arquivo Municipal”, cujo final da obra, encontra-se previsto para 2023.

Se expurgássemos esta alteração na contabilização das Transferências e subsídios de capital obtidos com condições o passivo tinha tido um decréscimo de -1,75%, quantificado no montante de -339.290,82€.

O Património Líquido registou um aumento no montante de 13.908.810,19€, em relação a 2021.



Gráfico 13 - Estrutura e Evolução da Autarquia



	2021	2022
Ativo	367 863 807,27 €	388 069 934,82 €
Património Líquido	348 509 630,58 €	362 418 440,77 €
Passivo	19 354 176,69 €	25 651 494,05 €

De seguida, procederemos a uma análise individualizada e detalhada das principais componentes que integram o balanço.

Ativo

Quadro 34 - Componentes do Balanço

Ativo não corrente	2021	2022	Δ 2021/2022
		272.490.097,50 €	298.011.677,60 €
Ativos fixos tangíveis	245.494.507,24 €	271.129.608,57 €	10,44%
Propriedades de investimento	636.175,24 €	625.354,70 €	-1,70%
Ativos intangíveis	20.961.873,69 €	20.809.487,34 €	-0,73%
Participações financeiras	4.362.465,54 €	4.431.405,51 €	1,58%
Outros ativos financeiros	1.007.724,48 €	1.007.724,48 €	0,00%
Outros ativos financeiros	27.351,31 €	8.097,00 €	-70,40%
Ativo corrente	2021	2022	Δ 2021/2022
	95.373.709,77 €	90.058.257,22 €	
Inventários	15.415.217,99 €	1.517.029,60 €	-90,16%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1.465.856,14 €	78.674,22 €	-94,63%
Clientes, contribuintes e utentes	1.964.307,14 €	1.553.740,08 €	-20,90%
Estado e outros entes públicos	- €	39.277,31 €	0,00%
Outras contas a receber	23.490.458,43 €	22.818.455,03 €	-2,86%
Diferimentos	80.522,48 €	950.387,58 €	1080,28%
Caixa e depósitos	52.957.347,59 €	63.100.693,40 €	19,15%
Total do Ativo	367.863.807,27 €	388.069.934,82 €	5,49%

Analisando em detalhe o Balanço do Município, à data de 31 de dezembro de 2022, extrai-se que o ativo total atingiu o montante de 388.069.934,82€.

O Ativo Não Corrente continua a deter um peso bastante significativo no Ativo Total, que reflete a ação do Município ao nível da política de investimento definida e da forte aposta no investimento municipal como condição essencial.

O Ativo apresentou uma evolução favorável, com um crescimento de 5,49%.

Ativo não corrente

À semelhança do que se tem observado nos últimos anos, o Ativo Não Corrente permanece preponderante, representando 76,79%, do total do Ativo, totalizando 298.011.677,60€.

Quadro 35 - Evolução do Ativo não corrente

	2021		2022		Δ 2020/2021
Ativos Fixos Tangíveis					
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	99 860 407,10 €	36,65%	107 421 903,62 €	36,05%	7,57%
Terrenos e recursos naturais	50 869 983,14 €	18,67%	52 541 335,47 €	17,63%	3,29%
Edifícios e outras construções	84 796 500,62 €	31,12%	97 918 090,59 €	32,86%	15,47%
Equipamento básico	2 066 036,27 €	0,76%	2 952 855,60 €	0,99%	42,92%
Equipamento de transporte	1 379 350,31 €	0,51%	1 526 057,83 €	0,51%	10,64%
Equipamento administrativo	292 810,85 €	0,11%	1 100 055,36 €	0,37%	275,69%
Outros ativos fixos tangíveis	399 758,70 €	0,15%	435 384,17 €	0,15%	8,91%
Ativos fixos tangíveis em curso	5 829 660,25 €	2,14%	7 233 925,93 €	2,43%	24,09%
Propriedades de Investimento	636 175,24 €	0,23%	625 354,70 €	0,21%	-1,70%
Ativos Intangíveis					
Programas de computador e sistemas de informação	1 571,23 €	0,00%	1 047,19 €	0,00%	-33,35%
Outros ativos intangíveis	20 761 261,13 €	7,62%	20 219 817,16 €	6,78%	-2,61%
Ativos fixos intangíveis em curso	199 041,33 €	0,07%	588 622,99 €	0,20%	195,73%
Participações Financeiras	4 362 465,54 €	1,60%	4 431 405,51 €	1,49%	1,58%
Outros Ativos Financeiros	1 007 724,48 €	0,37%	1 007 724,48 €	0,34%	0,00%
Outras Contas a Receber	27 351,31 €	0,01%	8 097,00 €	0,00%	-70,40%
Total	272 490 097,50 €		298 011 677,60 €		9,37%

No Ativo Não Corrente, o predomínio recai sobre os Ativos Fixos Tangíveis, que compreende o valor de 271.129.608,57€ seguido dos Ativos Intangíveis que ascendem a 20.809.487,34€.

No Ativo Fixo Tangível, são os Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural que detêm um peso preponderante face aos outros ativos, no montante de 107.421.903,62€ seguidos dos Edifícios e outras construções, que ascende a um montante de 97.918.090,59€, com 36,05% e 32,86% respetivamente do peso no Ativo Não corrente.

A mensuração dos Edifícios e Outras Construções teve um acréscimo substancial decorrente da inclusão das escolas, no âmbito da delegação de competências no Município, cuja transferência foi a título definitivo. Este aumento totalizou um valor líquido de 13.121.589,97€

No que concerne aos Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural, no decurso do ano de 2022, houve igualmente um acréscimo decorrente das pavimentações que estavam em curso, que após o auto de receção provisório transitaram para a rubrica em análise, substanciado um aumento no valor de 7.561.496,52€.

Os Ativos Intangíveis totalizam 20.809.487,34€, ficam a dever-se em grande parte aos ativos que se encontram no controlo direto do Município, em regime de comodato ou concessão, como é o caso do Europarque - concessão do Estado, da Quinta do Castelo - regime de comodato realizado pela Segurança Social e da Delegação de competências do património - Castelo, transferência do património a título temporário, pelo período máximo de 50 anos, sem informação por parte do Estado da mensuração do ativo.

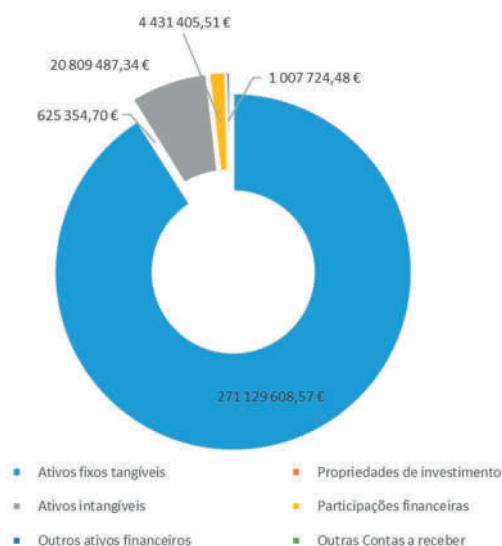
Em última análise a conta Participações Financeiras, integra as participações de capital detidas pelo Município, em entidades controladas, teve um aumento no valor de 68.939,97€, que diz respeito, exclusivamente, ao cálculo da imputação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) da empresa Municipal Feira Viva.

A participada Energaia encontra-se neste momento num processo, de transição para o sistema contabilístico de SNC-AP, do qual resulta um atraso no fecho das contas e conseqüentemente a não imputação da participada nas contas do Município.

Por último, no ano de 2022, a componente Outras Contas a Receber, detém o valor de 8.097,00€ que corresponde a uma dívida a mais de 90 dias, nomeadamente a venda em hasta pública de um módulo na Z.I. Riomeão/Paços Brandão, cujos pagamentos dos restantes 10% do valor de adjudicação já ocorreu no ano de 2023.



Gráfico 14 – Estrutura do Ativo não Corrente



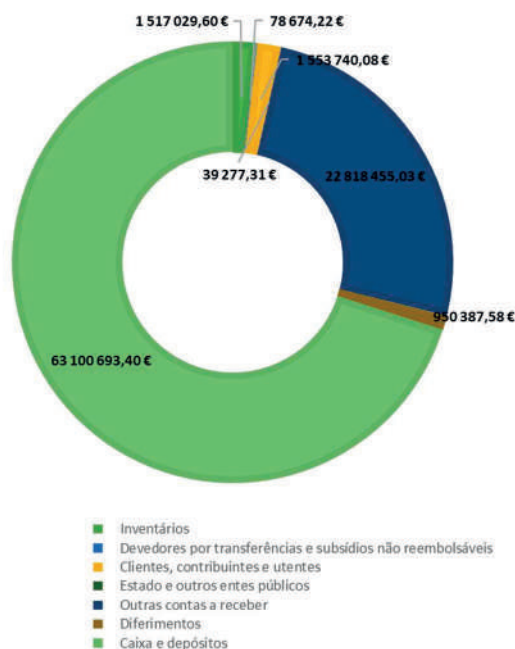
Ativo corrente

O Ativo Corrente, totaliza o montante de 90.058.257,22€, que representa 23,21% do ativo total, sendo constituído pelos Inventários, Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, Clientes, contribuintes e utentes, Outras contas a receber, Diferimentos e por último Caixa e depósitos.

Quadro 36 - Ativo corrente

	2021		2022		Δ 2021/2022
Inventários	15 415 217,99 €	16,16%	1 517 029,60 €	1,68%	-90,16%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 465 856,14 €	1,54%	78 674,22 €	0,09%	-94,63%
Clientes, contribuintes e utentes	1 964 307,14 €	2,06%	1 553 740,08 €	1,73%	-20,90%
Estado e outros entes públicos	- €		39 277,31 €	0,04%	
Outras contas a receber	23 490 458,43 €	24,63%	22 818 455,03 €	25,34%	-2,86%
Diferimentos	80 522,48 €	0,08%	950 387,58 €	1,06%	1080,28%
Caixa e depósitos	52 957 347,59 €	55,53%	63 100 693,40 €	70,07%	19,15%
Total	95 373 709,77 €		90 058 257,22 €	100,00%	-5,57%

Gráfico 15 – Estrutura do Ativo Corrente



A parcela mais relevante no ativo corrente continua a corresponder à componente Caixa e Depósitos que detém 63.100.693,40€ (70,07%) do total do ativo corrente e 16,26% do total do ativo.

As outras contas a receber totalizam no final de 2022, 22.818.455,03€ que corresponde a 25,34% sobre o ativo corrente, 5,88% sobre o total do ativo. Para além do exposto no quadro infra, estão escriturados na presente rubrica a dívida que o Estado tem para com a Autarquia relativa aos impostos arrecadados e ainda não remetidos a 31 de dezembro. Ilustra também as receitas cobradas em 2022, incluídas nas contas a receber, mas cuja transferência para o Município só ocorre em 2023. Durante o período de relato aplicou-se a NCP 13 rendimento de transações com contraprestação, em espelho para os gastos, gastos estes referentes às transferências e subsídios concedidos com condições às Juntas de Freguesias no valor de 863.408,21€. Demonstrado esse aumento da conta de Diferimentos, que obteve uma variação percentual extraordinária de 1080,28% que se consubstancia no montante de 950.387,58€. Este valor corresponde ao montante que as Juntas de Freguesia têm que justificar, nomeadamente as despesas de capital.

Quadro 37 - Devedores por acréscimos de rendimentos

Contas	Devedores por acréscimos de rendimentos	Valor
27.2.0.4	IMI	18 238 722,94 €
27.2.0.9.02	Derrama	3 266 370,00 €
27.2.1.9	Outros acréscimos de proveitos	
27.2.1.9.01	Refeições Escolares	120 700,17 €
27.2.1.9.02	Resíduos Sólidos Urbanos	10 168,33 €
27.2.1.9.99	Outros	32 231,83 €
28.1.9.01.9.9	Gastos a reconhecer outros	7 473,65 €
Total		21 675 666,92 €

A parcela dominante nos Devedores por acréscimos de rendimentos continua a ser da responsabilidade do Imposto Municipal de Imóveis (IMI), e da Derrama que serão cobrados pela Autoridade Tributária e transferidos para o Município no ano de 2023, mas referentes ao ano de 2022.

O cálculo da receita do IMI foi efetuado com base nas listagens disponibilizadas no *site* da Autoridade Tributária, acrescido do montante transferido em janeiro de 2023, e atualizado conforme o aprovado em Assembleia Municipal a 23 de setembro de 2022, e respetivas isenções nos termos previstos no n.º 6 do art.º 112º-A do Código do IMI. A AT disponibilizou a informação relativa ao número de agregados familiares com um, dois e três ou mais dependentes, com domicílio fiscal em prédio destinado a habitação própria e permanente o qual registamos como isenção, tal como a receita que o Município não vai arrecadar na união de freguesias de Canedo Vale e Vila Maior em virtude de redução de taxa, tudo aprovado na referida reunião.

Para a derrama, a estimativa apresentada é a que consta no Orçamento para 2023, uma vez que não existe documentação de suporte para um cálculo rigoroso do valor, adicionado o montante transferido em janeiro.

Património Líquido

O Património Líquido apresenta a 31 de dezembro de 2022, um saldo de 362.418.440,77€, tendo aumentado 13.908.810,19€, relativamente a 31 de dezembro de 2021.

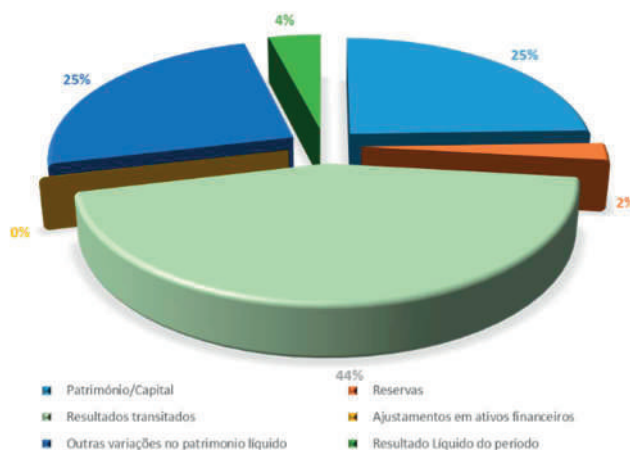
Na origem desta variação positiva está sobretudo a incorporação do Resultado Líquido no valor de 13.436.962,14€, do qual, foi incorporado em resultados transitados o valor de 12.724.803,15€ e em reservas legais 712.158,99€, conforme deliberação da Assembleia Municipal aquando da aprovação da Prestação de Contas de 2021.

Quadro 38 - Património Líquido

	2021		2022		Δ 2021/2022
Património/Capital	88.180.293,35 €	25,30%	88.792.730,70 €	24,50%	0,69%
Reservas	7.757.391,24 €	2,23%	8.469.550,23 €	2,34%	9,18%
Resultados transitados	149.886.895,41 €	43,01%	161.179.103,99 €	44,47%	7,53%
Ajustamentos em ativos financeiros	- 137.141,72 €	-0,04%	- 149.142,43 €	-0,04%	8,75%
Outras variações no patrimonio líquido	89.385.230,16 €	25,65%	89.551.292,36 €	24,71%	0,19%
Resultado Líquido do período	13.436.962,14 €	3,86%	14.574.905,92 €	4,02%	8,47%
Total Património Líquido	348.509.630,58 €	100%	362.418.440,77 €	100%	3,99%

A rubrica Resultados transitados teve um aumento em valor absoluto de 11.292.208,58€, o qual deve-se, por um lado, ao incremento pela incorporação do Resultado Líquido do Exercício, no montante de 12.724.803,15€, e em sentido inverso, um decréscimo de 1.394.961,11€. Este valor resulta da diferença apurada entre o valor financiado, quer pelo Estado, quer pelos Fundos comunitários, às escolas cuja competência à data da construção era do Estado, mas a construção ficou à responsabilidade do Município de Santa Maria da Feira, e, à data da Delegação | Transferência de competências na área da Educação do Estado para as autarquias Locais, ainda não tinham sido transferidas para o património do Estado. No que concerne ao Resultado Líquido do Exercício, teve um aumento de 8,47%, que se consubstancia em 1.137.943,78€.

Gráfico 16 – Peso do Património Líquido





O Património Líquido aumentou em 3,99% face a 31 de dezembro de 2021, tendo sido a incorporação do Resultado Líquido do Exercício anterior que em maior parte contribui para esse aumento, como explanado precedentemente.

Passivo

Como se pode observar, no quadro seguinte, à data de 31 de dezembro de 2022, o Passivo Total atingiu o montante de 25.651.494,05€ tendo-se verificado um aumento no montante de 6.297.317,36€ relativamente a 31 de dezembro de 2021, que corresponde a 32,54%. O Passivo decompõe-se igualmente como Passivo Não Corrente e Passivo Corrente, alcançando o montante de 14.969.119,98€ e 10.682.374,07€, respetivamente.

Quadro 39 - Estrutura do Passivo

	2021	2022	Δ 2021/2022
Passivo Não Corrente			
Provisões	975.375,88 €	951.618,42 €	-2,44%
Financiamentos obtidos	9.199.283,96 €	6.894.348,03 €	-25,06%
Diferimentos	- €	3.791.347,54 €	
Outras contas a pagar	2.703.223,99 €	3.331.805,99 €	23,25%
Total Passivo Não Corrente	12.877.883,83 €	14.969.119,98 €	16,24%
Passivo Corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	71.836,34 €	11.531,02 €	-83,95%
Fornecedores	1.057.090,21 €	1.245.874,45 €	17,86%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	77.020,00 €	179.620,00 €	133,21%
Estado e outros entes públicos	253.915,88 €	383.820,73 €	51,16%
Financiamentos obtidos	2.505.084,07 €	2.305.354,14 €	-7,97%
Fornecedores de investimentos	197.905,08 €	162.368,37 €	-17,96%
Outras contas a pagar	2.285.996,84 €	3.494.747,96 €	52,88%
Diferimentos	27.444,44 €	2.899.057,40 €	10463,37%
Total Passivo Corrente	6.476.292,86 €	10.682.374,07 €	64,95%
Total Passivo	19.354.176,69 €	25.651.494,05 €	32,54%

Para o aumento do Passivo, contribuiu, com grande relevância o Passivo Corrente com uma variação no valor de 4.206.081,21€, que corresponde um aumento de 64,95% face a 31 de dezembro de 2021.

Este aumento deve-se, na sua essência, à alteração da contabilização das Transferências e subsídios de capital recebidos, até então registados na conta 59 - Outras variações no património líquido, que, no decurso deste ano, 2022, passaram a ser contabilizados na conta de diferimentos, conta 28, mais específica 28.2 - Rendimentos a reconhecer. Desta alteração resulta um impacto no Passivo no valor de 6.663.506,56€, que não decorre de aumento de dívida.

De acordo com o §26 da NCP 14 Rendimentos de transações sem contraprestação, “*uma entidade deverá reconhecer um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento*”.

De facto, as “transferências com condições decorrentes de acordos ou contratos” têm como regra diversos tipos de especificações que devem ser analisadas casuisticamente. Assim, existem critérios de elegibilidade da natureza e da forma de concretização das despesas (e.g., cumprimento de contratação pública, contabilidade específica, cumprimento de declarações, publicidade do financiamento, elegibilidade pela

natureza do tipo de despesas que podem ser apresentadas), cujo não cumprimento determina a devolução das verbas recebidas e existem outros critérios ou regras, relacionados normalmente com o período subsequente à finalização do projeto (e.g., manter arquivo, aceitar as auditorias, manter os ativos durante um período, afetar a sua utilização a um objetivo definido na candidatura), cujo incumprimento poderá suscitar a constituição de uma obrigação.

Se expurgássemos esta alteração na contabilização das Transferências e subsídios de capital obtidos com condições o passivo tinha tido um decréscimo de -1,75%, quantificado no montante de -339.290,82€.

O Passivo Não Corrente seguiu a tendência com um aumento da despesa em cerca de 2.091.236,15€, a que corresponde 16,24%, e o Passivo Corrente com um aumento de 4.206.081,21€, cuja fundamentação se encontra devidamente explanada anteriormente.

Quanto à rubrica Provisões para Riscos e Encargos pode-se aferir que, houve uma diminuição. Os processos 1078/16.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, 3775/16.1T8OAZ - Comarca de Aveiro-Oliveira de Azeméis - Juízo de execução, 2617/18.8T8VFR - J2 do Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira, e 2011/21.3T8VFR - J2 do Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira, findaram absolvendo o Município.

Análise da Dívida Municipal

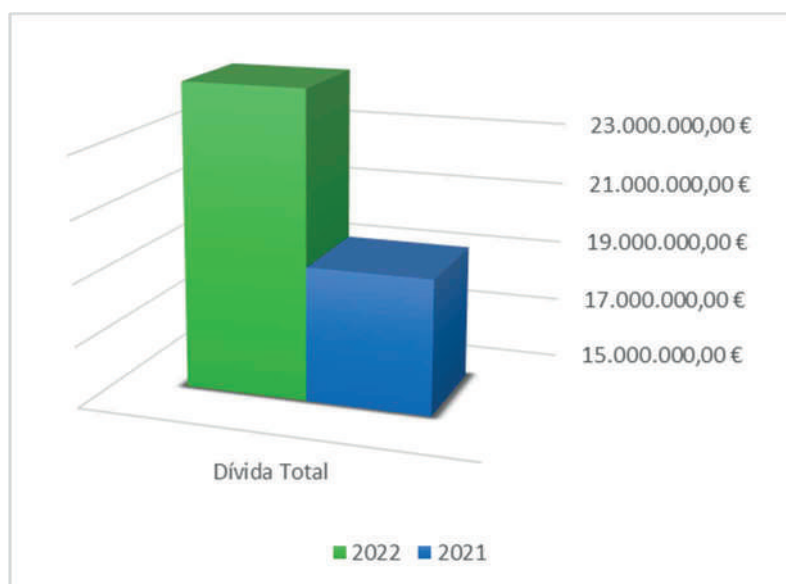
Como tem sido habitual, é dedicado um espaço próprio a uma apreciação mais pormenorizada do comportamento da dívida do Município de Santa Maria da Feira, pela razão da sua importância.

Para uma análise da dívida global do Município de Santa Maria da Feira, podemos constatar pelo quadro infra, um aumento, em relação a 31/12/2021, de 6.297.317,36€ o que corresponde a 32,54%, resultante maioritariamente da dívida do Passivo Corrente.

Quadro 40 - Evolução da Dívida

	2021	2022	Δ 2021/2022	Valores em absoluto 2021/2022
Passivo Não Corrente	12 877 883,83 €	14 969 119,98 €	16,24%	2 091 236,15 €
Passivo Corrente	6 476 292,86 €	10 682 374,07 €	64,95%	4 206 081,21 €
Dívida Total	19 354 176,69 €	25 651 494,05 €	32,54%	6 297 317,36 €

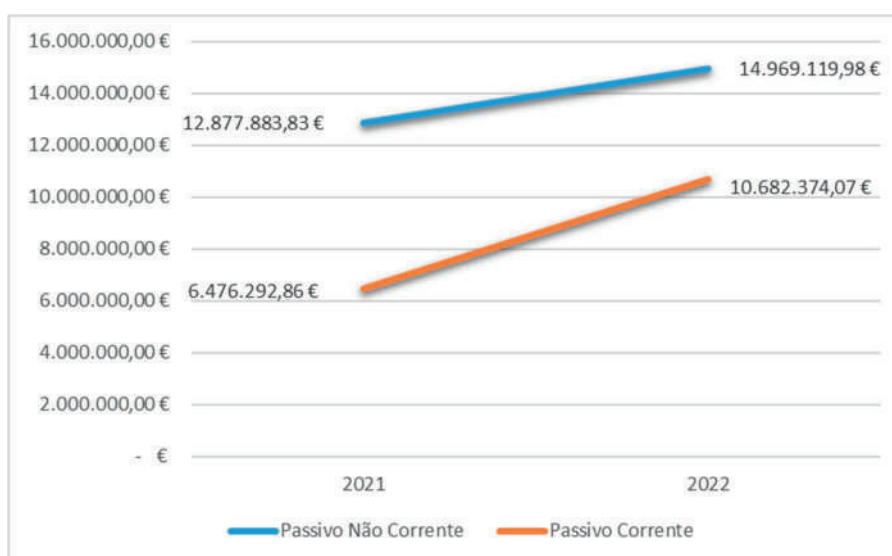
Gráfico 17 – Evolução da Dívida Global



Os níveis de endividamento, ao longo dos últimos anos, tem diminuído de uma forma sistemática e consistente, sustentados quer pelo controlo rigoroso do passivo corrente, quer pelas amortizações dos empréstimos, pese embora este ano tenha aumentado, o mesmo não se deve a aumento de dívida, mas sim á forma de registar as transferências e subsídios recebidos, já devidamente clarificado.

As operações de tesouraria que fazem parte do passivo não corrente, na rubrica outras contas a pagar, incrementam a dívida no montante de 3.335.772,30€.

Gráfico 18 - Passivo Não Corrente / Passivo Corrente



Passivo não Corrente

O passivo não corrente, no global, aumentou no montante de 2.091.236,15€ comparativamente a 31 de dezembro de 2021, que corresponde a 16,24%.

É determinante a componente referente a Financiamentos Obtidos, que ascende a 6.894.348,03€, cuja diminuição de 2021 para 2022, ocorreu através das amortizações ordinárias dos empréstimos no montante de 2.304.935,93€.

O valor que se encontra registado em Outras Contas a Pagar refere-se, quer às Cauções de Loteamentos e Obras, quer Cauções de Fornecedores de Imobilizado, que não são dívida propriamente dita. São montantes retidos como garante da boa execução dos trabalhos, que serão devolvidos aos fornecedores, caso, o Município não tenha que acionar a garantia.

Quadro 41 - Passivo Não Corrente

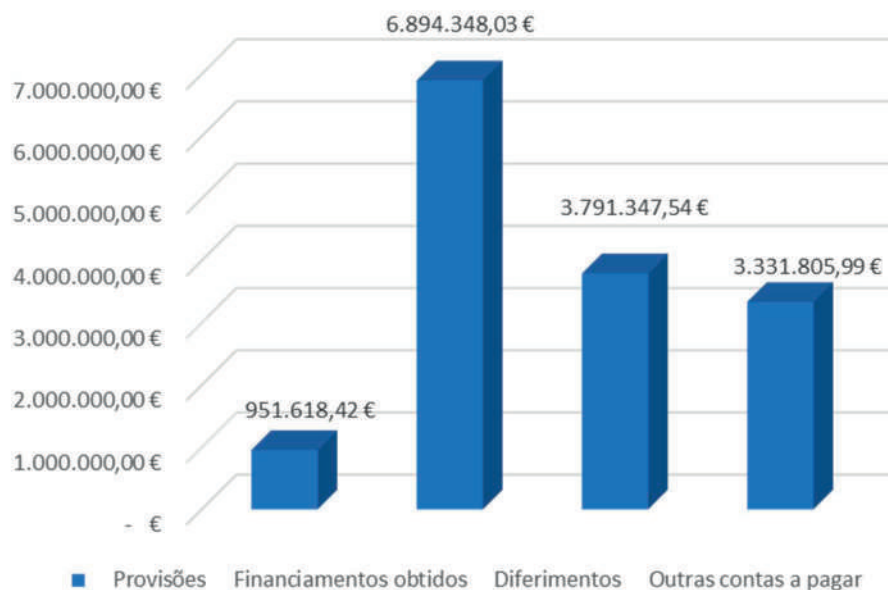
	2021	2022	Δ 2021/2022
Passivo Não Corrente			
Provisões	975 375,88 €	951 618,42 €	-2,44%
Financiamentos obtidos	9 199 283,96 €	6 894 348,03 €	-25,06%
Diferimentos	- €	3 791 347,54 €	
Outras contas a pagar	2 703 223,99 €	3 331 805,99 €	23,25%
Total	12 877 883,83 €	14 969 119,98 €	16,24%

Em termos de empréstimos, ao longo do ano de 2022, o contributo mais significativo para a sua diminuição, na dívida de médio e longo prazo, justifica-se essencialmente pela amortização do empréstimo do BPI o qual engloba diversos investimentos realizados não comparticipados pelos fundos comunitários e contratualizado em 2010, que totaliza o montante de 379.393,58€.

No decurso da gerência finalizaram vinte e dois empréstimos que a seguir se identificam:

- Santander Totta:
 - Aquisição de garagens de empreendimentos;
 - Aquisição de garagens em Paços de Brandão;
 - Pavimentação betuminoso na Circunvalação em Sta. M^a da Feira;
 - Obras de reordenamento do Outeirinho;

- Reparação do pavilhão da Corga e Arrifana;
 - Cemitérios de S. João de Ver e Santa Maria Feira;
 - Aquisição de mobiliário para escolas do ensino básico;
 - Aquisição de mobiliário para escolas pré-primárias;
 - Aquisição de habitações;
 - Aquisição de habitação em Sta. Maria de Lamas;
- Millennium/BCP:
 - Financiamento de projetos investimento de natureza municipais comparticipadas pelo FEDER, no âmbito do III QCA - Remodelação das redes de drenagem doméstica e pluvial em Vila Boa - Sta. M^a da Feira;
 - Financiamento do projeto de investimento designado por Z.I. de Soutelo - Fiães (FEDER);
 - Financiamento do projeto de investimento de beneficiação do C.M. 1025 - Igreja Pousadela - E.N. 14 - (FEDER);
 - Financiamento do projeto de investimento de remodelação das redes de drenagem de esgotos domésticos pluviais nas E.N.222 e 223 (FEDER);
 - Financiamento do projeto de investimento da construção de Pontões derrocados pelas cheias - 1^a fase (FEDER);
 - Novo Banco:
 - Linha BEI - Destinado à construção do prolongamento e eletrificação da via do Eixo Industrial Norte e construção da rotunda do Casalinho - Lourosa;
 - Linha Bei - Destinado à Biblioteca Municipal - 3^a fase;
 - Linha BEI - Abastecimento de água na Vergada e Ermil e saneamento em Ermil - Mozelos;
 - Linha BEI - Abastecimento de água e saneamento da via estruturante de Paços de Brandão/Riomeão;
 - Linha BEI - Eliminação de pontos de conflito em Vias Municipais;
 - Linha BEI - Abastecimento de água e saneamento na Póvoa e Framil-Canedo;
 - Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P.:
 - Conceção/Construção Pavilhão Desportivo de Fiães.

Gráfico 19 – Natureza do Passivo Não Corrente

Passivo Corrente

O quadro infra pretende analisar o passivo corrente do Município, tendo em consideração que a rubrica - Outras contas a pagar, inclui diferimentos que anteriormente se encontravam registados em Outras Variações de Capital, no valor de 3.466.636,92€, sendo que 23.586,56€, são considerados dívida efetiva à Associação de Municípios de Terras de Santa Maria e ainda 4.524,48€ de operações de tesouraria, referente ao Andante, Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária/GNR (multas) e Instituto Português da Qualidade.

**Quadro 42 - Passivo Corrente**

	2021	2022	Δ 2021/2022
Passivo Corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	71 836,34 €	11 531,02 €	-83,95%
Fornecedores	1 057 090,21 €	1 245 874,45 €	17,86%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	77 020,00 €	179 620,00 €	133,21%
Estado e outros entes públicos	253 915,88 €	383 820,73 €	51,16%
Financiamentos obtidos	2 505 084,07 €	2 305 354,14 €	-7,97%
Fornecedores de investimentos	197 905,08 €	162 368,37 €	-17,96%
Outras contas a pagar	2 285 996,84 €	3 494 747,96 €	52,88%
Diferimentos	27 444,44 €	2 899 057,40 €	10463,37%
Total Passivo Corrente	6 476 292,86 €	10 682 374,07 €	64,95%

O Passivo Corrente, foi quantificado em 10.682.374,07€, com uma variação no valor de 4.206.081,21€, que corresponde um aumento de 64,95% face a 31 de dezembro de 2021.

Este aumento deve-se na sua essência à alteração da contabilização das Transferências e subsídios de capital recebidos, até então registados na conta 59 - Outras variações no património líquido, no decurso deste ano, 2022, passaram a ser contabilizados na conta de diferimentos, conta 28, mais específica 28.2 - Rendimentos a reconhecer, e assim incluem agora as Transferências e subsídios de capital obtidos com condições no valor de 3.764.449,16€.



Gráfico 20 - Natureza do Passivo Corrente

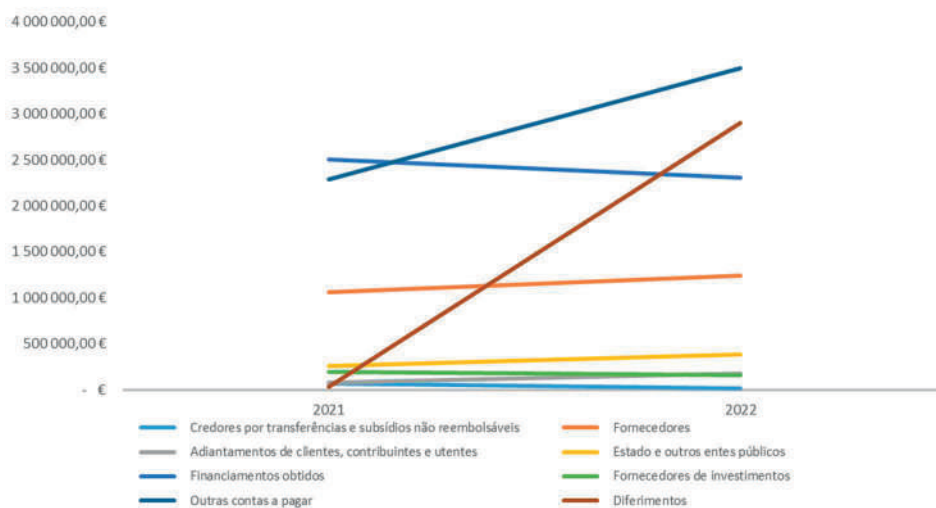
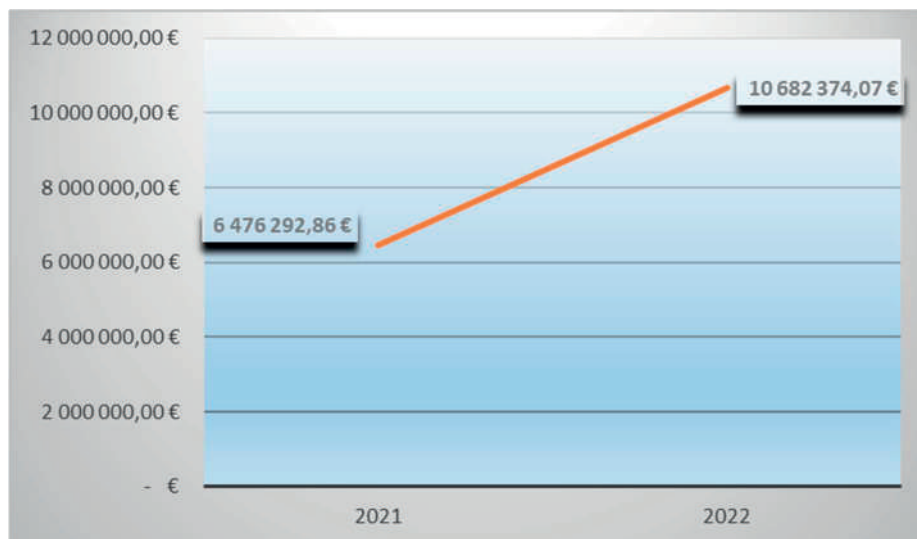


Gráfico 21 – Evolução da dívida de curto prazo

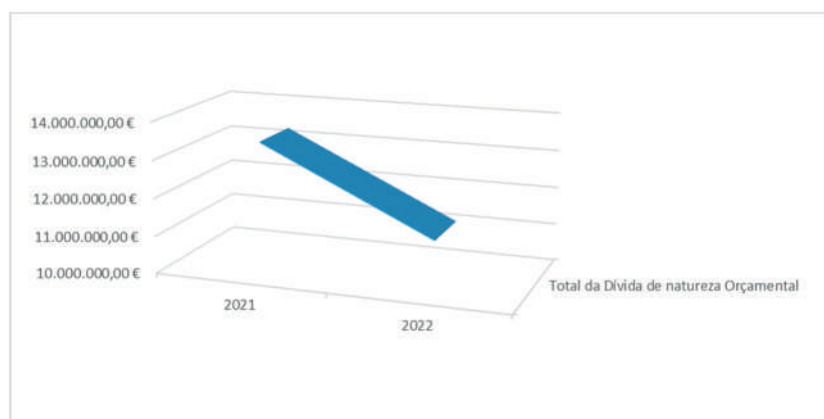


Se ao total do Passivo, expurgarmos o montante de operações não orçamentais, nomeadamente, Provisões, Operações de Tesouraria, Diferimentos, e Acréscimos de Gastos, que não consubstanciam dívida, a prestação da dívida do Município espelha-se no quadro infra:

Quadro 43 – Evolução do Passivo (resultante de operações da dívida)

	2021	2022	△ 2021/2022
Passivo Não Corrente			
Provisões	975 375,88 €	951 618,42 €	
Financiamentos obtidos	9 199 283,96 €	6 894 348,03 €	
Outras contas a pagar	2 703 223,99 €	3 331 805,99 €	
Diferimentos	- €	3 791 347,54 €	
Total Passivo Não Corrente	12 877 883,83 €	14 969 119,98 €	
Passivo Corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	71 836,34 €	11 531,02 €	
Fornecedores	1 057 090,21 €	1 245 874,45 €	
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	77 020,00 €	179 620,00 €	
Estado e outros entes públicos	253 915,88 €	383 820,73 €	
Financiamentos obtidos	2 505 084,07 €	2 305 354,14 €	
Fornecedores de investimentos	197 905,08 €	162 368,37 €	
Outras contas a pagar	2 285 996,84 €	3 494 747,96 €	
Diferimentos	27 444,44 €	2 899 057,40 €	
Total Passivo Corrente	6 476 292,86 €	10 682 374,07 €	
Total Passivo	19 354 176,69 €	25 651 494,05 €	
Operações de Tesouraria (balancete de OT)	2 709 441,99 €	3 335 772,30 €	
Acréscimos de gastos	2 272 582,28 €	3 466 636,92 €	
Rendimentos a reconhecer	27 444,44 €	6 690 404,94 €	
Provisões	975 375,88 €	951 618,42 €	
Total de operações extra orçamento	5 984 844,59 €	14 444 432,58 €	
Total da Dívida de natureza Orçamental	13 369 332,10 €	11 207 061,47 €	-16,17%

Gráfico 22 – Evolução da dívida (resultante de operações da dívida)



Excluído as componentes extraorçamento, o Município continua com a tendência de diminuição da sua dívida, em -16,17%.

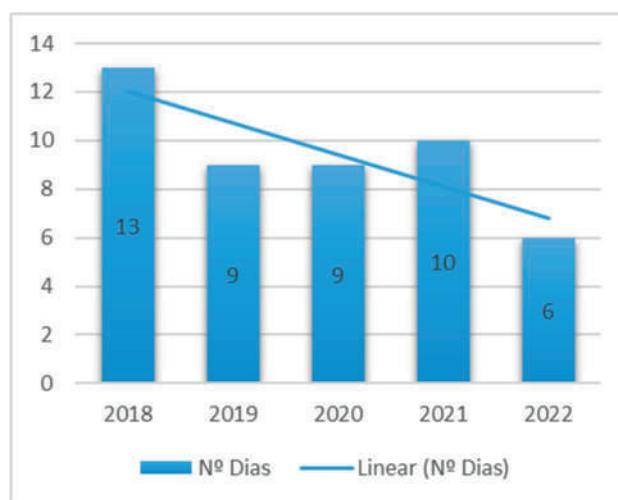
Para efeitos do cálculo do Prazo Médio de Pagamentos e de acordo com instruções da IGF, expurgamos as regularizações do imobilizado, que atualmente não devem ser consideradas, e recalculamos assim o prazo médio de pagamentos com a nova métrica obtendo o resultado de 6 dias.

O resultado obtido, vem confirmar a tendência iniciada em 2018, de manutenção do PMP num nível abaixo dos 30 dias, e que confirma a informação referida no quadro supra.

Quadro 44 – Prazo Médio de Pagamento

Anos	2018	2019	2020	2021	2022
Nº Dias	13	9	9	10	6
PMLegal	90	90	90	90	90

Gráfico 23 – Evolução do prazo médio de pagamento



Em síntese, o Município apresenta um nível de endividamento global decrescente, consistente e contínuo, o que demonstra o rigor com que se tem pautado a sua atividade, tendo em 2022, atingido o montante de 11.207.061,47,€ (dívida orçamental).

Outras contas a pagar

Quadro 45 – Credores por acréscimo de gastos

Contas	Credores por acréscimos de gastos	Valor
27.2.2.1	Remunerações a liquidar	3 245 103,44 €
27.2.2.2	Juros a liquidar e outros gastos financeiros	23 401,59 €
27.2.2.9.01	Seguros a liquidar	1 037,30 €
27.2.2.9.09.01	Custos correntes (água, eletricidade, aquecimento)	77 231,23 €
27.2.2.9.09.99	Outros acréscimos de gastos	119 863,36 €
Total		3 466 636,92 €

Igualmente confinados ao princípio da especialização dos exercícios temos os credores por acréscimos de gastos. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam gastos ou se processam rendimentos, e que devem ser reconhecidos no próprio exercício ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa e receita, só venha a incorrer em exercícios posteriores.

No que concerne aos acréscimos de gastos, destaca-se as remunerações a liquidar em 2023, no montante de 3.245.103,44€, cujo gasto deverá onerar o exercício a que respeita, ou seja, 2022.

Fluxos de Caixa

A informação fornecida dos fluxos de caixa de uma entidade ajuda a prever as futuras necessidades de recursos financeiros, a capacidade de gerar fluxos de caixa no futuro e a sua capacidade para financiar as atividades. O objetivo da demonstração de fluxos de caixa é a de prestar informação sobre a forma como são geridos e utilizados os recursos financeiros na entidade durante o período de relato em causa.

Não se incluem nesta demonstração as transações não monetárias, nomeadamente as transações de investimento e de financiamento que não exigem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, como é o caso de aquisição de ativos por permuta.

O mapa de fluxos de caixa relata os fluxos ocorridos durante o ano de 2022, classificados por categorias de atividades: operacionais; de investimentos e de financiamento.

Após análise ao quadro infra, constatamos que são os fluxos de caixa decorrentes da atividade operacional que gera um elevado excedente, atingindo o montante de 21.978.042,60€, enquanto que, os fluxos de caixa das atividades de investimento geram resultados negativos.

Tal como nos anos transatos é a atividade operacional do Município que gera rendimentos suficientes para suportar os investimentos definidos e cumprir com os encargos decorrentes do financiamento.

Quadro 46 – Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4 962 660,09 €	7 122 636,04 €
Recebimentos de contribuintes		12 033 306,10 €	35 287 221,46 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		24 443 350,87 €	34 102 188,38 €
Recebimentos de utentes		1 443 335,62 €	2 101 095,57 €
Pagamentos a fornecedores		-22 585 006,48 €	-23 982 887,33 €
Pagamentos ao pessoal		-16 241 276,34 €	-21 888 531,14 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-9 791 610,70 €	-11 329 816,41 €
Caixa gerada pelas operações		-5 735 240,84 €	21 411 906,57 €
Outros recebimentos/pagamentos		22 496 198,62 €	566 136,03 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		16 760 957,78 €	21 978 042,60 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-21 270 080,73 €	-21 006 667,86 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-178 403,14 €	-559 657,55 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-201 966,69 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		733 662,50 €	1 143 298,63 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		2 767 698,39 €	3 461 584,03 €
Recebimentos - Investimentos financeiros		0,00 €	21 861,88 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		5 170 664,17 €	7 594 133,60 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-12 978 425,50 €	-9 345 447,27 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Doações		607,45 €	0,00 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		69 624,32 €	63 079,13 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-2 519 304,63 €	-2 504 188,26 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-47 638,88 €	-48 140,39 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-2 496 711,74 €	-2 489 249,52 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio		1 285 820,54 €	10 143 345,81 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		51 671 527,05 €	52 957 347,59 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		52 957 347,59 €	63 100 693,40 €
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldos da gerência			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior (SGA)		51 671 527,05 €	52 957 347,59 €
SGA De execução orçamental		49 226 490,23 €	50 247 905,60 €
SGA De operações de tesouraria		2 445 036,82 €	2 709 441,99 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		52 957 347,59 €	63 100 693,40 €
SGS De execução orçamental		50 247 905,60 €	59 764 921,10 €
SGS De operações de tesouraria		2 709 441,99 €	3 335 772,30 €



Tendo em consideração o saldo orçamental inicial de 52.957.347,59€, o saldo que transita para a gerência seguinte ascende a 63.100.693,40€. Este saldo decompõe-se em saldo de operações orçamentais com o valor de 59.764.921,10€ e em saldo de operações de tesouraria em 3.335.772,30€. Apenas se considera em operações de tesouraria, os valores que detemos em cauções, e o que efetivamente arrecadamos para outras entidades, tais como a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, AMA, PSP, GNR, IPQ.

Os saldos de gerência, ao longo dos últimos anos, tem criado fluxos excedentários, excedentes estes gerados pela atividade operacional, a principal fonte de geração de recursos financeiros da entidade.

O superavit apurado pelo saldo operacional de 21.978.042,60€, permite, para além de colmatar o défice apurado pelo saldo de investimentos, no montante de -9.345.447,27€ e de financiamento em -2.489.249,52€, aplicar o valor de 10.143.345,81€ no reforço do saldo de gerência.

Cerca de 87,6% dos recebimentos das atividades operacionais, têm origem nos recebimentos de contribuintes e das transferências e subsídios correntes, com 35.287.221,46€ e 34.102.188,38€, respetivamente.

II. Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza, reflete o desempenho económico obtido pelo Município e permite aferir a capacidade de criar riqueza, ano após ano.

A tipologia das Demonstrações financeiras preparadas de acordo com a estrutura conceptual e as normas de contabilidade pública do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) permite destacar os resultados obtidos com origem na atividade operacional, isolando as depreciações, bem como os gastos de financiamento.

Quadro 47 – Demonstração de Resultados

Referênciação das Contas	Rubricas	Notas	Datas	
			2021	2022
	Impostos, contribuições e taxas		36.700.719,03 €	36.499.009,84 €
=71	Vendas		2.206,60 €	1.706,57 €
=72	Prestações de serviços e concessões		5.222.830,34 €	5.759.954,88 €
=75	Transferências e subsídios correntes obtidos		24.435.459,41 €	32.581.791,10 €
=785+7921-685	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-51.382,28 €	80.940,68 €
=74	Trabalhos para a própria entidade		1.487.706,77 €	1.585.986,08 €
=61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1.148.497,91 €	-1.324.473,04 €
=62	Fornecimentos e serviços externos		-19.859.240,62 €	-22.074.277,66 €
=63	Gastos com pessoal		-16.857.222,87 €	-23.364.817,27 €
=60(exceto 603)	Transferências e subsídios concedidos		-10.000.733,42 €	-10.722.782,14 €
=651-7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-31.792,72 €	11.174,31 €
=67-763	Provisões (aumentos/reduções)		602.759,50 €	23.757,46 €
=6532+657+658-7623-7627-7628	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
=78(exceto 782 e 785)	Outros rendimentos		7.120.461,85 €	9.360.325,12 €
=68(exceto 682 e 685)+6591+6599-76291-76299	Outros gastos		-2.724.006,21 €	-1.427.882,10 €
	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		24.899.267,47 €	26.990.413,83 €
=64-761	Gastos/reversões de depreciação e amortização		-11.436.171,53 €	-12.420.051,93 €
	Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		13.463.095,94 €	14.570.361,90 €
=782+790+791+7922+793+799	Juros e rendimentos similares obtidos		17.903,41 €	63.079,13 €
=682+6910+6911+6912+6913+6918+692+698	Juros e gastos similares suportados		-44.037,21 €	-58.535,11 €
	Resultado antes de impostos		13.436.962,14 €	14.574.905,92 €
	Resultado líquido do período		13.436.962,14 €	14.574.905,92 €

Os rendimentos globais gerados no ano de 2022 totalizaram 86.466.540,53€, enquanto, os gastos totais atingiram 71.891.634,61€ gerando um Resultado Líquido do Exercício de 14.574.905,92€.

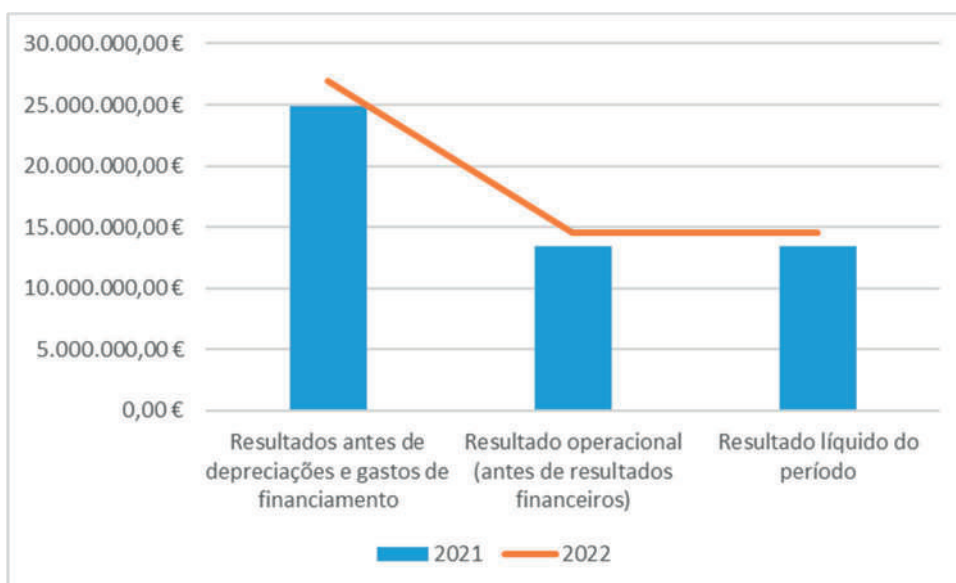
Os acréscimos mais significativos dos gastos verificam-se nas rubricas Gastos com pessoal com um aumento de 38,60%, em valor atingiu o montante de 23.364.817,27€, que se deve principalmente ao

aumento de pessoal com a Descentralização | Transferência de competências no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto da educação, Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas que acumulou mais 15,32% que em 2022 e ascendeu a 1.324.473,04€ e Fornecimentos e serviços externos com um aumento de 11,15%, que totalizou 22.074.277,66€.

Os impostos e taxas, que se apresentam como principal componente dos rendimentos operacionais representando cerca de 42,21% do total dos rendimentos, totalizaram 36.499.009,84€.

Em 2022 verificou-se também um aumento nos rendimentos resultantes das Transferências e subsídios correntes obtidos, originado pela Descentralização | Transferência de competências no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto da educação, em abril de 2023, o qual se encontra em linha com o aumento dos gastos. A despesa com prestações de serviços e concessões aumentaram 10,28% e a rubrica Outros rendimentos obteve um aumento em valor de 2.239.863,27€, dos quais 1.371.509,00€ se referem à Subvenção adicional específica do Fundo Social Municipal ano 2022 - artigo 103.º LOE/2022 e artigo 2.º da LEI N.º 21/2022, contabilizada nesta rubrica por nota indicativa da DGAL.

Gráfico 24 – Evolução dos Resultados





Quadro 48 - Rácios

Rácios/Ano	2021	2022
Receita Total per Capita	501,69 €	593,76 €
Receita Total Km2	317 741,01 €	376 055,22 €
Despesa Total Per Capita	707,48 €	771,29 €
Despesa Total por Km2	448 078,00 €	488 490,19 €
Receitas Próprias per Capita	322,90 €	344,33 €
Receitas Próprias por Km2	204 509,20 €	218 079,64 €
Fundos Municipais per capita	169,93 €	178,43 €
Fundos Municipais por Km2	107 623,48 €	113 004,66 €
Investimento por Km2	174 913,67 €	170 013,93 €
Despesas Com Pessoal Per Capita	121,45 €	161,71 €
Despesas Com Pessoal por Km2	76 918,72 €	102 420,39 €
Custos com Pessoal / número de efectivos	20 626,64 €	17 246,09 €
Dados de Suporte		
Nº habitantes	136 720	136 720
Km2	215,87	215,87
Receita Total	68 590 751,27 €	81 179 040,00 €
Receitas Próprias	44 147 400,40 €	47 076 851,62 €
Fundos Municipais	23 232 681,00 €	24 394 315,00 €
Investimento-compromissos assumidos	37 758 614,99 €	36 700 908,05 €
Custo com pessoal	16 604 443,36 €	22 109 490,55 €
Nº efectivos	805	1 282
Despesa Total	96 726 597,65 €	105 450 377,68 €



Quadro 49 - Indicadores

Indicadores da situação financeira do Município				
Índice Liquidez	$\frac{\text{Dívidas a receber correntes + caixa e depósitos}}{\text{Dívidas a pagar correntes}}$	=	$\frac{87.471.949,67 \text{ €}}{7.783.316,67 \text{ €}}$	= 1123,84%
Razão entre o EBITDA e os Rendimentos Operacionais	$\frac{\text{Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)}}{\text{Rendimentos Operacionais}}$	=	$\frac{26.990.413,83 \text{ €}}{84.283.728,19 \text{ €}}$	= 32,02%
Peso Passivo exigível no Ativo	$\frac{\text{Dívidas a pagar (passivo exigível)}}{\text{Ativo Total - ATF : Bens de Domínio Público}}$	=	$\frac{21.800.818,23 \text{ €}}{294.571.574,18 \text{ €}}$	= 7,40%
Passivo por habitante	$\frac{\text{Dívidas a pagar (passivo exigível)}}{\text{Nº de habitantes}}$	=	$\frac{21.800.818,23 \text{ €}}{136.720}$	= 15945,60%
Taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício	$\frac{\text{Despesas comprometidas para o exercício}}{\text{Receitas liquidadas líquidas}}$	=	$\frac{105.450.377,68 \text{ €}}{142.083.655,08 \text{ €}}$	= 74,22%
Grau de execução do saldo efetivo	$\frac{\text{Receitas efetivas liquidadas - Despesas efetivas comprometidas}}{\text{Receitas efetivas liquidadas}}$	=	$\frac{36.249.549,71 \text{ €}}{141.699.927,39 \text{ €}}$	= 25,58%
Índice de Dívida Total	$\frac{\text{Dívida Total (passivo exigível - operações de tesouraria)}}{\text{Média das receitas correntes nos últimos 3 anos}}$	=	$\frac{18.465.045,93 \text{ €}}{71.096.607,89 \text{ €}}$	= 25,97%
Índice de Superavit	$\frac{\text{Despesas pagas + (caixa e depósitos - operações de tesouraria)}}{\text{Despesas comprometidas para o exercício}}$	=	$\frac{141.699.927,39 \text{ €}}{105.450.377,68 \text{ €}}$	= 134,38%
Impostos diretos por habitante	$\frac{\text{IMI+IMT+IUC+Derrama}}{\text{Nº de habitantes}}$	=	$\frac{35.287.212,89 \text{ €}}{136.720}$	= 258,10 €

A posição do Município de Santa Maria da Feira no ranking do Anuário Financeiro dos Municípios portugueses tem-se posicionado nos últimos 4 anos nos 9 primeiros como se constata abaixo:

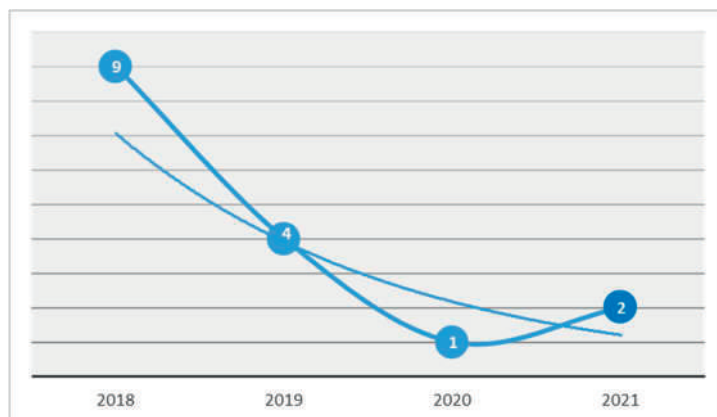
Quadro 50 – Ranking Município de Santa Maria da Feira

Município de Santa Maria da Feira no ranking global dos municípios de grande dimensão

Ano 2021	2º
Ano 2020	1º
Ano 2019	4º
Ano 2018	9º



Gráfico 25 – Ranking do Município





IV. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Foi apurado um resultado líquido do Exercício no montante de 14.574.905,92€ o qual terá que ser aprovado pelo órgão deliberativo, mediante proposta do órgão executivo.

Desta forma, propõe-se que o montante do Resultado Líquido do Exercício seja repartido da seguinte forma:

1. Reservas Legais no montante de 772.470,01€
2. Resultados Transitados no montante de 13.802.435,91€.

Contabilidade de Gestão

Independentemente da missão da organização, a contabilidade de gestão tem como objetivo fornecer informação, atempada e oportuna, essencial ao planeamento e ao controlo de gestão por forma a facilitar a tomada de decisões por parte dos gestores.

Tendo em conta a crescente complexidade das organizações da Administração Pública e por forma a responder a expectativas, cada vez maiores, dos cidadãos em relação à qualidade e eficiência dos serviços prestados, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto de Lei (DL) nº192/2015 de 11 de setembro, através da Norma NCP 27 veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas.

Apesar da implementação não estar devidamente consistente e de existir a necessidade de melhorar os procedimentos, nomeadamente quanto à divulgação da informação requerida nos parágrafos NCP 27 do SNC-AP que determina que *“No caso das autarquias locais, devem ser obtidos mapas de informação indicando o custo direto e indireto e o respetivo rendimento associado (se existir), por cada: (a) Bem produzido ou serviço prestado; (b) Função, unidade, departamento ou atividade; (c) Bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, indicando os respetivos rendimentos obtidos e resultados económicos.”*

O cumprimento integral do solicitado pela NCP 27 pressupõe a existência de um sistema de contabilidade de gestão desenvolvido e amadurecido, não sendo esse o estágio em que o Município se encontra.

Neste contexto, o relato de 2022 permite essencialmente o reporte previsto na alínea b), ou seja, o Município optou pela apresentação e análise dos gastos por funções utilizando como base o classificador funcional.

É a utilização deste sistema, que nos permite aferir os custos das estruturas, das atividades desenvolvidas pelo Município, e, permite aferir os gastos com os trabalhos realizados para a própria entidade.

A contabilidade de gestão e a contabilidade orçamental diferem conceptualmente, no sentido em que a contabilidade de gestão trata gastos e rendimentos e a contabilidade orçamental trata receitas e despesas, para além disso, diferem também nos critérios de imputação à classe funcional, pelo que os seus resultados não são comparáveis.

**Quadro 51 – Análise de Gastos por Funções**

Grupo	Designação do Grupo	Gastos
97	GASTOS	
97.2	Serviços	69 036 916,07 €
97.2.1	Funções Gerais	11 111 371,32 €
97.2.1.1	Serviços Gerais da Administração Pública	10 460 765,04 €
97.2.1.2	Segurança e Ordem Públicas	650 606,28 €
97.2.2	Funções Sociais	43 241 014,37 €
97.2.2.1	Educação	10 876 083,17 €
97.2.2.2	Saúde	32 661,05 €
97.2.2.3	Segurança e Ação Sociais	11 218 573,55 €
97.2.2.4	Habituação e Serviços Coletivos	16 133 113,87 €
97.2.2.5	Serviços culturais recreativos religiosos	4 980 582,73 €
97.2.3	Funções económicas	13 091 543,36 €
97.2.3.1	Agricultura pecuária sivilcultura caça pesca	25 000,00 €
97.2.3.2	Industria energia	1 101 965,71 €
97.2.3.3	Transportes e comunicações	5 933 115,89 €
97.2.3.4	Comercio e turismo	520 916,36 €
97.2.3.5	Outras funções economicas	5 510 545,40 €
97.6	Gastos não incorporados	1 592 987,02 €
97.6.1	Gastos operacionais	1 591 858,42 €
97.6.5	Gastos financeiros	1 128,60 €
TOTAL		69 036 916,07 €

**Quadro 52 – Análise dos Rendimentos por Funções**

Grupo	Designação do Grupo	Rendimentos
98	RENDIMENTOS	
98.1	Funções Gerais	182 334,27 €
98.1.1	Serviços de Administração Geral	182 334,27 €
98.2	Funções Sociais	56 249 295,13 €
98.2.1	Educação	14 398 625,49 €
98.2.3	Segurança e Ação Social	15 138,00 €
98.2.4	Habitação e Serviços Colectivos	41 514 339,17 €
98.2.5	Serviços culturais recreativos religiosos	321 192,47 €
98.3	Funções económicas	4 726 661,51 €
98.3.2	Indústria e Energia	2 696 550,28 €
98.3.3	Transportes e Comunicações	103 919,28 €
98.3.4	Comercio e turismo	57 599,52 €
98.3.5	Outras funções económicas	1 729 493,77 €
98.3.9	Outros Rendimentos	139 098,66 €
98.4	Outras funções	22 453 531,08 €
98.4.1	Operações dívida Autarquia	1 446,82 €
98.4.2	Transferências entre Administrações	20 554 663,41 €
98.4.3	Diversas não especificadas	1 897 420,85 €
TOTAL		83 611 821,99 €

Quadro 53 – Análise dos Resultados

Designação	Resultados
Funções Gerais	- 10 929 037,05 €
Funções Sociais	13 008 280,76 €
Funções Económicas	- 8 364 881,85 €
Outras Funções	20 860 544,06 €
TOTAL	14 574 905,92 €

**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota prévia

A implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, após sucessivos adiamentos, passou a ser obrigatória para as entidades pertencentes ao subsector da administração local a partir do exercício de 2020 (de acordo com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2020, de 31 de março).

No entanto, depois de escrutada a questão com os nossos serviços técnicos e com o Auditor Externo do Município, entendemos que face à complexidade do processo de transição, não seria exequível efetivar a adoção do novo referencial contabilístico de forma completa no exercício de 2020. No contexto descrito, entendeu-se adequado aplicar de forma supletiva a opção preconizada pela IPSAS 33 (tal como indicado pela FAQ 47 da Comissão de Normalização Contabilística), a qual prevê um período de até três anos para o processo de transição, por forma a assegurar a plenitude do mesmo, o cômputo rigoroso de todos os correspondentes efeitos/ajustamentos e a necessária consistência das políticas contabilísticas e divulgações associadas.

Contudo, dada a dimensão e complexidade de determinados conteúdos, nomeadamente os relativos às concessões e à implementação da contabilidade de gestão, não é possível, assegurar a implementação do SNC-AP, na íntegra.

O SNC-AP é, assim, constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, financeira e de gestão:

- A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental;
- A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública (IPSAS), permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma determinada entidade;
- A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

As demonstrações financeiras e demais elementos de prestações de contas relativos ao exercício de 2022 foram preparados de acordo com o novo referencial contabilístico - SNC-AP, apesar de ainda não ter sido possível determinar de forma rigorosa e absoluta todos os correspondentes e necessários ajustamentos de transição, designadamente quanto à área do património e concessões, nem garantir que os efetuados não venham a ser alvo de correções futuras. Trata-se de um processo contínuo, que se encontra em curso e que se pretende concluir com a maior brevidade possível, atendendo às dificuldades práticas que se colocam, à dimensão e ao nível de complexidade do mesmo. Também no que se refere à contabilidade de gestão, persistem ainda limitações quanto ao cumprimento de todos os requisitos previstos na NCP 27, o



que prejudica a qualidade, nomeadamente ao nível de detalhe das divulgações incluídas no Relatório de Gestão/Atividades, numa perspetiva analítica.

Contudo, mesmo com a tempestividade para a prestação das mesmas, as Demonstrações Financeiras apresentadas são rigorosas e demonstrativas das boas políticas do Município.

Introdução

De acordo com a NCP1 – Norma de Contabilidade Pública – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, nomeadamente no ponto 4.1.13. Modelo de Notas Explicativas (anexo) às Demonstrações Financeiras em conjugação com o Manual de Implementação do SNC-AP da Comissão de Normalização Contabilística, o Anexo é parte integrante do relatório.

Os objetivos do relato financeiro no setor público (contas anuais individuais de uma entidade pública de reporte) prendem-se com proporcionar informação sobre a entidade que seja útil para um conjunto diversificado de utilizadores das demonstrações financeiras.

Esta informação é tanto mais útil quanto mais satisfizer as necessidades dos utilizadores (stakeholders) que, de um modo geral, se agrupam em necessidades de informação para efeitos de responsabilização pela prestação de contas (accountability) e necessidades de informação para tomada de decisões.

Por conseguinte, as notas que se seguem foram organizadas em conformidade com a NCP1 do SNC-AP e pretendem divulgar de forma explícita, clara e objetivas, informações em função da materialidade das quantias envolvidas e da importância dos assuntos a relatar, permitindo uma adequada interpretação das demonstrações financeiras.

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Designação da entidade: Município de Santa Maria da Feira

Endereço: Praça da República 4520-174 Santa Maria da Feira

Número Identificação Fiscal: 501 157 280

Regime Financeiro: Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Período de relato: 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

Tutela: Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública

Designação da entidade Consolidante: Município de Santa Maria da Feira

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o disposto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram elaboradas pela responsável da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial e serão aprovadas pelo Executivo Municipal até final de abril.

As demonstrações foram preparadas de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Conceptual e nas NCP com o objetivo de apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município. Foram elaboradas com o pressuposto da continuidade, e considerando a necessidade de informação adicional para uma compreensão eficaz foram tidas em consideração as características de relevância, fiabilidade, compreensibilidade, oportunidade, comparabilidade e verificabilidade.

O ano de 2022, foi o último ano que o Município de Santa Maria da Feira adotou de forma supletiva a opção preconizada pela IPSAS 33, a qual previa um período de até três anos para o processo de transição por forma a assegurar a integralidade e plenitude do mesmo nomeadamente para:

- NCP4 – Acordos de Concessão de Serviços - a opção preconizada consistiu em não refletir ainda nas contas do Município as concessões da Indaqua, E-redes (EDP distribuição) e P. Parques, uma vez as entidades mencionadas não enviam atempadamente os ativos incluídos na concessão, investimentos realizados, para que o Município possa aferir com razoabilidade, rigor e fiabilidade para incorporação nas demonstrações financeiras. Contudo, serão realizadas as devidas divulgações na respetiva Nota;
- NCP5 – Ativos Tangíveis – durante o presente ano foram realizados os esforços para mensuração dos terrenos e edifícios que foram alvo de doação e cujo valor escriturado não estava de acordo com o VPT, contudo, continuam situações por validar;
- NCP27 – Contabilidade de Gestão – ainda não foi possível conforme referido na Nota Prévia do Anexo às Demonstrações Financeiras, implementar nos termos previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão, nomeadamente quanto à divulgação da informação requerida nos parágrafos 34 e 37 desta NCP, informando por cada bem produzido, serviço prestado ou atividade final desenvolvida, os custos diretos, custos indiretos e critérios de imputação, bem como o respetivo rendimento associado.

As derrogações supra identificadas justificam-se com a complexidade técnica e a insuficiência de meios humanos afetos, para que em tempo útil fosse possível verificar e consolidar as informações rececionadas

pelas diversas entidades/serviços. No entanto, não foi possível concluir todo o trabalho, pelo que o Município continua a desenvolver todos os esforços para concluir as tarefas, por forma a cumprir com o estabelecido pelas NCP, tendo para o efeito contratualizado uma empresa para a elaboração de um modelo de gestão e avaliação do Património imóvel do domínio público bem como valorização da concessão da Indaqua.

Todas as restantes normas foram devidamente aplicadas, pelo que as demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido considerados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) aplicáveis ao Município.

A 31 de dezembro de 2022, os componentes da rubrica caixa e depósitos bancários tinham a seguinte composição:

Q1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	Euros
Caixa	3 093,41 €
Depósitos à ordem	
Depósitos à ordem no Tesouro	
Depósitos bancários à ordem	57 761 419,85 €
Depósitos a prazo	2 000 407,84 €
Depósitos consignados	
Depósitos de garantias e cauções	3 335 772,30 €
Total de caixa e depósitos	63 100 693,40 €

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos caixa e depósitos bancários apresentavam o valor de 63.100.693,40€, dos quais 59.764.921,10€ dizem respeito a operações orçamentais e 3.335.772,30€ a operações de tesouraria.

As operações de tesouraria, geram fluxos ou exfluxos de caixa, mas que não necessitam de recursos do orçamento municipal, ou seja, são operações que o Município realiza para terceiros e de terceiros.

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As bases de mensuração seguidas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

A. Ativos Intangíveis (NCP3)

Os ativos intangíveis são ativos não monetários, identificáveis e sem substância física, são registados ao custo acrescido dos dispêndios diretamente atribuíveis deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Mensuração inicial

Um ativo intangível é inicialmente mensurado ao custo (ou justo valor se for adquirido numa transação sem contraprestação) o qual compreende:

- O preço da compra (que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais);
- Qualquer custo diretamente atribuível para preparação do ativo para o uso pretendido (que inclui custos dos benefícios dos empregados, honorários profissionais, custos para testar o funcionamento).

Mensuração subsequente

Subsequentemente, um ativo intangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Vida útil e método de depreciação:

A amortização de um ativo intangível não cessa quando o ativo deixa de ser usado, a menos que esteja totalmente amortizado ou esteja classificado como detido para venda.

A taxa média utilizada para os intangíveis é de 33,33%

O método de depreciação é o das quotas constantes.

Desreconhecimento:

Um ativo intangível é desreconhecido:



- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação);
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço; ou
- A gestão de controlo ser de outra entidade.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativos intangíveis devem ser determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e devem ser reconhecidos nos resultados, no período do abate ou alienação.

B. Acordos de Concessão (NCP4)

Os acordos de concessão de serviços são acordos vinculativos entre um concedente e um concessionário em que:

- o concessionário usa o ativo de concessão por um período de tempo especificado e;
- é remunerado pelos serviços durante o período de tempo do acordo de concessão de serviços.

Para ser reconhecido como ativo de concessão de serviços, o concedente controla ou regula quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar, e que preço, bem como, controla através da propriedade.

Os acordos de concessão implicam uma análise cuidadosa de forma a averiguar qual o modelo e mensuração dos Passivos, se pelo método do modelo de passivo financeiro, ou pelo método de atribuição de um direito ao concessionário.

Reconhecimento inicial

Quando o concedente reconhece um ativo de concessão de serviços reconhece igualmente um passivo, a menos que o ativo já exista no concedente e tenha sido reclassificado como ativo de concessão de serviços. Mesmo que o ativo já esteja no concedente e tenha sido reclassificado, caso haja remuneração adicional por parte do concessionário, poderá haver lugar ao reconhecimento de Passivo.

Modelo de passivo financeiro

De acordo com o modelo do passivo financeiro, o concedente compensa o concessionário, efetuando pagamentos ao concessionário, e o concedente tem a obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro ao concessionário, pela construção, desenvolvimento, aquisição ou melhoria do Ativo.

A mensuração inicial

É efetuada pela mesma quantia que o ativo de concessão de serviços mensurado pelo justo valor, ajustado da quantia de qualquer outra remuneração proporcionada pelo concedente ao concessionário, ou por este ao concedente.

Mensuração subsequente

Modelo aplicável quando existe uma obrigação incondicional de pagar dinheiro, seja por quantias especificadas, seja por insuficiência de quantias recebidas pelo concessionário, dos utilizadores do serviço público. O Passivo financeiro é um instrumento financeiro, reconhecido de acordo com as políticas aplicáveis aos instrumentos financeiros.

Modelo da atribuição de um direito

De acordo com o modelo da atribuição de um direito ao concessionário, o concedente compensa o concessionário, dando-lhe o direito de obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo; e/ou dá ao concessionário acesso a um Ativo gerador de rendimentos para uso do concessionário.

Mensuração inicial

A mensuração inicial ao ativo é efetuada ao justo valor, exceto quando o ativo já exista no concedente. Neste caso, o ativo é reclassificado como ativo de concessão de serviços e registado numa classe separada como ativo fixo tangível ou ativo intangível.

Mensuração subsequente – aplicação do modelo da atribuição de um direito. O concedente contabiliza o passivo reconhecido, como a parte não ganha do rendimento decorrente da troca de ativos entre o concedente e o concessionário. Reconhece igualmente o rendimento e reduz o passivo reconhecido segundo a substância económica do acordo de concessão de serviços. O rendimento é reconhecido segundo a substância económica do acordo de concessão de serviços, e o passivo é reduzido à medida que o rendimento é reconhecido.

C. Ativos fixos tangíveis (NCP5)

Reconhecimento

São reconhecidos como ativos fixos tangíveis todos aqueles que são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços no âmbito das atribuições do Município, ou para fins administrativos e que se espera que sejam usados durante mais de um período de relato.

São reconhecidos como propriedade de investimento todos os ativos detidos para a obtenção de rendas e/ou valorização de capital.

Mensuração inicial:

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados inicialmente pelo seu custo de aquisição, incluindo impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, assim como outros custos diretamente relacionados com a aquisição do bem, incluindo os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada como segue:

- Bens imóveis – pelo valor patrimonial tributário (VPT);
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado.

Mensuração subsequente:

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Os dispêndios subsequentes incorridos com a conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos, nem resultam em benefícios ou melhorias significativas nos elementos dos ativos, são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Vida útil e método de depreciações:

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total é depreciado separadamente, podendo agregar-se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto. Os terrenos não são depreciáveis.

As depreciações dos ativos são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com período de vida útil estimado para cada um, de acordo com o estabelecido no Classificador Complementar 2 (CC2).

No que diz respeito aos bens móveis adquiridos até 31.12.2019, não se fizeram ajustamentos com base no CC2, tendo em consideração o preâmbulo da Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, que determina que estes bens, inventariados de acordo com o CIBE (exceto edifícios e outras construções), podem manter a vida útil anterior.

Apenas para os edifícios e outras construções e para os bens adquiridos após 1 de janeiro de 2020 é que foram utilizadas as vidas úteis do CC2, em conformidade com a Portaria n.º 186/2016, de 14 de julho, com as devidas adaptações ao ano de adoção do SNC-AP em 2020.

Os bens móveis de vida útil inferior a um ano ou, mesmo que superior, tenham um valor individual inferior a 250,00€, exceto nos casos em que tais elementos façam parte integrante de um conjunto que deva ser considerado como um todo, são reconhecidos como gastos do exercício.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

Desreconhecimento:

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação);
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço; ou
- A gestão de controlo ser de outra entidade.

O ganho ou a perda resultante do abate ou alienação de um ativo fixo tangível é determinado pela diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido no resultado do período em que ocorre o abate ou a alienação.

D. Custos com Empréstimos Obtidos (NCP7)

Os custos com empréstimos obtidos são juros e outros gastos suportados pelo Município relativos a empréstimos obtidos.

Reconhecimento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período, com exceção daqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.

O Município de Santa Maria da Feira não capitalizou os juros, referentes aos empréstimos.

E. Propriedades de Investimento (NCP8)

Nas propriedades de investimento estão incluídos terrenos ou edifícios, ou partes de terrenos ou edifícios, ou ambos, detidos para a obtenção de rendas e/ou valorização de capital. Não se incluem nesta rubrica os itens que sejam para usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos (bens que são classificados como ativos fixos tangíveis), nem os itens que são detidos para venda no decurso normal das operações (situação que configura uma classificação em inventários).

Reconhecimento

O reconhecimento das propriedades de investimento como ativo, é efetuado quando for provável que fluirão para o município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento e o custo ou o justo valor puder ser mensurado com fiabilidade.

Mensuração inicial

A mensuração inicial é feita ao custo, incluindo os custos de transação. O custo de aquisição corresponde ao preço de compra e quaisquer dispêndios que lhe sejam diretamente atribuíveis, tais como honorários profissionais, serviços legais, impostos não reembolsáveis e outros custos de transação.

No caso de propriedades adquiridas através de transações sem contraprestação, o custo corresponde ao justo valor na data da aquisição. Também nos casos de aquisições de ativos através de processos de expropriação resultantes do exercício dos poderes do Município, o custo corresponde ao justo valor da propriedade expropriada no momento da aquisição.

No caso de propriedade de investimento adquiridas por troca de um ativo ou ativos não monetários, ou de uma combinação de ativos monetários com ativos não monetários, o custo corresponde ao justo valor, a não ser que a transação com contraprestação não tenha substância comercial ou o justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade. Nestes casos, o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido.

Mensuração subsequente

Na mensuração subsequente ao momento do reconhecimento inicial, o município adota o modelo do custo, ou seja, ao custo líquido de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas, à semelhança do que acontece na mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis.

Desreconhecimento

As propriedades de investimento são desreconhecidas na data da alienação ou quando for permanentemente retirada do uso, e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

F. Imparidade de ativos (NCP9)

Uma imparidade é uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço de um ativo, para além do processo de realização do ativo pelo uso, ou seja, do processo de reconhecimento sistemático das depreciações ou das amortizações.

Reconhecimento e mensuração

Existe uma imparidade quando a quantia escriturada de um ativo excede a quantia recuperável. A quantia recuperável corresponde à maior quantia entre o justo valor de um ativo (uma de uma unidade geradora de caixa) menos o custo de vender e o valor do uso. O valor do uso para os ativos geradores de caixa, corresponde ao valor presente dos cash-flows futuros que se espera obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. Para os ativos não geradores de caixa, o valor de uso corresponde ao valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo.

A determinação do valor de uso em ativos não geradores de caixa é efetuada através da aplicação de uma das seguintes abordagens: i) abordagem pelo custo de reposição depreciado, ii) abordagem pelo custo de restauro, e iii) abordagem pelas unidades de serviço. A escolha da abordagem para cálculo do valor de uso depende da disponibilidade de dados e da natureza da imparidade.



O reconhecimento de imparidades depende do julgamento efetuado para os diferentes ativos com indícios de imparidade, através de fontes de informação externas e internas do Município. Sempre que existam indícios de imparidade, o Município verifica e testa se o ativo está ou não perante uma situação que implique o reconhecimento da perda por imparidade.

A mensuração é efetuada pela diferença positiva entre o valor escriturado do ativo e o valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do período.

Reversões de perdas por imparidade

A cada data de relato, o Município avalia através de fontes de informação internas e externas, se existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores possam ter diminuído ou deixado de existir. Nestes casos, o Município volta a realizar o teste de imparidade e caso conclua que a perda por imparidade é menor ou deixou de existir, reverte essa mesma perda através de resultados do período, até ao valor pelo qual o ativo se encontraria escriturado, caso nunca tivesse sido reconhecida qualquer perda por imparidade

G. Inventários (NCP10)

Inventários são ativos, na forma de materiais ou consumíveis a aplicar no processo de produção, na forma de materiais ou consumíveis a aplicar ou distribuir na prestação de serviços, detidos para venda ou distribuição no decurso normal das operações, ou no processo de produção para venda ou distribuição.

Reconhecimento

O reconhecimento é efetuado a partir do momento em que o ativo é controlado pelo Município, normalmente a partir de um evento passado que corresponde a um processo aquisitivo numa transação com contraprestação, ou a partir de uma transação sem contraprestação.

O gasto com inventários ocorre no momento em que seja reconhecido o rendimento associado, por forma a assegurar o balanceamento entre rendimentos e gastos.

Os bens consumíveis que se encontrem armazenados, entre os quais se destacam os bens de economato, por não integrarem a definição de inventários, são registados no ativo na rubrica Gastos a Reconhecer (conta 28.1.9.01.9 Outros), dando-se cumprimento desta forma à periodização económica.

Para além do exposto, foram reconhecidos em Inventários (na conta 32.8.9. Outras), por não se enquadrar no âmbito de ativo Fixo Tangível, os contratos de empreitadas executados pelo Município, cujos detentores da propriedade é o Estado, em que o intuito é no final das obras “devolver” ao Estado, uma vez que serão os que beneficiaram de benefícios económicos.

Mensuração

A mensuração é efetuada, em termos genéricos, pela quantia mais baixa entre o custo do inventário e o seu valor realizável líquido, correspondendo este ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade do Município, menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para realizar a venda, a troca ou distribuição.

No caso específico de inventários adquiridos através de transações sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor à data da aquisição.

Nos casos em que os inventários são detidos para serem distribuídos sem contrapartida ou por uma contrapartida simbólica, a mensuração é feita pelo menor entre o custo e o custo de reposição corrente, correspondendo este ao custo que o Município suportaria para adquirir o ativo na data de relato.

Qualquer diferença positiva entre o valor escriturado e o valor realizável líquido nos inventários para produção, venda ou para consumo nos serviços, e entre o custo e o custo de reposição nos inventários adquiridos para distribuição, é registada como uma redução no ativo (imparidade) por contrapartida de resultados do período (perdas por imparidade).

H. Rendimento – Transações com contraprestação (NCP13)

As transações com contraprestação correspondem a transações pelas quais a entidade presta serviços ou entrega bens e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou.

Reconhecimento

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando estão cumpridas todas as seguintes condições: i) o Município tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) o Município não tiver mantido envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos, iii) a quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade, iv) for provável que os benefícios económicos ou

potencial de serviço associados à transação fluirão para o Município, e v) os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação puder ser estimado com fiabilidade. O reconhecimento é efetuado de acordo com a fase de acabamento do serviço prestado.

Mensuração

O rendimento de transações com contraprestação deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Quando o influxo de caixa ou equivalentes de caixa for diferido, o valor reconhecido é o justo valor da retribuição que corresponde àquele que seria praticado caso não houvesse tal diferimento. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rendimento de juros.

I. Rendimento de transações sem contraprestação (NCP14)

As transações sem contraprestação são as transações em que o Município recebe valor de uma entidade sem dar diretamente em troca um valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. São igualmente transações sem contraprestação, aquelas em que a entidade recebe recursos, mas não entrega por contrapartida qualquer retribuição, situação onde se incluem os impostos e as transferências, onde se incluem as transferências financeiras, os subsídios, as multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens e serviços em espécie.

Reconhecimento de ativos

O reconhecimento de um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação é efetuado quando o Município obtiver o controlo dos recursos que satisfaçam a definição de ativo e este seja possa ser mensurado com fiabilidade.

Ativos com condições: no caso da transferência de ativos com condições, o Município reconhece em simultâneo com o Ativo aquando do reconhecimento inicial, um Passivo. No caso da transferência de ativos com restrições, não é reconhecido qualquer passivo, podendo, no entanto, ser constituídas provisões, caso estejam cumpridos os critérios de reconhecimento para as mesmas. Esta norma foi aplicada em espelho para as transferências concedidas de ativos com condições.

Impostos e transferências: o reconhecimento dos impostos é efetuado no momento em que o acontecimento tributável ocorre. De igual forma, o rendimento das transferências é reconhecido quando o acontecimento relacionado ocorrer.

Subsídios: os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes, atribuídos ao Município são reconhecimentos como Património Líquido a partir do momento em que se encontram cumpridas as condições com eles relacionadas. Os subsídios não reembolsáveis atribuídos ao Município, sujeitos a condições ainda não satisfeitas, são reconhecidos no Passivo, sendo posteriormente reclassificados em Património Líquido a partir do momento em que tais condições estejam satisfeitas.

A partir do momento em que os subsídios atribuídos sejam reconhecidos em Património Líquido, e desde que os mesmos estejam conexos com ativos depreciáveis ou amortizáveis, é imputado a resultados do exercício a quota-parte subvencionada em função do período de vida útil considerado para os ativos subvencionados.

Doações: as doações são reconhecidas por contrapartida de Património Líquido, sendo mensuradas como ativos ao justo valor. Contudo as doações de bens consumíveis, são exceção, cujo reconhecimento é efetuado em resultados, por forma a ser garantido o princípio do balanceamento entre rendimentos e gastos associados aos mesmos

J. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (NCP15)

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente:

- O Município tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos que incorporam benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão é revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que haja a possibilidade de existir um exfluxo de recursos e que esta não seja remota.

Os passivos contingentes são avaliados em cada data de relato para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Município enquanto ativo, na medida em que, o seu caráter contingente não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

K. Instrumentos Financeiros (NCP18)

Esta norma é aplicada aos contratos para vender ou comprar um item não financeiro que possa ser liquidado em dinheiro ou outro instrumento financeiro, ou por troca de instrumentos financeiros. Existem várias formas através das quais um contrato possa ser liquidado. Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade.

Reconhecimento

Uma entidade deve reconhecer um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração inicial de ativos e passivos financeiros

Quando um ativo financeiro ou um passivo financeiro é inicialmente reconhecido, deve ser efetuado pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao ativo ou ao passivo, são incluídos no custo de aquisição, no caso de ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja efetuada ao justo valor.

Mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, uma entidade deve mensurar, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de

resultados, ou, pelo custo amortizado quando decidem mensurar a esse custo, e, cujos ativos financeiros não derivados sejam detidos até à maturidade.

Os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quando detidos para negociação os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados.

A mensuração dos principais instrumentos financeiros incluídos nas demonstrações financeiras é efetuada da seguinte forma:

Clientes, contribuintes, utentes e outras contas a receber - São inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

Caixa e equivalentes de caixa - O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, assim como os descobertos bancários.

Financiamentos obtidos – São inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Fornecedores, adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes, e outras contas a pagar - Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Imparidade de ativos financeiros

Em cada data de relato, uma entidade deve avaliar a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade deve reconhecer uma perda por imparidade na demonstração de resultados. Esta análise inclui dados observáveis que chamam a atenção do detentor do ativo para os seguintes eventos de perda: a) significativa dificuldade financeira do devedor, b) quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização, c) o credor, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria, d) torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou fará qualquer reorganização financeira, e) o desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor, ou f) informação observável

indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa por via de alterações nas condições económicas, locais ou setoriais adversas.

Reversão

As reversões de perdas por imparidade têm como limite o valor pelo qual o ativo se encontraria registado ao custo amortizado, caso nunca tivesse havido qualquer perda por imparidade.

Desreconhecimento

Uma entidade deve desreconhecer um ativo financeiro quando: a) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram, b) a entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro, ou c) a entidade, apesar de reter alguns riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo, tenha transferido o controlo do ativo para outro terceiro e este tenha a capacidade prática de vender o ativo a outro terceiro não relacionado.

L. Benefícios dos Empregados (NCP19)

Os benefícios dos empregados são todas as formas de retribuição dada pelo Município em troca dos serviços prestado pelos empregados.

Os benefícios dos empregados classificam-se em i) benefícios de curto-prazo e ii) benefícios pós-emprego. Os benefícios de curto-prazo (i) incluem os salários, ordenados e contribuições para a segurança social, ausências permitidas de curto-prazo remuneradas em que compensação pelas ausências ocorre dentro de 12 meses após a data do relato em que os empregados prestam o respetivo serviço, gratificações relacionadas com o desempenho, e benefícios não monetários, tais como cuidados médicos, alojamentos, automóvel e bens ou serviços grátis ou subsidiados dos atuais empregados. Os benefícios pós-emprego incluem os benefícios de reforma, podendo ser constituídos por planos de contribuição definida ou por planos de benefícios definidos. Dada a não aplicação de benefícios pós-emprego no Município de Santa Maria da Feira, apresentam-se as políticas contabilísticas para os benefícios de curto-prazo.

Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento resulta da prestação de serviços pelos empregados no período contabilístico. É efetuado pela quantia não descontada dos benefícios de curto-prazo que se espera pagar em troca desse serviço.

O reconhecimento é feito como passivo, sob a rubrica “acréscimo de gastos”, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, o Município reconhece um ativo na extensão em que o pré-pagamento conduza a uma redução em pagamentos futuros ou numa devolução de dinheiro, e como um Gasto do período, a menos que o valor seja objeto de capitalização, por exemplo, em casos relacionados com Ativos Fixos ou Inventários.

M. Participações Financeiras (NCP23)

Os investimentos financeiros são classificados em: investimentos em entidades controladas, investimentos em associadas, investimentos em empreendimentos conjuntos, investimentos noutras entidades e outros investimentos financeiros. A classificação depende da existência de controlo, influência significativa, controlo conjunto ou a inexistência de qualquer influência.

Uma entidade é classificada como entidade controlada pelo Município, desde que tenha, cumulativamente: poder sobre a outra entidade participada, exposição, ou direitos, aos benefícios decorrentes do seu envolvimento, com a outra entidade participada, e a capacidade de exercer o seu poder sobre a entidade participada de modo a afetar a natureza e a quantia dos benefícios decorrentes do envolvimento com essa entidade. O Município está, portanto, perante uma entidade que controla, quando está exposto, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a entidade participada e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre a participada.

Uma entidade é classificada como associada, quando sobre ela o Município exerce uma influência significativa. Esta influência significativa consubstancia-se no poder do Município em participar nas decisões financeiras e operacionais da participada, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas mesmas políticas.

Uma entidade é classificada como empreendimento conjunto, quando existe um acordo conjunto entre o Município e essa ou essas entidades, em relação ao qual as partes que exercem o controlo conjunto, têm direitos sobre os ativos líquidos do acordo.

Reconhecimento e Mensuração iniciais

O reconhecimento inicial de um investimento financeiro é efetuado quando o Município é parte contratual do ativo financeiro subjacente. A mensuração inicial é efetuada ao custo ou ao justo valor. O tratamento contabilístico dos investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas é efetuado de acordo com a NCP 18 (ao custo), para participações inferiores

a 20%, ou ao método da equivalência patrimonial (MEP) conforme previsto na NCP 23, no caso de participações superiores ou iguais a 20%.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos investimentos financeiros é efetuada da seguinte forma nas contas individuais: i) para as participações em entidades controladas, em entidades associadas e em entidades conjuntamente controladas (empreendimentos conjuntos), a mensuração é efetuada através da aplicação do método da equivalência patrimonial. Nas restantes participações, a mensuração é efetuada ao custo ou ao justo valor, tal como aplicável pela norma dos instrumentos financeiros.

Método da equivalência patrimonial

De acordo com este método, o investimento numa participada é reconhecido ao custo no momento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da participação do Município nos resultados da entidade participada, após a data da aquisição.

A quota-parte do Município nos resultados da entidade participada é reconhecida em resultados do período do Município. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada da participação financeira. As alterações efetuadas diretamente no capital próprio das participadas, são refletidas igualmente, pela percentagem da participação, no património líquido do Município.

Para a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Município utiliza as demonstrações financeiras mais recentes da participada e toma em consideração a adoção das políticas contabilísticas desta. Quando a entidade participada tiver prejuízos, a aplicação do método da equivalência patrimonial resulta numa diminuição do valor da participação na respetiva quota-parte. Quando as perdas na participada igualam ou excedem o valor do investimento, o Município passa a apresentar a participação com o valor de zero, deixando de registar as perdas, a menos que tenha assumido obrigações por conta das participadas, situação que leva à constituição de provisões para o efeito.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado por perdas por imparidade (pela diferença entre a quota-parte do Município nos capitais próprios e o valor da respetiva participação).

Pelo método da equivalência patrimonial, a participação é reconhecida inicialmente pelo custo. Posteriormente a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da participação do Município nos resultados da participada, depois da data de aquisição. A quota-parte do Município nos resultados da participada é reconhecida nos resultados do Município. As

distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

A. Contas a receber e a pagar

As contas a receber e a pagar encontram-se expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Quanto às contas a receber, são constituídas imparidades quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante de perda estimada, num período posterior.

B. Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente do momento em que as transações são faturadas.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente cujas despesa e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

C. Comparabilidade de exercícios

Não obstante o referido acima sobre a comparabilidade, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

O princípio contabilístico da comparabilidade não poderá ser aplicado na componente do Passivo, em relação aos subsídios ao investimento e às transferências para as juntas de freguesia com condição, uma vez que o no exercício económico de 2022, houve alteração da sua contabilização, de acordo com de acordo § 26 da NCP 14 e FAQ 42. A norma NCP 14 foi contabilizada como “espelho”, ou seja, todos os gastos de transações devem ser contabilizados quando os recursos transferidos satisfizerem a definição de ativo e os respetivos critérios de reconhecimento. A comparabilidade encontra-se enviesada por os valores em causa serem materialmente relevantes (6.690.404,94€).

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível, as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

2.3. Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Não aplicável

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados nas demonstrações financeiras do período. Se forem materialmente relevantes são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

A transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais é mais um dos desafios cujas repercussões ainda não são possíveis de aferir com fiabilidade. Os desafios colocam-se em duas dimensões, a nível interno destaca-se a necessidades de reorganizar toda a estrutura e organização do Município, e a nível externo destaca-se o reequacionar do formato do relacionamento com entidades terceiras.

A Descentralização | Transferência de competências na área da Saúde estava prevista ocorrer a 1 janeiro de 2023, com a assinatura do auto de transferência, mas até à presente data ainda não se concretizou.

Porém, a Descentralização | Transferência de competências na área da Ação Social foi efetuada a 1 de abril de 2023, da qual irão exigir esforços para colmatar as despesas emergentes.

2.5. Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros

Não aplicável

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, a única estimativa utilizada foi a estimativa de férias e subsídio de férias associados aos funcionários e a estimativa dos impostos referentes ao IMI e à Derrama.

2.7. Erros materiais de períodos anteriores

Não aplicável

Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes, pela aplicação do Classificador Complementar 2 do PCM, publicado no anexo ao Decreto-lei, n.º 92/2015 de 11 de setembro. As taxas aplicadas referem-se aos programas de computador e sistemas de informação.

Para cada um dos itens existem fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta para cada bem do ativo intangível, a vida útil ou taxa de amortização, quantia escriturada, entre outros.

Como referenciado na Nota 2, os contratos de comodato são registados como ativos intangíveis e amortizados, conforme prazo dos mesmos. Encontram-se registados como Ativos Intangíveis os seguintes elementos:

- Edifício Multiusos 1ª e 2 fase de Argoncilhe - Contrato de comodato por 20 anos;



- Parque de Estacionamento de apoio às Pedreiras de Lourosa - Contrato de comodato;
- Requalificação da Quinta do Castelo - Contrato de comodato por 20 anos;
- Europarque – Contrato de concessão por 50 anos;
- Castelo de Santa Maria da Feira – Segundo Decreto-Lei n.º 106/2018 de 29 de novembro, a gestão patrimonial é de 50 anos e o Auto de Efetivação da Transferência foi assinado a 16 de novembro de 2022, em que o respetivo auto não atribui valor ao direito de utilização;
- Diversos terrenos – Contratos de comodato.

O Município de Santa Maria utiliza o método de linha reta para as amortizações.

O quadro infra, demonstra o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis à data de 31 de dezembro de 2022, bem como as variações ocorridas das amortizações acumuladas, as perdas de imparidade, entre o início e o fim do período de relato.

Q3.1 – Ativos intangíveis – Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	4 287 712,05 €	4 286 140,82 €		1 571,23 €	4 295 940,75 €	4 294 893,56 €		1 047,19 €
Propriedade industrial e intelectual								- €
Outros	24 288 843,24 €	3 527 582,11 €		20 761 261,13 €	24 298 944,50 €	4 079 127,34 €		20 219 817,16 €
Ativos intangíveis em curso	199 041,33 €			199 041,33 €	588 622,99 €			588 622,99 €
Total	28 775 596,62 €	7 813 722,93 €		20 961 873,69 €	29 183 508,24 €	8 374 020,90 €		20 809 487,34 €

Q3.2 – Ativos intangíveis – Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	1 571,23 €	8 228,70 €				- 8 752,74 €		1 047,19 €
Propriedade industrial e intelectual								
Outros	20 761 261,13 €	10 101,26 €				-551 545,23 €		20 219 817,16 €
Ativos intangíveis em curso	199 041,33 €	685 349,22 €					-295 767,56 €	588 622,99 €
Total	20 961 873,69 €	703 679,18 €				-560 297,97 €		20 809 487,34 €

Q3.2A – Ativos intangíveis – Adições

Rubricas	Adições								Total	
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação		Outras
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		8 228,70 €								8 228,70 €
Propriedade industrial e intelectual										
Outros		10 101,26 €								10 101,26 €
Ativos intangíveis em curso		685 349,22 €								685 349,22 €
Total		703 679,18 €								703 679,18 €

Q3.2B – Ativos intangíveis – Diminuições

Rubricas	Diminuições				Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação					
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso					- 295 767,56 € - 295 767,56 €
Total					- 295 767,56 € - 295 767,56 €

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

Como já foi referenciado não houve possibilidade de aplicar esta norma por falta de informação precisa, fiável e detalhada por parte das concessionárias – Indaqua Feira, E-redes (anteriormente EDP Distribuição) e P. Parques.

Para poder efetuar os registos contabilísticos referentes às concessões, o Município necessita de informação detalhada por bem/ativo acerca do montante incluído no Ativo intangível das concessionárias. Esta análise implica uma associação rigorosa das fichas do imobilizado cadastrado entre o existente no Município e o das concessionárias, criação de fichas por tipologia do bem/equipamento e (re)avaliação das vidas úteis, o que requer uma comunicação regular, tempestiva e rigorosa entre as partes.

Aquando do registo inicial, no âmbito do processo de transição, deverá ser movimentada a conta 43 – Ativo fixo tangível, de forma a refletir os novos bens incluídos na concessão, por contrapartida da 564 –

Ajustamentos de transição, levando também em linha de conta o correspondente recálculo das depreciações, nos termos já descritos anteriormente.

Pelo exposto, fomos obrigados a derogar a norma NCP4 no presente exercício, sendo certo que esta análise é extremamente complexa e exige uma adaptação e concertação dos procedimentos entre concessionária e concedente, tendo por base uma comunicação regular e rigorosa.

O Município de Santa Maria da Feira detém três contratos de concessão, sendo concedente dos seguintes contratos:

Q4.1 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato (valor pago pela concessão)	Pagamento ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Santa Maria da Feira	EDP Distribuição - Energia, SA	Rede de distribuição baixa tensão	20 anos	44 025 035,00 € ¹⁾	- €	- €	- €
Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos de tratamento e distribuição de água para consumo público e da recolha, tratamento e rejeição de efluentes no concelho de Santa Maria da Feira; Realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimento;	Indaqua Feira Indústria Águas de Santa Maria da Feira, SA	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento	50 anos	12 469 947,43 €	196 767,90 €	- €	- €
Concessão de exploração do estacionamento público de superfície de duração limitada e utilização onerosa na Zona A e de exploração do parque de estacionamento subterrâneo, na cidade de Santa Maria da Feira	P. Parques - Exploração e Gestão de Parques de Estacionamento, S.A.	Estacionamento público de superfície na Zona A, correspondendo à Zona Central da Cidade de Santa Maria da Feira e utilização onerosa	20 anos	2 606 000,00 €		- €	- €
		Parque de Estacionamento subterrâneo de utilização pública para veículos ligeiros, constituídos pelas frações FC e FR	30 anos			- €	- €

Relativamente aos contratos de concessão acima identificados, o contrato com a Indaqua Feira e a P. Parques, correspondem ao modelo de atribuição de um direito ao concessionário. Ao invés, o contrato de concessão com a E Redes (antiga EDP distribuição), é aplicado o modelo de passivo financeiro, do qual resulta uma dívida resultante das melhorias efetuadas nos bens relativos à concessão, pela entrega desses bens à concedente. De seguida iremos analisar os contratos individualmente.

Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Santa Maria da Feira

No âmbito deste contrato de concessão, a E Redes tem o direito da distribuição da energia elétrica em baixa tensão na área do próprio Município, ficando a seu cargo o exercício dos direitos e poderes necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão em regime de exclusivo.

O âmbito da concessão engloba, as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, bem como os aparelhos e os

acessórios ligados à sua exploração, que à data da concessão estavam a ser explorados pela E Redes, os postos de transformação alimentadores das redes anteriormente referidas, e os postos de transformação e os direitos sobre os quais em que se encontram implantados, as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, as redes de iluminação pública, bem como os aparelhos e acessórios ligados à exploração da distribuição concedida, construídos ou instalados pela EDP Distribuição para cumprimento das obrigações da concessão, durante a vigência desta, independentemente de o seu custo ter ou não sido participado ou suportado por quaisquer entidades.

A base XXXV do Capítulo VI do Anexo IV do Decreto-Lei n.º 172/2006 de 23 de agosto, estabelece que em troca dos bens revertidos ao concorrente, este pagará uma indemnização correspondente ao valor contabilístico dos bens afetos a concessão, líquido de amortizações, participações financeiras e subsídios a fundo perdido, incluindo-se aqui o valor dos bens cedidos pelo concedente.

A extinção da concessão implica a transmissão para o Município dos bens e meios afetos à mesma. De acordo com a NCP 4, o modelo aplicado a esta concessão é a o do modelo do passivo financeiro, o qual estabelece que o concedente tem uma obrigação incondicional de pagar dinheiro ou outro.

A E-Redes não prestou informação ao Município acerca dos valores que estão afetos à concessão à data de 31/12/2022, pelo que nem a divulgação dos valores poderá ser efetuada.

Contrato de concessão de exploração e gestão conjunta dos serviços públicos de tratamento e distribuição de água para consumo público e da recolha, tratamento e rejeição de efluentes no Concelho de Santa Maria da Feira

O contrato de concessão da Indaqua Feira, corresponde ao modelo de atribuição de um direito do concessionário, cujo objeto é a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos de tratamento e distribuição de água para consumo público e da recolha, tratamento e rejeição de efluentes no concelho de Santa Maria da Feira; a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos.

Apesar da Indaqua ter remetido os bens afetos à concessão não é passível de ser estimado com fiabilidade a informação remetida em tempo útil, porque não foi possível aferir e associar a informação remetida com as fichas do imobilizado cadastrado entre o existente no Município e a criação de fichas por tipologia do bem/equipamento e (re)avaliação das vidas úteis, o que requer uma comunicação regular, tempestiva e rigorosa entre as partes.

À presente data, a Indaqua ainda não apresentou valores definitivos pelo que não detemos informação atualizada, pelo que se mantem o elencado no ano 2021.

Não obstante, o Município contratualizou uma empresa para reconhecimento do justo valor dos ativos de forma a ser reconhecido nas demonstrações financeiras da Autarquia. Este é um processo bastante demorado, pelo que esperamos que fique concretizado durante o presente ano.

Considerando o exposto, a inexistência de um inventário valorizado relativo ao património afeto às concessões, impossibilita uma mensuração fiável dos ativos de concessão pelos concedentes.

Concessão de exploração do estacionamento público de superfície de duração limitada e utilização onerosa na Zona A e de exploração do parque de estacionamento subterrâneo, na cidade de Santa Maria da Feira.

O contrato de concessão da P. Parques, corresponde ao modelo de atribuição de um direito do concessionário, cujo objeto é a exploração do estacionamento público de superfície, bem como um parque de estacionamento de subterrâneo de utilização pública, para veículos ligeiros.

Quanto à P. Parques, continuam a não remeter informação, que nos impossibilita de mensurar o valor dos ativos da concessão, bem como apreciar o valor da concessão em geral.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O Município utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos em 2022, através de uma transação sem contraprestação, foram registados de acordo com o seu justo valor, ou de acordo com o valor de mercado à data da transação, ou através do seu valor patrimonial tributário (VPT).

Durante o ano findo de 2022, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações foram as seguintes:

Q5.1 – Ativos fixos tangíveis-Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas	Início do período			Final do período				
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	7 079 279,64 €			7 079 279,64 €	7 276 139,45 €			7 276 139,45 €
Edifícios e outras construções	1 683 191,66 €	910 804,90 €		772 386,76 €	1 727 671,24 €	1 018 294,96 €		709 376,28 €
Infraestruturas	147 511 380,22 €	73 774 293,35 €		73 737 086,87 €	153 814 696,59 €	80 763 002,66 €		73 051 693,93 €
Património histórico, artístico e cultural	1 084 658,96 €	30 532,27 €		1 054 126,69 €	1 117 982,51 €	34 798,88 €		1 083 183,63 €
Equipamento militar de segurança e defesa								
Outros	105 791,30 €	21 158,26 €		84 633,04 €	105 791,30 €	31 737,39 €		74 053,91 €
Bens de domínio público em curso	17 132 894,10 €			17 132 894,10 €	25 227 456,42 €			25 227 456,42 €
	174 597 195,88 €	74 736 788,78 €		99 860 407,10 €	189 269 737,51 €	81 847 833,89 €		107 421 903,62 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	50 869 983,14 €			50 869 983,14 €	52 541 335,47 €			52 541 335,47 €
Edifícios e outras construções	124 235 741,78 €	39 439 241,16 €		84 796 500,62 €	139 319 497,55 €	41 401 406,96 €		97 918 090,59 €
Equipamento básico	9 796 206,80 €	7 730 170,53 €		2 066 036,27 €	11 343 419,22 €	8 390 563,62 €		2 952 855,60 €
Equipamento de transporte	4 335 492,17 €	2 956 141,86 €		1 379 350,31 €	5 014 997,29 €	3 488 939,46 €		1 526 057,83 €
Equipamento administrativo	6 872 648,68 €	6 579 837,83 €		292 810,85 €	7 996 721,42 €	6 896 666,06 €		1 100 055,36 €
Equipamentos biológicos								
Outros	2 582 096,43 €	2 182 337,73 €		399 758,70 €	2 792 427,48 €	2 357 043,31 €		435 384,17 €
Ativos fixos tangíveis em curso	5 829 660,25 €			5 829 660,25 €	7 233 925,93 €			7 233 925,93 €
	204 521 829,25 €	58 887 729,11 €		145 634 100,14 €	226 242 324,36 €	62 534 619,41 €		163 707 704,95 €
Total	379 119 025,13 €	133 624 517,89 €		245 494 507,24 €	415 512 061,87 €	144 382 453,30 €		271 129 608,57 €

Durante o ano 2022, ocorreram as seguintes variações:

Q5.2 – Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	7 079 279,64 €	210 039,68 €	700,00 €				- 13 879,87 €	7 276 139,45 €
Edifícios e outras construções	772 386,76 €	44 479,58 €				- 107 490,06 €		709 376,28 €
Infraestruturas	73 737 086,87 €	1 681 400,66 €	4 679 701,82 €			- 7 042 166,57 €	- 4 328,85 €	73 051 693,93 €
Património histórico, artístico e cultural	1 054 126,69 €	33 323,55 €				- 4 266,61 €		1 083 183,63 €
Equipamento militar de segurança e defesa								
Outros	84 633,04 €					- 10 579,13 €		74 053,91 €
Bens de domínio público em curso	17 132 894,10 €	13 158 261,83 €	- 5 033 082,75 €				- 30 616,76 €	25 227 456,42 €
	99 860 407,10 €	15 127 505,30 €	- 352 680,93 €			- 7 164 502,37 €	- 48 825,48 €	107 421 903,62 €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	50 869 983,14 €	1 853 509,40 €	- 11 423,42 €				- 170 733,65 €	52 541 335,47 €
Edifícios e outras construções	84 796 500,62 €	3 695 569,94 €	15 053 246,52 €			- 2 994 348,42 €	- 2 632 878,07 €	97 918 090,59 €
Equipamento básico	2 066 036,27 €	827 112,37 €	752 519,26 €			- 692 812,30 €		2 952 855,60 €
Equipamento de transporte	1 379 350,31 €	679 505,12 €				- 532 797,60 €		1 526 057,83 €
Equipamento administrativo	292 810,85 €	1 136 313,51 €	127,68 €			- 326 738,34 €	- 2 458,34 €	1 100 055,36 €
Equipamentos biológicos								
Outros	399 758,70 €	168 848,19 €	10 375,95 €			- 143 598,67 €		435 384,17 €
Ativos fixos tangíveis em curso	5 829 660,25 €	22 593 333,07 €	- 15 524 686,12 €				- 5 664 381,27 €	7 233 925,93 €
	145 634 100,14 €	30 954 191,60 €	280 159,87 €			- 4 690 295,33 €	- 8 470 451,33 €	163 707 704,95 €
Total	245 494 507,24 €	46 081 696,90 €	- 72 521,06 €			- 11 854 797,70 €	- 8 519 276,81 €	271 129 608,57 €

Durante o ano 2022, ocorreram as seguintes adições:

Q5.2A – Ativos fixos tangíveis-Adições

Rubricas	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	24 172,78 €	179 932,10 €				5 934,80 €					210 039,68 €
Edifícios e outras construções		44 479,58 €									44 479,58 €
Infraestruturas		1 683 782,83 €								- 2 382,17 €	1 681 400,66 €
Património histórico, artístico e cultural		33 323,55 €									33 323,55 €
Equipamento militar de segurança e defesa											
Outros											
Bens de domínio público em curso		13 158 261,83 €									13 158 261,83 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		2 145 841,43 €								- 292 332,03 €	1 853 509,40 €
Edifícios e outras construções		3 695 569,94 €									3 695 569,94 €
Equipamento básico		827 112,37 €									827 112,37 €
Equipamento de transporte		679 505,12 €									679 505,12 €
Equipamento administrativo		1 136 315,05 €								- 1,54 €	1 136 313,51 €
Equipamentos biológicos											- €
Outros		168 848,19 €									168 848,19 €
Ativos fixos tangíveis em curso		22 593 333,07 €									22 593 333,07 €
Total	24 172,78 €	46 346 305,06 €				5 934,80 €				- 294 715,74 €	46 081 696,90 €

No âmbito de aquisição de terrenos de Bens Públicos foram realizadas aquisições, doações, contratos doação e acordos para reforço essencialmente do domínio público (parques de estacionamento passeios, alargamento da via pública), no valor de 196.159,81€.

Quanto à aquisição de terrenos para domínio privado foram adquiridos terrenos para:

- Zona Desportiva em Sanfins;
- Complexo do Europarque;
- Zona Industrial do Casalinho;
- Castro Romariz;
- Campo Jogos Pé D'Arca em Pigeiros.

Os elementos mais significativos das adições e das transferências internas dos bens de domínio público, correspondem essencialmente a empreitadas de pavimentação de arruamentos no concelho, que totalizam 4.483.294,49€, e que se referem à transferência de ativo fixo em curso para ativo fixo. Apresenta-se seguidamente as empreitadas mais relevantes, cuja conclusão verificou-se no ano de relato e que compõem o montante supramencionado.



Descrição Obra	Valor
Requalificação da E.M. 520, entre a Rua dos Camalhães e a Rua Marco da Poça - Argoncilhe / Oliva	265 959,99 €
Centro Veterinário Municipal	213 095,29 €
Reabilitação de Empreendimentos da Habitação Social - Fiães - Ferradal - Almeida Garrett	537 672,25 €
Ciclovía - Av. Dr. Francisco Sá Carneiro - Santa Maria da Feira e S. João de Vêr	284 902,65 €
Requalificação de Arruamentos em Paços de Brandão	252 569,51 €
Pavimentação na União de Freguesias de Lobão, Guisande e Louredo - 8ª Fase	256 289,31 €
Marcação Rodoviária de Pavimentos na Rede Viária Municipal	654 126,99 €
Requalificação da Avenida Corgo - Arrifana	396 800,60 €
Pavimentação em Betão Betuminoso de Arruamentos na Freguesia de Argoncilhe - 8ª Fase	244 038,11 €
Pavimentação em Betão Betuminoso de Arruamentos nas Freguesias de Arrifana e Milheirós de Poiares - 9ª Fase	247 434,96 €
Requalificação Centro Escolar Nogueira da Regedoura	365 492,15 €
Pavimentação em Betão Betuminoso de Arruamentos nas Freguesias de Sanguedo e Fiães - 9ª Fase	292 606,42 €
Remodelação das Instalações Sanitárias e Acessibilidades Escola Básica Outeiro - Rio Meão	196 163,34 €
Pavimentação em Betão Betuminoso de Arruamentos nas Freguesias de Lourosa e S. João de Vêr - 9ª Fase	231 475,79 €
Pavimentação em Betão Betuminoso de Arruamentos nas Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior - 9ª Fase	119 441,57 €
Pavimentação em Betão Betuminoso de Arruamentos nas Freguesias de Santa Maria de Lamas e Rio Meão - 9ª Fase	183 248,25 €
Pavimentação em Betão Betuminoso de Arruamentos nas Freguesias de Caldas S. Jorge, Pigeiros e Escapães - 9ª Fase	258 616,61 €
Pavimentação em Betão Betuminoso de Arruamentos nas Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo - 9ª Fase	248 805,39 €
Pavimentação em Betão Betuminoso de Arruamentos nas Freguesias de S. Miguel de Souto e Mosteiró - 9ª Fase	294 604,16 €
Requalificação Rua Coelho e Castro - Fiães	252 374,18 €
Requalificação de instalações Sanitárias da Piscina Municipal de Santa Maria da Feira	127 394,65 €
Beneficção EB 2/3 Paços de Brandão	116 227,63 €
Reabilitação do Jardim Infância S. Domingos - Argoncilhe	126 216,37 €
Reparação da Rede de Drenagem de Águas Pluviais na Envolvente a Rua de Cedofeita - Vila Maior	111 100,91 €
Substituição da Cobertura da EB1 da Feira - Santa Maria da Feira	158 879,98 €
Construção EB 2,3 Santa Maria da Feira e Pavilhão Desportivo	5 998 133,44 €
Requalificação e Ampliação EB 2,3 Paços de Brandão	3 342 390,00 €
Remodelação Escola Secundária Coelho e Castro - Fiães	3 189 955,29 €
Requalificação e Ampliação EB 2,3 Paços de Brandão - Bens Móveis	240 563,07 €
Remodelação Escola Secundária Coelho e Castro - Fiães - Bens Móveis	159 065,08 €
Construção EB 2,3 Santa Maria da Feira e Pavilhão Desportivo - Bens Móveis	435 915,80 €

Durante o ano de 2022, foi realizado um grande investimento na remodelação das Escolas e Jardins de Infância, essencialmente pela aquisição de mobiliário, equipamentos para cozinhas, equipamento informático (computadores, televisões, tablets). No âmbito da Descentralização | Transferência de Competências da Educação foram investidas nessas escolas o montante de 743.877,71€ do total de um 1.240.900,60€.

Segundo o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, as competências das autarquias locais no domínio do investimento, equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares, para além de estar já abrangidos todos os edifícios de jardins de infância e escolas básicas, passam a ser alargadas a todos os edifícios de ensino básico e ensino secundário. A única exceção são os edifícios que estão sobre a gestão do Parque Escolar, E.P.E.

Assim, os imóveis transferidos para o Município de Santa Maria da Feira no âmbito da Descentralização | Transferência de Competências são as seguintes:

- Escola Básica e Secundária de Arrifana;
- Escola Básica António Alves Amorim, Lourosa;
- Escola Básica de Canedo;
- Escola Básica e Secundária Coelho e Castro;
- Escola Básica de Argoncilhe;
- Escola Básica de Paços de Brandão;
- Escola Básica da Corga, Lobão;
- Escola Básica de Milheirós de Poiares;
- Escola Básica Prof. Doutor Ferreira de Almeida, Santa Maria da Feira;
- Escola Básica Fernando Pessoa, Santa Maria da Feira.

Foram ainda realizados investimentos na beneficiação dos parques infantis que totalizou 379.031,80€, bem como na aquisição de equipamentos para os respetivos parques no montante de 246.846,89€.

O Município encontra-se a atualizar o seu parque de viaturas, o qual foi investido o montante de 678.731,13€, na sua remodelação com uma aposta em veículos menos lesivos para o ambiente.

O valor referente a transferências ou trocas no Município, correspondem fundamentalmente à reclassificação das contas dos ativos fixos tangíveis para contas mais apropriadas, exemplo temos os Parques Infantis transferido para bens de domínio privado.

**Q5.2B – Ativos fixos tangíveis-Diminuições**

Rubricas	Diminuições					Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais					- 13 879,87 €	- 13 879,87 €
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas					- 4 328,85 €	- 4 328,85 €
Património histórico, artístico e cultural						
Equipamento militar de segurança e defesa						
Outros						
Bens de domínio público em curso					- 30 616,76 €	- 30 616,76 €
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-158 153,23 €				-12 580,42 €	-170 733,65 €
Edifícios e outras construções					-2 632 878,07 €	-2 632 878,07 €
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo					-2 458,34 €	-2 458,34 €
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso					-5 664 381,27 €	-5 664 381,27 €
	-158 153,23 €				-8 361 123,58 €	-8 519 276,81 €

Encontram-se registados em ativos fixos tangíveis os contratos de comodato e de direitos de superfície (sem obtenção de rendimento, ou cujo rendimento é extremamente residual), sendo certo que o controlo dos mesmos ainda se encontra no domínio do Município. Estes contratos dizem respeito a protocolos realizados com diversas entidades cuja finalidade é diversificada.

Ativos Fixos Tangíveis totalmente depreciados em uso



Conta	Descrição	Quantidade
43.0.1.03	Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano	419 025
43.0.3.01	Rodoviárias	5 661 663
43.0.3.05	Sistemas de esgotos	124 932
43.0.3.06	Sistemas de abastecimento de água	739 470
43.0.3.09.1	Parques e Jardins	71 059
43.0.3.09.2	Iluminação Pública	9 519 309
43.0.3.09.9	Outras infraestruturas	975 734
43.0.4.02	Obras de arte, coleções e antiguidades	112 516
43.1.3	Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano	504 890
43.2.1.02	Edificação para serviços	71 098
43.2.1.04	Edifícios Escolares	946 528
43.2.5	Piscinas e complexos desportivos	200 052
43.2.9.01	Parques e Jardins	79 506
43.2.9.09	Outros	125 099
43.3.1	Equipamento informático e de telecomunicações	107 070 013
43.3.2	Equipamento para investigação e formação, de medida e de utilização técnica especial	19 406 109
43.3.3	Equipamento e material específico dos serviços de saúde	8 536 771
43.3.4	Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	1 916 968 585
43.3.5	Equipamento e material para serviços de alimentação, rouparia e lavandaria	65 605 439
43.3.6	Equipamento para agricultura, pesca e jardinagem	6 146 508
43.3.7	Equipamento e material de apoio à produção	861 671
43.3.8	Equipamento militar, de segurança e defesa	22 541 599
43.3.9	Outro equipamento básico	267 837
43.4.2	Transportes rodoviários	2 311 258
43.4.9	Outros	3 305 246
43.5.1	Equipamento informático e de telecomunicações	352 454 277
43.5.2	Equipamento de escritório e de reprografia	9 649 701
43.5.3	Mobiliário de escritório e de arquivo	214 179 198
43.5.9	Outros	958 838
43.7.1	Equipamento de oficina e reparações	12 508 425
43.7.2	Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum	176 973 541
43.7.3	Equipamento individual para fins especiais	4 582 168
43.7.4	Equipamento para acondicionamento de embalagens	5 131 969
43.7.9	Outros	918 529
44.3	Programas de computador e sistemas de informação	26 086 769
44.6.1.1	Concessão	427 412 602
44.6.1.2	Investimento	2 981 385
44.6.9	Outros ativos Intangíveis	92 018

Ativos Fixos Tangíveis em curso

De seguida apresenta-se os principais ativos fixos tangíveis em curso à data de 31.12.2022, mais relevantes:

Descrição Obra	Valor
Reabilitação e Remodelação das Oficinas e Armazéns Municipais	2 313 469,00 €
Requalificação Envolvente Termas das Caldas S. Jorge	2 018 842,19 €
Rotunda na EN109-4 ao KM 14+550 - Fornos	220 376,98 €
Pavimentação em Betuminoso de Arruamentos - Freguesias de Argoncilhe e Santa Maria de Lamas - 10ª Fase	302 320,96 €
Reabilitação do Cais do Porto do Carvoeiro - Canedo	976 634,45 €
Requalificação Ambiental das Margens do Rio Uíma - 3ª Fase - Troço entre a Rua do Rio Uíma (Lobão) e as Termas das Caldas de S. Jorge	611 801,61 €
Pavimentação em Betuminoso de Arruamentos - Freguesia de S. João de Vêr - 10ª Fase	266 067,32 €
Requalificação Rua da Mata - Paços de Brandão, Rio Meão e Santa Maria de Lamas	612 446,31 €
Reabilitação do Complexo Europarque - Arranjos Exteriores	308 403,15 €
Piscina Municipal de Canedo	1 919 948,72 €
Ciclovía da Feira - Percurso Urbano do Cáster	812 881,51 €
Requalificação dos Pavimentos na Quinta do Areiro - S. João de Vêr	975 305,89 €
Pavimentação em Betão Betuminoso de Arruamentos - Freguesias de Mozelos e Romariz - 9ª Fase	234 617,48 €
Ciclovía Via Espargo - Paços de Brandão	534 731,20 €
Pavimentação em Betão Betuminoso de Arruamentos - Freguesias Lobão, Gião, Louredo e Guisande - 9ª Fase	313 890,13 €
Pavimentação em Betão Betuminoso de Arruamentos - Freguesias Canedo, Vale e Vila Maior - 9ª Fase	316 167,98 €
Pavimentação em Betão Betuminoso de Arruamentos - Freguesias Canedo, Vale e Vila Maior - 10ª Fase	252 175,12 €
Requalificação das Ruas do Brejo e Salgueirinha - Santa Maria de Lamas	337 363,61 €
EEIP Fase 4 - Eficiência Energética na Iluminação Pública	5 269 317,44 €
Reabilitação e Ampliação de Edifício destinado a Arquivo Municipal	3 653 340,53 €
Pavimentação em Betão Betuminoso de Arruamentos - Freguesias Argoncilhe e Lugar do Paço (Canedo) - 9ª Fase	290 653,63 €
Requalificação Urbana Arraial - Lourosa	1 050 528,10 €
Interface de Transportes - Lourosa/ Fiães	1 816 786,14 €
Reabilitação Empreendimentos de Habitação Social - Souto - Fiães	310 288,24 €
Requalificação da Alameda Alfredo Henriques - Mozelos	563 501,53 €
Construção da ETAR Fiães	3 539 330,44 €



Ativos Fixos Tangíveis não valorizados

Conta	Descrição	Quantidade
44.3	Programas de computador e sistemas de informação	2
43.0.1.03	Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano	10
43.0.2.06	Cemitérios	1
43.0.3.01	Rodoviárias	2
43.0.3.09.2	Iluminação Pública	24
43.0.4.02	Obras de arte, coleções e antiguidades	7
43.1.3	Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano	12
43.2.1.01	Habitação	1
43.3.1	Equipamento informático e de telecomunicações	27
43.3.2	Equipamento para investigação e formação, de medida e de utilização técnica especial	5
43.3.4	Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	336
43.3.5	Equipamento e material para serviços de alimentação, roupa e lavanderia	59
43.3.8	Equipamento militar, de segurança e defesa	2
43.4.2	Transportes rodoviários	4
43.5.1	Equipamento informático e de telecomunicações	91
43.5.2	Equipamento de escritório e de reprografia	43
43.5.3	Mobiliário de escritório e de arquivo	53
43.7.1	Equipamento de oficina e reparações	11
43.7.2	Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum	30
43.7.4	Equipamento para acondicionamento de embalagens	1
44.6.1.1	Concessão	4173
44.6.1.2	Investimento	4
44.6.5	Castelo de Santa Maria da Feira	1
Total		4899

Segundo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro na NCP 5, alguns ativos tangíveis são descritos como património histórico devido ao seu significado histórico, artístico, cultural ou ambiental. Exemplos destes ativos são edifícios históricos e monumentos, sítios arqueológicos, áreas de conservação e reservas naturais e obras de arte.

As entidades do setor público podem deter ativos significativos do património histórico que adquiriram ao longo de muitos anos e por variados meios, incluindo compra, doação, legado ou expropriação.

Nota 6 - Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e, como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados por natureza do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Neste particular, o Município não tem qualquer locação financeira.

O Município tem contratos de locação operacional de diversos bens, os quais são identificados no seguinte mapa.

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			Total	Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos		
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Outsourcing de Cópia e Impressão	338 542,69 €	83 357,40 €		118 089,65 €		83 357,40 €	137 095,64 €	- €	338 542,69 €	
Renting Viaturas	162 611,51 €	34 244,43 €		34 244,43 €		40 606,68 €	87 760,40 €	- €	162 611,51 €	
Renting de viaturas	101 910,72 €	25 477,68 €		29 723,99 €		25 477,68 €	46 709,05 €	- €	101 910,72 €	
Renting de veículos elétricos com postos de carregamento	46 478,65 €	11 588,54 €		11 588,54 €		11 619,84 €	23 270,27 €	- €	46 478,65 €	
Aluguer de salas modulares para atividades letivas e wc	24 562,85 €	24 562,85 €		24 562,85 €		- €	- €	- €	24 562,85 €	
Locação de Salas Modulares para Atividades Letivas e WC	109 347,00 €	- €		- €		54 673,50 €	54 673,50 €	- €	109 347,00 €	
Total	783 453,42 €	179 230,90 €	- €	218 209,46 €	- €	215 735,10 €	349 508,86 €	- €	783 453,42 €	

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Abaixo identifica-se um mapa resumo dos custos dos empréstimos obtidos.

Tipo de Empréstimo	capital		amortização	juros	Capital em dívida no ano N	
	Contratado	Utilizado			Em 01.01	Em 31.12
Curto Prazo						
Total CP						
Médio e Longo Prazo						
Não isentos	16 328 571,24 €	15 613 206,79 €	903 836,48 €	31 465,99 €	4 861 574,96 €	3 957 260,91 €
Médio e Longo Prazo						
Isentos	30 953 510,81 €	30 283 499,71 €	1 246 658,63 €	6 584,98 €	5 967 414,02 €	4 720 755,36 €
Total MLP	47 282 082,05 €	45 896 706,50 €	2 150 495,11 €	38 050,97 €	10 828 988,98 €	8 678 016,27 €
TOTAL	47 282 082,05 €	45 896 706,50 €	2 150 495,11 €	38 050,97 €	10 828 988,98 €	8 678 016,27 €

Dos empréstimos finalizados no ano de relato, 4 foram alvo de correção final do montante em dívida. Estas correções não tiveram impacto orçamental, pelo que o valor da amortização em balanço não coincide com o valor da DODES - Demonstração Orçamental da despesa, como explano anteriormente.

No caso do empréstimo do IFDR com uma amortização extra no valor de 477,57€, nos restantes empréstimos, n.ºs. 503023082204 e 503023082301 do Novo Banco e 53750621 do Millennium/BCP a correção valorizou-se apenas em 0,01€, diferenças de conversão aquando da alteração da moeda.

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Q8.2 – Propriedades de investimento-Modelo do custo

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações (modelo do custo)						Quantia escriturada final	Gastos do exercício	Rendimentos do exercício	
		Adições	Transferências Internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais			Diminuições	Rendas
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO											
Bens de domínio público											
Terenos e recursos naturais	318 325,47 €							318 325,47 €			
Edifícios e outras construções	317 849,77 €			- 10 820,54 €				307 029,23 €		21 499,31 €	
Outras propriedades de investimento											
Propriedades de investimentos em curso		5 410,27 €									-5 410,27 €
Total	636 175,24 €	5 410,27 €		- 10 820,54 €				-5 410,27 €	625 354,70 €	21 499,31 €	

As únicas variações relacionadas com Propriedade de Investimento, estão relacionadas com as depreciações destes ativos, conforme o período de vida útil esperado e constante no Classificador Complementar 2.

Estão registados como propriedades de investimento, as Casa dos Magistrados 1, 2, 3 e 4, infraestrutura que se encontra no Largo Gaspar Moreira, terrenos que se encontram na Bolsa de Terras, arrendamento rural, entre outras.

Q8.2A – Propriedade de investimentos – Desagregação das adições – Modelo custo

Rubricas	Adições (modelo de custo)									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO										
Bens de domínio público										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Outras propriedades de investimento										
Propriedades de investimentos em curso		5 410,27 €								
Total		5 410,27 €								5 410,27 €

Q8.2B – Propriedades de investimento – Desagregação das diminuições – Modelo custo

Rubricas	Diminuições (modelo do custo)				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO					
Bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Outras propriedades de investimento					
Propriedades de investimentos em curso				- 5 410,27 € -	5 410,27 €
Total				- 5 410,27 € -	5 410,27 €

Nota 9 – Imparidade de ativos

Neste mapa procedemos ao registo das perdas por imparidades, reversões realizadas ao longo do ano de 2022.

Q9.1 – Imparidade de ativos

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	Ativo Gerador de Caixa	2.726.625,47 €	13.456,52 €	2.740.081,99 €
Devedores diversos	Ativo Gerador de Caixa	10.740,00 € -	10.740,00 €	- €
Outras provisões	Ativo Gerador de Caixa	133.293,59 € -	24.630,83 €	108.662,76 €
Total		2.870.659,06 €	-21.914,31 €	2.848.744,75 €

Para o cálculo das imparidades foram consideradas as dívidas em atraso ao Município, a mais de 90 dias, e consideradas como imparidade o valor escriturado a 100%.

Continuamos a não considerar imparidade o capital da Sociedade da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, EM SA, devido ao potencial de não existir incumprimento por parte da participada, por se tratar de uma empresa Municipal, controlada a 99,52% pelo Município.

Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2022 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Q10.1 – Inventários

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias			
Mercadorias - restauração	1 237,50 €		1 237,50 €
Mercadorias - unidades de saúde			
Unidade de saúde familiar Canedo	53 689,50 €		53 689,50 €
Unidade de saúde familiar Milheiros de Poiães	46 494,00 €		46 494,00 €
Unidade de saúde familiar Nogueira da Regedoura/ S. Paio de Oleiros	1 024 374,68 €		1 024 374,68 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	391 233,92 €		391 233,92 €
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	1 517 029,60 €		1 517 029,60 €



Tal como já referido em pontos anteriores, foram registados em Inventários as empreitadas que acima encontram-se identificadas, uma vez que de acordo com a NCP 5 não se enquadram no âmbito da definição de ativo fixo tangível. Caso, se concretize a assinatura do auto de transferência no âmbito da descentralização, estes ativos, em 2023 passam para a esfera da responsabilidade do Município.

Durante o ano económico de 2022, no âmbito da delegação de competências, os edifícios escolares (Escola Coelho e Castro – Fiães; EB 2/3 Santa Maria da Feira e EB 2/3 Paços de Brandão) que estavam classificados em inventários foram reclassificados em ativos fixos tangíveis.

No quadro infra podemos verificar os movimentos ocorridos durante o exercício de 2022, referente aos consumos relacionados essencialmente com as matérias primas, subsidiárias e de consumo.

Q10.2 – Inventários: movimentos do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações (modelo do custo)						Quantia escriturada final	
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários		Outros aumentos de inventários
Mercadorias	15 027 106,01 €	7 005,70 €	5 768,20 €				13 902 547,83 €		1 125 795,68 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	388 111,98 €	1 322 002,31 €	1 318 704,84 €				936,24 €	760,71 €	391 233,92 €
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	15 415 217,99 €	1 329 008,01 €	1 324 473,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13 903 484,07 €	760,71 €	1 517 029,60 €

Nota 11 – Agricultura

Não aplicável

Nota 12 – Contratos de Construções

Não aplicável

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Q13.1 – Rendimentos de transações com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
	2021	2022
Prestação de Serviços	4 796 672,21 €	5 343 246,70 €
Saneamento	1 294 396,06 €	1 366 105,44 €
Resíduos Sólidos	2 565 822,43 €	2 676 221,71 €
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	14 232,55 €	21 474,02 €
Trabalhos por Conta de Particulares	3 431,52 €	188,00 €
Cemitérios	18 594,80 €	16 758,80 €
Parques de Estacionamento	46 298,31 €	51 408,63 €
Serviços Sociais	804 188,38 €	1 144 840,85 €
Serviços Recreativos	204,00 €	189,00 €
Serviços Culturais	- €	- €
Vistorias e ensaios	- €	- €
Mercados e Feiras	2 607,20 €	4 409,06 €
Outros Serviços	46 896,96 €	61 651,19 €
Taxas	1 428 145,49	1 931 801,06 €
Loteamentos e obras	- €	70,65 €
Ocupação da Via Pública	58 285,56 €	251 255,87 €
Saneamento	62 051,10 €	71 982,58 €
Taxa Municipal Direitos de Passagem	49 490,62 €	51 909,49 €
Taxa sobre Ruído	2 032,15 €	4 704,67 €
Outras	1 256 286,06 €	1 551 877,80 €
Venda de Bens	2 206,60 €	1 706,57 €
Produtos Acabados e Intermédios	1 990,60 €	1 706,57 €
Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e refugos	216,00 €	- €
Rendas/Concessões	3 176 575,82 €	3 113 258,46 €
Indaqua	88 972,94 €	89 199,89 €
Energia elétrica (EDP)	2 661 450,20 €	2 696 550,28 €
Rendas de edifícios e outras construções	335 185,19 €	327 508,29 €
Outras	90 967,49 €	- €
Juros	17 903,41 €	63 079,13 €
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	17 903,41 €	63 079,13 €
Outros	1 167 492,38 €	6 182 629,83 €
Ganhos em Inventários	43 086,21 €	760,71 €
Alienações Ativos Fixos Tangíveis	26 416,97 €	116 603,18 €
Sinistros	37 014,36 €	10 428,23 €
Outros Rendimentos		
Outros Rendimentos	482,84 €	138 430,23 €
Correções Relativas a Períodos Anteriores	1 060 492,00 €	3 480 846,26 €
Rendas em propriedade de investimento	- €	849 575,14 €
Trabalhos para a própria entidade	- €	1 585 986,08 €
Total	10 588 995,91 €	16 635 721,75 €

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos provenientes de transações sem contraprestação registadas no período findo em 31 de dezembro de 2022.

Q14.1 – Rendimentos de transações sem contraprestação

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Aditamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	25.921.433,63 €				
Derrama	3.266.370,00 €				
Imposto Municipal sobre Imóveis	18.589.666,27 €				
Imposto Único de Circulação	4.065.388,79 €				
Outros	8,57 €				
Impostos indiretos	8.514.876,99 €				
Ocupação da Via Pública	- €				
Outros	81,80 €				
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	8.514.795,19 €				
Contribuições para Sistemas de Proteção Social e Subsistema de Saúde	- €				
Multas e Outras Penalidades	130.898,16 €		19.590,18 €	9.563,51 €	
Juros de Mora	58.742,87 €				
Juros compensatórios	24.138,98 €				
Coimas e penalidades por contraordenações	29.240,46 €				
Outras Multas e Penalidades	18.775,85 €				
Transferências sem Condição	31.906.921,23 €		15.543,21 €	26.505,63 €	
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	14.760.930,00 €				
Fundo Social MunicipaI (FSM)	2.647.215,00 €				
Participação no IRS	5.346.067,00 €				
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	7.524.484,90 €				
Participação no IVA	387.801,30 €				
Outras	14.360,08 €				
Segurança Social	67.840,15 €				
Serviços e Fundos Autónomos	1.130.161,00 €				
Outras entidades	13.923,80 €				
Instituições sem fins lucrativos	14.138,00 €				
Resto do Mundo					
FEDER	54.868,88 €				
Fundo de Coesão	5.180,53 €				
Fundo Social Europeu	416.230,97 €				
Outras	198.589,49 €				
Transferências com Condição					
Subsídio sem Condição					
Subsídio com Condição					
Legados, Ofertas e Doações		1.041.621,04 €			
Outros	2.148.071,77 €				
Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	80.940,68 €				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	2.067.131,09 €				
Total	69.297.071,65 €	1.041.621,04 €	35.133,39 €	36.069,14 €	

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, em que seja provável que haja um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Durante o exercício findo, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Q15.1 – Provisões

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos			Diminuições				Quantia escriturada final	
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições		Total diminuições
Processos judiciais em curso	975 375,88 €	460 958,87 €	- €	- €	460 958,87 €	- €	- €	484 716,33 €	484 716,33 €	951 618,42 €
Total	975 375,88 €	460 958,87 €	- €	- €	460 958,87 €	- €	- €	484 716,33 €	484 716,33 €	951 618,42 €

Os processos encontram-se devidamente identificados no mapa infra:

Processo n.º	Valor reclamado 2022	Valor reclamado 2021	Varição
903/13.2BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	3 844,96 €	30 000,01 €	- 26 155,05 €
1078/16.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	- €	36 619,08 €	- 36 619,08 €
3775/16.1T8OAZ - Comarca de Aveiro-Oliveira de Azeméis-Juízo de execução	- €	27 480,00 €	- 27 480,00 €
661/17.1BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30 588,62 €	30 588,62 €	- €
1286/17.7 BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	56 593,00 €	56 593,00 €	- €
2617/18.8T8VFR - J2 do Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira	- €	350 157,60 €	- 350 157,60 €
131/19.3BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	11 196,59 €	11 196,59 €	- €
315/19.4BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	7 500,00 €	7 500,00 €	- €
425/19.8BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	5 919,04 €	5 919,04 €	- €
189/20.2BEAVFR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	89 439,00 €	89 439,00 €	- €
749/20.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	7 996,13 €	7 996,13 €	- €
577/20.4BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	233 593,46 €	233 593,46 €	- €
744/20.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	11 568,59 €	11 568,59 €	- €
842/20.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	19 035,47 €	19 035,47 €	- €
104/21.6BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	7 264,69 €	7 264,69 €	- €
2011/21.3T8VFR - J2 do Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira	- €	38 184,60 €	- 38 184,60 €
827/21.0BEAVR-A - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	150 000,00 €	- €	150 000,00 €
874/21.1BEAVR-A - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	31 910,00 €	- €	31 910,00 €
212100292/2021 - ACT - Processo de Contra Ordenação	6 120,00 €	12 240,00 €	- 6 120,00 €
610/22.5BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	31 052,05 €	- €	31 052,05 €
2084/22.1BEPRT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	183 312,22 €	- €	183 312,22 €
2543/22.6T8VFR - Tribunal Comarca Aveiro - 1º Juízo Cível de Santa Maria da Feira	38 184,60 €	- €	38 184,60 €
2561/22.4T8VFR - Tribunal Comarca Aveiro - 3º Juízo Cível de Santa Maria da Feira	26 500,00 €	- €	26 500,00 €
Total	951 618,42 €	975 375,88 €	- 484 716,33 €
Aumento			460 958,87 €

Os processos judiciais em cursos refletem as responsabilidades prováveis e estimadas nos processos judiciais em curso, cuja estimativa é fiável de mensuração, considerando o montante de indemnização ou encargo que o Município prevê suportar relativamente aos processos que aguardam resolução em tribunal.

Após análise ao quadro supra na totalidade as diminuições foram superiores aos reforços, e suportado pela informação prestada pelo Departamento Jurídico após uma análise cuidada aos processos judiciais pendentes, foram apenas constituídas provisões com valor suficiente para cobrir perdas julgadas como prováveis e de estimativa fiável.

No que concerne à Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M.S.A., e após exclusão das prestações suplementares o capital próprio desta entidade é negativo. O Município de Santa Maria da Feira detém 99,52% da participação da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M.S.A., e sendo esta entidade uma empresa Municipal, a não assunção das responsabilidades por parte desta participada não se coloca, por não existir qualquer probabilidade de tal ocorrência, pelo que não foi constituída provisão.

Passivos Contingentes

Contribuinte	Nome	Total	Observações
168737523	ANTONIO ALVES SANTIAGO	5 667,00 €	EXPROPRIAÇÃO PARCELA 11 REFERENTE A EXECUÇÃO/CONSTRUÇÃO DA VIA RAPIDA DE ACESSO AO PEC
600082563	AUTORIDADE NACIONAL SEGURANCA RODOVIARIA	120,00 €	Processo de contraordenação
600080986	ASAE - AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA	1 000,00 €	Processo de contraordenação
600080986	ASAE - AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA	1 000,00 €	Processo de contraordenação
600082563	AUTORIDADE NACIONAL SEGURANCA RODOVIARIA	600,00 €	Processo de contraordenação
504598686	INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL - GESTÃO REGIONAL PORTO E AVEIRO	61 200,00 €	Execução de trabalhos de abertura de valas na EN 109-4 entre os km 14+200 e 17+600 para a construção do sistema de drenagem de águas residuais da bacia B2 - Lage Montante
504598686	INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL - GESTÃO REGIONAL PORTO E AVEIRO	19 000,00 €	Execução de trabalhos de reposição EN 109-4, do km 5,100 ao km 5,4800 - abertura de vala longitudinal - processo n.º 310/05\
600083349	ACT AUTORIDADE PARA AS CONDICÕES DE TRABALHO	1 530,00 €	Processo de contraordenação
504598660	DIRECÇÃO DE ESTRADAS DO DISTRITO DE AVEIRO	3 000,00 €	Abertura de valas longitudinais - EN 109-4 do km 14,620 ao km 14,740 - processo n.º 496/02
504598660	DIRECÇÃO DE ESTRADAS DO DISTRITO DE AVEIRO	52 872,58 €	Abertura de valas - EN 223 do km 8,400 a 9,200 do km 10,100/12,000 e do km 12,000 ao km 14,600 - processo n.º 168/01
720013534	CARTEIRA IMOBILIARIA - FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO ABERTO	3 000,00 €	GARANTIA PRESTADA - contrato de arrendamento para fins não habitacionais para uso do pelouro da cultura, educação, juventude e turismo-caução
504598660	DIRECÇÃO DE ESTRADAS DO DISTRITO DE AVEIRO	28 930,28 €	Trabalhos de reposição - obras de abastecimento de água, águas residuais e pluviais EN 109-4 ao km 5,750 e 6,875 - processo n.º 630/00
503693812	SULDOURO-VALORIZAÇÃO E TRAT. RESÍDUOS SÓLIDOS URB., S.A.	165 102,10 €	Contrato de entrega e receção de resíduos sólidos urbanos (RSU) e de recolha seletiva para a valorização, tratamento e destino final
502970472	INSTITUTO GEOLOGICO E MINEIRO	7 481,97 €	Contrato de concessão de exploração de águas minerais denominada Caldas de S. Jorge
600011399	TRIBUNAL CIRCULO /COMARCA DE SANTA Mª DA FEIRA	11 677,48 €	Instrução do processo oficial de expropriação dos terrenos necessários à ampliação do cemitério de São João de Ver
600003957	COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE	404 738,61 €	Execução trabalhos diversos
600011399	TRIBUNAL JUDICIAL SANTA MARIA DA FEIRA	15 921,63 €	Estação de esgotos da Remolha e zona envolvente - parcela de terreno n.º 8
600011399	TRIBUNAL JUDICIAL SANTA MARIA DA FEIRA	5 112,68 €	Estação de esgotos da Remolha e zona envolvente - parcela de terreno n.º 5
600011399	TRIBUNAL JUDICIAL SANTA MARIA DA FEIRA	5 112,68 €	Estação de esgotos da Remolha e zona envolvente - parcela de terreno n.º 7
600011399	TRIBUNAL JUDICIAL SANTA MARIA DA FEIRA	1 084,89 €	Expropriação da parcela de terreno n.º 20-B - Implementação da via estruturante do eixo industrial norte/vala de derivação de cheia da Ribeiro
214771512	PAULO JORGE MARTINS DA ROCHA OLIVEIRA	826,90 €	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
600011399	TRIBUNAL JUDICIAL SANTA MARIA DA FEIRA	698,32 €	Expropriação da parcela de terreno n.º 23 - Implementação da via estruturante do eixo industrial norte/vala de derivação de cheia da Ribeiro
999999999	CONSUMIDOR FINAL	4 500,00 €	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
600011399	TRIBUNAL JUDICIAL SANTA MARIA DA FEIRA	567,38 €	Expropriação da parcela de terreno n.º 24 - Implementação da via estruturante do eixo industrial norte/vala de derivação de cheia da Ribeiro
600011399	TRIBUNAL JUDICIAL SANTA MARIA DA FEIRA	274,34 €	Expropriação da parcela de terreno n.º 27 - Implementação da via estruturante do eixo industrial norte/vala de derivação de cheia da Ribeiro
600011399	TRIBUNAL JUDICIAL SANTA MARIA DA FEIRA	250,65 €	Expropriação da parcela de terreno n.º 28 - Implementação da via estruturante do eixo industrial norte/vala de derivação de cheia da Ribeiro
600011399	TRIBUNAL JUDICIAL SANTA MARIA DA FEIRA	329,21 €	Expropriação da parcela de terreno n.º 30 - Implementação da via estruturante do eixo industrial norte/vala de derivação de cheia da Ribeiro
600011399	TRIBUNAL JUDICIAL SANTA MARIA DA FEIRA	110 913,66 €	Expropriação de terrenos para execução da Rua Paralela à Rua Direito em Santa Maria da Feira
131865790	JOSE BRANDAO COUTO	2 653,13 €	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
137572425	MARIA TERESA SANTOS MELO MENDES	4 829,61 €	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
207335451	ANTONIO MIGUEL SA BRITO	2 519,91 €	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
181683873	JOSE MAGALHAES FERREIRA DOS SANTOS	1 991,05 €	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
600008878	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA	1 600,00 €	Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro
258680350	JOANA DA SILVA OLIVEIRA	478,90 €	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
214518205	MARY FANNY FERREIRA ALMEIDA	1 804,53 €	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
225746263	ANDRE HEITOR DA SILVA COSTA	4 265,15 €	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
		932 654,64 €	

No decurso da atividade Municipal existem diversos litígios e contingências, quer de natureza administrativa, quer judicial em que o Município está envolvido. Contudo, após uma análise cuidada, foram constituídos passivos contingentes, por o risco de perda das ações não ser provável, e não ser possível aferir com fiabilidade a quantia a despendar. Os processos desta natureza, não foram alvo de provisões, sendo, contudo, periodicamente analisados e reavaliados.

Para além destes processos, são igualmente considerados como passivos contingentes as garantias prestadas pelo Município, por não ser provável que decorra da sua utilização exfluxos de recursos.

Ativos Contingentes

Consideram-se ativos contingentes, os ativos que surgem de acontecimentos não planeados ou inesperados que não se encontrem totalmente sob o controlo da entidade e dão origem à possibilidade de benefícios económicos ou potencial de serviços para a entidade.

Desta forma, os ativos contingentes devem ser divulgados quando seja provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço.

Ativos Contingentes	Montante
Garantias / Seguros caução referentes a empreitadas/bens e serviços	10 623 579,27 €
CA - Contribuição Autárquica	72 251,60 €
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	2 705 313,27 €
IMT . Imposto Municipal sobre Transações Onerosas	673 480,76 €
IUC - Imposto Único de Circulação	954 755,81 €
SISA	229 559,14 €
Total	15 258 939,85 €

Nos termos do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 172/2012, de 21 de junho, a Autoridade Tributária e Aduaneira deve informar as autarquias locais, do valor dos recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior, referente às receitas fiscais. A divulgação desta informação, ocorreu pela primeira vez em tempo útil para a sua correta divulgação em sede de Prestação de Contas.

Estes montantes não estão reconhecidos enquanto ativos do Município, pelo seu carácter contingente, na medida em que não cumprem com os critérios de reconhecimento de um ativo.

Nota 16 – Efeitos de alterações em taxa de câmbio

Não aplicável

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

As transferências da descentralização de competências, nomeadamente no âmbito da Saúde e Ação Social, devem ocorrer durante o ano de 2023 o que implicará alterações e ajustamentos consideráveis, cujo impacto ainda está por avaliar.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros, excluídos de acréscimos de rendimentos, por não serem considerados como tal, encontravam-se escriturados do seguinte modo:

Q18.1 – Ativos financeiros

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Caixa e seus equivalente										
Caixa	1.719,17 €				1.374,24 €					3.093,41 €
Depósitos bancários	50.246.186,43 €				9.515.641,26 €					59.761.827,69 €
Outros depósitos	2.709.441,99 €				626.330,31 €					3.335.772,30 €
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo										
Investimentos em entidades controladas	674.963,90 €				80.940,68 €				12.000,71 €	743.903,87 €
Investimentos em associadas	78.805,80 €									78.805,80 €
Investimentos noutras entidades	3.608.695,84 €									3.608.695,84 €
Outros investimentos financeiros	1.007.724,48 €									1.007.724,48 €
Ativo corrente										
Devedores por transferência e subsídios não reembolsáveis	1.465.856,14 €							1.387.181,92 €		78.674,22 €
Cientes, contribuintes e utentes	1.964.307,14 €				37.554,79 €			24.098,27 €	424.023,58 €	1.553.740,08 €
Outras contas a receber	1.597.392,35 €							108.662,76 €	330.370,83 €	1.158.358,76 €
Total	63.355.093,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10.261.841,28 €	0,00 €	0,00 €	132.761,03 €	2.153.577,04 €	71.330.596,45 €

O detalhe dos movimentos na rubrica de caixa e seus equivalentes encontra-se discriminada na Demonstração de Fluxos de Caixa.

As imparidades relativas à rubrica de clientes, contribuinte e utentes e outros devedores de curto prazo, para as quais os créditos, já tenham ultrapassado o prazo de 90 dias decorridos da data de emissão da fatura, pois a partir desta data, considera-se que estão reunidas as condições para instauração de um processo para cobrança de execução fiscal.



Q18.2 – Outras Contas a Receber

Outras Contas a Receber	2021	2022
Não Corrente	27 351,31 €	8 097,00 €
Outros devedores e credores	27 351,31 €	8 097,00 €
Corrente	23 623 752,02 €	22 818 455,03 €
Outras contas a receber		
Devedores e credores por contratos de cedência	- €	- €
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	21 789 541,95 €	21 505 092,94 €
Impostos e taxas imputados ao período - IMI	18 084 130,95 €	18 238 722,94 €
Derrama	3 705 411,00 €	3 266 370,00 €
Devedores por acréscimos de rendimentos	103 524,13 €	163 100,33 €
Refeições Escolares	53 982,77 €	120 700,17 €
Resíduos Sólidos Urbanos	11 168,58 €	10 168,33 €
DGEST	- €	- €
Outros	38 372,78 €	32 231,83 €
Cauções	4 860,00 €	7 860,00 €
Outros devedores e credores	1 725 825,94 €	1 251 064,52 €
Devedores por alienação de ativos fixos	74 712,00 €	40 500,00 €
Outros devedores	1 651 113,94 €	1 210 564,52 €
Realizável até 12 meses	12 492,20 €	- €
Estado	1 301 857,29 €	1 192 750,19 €
Outras entidades	336 764,45 €	17 814,33 €
Perdas por imparidade acumuladas Outros Devedores	- 133 293,59 €	- 108 662,76 €
Total	23 517 809,74 €	22 826 552,03 €

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos financeiros encontravam-se escriturados do seguinte modo:

18.3 – Passivos financeiros

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos			Diminuições		Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Passivos não correntes							
Financiamentos obtidos	9.199.283,96 €				2.304.935,93 €		- €
Outras contas a pagar	2.703.223,99 €			628.582,00 €			951.618,42 €
Passivos correntes							
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	71.836,34 €					60.305,32 €	3.331.805,99 €
Fornecedores	1.057.090,21 €	188.784,24 €					
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	77.020,00 €			102.600,00 €			10.682.374,07 €
Estado e outros entes públicos	253.915,88 €			129.904,85 €			11.531,02 €
Financiamentos obtidos	2.505.084,07 €					199.729,93 €	1.245.874,45 €
Fornecedores de investimentos	197.905,08 €				35.536,71 €		179.620,00 €
Outras contas a pagar	13.414,56 €			91.716,48 €		77.020,00 €	28.111,04 €
Total	16.078.774,09 €						16.430.934,99 €

No passivo não corrente, a rubrica de financiamentos refere-se à dívida de médio e longo prazo, sendo que a rubrica de outras contas a pagar diz respeito aos valores retidos de cauções referentes a empreitadas.

No passivo corrente, retirado os valores de acréscimos e diferimentos, temos valores referente a adiantamentos por conta de vendas, o valor escriturado no final referente aos financiamentos obtidos diz respeito aos encargos a realizar em 2023.

Q18.4 – Outras Contas a Pagar

Outras Contas a Pagar	2021	2022
Não Corrente	2 703 223,99 €	3 331 805,99 €
Cauções	2 599 535,33 €	3 270 774,89 €
Cauções de loteamentos e obras	180 065,34 €	409 993,78 €
Cauções de fornecedores de imobilizado - individual	2 419 469,99 €	2 860 781,11 €
Outros credores	103 688,66 €	61 031,10 €
Corrente	2 285 996,84 €	3 494 747,96 €
Credores por acréscimos de gastos	2 272 582,28 €	3 466 636,92 €
Remunerações a liquidar	2 106 738,02 €	3 245 103,44 €
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	13 007,78 €	23 401,59 €
Seguros a liquidar	- €	1 037,30 €
Custos correntes	665,45 €	77 231,23 €
Outros acréscimos de gastos	152 171,03 €	119 863,36 €
Outros credores	13 235,94 €	23 878,49 €
Outros credores-entidade contabilística Estado (Elegível até 12 meses)	511,00 €	106,00 €
Outros credores-Outros (Elegível até 12 meses)	12 724,94 €	23 772,49 €
GNR - Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	1 854,00 €	- €
Associação de Municípios	10 870,94 €	23 772,49 €
Outras entidades	178,62 €	4 232,55 €
Total	4 989 220,83 €	6 818 088,85 €

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Conforme o referido na Nota 1, alínea L o Município de Santa Maria da Feira apenas regista os benefícios dos empregados de curto-prazo (que não sejam benefícios de cessação de emprego) e que se vencem num prazo de 12 meses após a data de relato em que os empregados prestam o respetivo serviço.

Considera-se como benefício de curto prazo, os salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, ADSE, entre outros. Os benefícios de longo prazo aos empregados não se aplicam, pelo que, de seguida apresenta-se os gastos com pessoal referentes ao período de relato. Os vencimentos relacionados com os órgãos de gestão, serão devidamente divulgados na Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas.

Descrição	Conta da Geral	2021	2022	Δ 2021/2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	63.0	381 871,27 €	407 718,23 €	6,77%
Remunerações certas e permanentes	63.2.1	11 854 423,13 €	16 911 365,96 €	42,66%
Abonos variáveis ou eventuais	63.2.2	219 197,80 €	301 721,71 €	37,65%
Encargos sobre remunerações	63.5	3 002 404,45 €	4 153 006,82 €	38,32%
Despesas de Saúde	63.8.9.01	745 265,09 €	792 341,87 €	6,32%

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes divulga-se os relacionamentos entre partes relacionadas, quando existe controlo, independentemente de ter existido transações entre as partes. Considera-se que existe relacionamentos entre as partes se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativas obre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum.

Q20.1 – Listagem de entidades controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	% Controlo		Controlo Final
				Direto	Indireto	
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.	E.M.	Ed. Administrativo - Rua Interior ao Europarque - Apartado 160 4520-153 Stª Maria Feira	564 488,43 €	100,00%		100,00%
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, E.M.	E.M.	Rua dos Descobrimentos, nº12 r/c, esq. Santa Maria da Feira	125 600,00 €	99,52%		99,52%
Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	Associação	Praça da Republica, Apartado 133, 4524-909 Santa Maria da Feira	- €	100,00%		100,00%

Q20.2 – Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação		Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.	Entidade Controlada	Subsidio á exploração	2 183 387,00 €	
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, E.M.	Entidade Controlada	Subsidio á exploração	295 000,00 €	

A presente norma exige que sejam feitas divulgações sobre a remuneração, durante o período de relato, de pessoas chave da gestão e de membros próximos da sua família, empréstimos que lhe foram feitos, e a remuneração que lhe foi atribuída por serviços prestados à entidade que não sejam a remuneração como membro do órgão de gestão ou como trabalhador. As divulgações exigidas por esta Norma assegurarão que sejam aplicados níveis mínimos apropriados de transparência no que se refere à remuneração de pessoas chave da gestão e a membros próximos da sua família sobre os membros do órgão de gestão.

Q20.3 – Remunerações Pessoas - Chave da Gestão

Órgão de Gestão	Remuneração	Outras remunerações e compensações	Empréstimo	Benefícios diretos e indiretos	Observações
Presidente e vereadores a tempo inteiro	297 914,68 €				
Vereadores em regime não permanência	9 800,96 €				

Nota 21 – Relato por segmentos

O relato por segmentos diz respeito a uma atividade ou a um grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos.

O relato por segmentos implica um conjunto completo de informação financeira, nomeadamente balanço, demonstração dos resultados, uma demonstração dos fluxos de caixa, demonstração das alterações do património líquido e os anexos às demonstrações.

O Município de Santa Maria da Feira não identifica atividades sujeitas à apresentação por segmentos, uma vez que as divulgações presentes com a implementação da NCP27 e a apresentação das contas consolidadas é eficiente e eficaz.

Nota 22 – Interesses em outras entidades

A 31 de dezembro de 2022, o Município de Santa Maria da Feira detinha as seguintes participações financeiras:

Entidade participada		Natureza da Entidade	Participação no final 2022			Observações	
Denominação	N.I.P.C		%	Valor Custo de Aquisição	Imparidade Acumulada		Valor Contabilístico
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M.	505120151	E.M.	100%	350.000,00 €		1.052.706,30 €	Participação em capital
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A	504134353	E.M.	99,52%	334.000,00 €		628.984,08 €	Participação em capital
Energaia-Agencia de Energia do Sul da área Metropolitana do Porto	504454536	ASU	20%	30.000,00 €		78.805,80 €	Participação em capital
Suldouro, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A	503693812	S.A.	15%	510.000,00 €		564.492,36 €	Participação em capital
Fundacao "Terras Santa Maria"	502556773	FSU	10%	4.987,98 €		4.987,98 €	Estatutos
ADCL-Águas do Centro Litoral, SA	513806181	S.A.	1,74%	138.927,00 €		700.120,00 €	Participação em capital
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Fundo	0,44%	2.882.173,05 €		1.852.825,50 €	Participação em capital
Águas do Douro e Paiva, S.A.	514310774	S.A.	2,33%	486.270,00 €		486.270,00 €	Participação em capital
GAMP_ Grande Área Metropolitana Porto	502823305	AME	8,21%			90.519,00 €	% em despesas de funcionamento
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Associação				6.161,67 €	Quota
AMTSM - Associação Municípios Terras de Santa Maria	501651888	Associação	16,66%			171.680,06 €	% em despesas de funcionamento
ADRITEM	508225736	Associação	19,32%			25.000,00 €	Quota
Retecork	G 17994765	Rede Europeia	3,71%			2.000,00 €	Quota
Associação da Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	506536130	Associação	100%			- €	
Associação de Turismo do Porto	503393517	Associação				3.000,00 €	Quota
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	ER	1,16%			1.500,00 €	Quota
Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	503990698	Associação	5,71%			15.000,00 €	Quota
ACF-Associação de Caminhos de Fátima	513836250	Associação	7,69%			4.178,40 €	Quota
PERM, SA	509042201	S.A.	10,20%			25.500,00 €	Participação em capital - indireta

a) Interesses em entidades consolidadas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	% Controlo		Controlo Final
				Direto	Indireto	
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.	E.M.	Ed. Administrativo - Rua Interior ao Europarque - Apartado 160 4520-153 Stª Maria Feira	564.488,43 €	100,00%		100,00%
Energaia-Agencia de Energia do Sul da área Metropolitana do Porto	ASU	Avenida Manuel Violas, nº476 Sala 23 4410-136 S.Felix da Marinha	- €	20,00%		20,00%
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, E.M.	E.M.	Rua dos Descobrimentos, nº12 r/c, esq. Santa Maria da Feira	125.600,00 €	99,52%		99,52%
Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	Associação	Praça da Republica, Apartado 133, 4524-909 Santa Maria da Feira	- €	100,00%		100,00%

b) Interesses em outras entidades:

Denominação	Entidade participada		% de Interesse		Observações
	Domicílio	Valor da Entidade	%		
Sulduro, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A	Rua Conde Barão 4415-103 Sermonde Vila Nova de Gaia	510 000,00 €	15,00%		
Fundacao "Terras Santa Maria"	Rua António Castro Corte Real - Apartado 132 4520-909 Stª Maria da Feira	4 987,98 €	10,00%		
ADCL-Águas do Centro Litoral, SA	ETA da Boavista_ Av. Dr. Luis Albuquerque 3030-410 Coimbra	700 120,00 €	1,74%		
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental 1149-015 Lisboa	1 852 826,50 €	0,44%		
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Rua de Vilar, Nº 235, 5º Andar 4050-626 Porto	486 270,00 €	2,33%		
GAMP_ Grande Área Metropolitana Porto	Avenida dos Aliados, 236 1º 4000-065 Porto	90 519,00 €		Complicação	
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marmoco e Sousa, 52 3004-511 Coimbra	6 161,67 €		Quota Anual	
AMTSM - Associação Municípios Terras de Santa Maria	Edifício do GAT - Parrinho 3700-189 S.João da Madeira	171 680,06 €		Transferência Corrente	
ADRTM	Centro Cívico Justino Portal 1º Andar 3700-616 Cesar	25 000,00 €		Quota Anual	
Retecork	C. IRENE ROCAS 17124 LLOFRIU	2 000,00 €		Quota Anual	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	Castelo Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	1 500,00 €		Quota Anual	
Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	AV. Inferior Ponte D. Luis I, Nº 55 4050-074 Porto	15 000,00 €	5,71%		
ACF-Associação de Caminhos de Fátima	Fátima 2425-428 Fátima	4 178,40 €	7,69%		
Associação de Turismo do Porto	Av.Inferior à Ponte D.Luis I, 53 1º - 4050-074 Porto	3 000,00 €		Quota Anual	
PERM, SA	Rua Milheirós de Poiares - Ed. Villa Balbina - 3700 S. João da Madeira	25 500,00 €	10,20%		

Nota 23 – Outras divulgações

O Município de Santa Maria da Feira, tem consciência da importância dos procedimentos ainda a realizar no âmbito da implementação, validação dos ajustamentos de transição para o SNC-AP, de forma a garantir a integralidade e rigor do processo.

Por forma a explicitar alguns movimentos ocorridos adicionamos mapas de forma a garantir transparência e uma compreensão mais apurada dos eventos ocorridos durante o ano de 2022.

Nota 23.1 – Transferências e subsídios não reembolsáveis

Rubrica	2021		2022	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios não reembolsáveis				
Estado	207 193,93 €		823,19 €	
Fundos Comunitários	1 135 662,21 €		77 851,03 €	
Outros	123 000,00 €		- €	
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis				
Administração Local				
Outros		71 836,34 €		11 531,02 €
Total	1 465 856,14 €	71 836,34 €	78 674,22 €	11 531,02 €



Nota 23.2 – Clientes, contribuintes e utentes

Rubrica	2022			
	Conta Corrente	Cobrança Duvidosa	Imparidades Acumuladas	Valor recuperável líquido
Ativo corrente				
Clientes C/C	938 301,73 €	1 254 119,46 €	44 243,97 €	2 148 177,22 €
Contribuintes	22 950,82 €	203 662,50 €	- €	226 613,32 €
Utentes	224 858,31 €	1 649 929,25 €	2 695 838,02 €	- 821 050,46 €
Total	1 186 110,86 €	3 107 711,21 €	2 740 081,99 €	1 553 740,08 €

Nota 23.3 – Estado e outros entes públicos

Rubrica	2021		2022	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Retenção de imposto sobre os rendimentos		114 883,14 €		124 531,72 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		82 465,52 €		33 276,49 €
Outros Impostos		- €		- €
Contribuições para o sistema de proteção social e subsistemas de saúde		43 705,09 €		222 338,14 €
Outras tributações		12 862,13 €		3 674,38 €
Total	0,00 €	253 915,88 €	0,00 €	383 820,73 €

Nota 23.4 – Diferimentos

Rubrica	2021	2022
Diferimentos - Ativo corrente		
Existências - Material de escritório	16 072,72 €	13 986,42 €
Existências - Vestuários e artigos de proteção pessoal	59 276,11 €	65 519,30 €
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições - a reconhecer até 12 meses		863 408,21 €
Outros	5 173,65 €	7 473,65 €
Total	80 522,48 €	950 387,58 €



Rubrica	2021	2022
Diferimentos - Passivo corrente		
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições - a reconhecer até 12 meses		2 872 159,02 €
Outros	27 444,44 €	26 898,38 €
Total	27 444,44 €	2 899 057,40 €

Ao abrigo da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, o Município decidiu ocultar os nomes e contribuintes dos particulares como forma de salvaguardar informação, nomeadamente no mapa transferências e subsídios recebidos - anexo VIII. No entanto, para envio ao Tribunal de Contas a informação será devidamente remetida.

ATIVIDADES

**DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO E EMPREGO,
COMUNICAÇÃO E
PROJETOS ESTRATÉGICOS**



DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EMPREGO, COMUNICAÇÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS

Unidade de Desenvolvimento Económico e Empresarial

O ano de 2022 marcou o regresso da economia portuguesa à normalidade, após dois anos de pandemia, o que se repercutiu na economia do território e nas suas dinâmicas.

No que toca ao funcionamento deste serviço, importa referir que decorrente da alteração da estrutura orgânica do Município de Santa Maria da Feira, em março de 2022, a mesma produziu efeitos nesta unidade orgânica, a qual passou a ter a designação de Unidade de Desenvolvimento Económico (UDE).

Esta unidade tem por missão apoiar as empresas locais, nacionais e internacionais, em articulação com outras instituições públicas e privadas, sempre mantendo a proximidade entre os intervenientes, dinamizando um conjunto de atividades que visem o desenvolvimento sustentável da economia local, numa perspetiva de operacionalizar a estratégia de desenvolvimento económico em matéria de modernização, competitividade e captação de investimentos nacionais e internacionais.

A atuação do UDE pautou-se por uma clara articulação com objetivos estratégicos do executivo, na “construção” de pontes entre os agentes económicos, atuando como agente facilitador na fixação das empresas no concelho, dotando os empresários e empreendedores de informação relevante para o investimento, funcionando como serviço de aconselhamento e dinamizador de atividades que contribuam para a modernização do tecido empresarial.

Em 2022, importa realçar as principais atividades dinamizadas por esta unidade, as quais seguidamente são elencadas:

> Fórum Bizfeira

Evento anual, dedicado à comunidade empresarial. Subordinado ao tema "Gerir na Nova Ordem Mundial", este foi o ano de regresso à sua dinâmica pré-pandemia, contando com a presença de mais de 400 participantes, no auditório do Europarque. Sustentabilidade ambiental, gestão empresarial, geopolítica, transição energética e descarbonização foram alguns dos temas abordados nesta edição.

Procurou-se refletir as questões de uma “nova economia”, resultado das vicissitudes provocadas pela pandemia e os seus impactos em todas as áreas da sociedade, bem como aqueles que a guerra entre os países da Ucrânia e Rússia tem tido na economia mundial e nas suas cadeias de valor. Esta dinâmica já se repercute em alterações nas cadeias de fornecimento globais, numa crise energética, nas taxas de inflação crescentes (recessão?) e também em polarizações sociais e políticas.



Os custos da energia afiguram-se como o grande desafio da atual conjuntura, algo que afeta a dinâmica de gestão financeira da empresa, pelo que foi importante debater e partilhar as opções que as empresas têm à sua disposição para reduzir os impactos da fatura energética, nomeadamente apoios estatais e comunitários, projetos de investimento e linhas de financiamento que visem a descarbonização da atividade empresarial. Foi ainda importante trazer a este contexto uma análise mais global das implicações que estes movimentos acarretam para a sociedade ocidental, em particular para a economia.

Este dia contou com a participação de oradores reconhecidos a nível nacional e internacional, com destaque para Paulo Portas, António Nogueira Leite, João Manso Neto, Pedro Fonseca Santos e Luís Castanheira.

Esta edição teve também a participação de um grupo de empresários que partilharam a sua experiência e estratégias que encontraram, para fazer face a todos os constrangimentos supra citados. Nestes painéis estiveram representadas empresas como: Mercedes Benz Portugal, Capgemini Portugal, Fraunhofer Portugal, Papeleira Coreboard S.A., Corticeira Amorim e Procalçado S.A.

No período da manhã foi dinamizada uma sessão de trabalho, na qual foi apresentado o projeto que integra a área da sustentabilidade ambiental “Good for Beesness”, que visa incentivar a criação de áreas florais em empresas para atrair abelhas e outros insetos necessários à polinização urbana. Este projeto nasce fruto da consciência de que o cultivo mundial de alimentos depende de processos polinizadores que estão cada vez mais ameaçados devido à agricultura intensiva, ao uso de pesticidas, à poluição e às alterações climáticas. Este pré-evento pretendeu evidenciar um conjunto de medidas concretas que as empresas podem facilmente colocar em prática para se tornarem mais sustentáveis. Neste debate estiveram presentes diferentes entidades com trabalho desenvolvido nesta temática, mais especificamente a [polli.NET](#), [NBI - Natural Business Intelligence](#), [2GO OUT Consulting](#), [Honey Highwa](#).

Uma das iniciativas promovidas durante o Fórum Bizfeira consistiu na divulgação de Santa Maria da Feira como membro da Rede de Cidades Criativas da UNESCO na área da Gastronomia, a única em Portugal. Neste âmbito lançamos o desafio à Associação de Hotelaria, Restauração e Similares do Centro Histórico de Santa Maria da Feira para promover um momento que conciliasse o networking com a degustação dos produtos endógenos que caracterizam Santa Maria da Feira.

> Candidatura à manifestação de Interesse para Desenvolvimento de Projetos no âmbito dos Bairros Comerciais Digitais (AVISO Nº 01/C16-I02/2022), integrada no PRR.

O objetivo desta candidatura consistiu na promoção/dinamização dos setores do comércio abertos ao consumidor, visando a digitalização dos operadores económicos e dos seus modelos de negócio, a promoção do comércio online e da integração digital das cadeias de abastecimento. Neste âmbito definiu-se que a área a integrar o Bairro Comercial Digital de Santa Maria da Feira estaria circunscrito geograficamente ao centro histórico da cidade. Esta manifestação de interesse pressupõe a



auscultação dos comerciantes para recolher a informação da oferta existente neste bairro e a definição de um conjunto de equipamentos que possam promover a digitalização e monitorização de quem frequenta o centro histórico. Esta candidatura foi submetida em abril e o seu resultado foi publicado em outubro, do qual constou que o Município de Santa Maria da Feira estaria em condições para apresentar candidatura no primeiro trimestre de 2023.

>Projeto Vai-me à Loja

O projeto visa a promoção do comércio local, alojamento e restauração. Este serviço deu continuidade ao trabalho de “rua” que consistiu na apresentação da plataforma associada ao projeto, fazendo o convite às empresas com estabelecimentos abertos ao público a estarem presentes de forma gratuita, nesta plataforma. Esta é uma forma de promover a visibilidade das empresas desta área, reconhecendo que o mesmo é fundamental para o desenvolvimento económico e social territorial.

No âmbito deste projeto e tendo como princípio subjacente a proximidade a este tipo de atividade económica, foi desenvolvida uma campanha de divulgação e dinamização do comércio local no concelho de Santa Maria da Feira, tendo em conta a sua natureza e especificidades. Esta campanha procurou resgatar as memórias do comércio tradicional e trazer de cada freguesia o que é mais peculiar e autêntico, dando a conhecer aquilo que existe num concelho tão disperso. A dinamização desta iniciativa teve como principal objetivo apoiar o comércio local e consequentemente promover a economia deste território.

>Elaboração de dossiês de teor económico e tratamento de informação estatística

A unidade deu continuidade ao trabalho de atualização de conteúdos, uns por força da pandemia, outros decorrentes dos temas que foram surgindo dos atendimentos técnicos. Esta é sempre uma área que exige da equipa desta unidade uma constante atualização da informação que vai sendo publicada nas mais diversas áreas. Numa ótica de agregar a mesma para posterior divulgação junto do público alvo deste serviço, procuramos disponibilizar o máximo de conteúdos, que resultou na elaboração dos seguintes documentos, divulgados na plataforma Bizfeira:

1. Desenvolver uma Atividade Empresarial - Por onde Começar até Concretizar?
2. Qual a Natureza Jurídica para a minha Empresa?
3. Licenciamentos
4. Formas de Constituição da sua Empresa
5. Agências de Viagens e Turismo
6. NI - Contrato de trabalho
7. Checklist - Centro de atividades de tempos livres



8. NI - Medida Empreende XXI

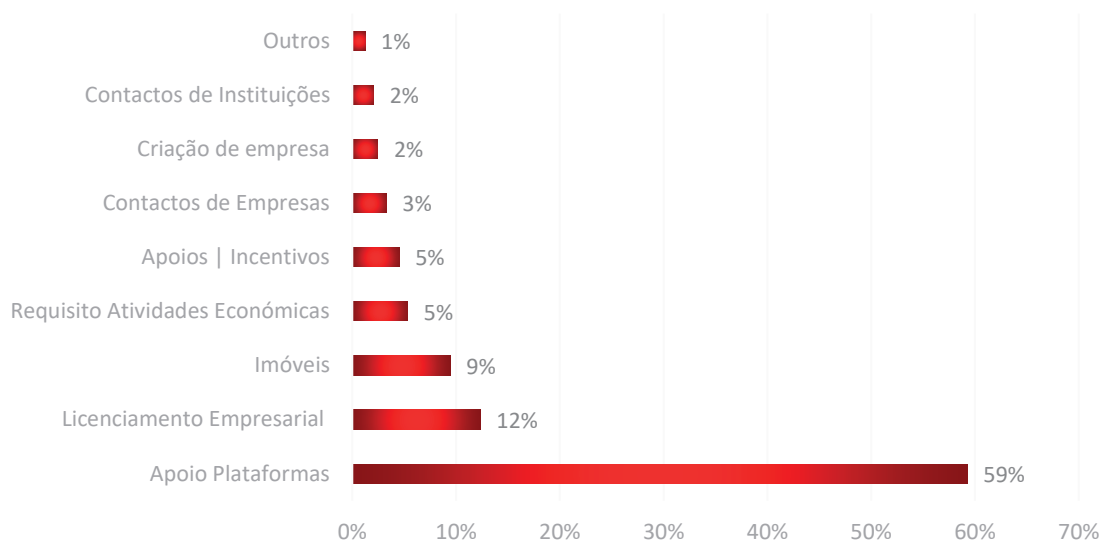
No decurso do ano 2022, este serviço manteve a sua atividade em matéria de atendimentos, no que toca à prestação de informação diversificada, quanto aos requisitos de licenciamento da atividade ou das próprias instalações onde se pretende instalar o negócio. Em algumas das situações manteve-se a articulação com os serviços de urbanismo, no que toca à viabilidade e procedimentos de licenciamento dos espaços.

A procura de imóveis é uma área que tem tido cada vez mais solicitações junto desta unidade, não só de terrenos, mas também de espaços já edificados. Para dar resposta a muitos destes pedidos, continuamos a manter a articulação com as imobiliárias sediadas no concelho.

Neste ano, este serviço concretizou mais de duzentos e trinta atendimentos, provenientes dos diversos setores que representam a atividade económica, nomeadamente, indústria, comércio, serviços, restauração e bebidas, bem como de potenciais investidores que pretendiam instalar a sua atividade em Santa Maria da Feira.

A diversificação de informação que é prestada, nas mais diversas áreas de negócio, exige da parte dos técnicos que integram a unidade, uma constante atualização da informação e articulação com as entidades externas, até porque na maioria das vezes a informação encontra-se espartilhada, sendo nossa função agrega-la para que o munícipe possa recebe-la o mais detalhada possível.

Informação solicitada



>Promoção da Empregabilidade – Centros de Formação/ALPE/Bizfeira

No sentido de promover uma crescente adequação de procura de recursos humanos e da oferta existente no mercado, manteve-se à semelhança dos anos anteriores, a articulação do trabalho em



rede entre as diversas entidades intervenientes no processo de recrutamento, tais como a ALPE, IEFP, Centros de Formação, e as empresas de forma a tornar o processo mais ágil e mais eficaz.

>Reforço da cooperação interinstitucional

Tendo por finalidade, responder de forma célere, rigorosa e, sobretudo, integrada, tem vindo a ser promovido o reforço da proximidade com as diversas entidades, públicas e privadas, que intervêm nos processos acompanhados pelo serviço, através de encontros e reuniões com os vários serviços do Município, entidades públicas regionais e nacionais, centros tecnológicos e de formação, entre outros.

>Participação em sessões de formação/esclarecimentos

Dotar a equipa de mais competências e conhecimentos para que esteja mais preparada para dar resposta às solicitações apresentadas pelas empresas.

Divisão de Comunicação, Relações Públicas e Internacionais

Em 2022, a Divisão de Comunicação, Relações Públicas e Internacionais assumiu a Comunicação como um fator primordial de coesão social e territorial, fundamental para a promoção da identidade coletiva, para gerar sentimentos de pertença na comunidade e para aproximar a gestão autárquica dos seus principais destinatários, os munícipes. Todas as áreas técnicas do gabinete – Assessoria de Imprensa, Gestão de Redes Sociais, Design, Fotografia e Multimédia, Relações Públicas e Protocolo e Relações Internacionais – trabalharam em perfeita articulação para atingir o objetivo maior de elevar e consolidar a imagem interna e externa do Município de Santa Maria da Feira. Nenhuma das áreas pode trabalhar de forma isolada; só uma equipa sólida e focada nos objetivos traçados pelo executivo pode atingir os resultados conseguidos em 2022.

Na **assessoria de imprensa** apostámos na comunicação a custo zero, potenciada pelo know how, criatividade e credibilidade da equipa junto dos diferentes órgãos de comunicação social, com retorno inquestionável no tratamento editorial de todos os conteúdos propostos, sem necessidade de recurso a reportagens com suporte comercial. Apenas como exemplos a promoção do Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua nas grandes referências da imprensa escrita nacional para a área da Cultura: Expresso, Ípsilon (Público), Revista Visão, Notícias Magazine, Jornal de Notícias (Artes/Palco), bem como no magazine cultural televisivo N'Agenda/Porto Canal (5 momentos dedicados ao Festival) e 3 momentos na RTP. Também a Viagem Medieval em Terra de Santa Maria denota a relação que esta equipa mantém com os órgãos de comunicação social, atraindo ao

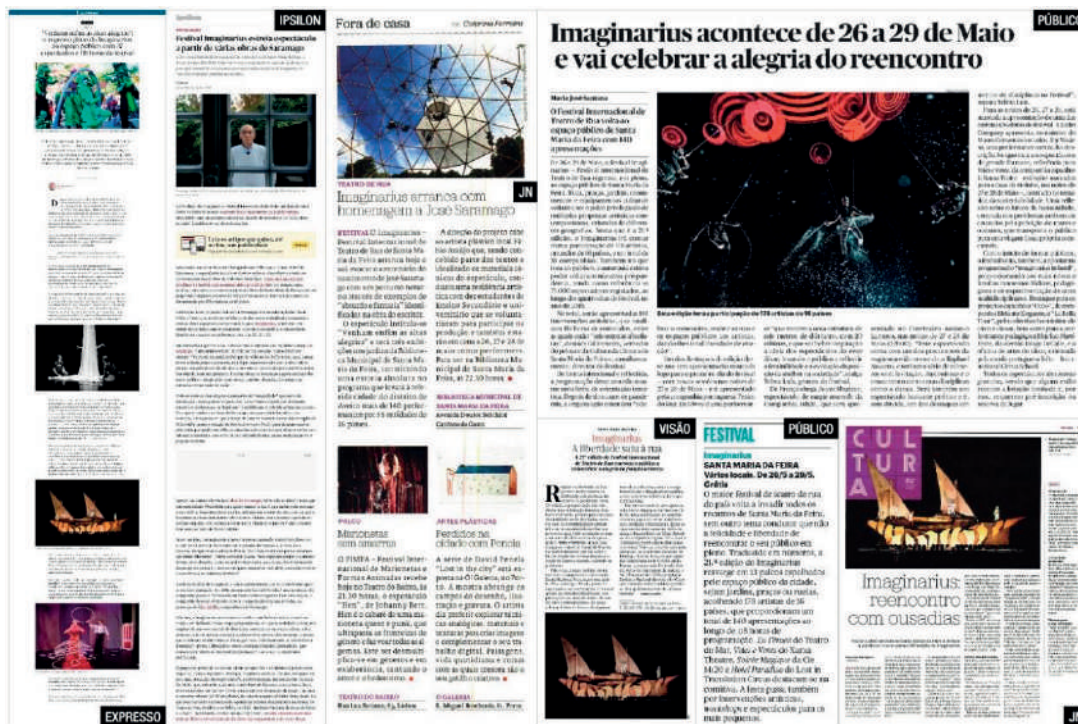


território todos os canais de televisão generalistas – SIC, RTP e TVI, programas televisivos de entretenimento, imprensa e rádios nacionais, locais e regionais.

Exemplos de reportagens da Viagem Medieval



Exemplos de notícias do Imaginarius



Recorremos ao Storytelling para um maior alcance dos conteúdos e fidelização de públicos, através da capacidade criativa da equipa, num trabalho de grande exigência de pensamento e de gestão de tempo, com resultados evidentes na disseminação, captação e retenção da mensagem e na empatia do recetor. As interações geradas nas redes sociais em determinadas histórias – casal espanhol que descobriu o Imaginarius, abertura da Cervejeira Quatro Torres, pedido de casamento nos Banhos de S. Jorge ou o projeto comunitário Ponto Fogaça – não deixam dúvidas sobre o seu impacto.



A proatividade da equipa ficou marcada com a proposta de conteúdos/projetos inéditos que mobilizaram a comunidade e dignificaram os nossos eventos culturais, com impactos evidentes em matéria de comunicação. O projeto comunitário Ponto Fogaça e o conceito diferenciador do cartaz da Festa das Fogaceiras'23 são dois claros exemplos de uma comunicação de sucesso e envolvimento pleno da comunidade.

A divisão continuou a reforçar, em 2022, a **comunicação online**. Relativamente ao portal municipal, a par da sua constante atualização, criámos novos menus, acompanhando assim as novas dinâmicas dos diferentes pelouros municipais. Destacamos os submenus “Festa das Fogaceiras 2022”, “Vozes da Minha Rua – Mosaico Social”, “1º Direito”, “BUPi - reforço das sessões de sensibilização”, “Holograma – Cultura para Todos”, “Adote um Amigo de Quatro Patas”, “Operações de Reabilitação Urbana”, “Semana Europeia da Mobilidade”, “Bicicletas e Trotinetes Elétricas”, “Serviços Urbanos”, “Artes em Itinerância 2022”, “Programas de Promoção da Práticas Desportiva 2022”, “Jovem Autarca 2022”, “SMF Youth Days 2022” e “SMF Youth Talks 2022”. Coube ainda a esta divisão a atualização dos conteúdos nos sites da Semana Santa, Imaginarius e Cineteatro António Lamoso, nos quais foram inseridos conteúdos da edição/programação de 2022.

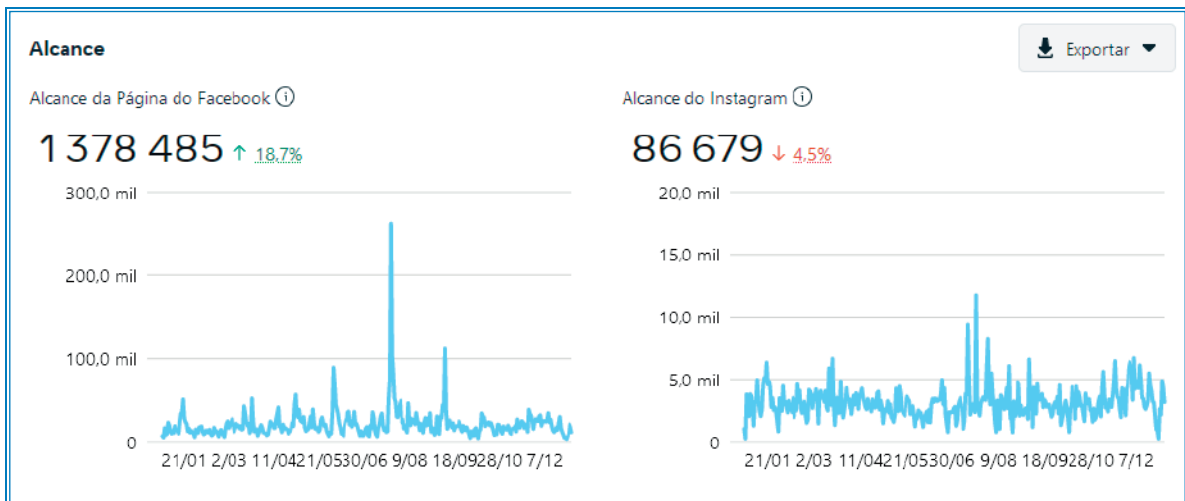


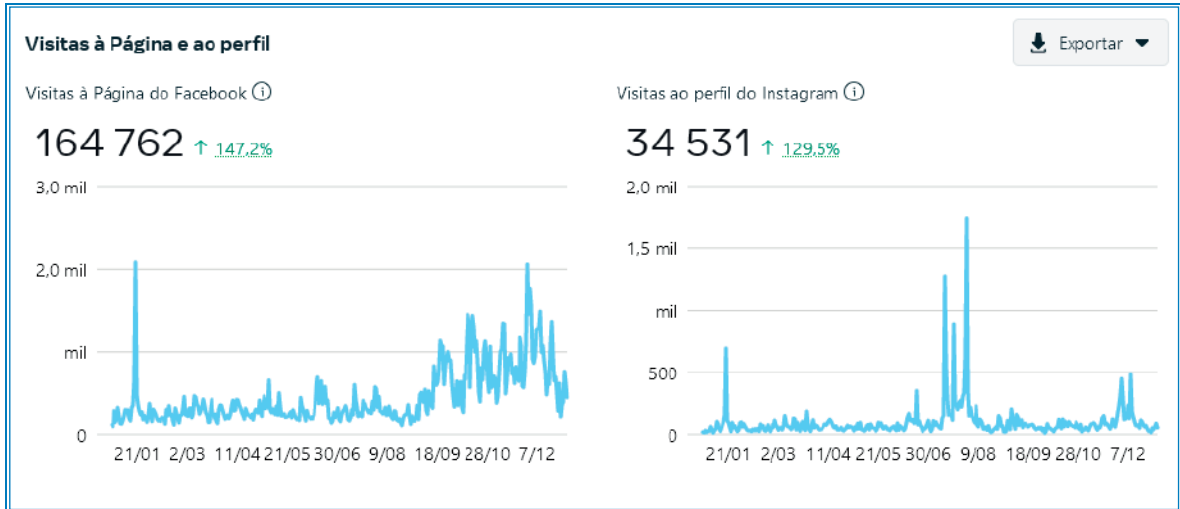
Dados referentes ao Portal Municipal (a partir da data em que se conseguiu medir acessos)



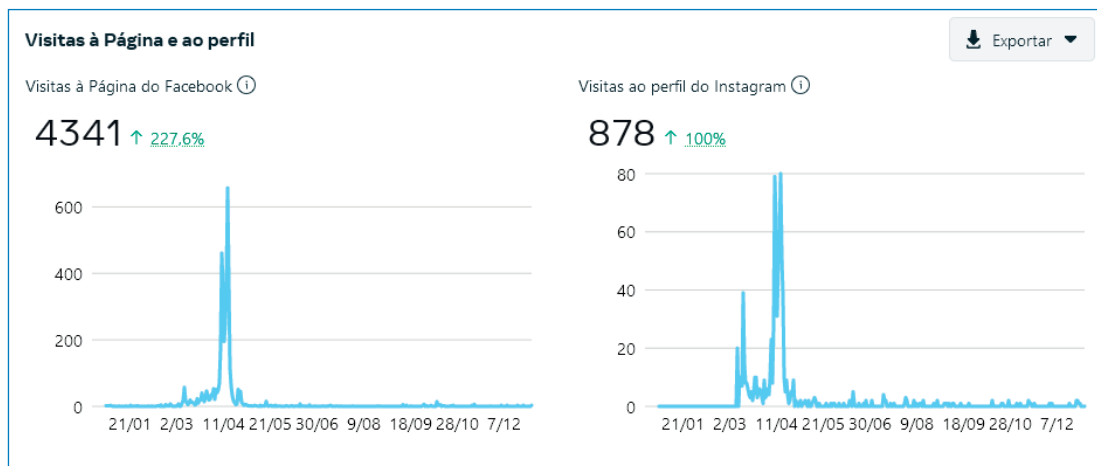
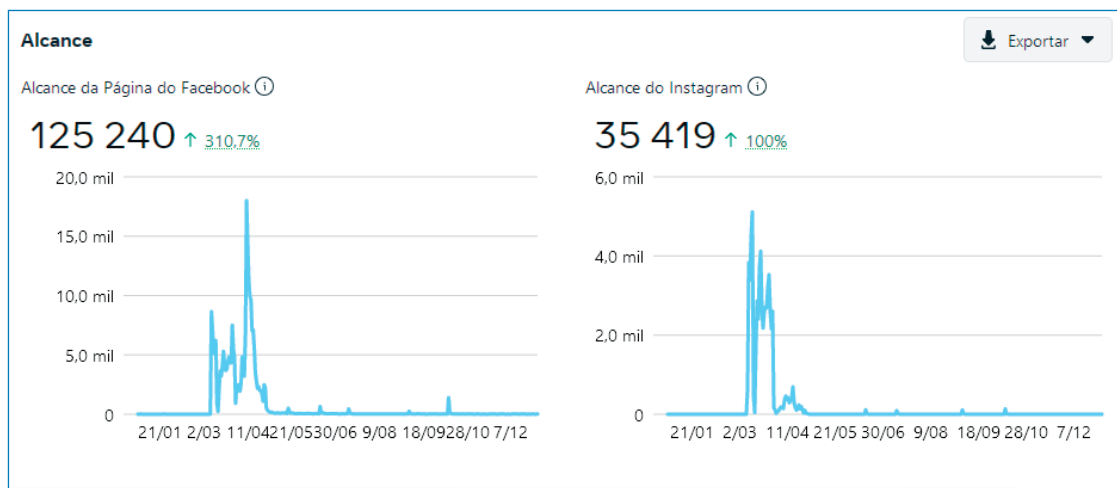
Em 2022, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, registámos um significativo nas várias páginas de facebook e instagram que gerimos: Município, Festa das Fogaceiras, Semana Santa, Imaginarius, Visitfeira e Cineteatro António Lamoso.

1) Município de Santa de Santa Maria da Feira



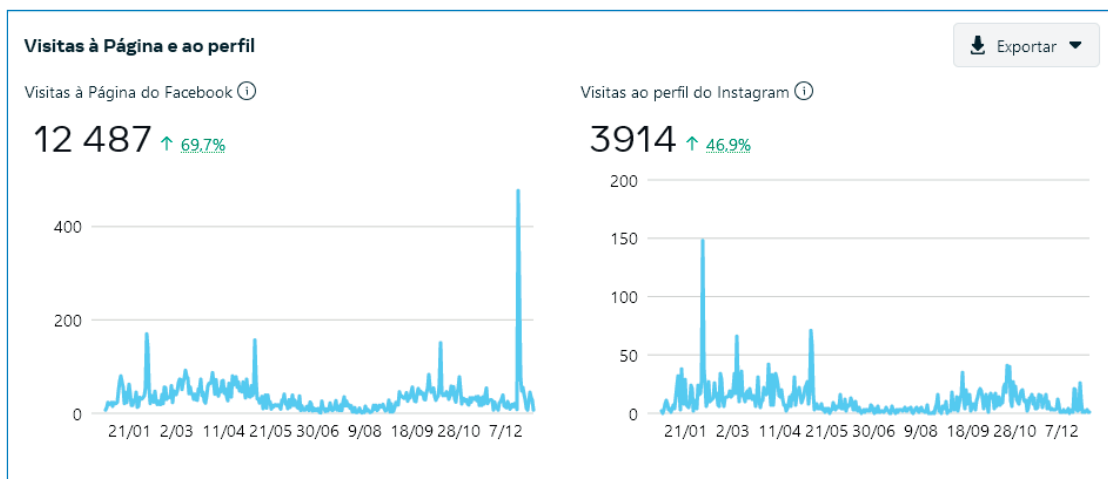
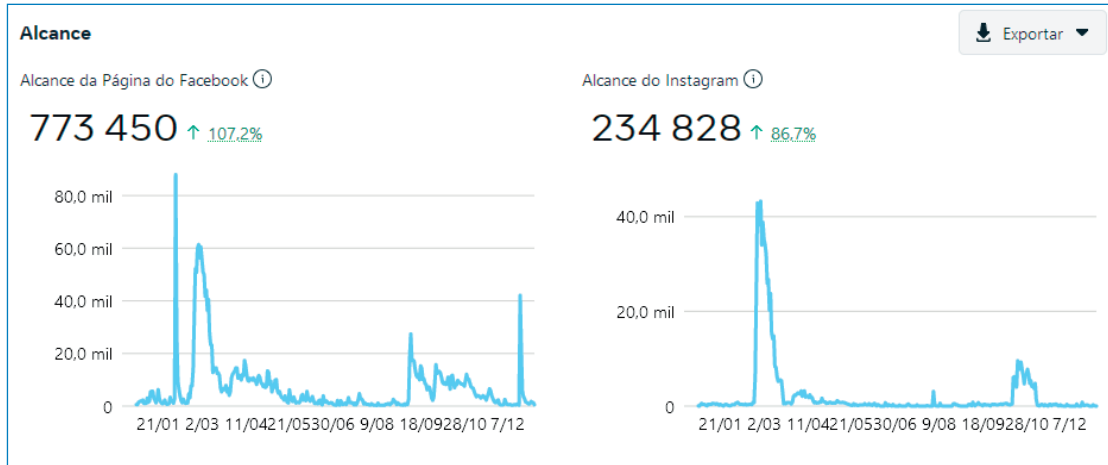


2) Semana Santa de Santa Maria da Feira

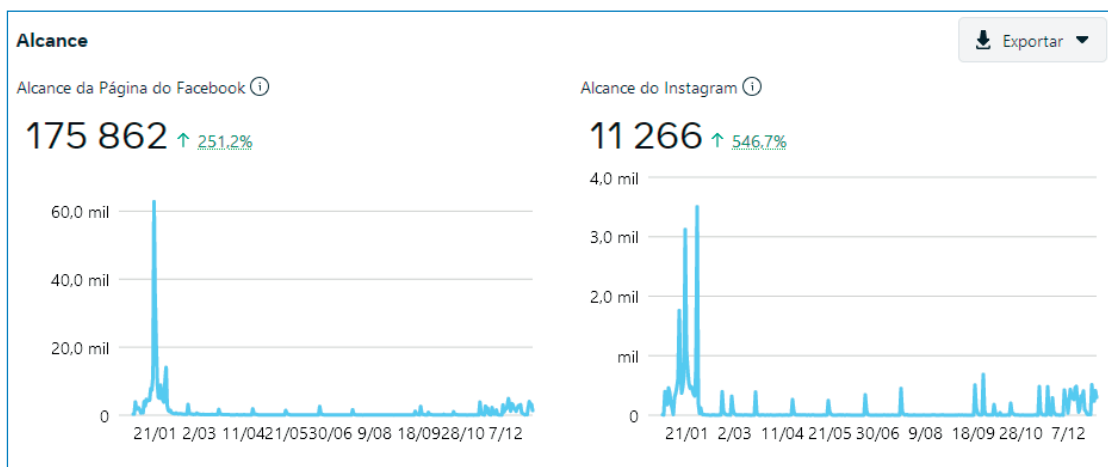


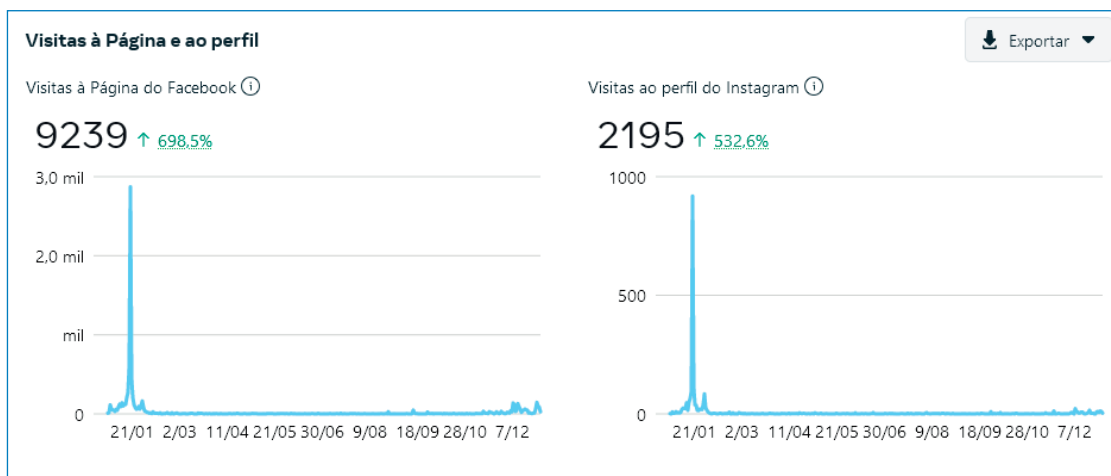


3) Cineteatro António Lamoso

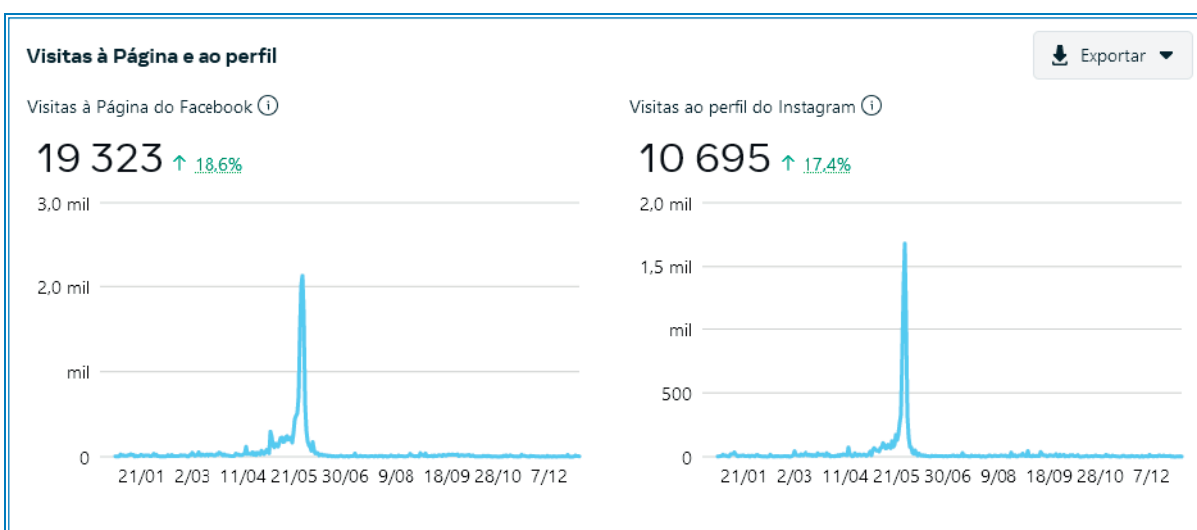
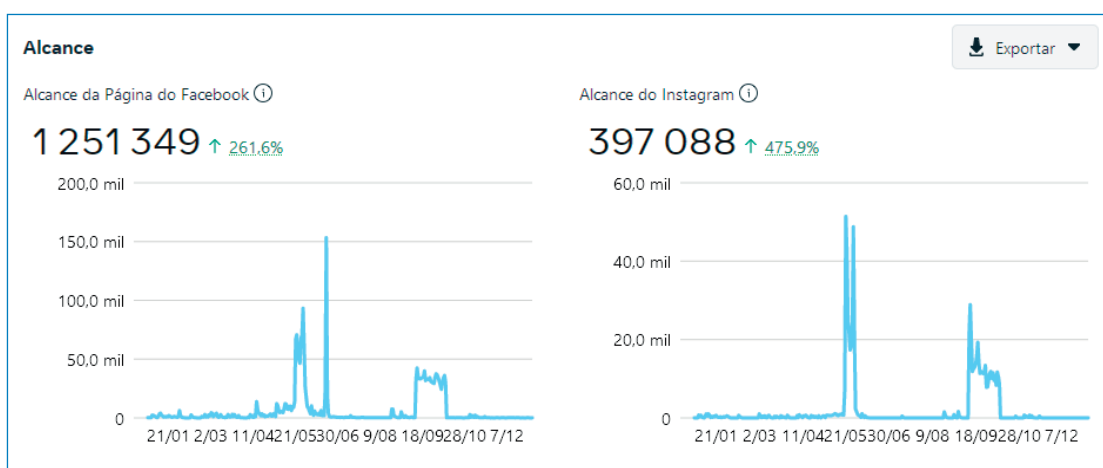


4) Festa das Fogaceiras





5) Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua

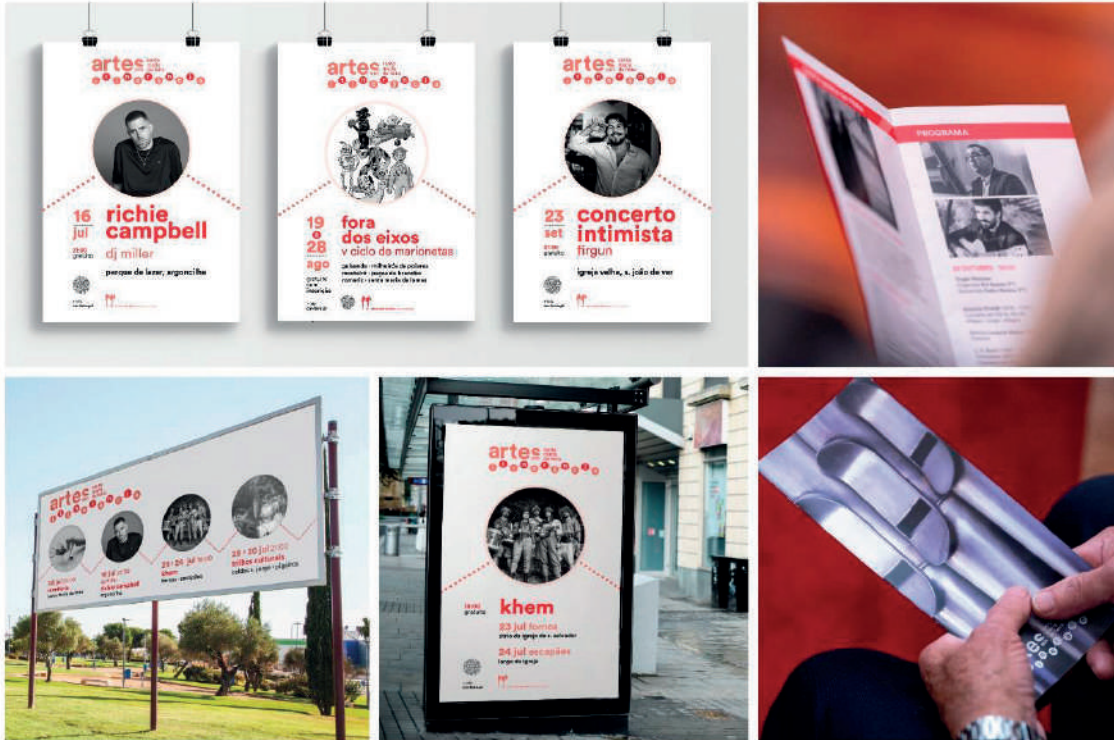




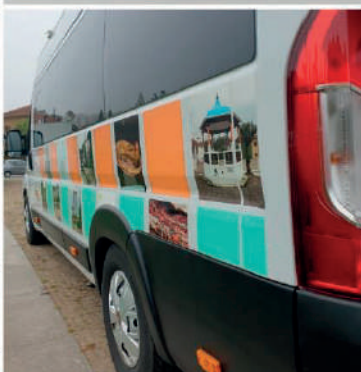
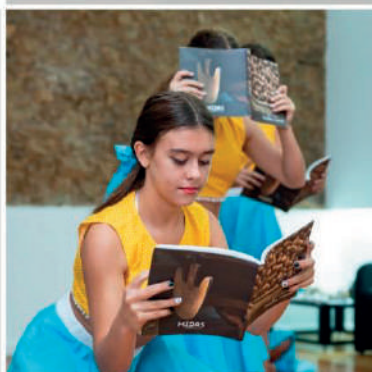
Na área de **multimédia** foram produzidos, no ano de 2022, 90 vídeos de promoção de diferentes eventos e iniciativas, com a duração média de 1m30s, na sua maioria para utilização nas redes sociais. Realçamos as 30 horas de conteúdo gravado em vídeo para a divulgação do festival Imaginarius.

Iniciámos também em 2022, a gravação de vídeos mensais com o Presidente da Câmara Municipal sobre temáticas relevantes para os munícipes para divulgação nas redes sociais. Todos os vídeos foram traduzidos para Língua Gestual Portuguesa.

O **Design** continua a ser um elemento estratégico da comunicação no Município de Santa Maria da Feira e, em 2022, manteve a sua linha própria, com a qualidade e a criatividade de sempre, conseguindo transmitir a mensagem pretendida aos seus diferentes públicos. São milhares os trabalhos gráficos que, durante um ano (2022), foram produzidos por esta divisão em diferentes suportes: logotipos, documentos institucionais, brochuras, anúncios institucionais e promocionais, sinalética, design de exposições, cartazes, flyers, desdobráveis, livros, muppis, outdoors, faixas, pendões, pins, convites institucionais, merchandising, entre outros. Independentemente da sua dimensão e projeção, todos os trabalhos gráficos são produzidos com elevado profissionalismo, tendo sempre presente que é a imagem do Município o elemento transversal a todos eles.



MIDAS
mudança para a inclusão e desenvolvimento urbano e social





As Relações Públicas e Protocolo (RPP) tiveram, em 2022, um papel primordial no apoio às relações protocolares que a autarquia, por intermédio dos seus órgãos ou membros, estabeleceu com entidades ou organizações civis, políticas, militares e religiosas, bem como na organização de deslocações oficiais dos eleitos municipais e a receção e estadia de convidados no Município, assegurando a arte de bem receber.

Eventos como a Festa das Fogaceiras, o Fórum Bizfeira, o Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua e, em particular, a Viagem Medieval em Terra de Santa Maria, foram alguns dos momentos onde a ação das Relações Públicas e Protocolo se evidenciou e onde ficou demonstrada a sua importância e pertinência. Esta área técnica teve também um papel imprescindível em importantes momentos para o Município e população como o lançamento da 1ª pedra do Interface Lourosa-Fiães e da Unidade de Saúde Familiar de Nogueira da Regedoura e São Paio de Oleiros, bem como a inauguração do Percurso Urbano do Cáster.

A par dos eventos de maior dimensão estiveram muitos outros, com um grau de exigência menor, mas que naturalmente foram conduzidos com o mesmo empenho e profissionalismo pelas RPP, tendo sempre como objetivo principal dignificar o Município.



Ao nível das **relações internacionais**, a divisão esteve envolvida na dinamização e acompanhamento do Erasmus+ “O Mundo é um palco”, na 2ª mobilidade do Erasmus+ Local food production and cooking, similarities and differences - a way to new job opportunities and sustainability e no Erasmus + Young people responses to Monuments and Statues.

O Active Citizens do programa URBACT foi outro dos projetos “abraçados” pelas relações internacionais da divisão, um projeto europeu que visa promover a democracia participativa no território e que entrou na sua reta final no primeiro semestre de 2022. Registamos ainda a colaboração na candidatura PRR “Colaborar e Cocriar o bem-estar em Santa Maria da Feira | PAOITI – AMP Sul.

Em 2022, as relações internacionais estiveram diretamente e ativamente envolvidas nos eventos de lançamento da designação de Santa Maria da Feira como Cidade Criativa da Gastronomia (UNESCO) e nas datas comemorativas lançadas pelas Nações Unidas, relacionadas com a alimentação segura e sustentável.

Na área da cooperação descentralizada, destaque para o início de uma parceria colaborativa com o Município da Boa Vista em Cabo Verde que incluiu a receção de uma delegação liderada pelo presidente Cláudio Mendonça com vista à assinatura do Protocolo de Cooperação e Amizade entre estes municípios.

De realçar igualmente o apoio contínuo da técnica de relações internacionais às cidades geminadas e comunidades feirenses.

Da análise do Relatório e dos resultados alcançados, conclui-se que toda a ação da Divisão de Comunicação, Relações Públicas e Internacionais é fundamental para a comunicação interna e externa das diversas áreas de governação do Município de Santa Maria da Feira. A inovação, criatividade e profissionalismo com que os trabalhos são desenvolvidos contribuem inquestionavelmente para elevar a imagem do território no país e no estrangeiro.

Gabinete de Qualidade e Auditoria

Se o ano 2021 trouxe vários desafios a nível da mudança para as organizações e para os seus trabalhadores, o ano 2022, findo o surto pandémico, ficou caracterizado pela retoma à normalidade, mantendo-se, no entanto, uma incerteza no mundo atual que impôs aos serviços uma constante adaptação às condições impostas pelo contexto.



O GQA não foi exceção, sem descurar a sua missão e mantendo sempre o foco no cliente/utilizador como estratégia de excelência, deu seguimento ao seu propósito através da materialização das competências que lhe foram atribuídas, no âmbito da última reestruturação orgânica, e dos objetivos estratégicos instituídos, na perspetiva de promover uma cultura de melhoria contínua.

Neste sentido, o GQA desenvolveu um conjunto de atividades, associadas às grandes áreas de atuação, que se seguem:

Gestão da Qualidade

- Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), implementado nos serviços integrados no âmbito de certificação (administração e finanças, sistemas de informação, centro de informação autárquico ao consumidor, urbanismo, museus, turismo e gestão cultural), através do cumprimento dos requisitos da ISO 9001:2015 e outros aplicáveis;
- Cooperação na implementação de um sistema de gestão por processos na Educação, Juventude e Desporto, enquadrada no projeto de “Capacitação ISO 9001” composto por quatro fases de execução, sendo que duas fases foram concluídas (Diagnóstico e Plano de Ação) em 2022;
- Gestão de reclamações, de acordo com o procedimento interno estabelecido. No GQA, procedeu-se ao registo, tratamento e acompanhamento de 16 reclamações, das quais 10 estão associadas aos serviços integrados no âmbito de certificação;
- Participação no levantamento das diferentes tipologias de pedidos/requerimentos que irão dar entrada no Balcão de Atendimento Municipal, assim como na revisão/criação de circuitos na aplicação documental, com o objetivo de otimizar os recursos e garantir a rastreabilidade da informação;
- Apoio na implementação de boas práticas de gestão;
- Gestão da ferramenta de suporte à gestão “HappyOrNot”, que possibilite aferir o nível de satisfação dos clientes/municípios em relação ao serviço prestado nos diversos postos de atendimento (edifício central, urbanismo, equipamentos culturais, Loja Interativa do Turismo e CIAC). No total, foram recolhidas 15.583 respostas, atingindo-se um índice de satisfação global igual a 93%.

Auditoria

- Programação, preparação e acompanhamento de auditorias ao SGQ. Realizaram-se duas auditorias, sendo a primeira uma auditoria interna, efetuada no formato presencial por uma equipa de auditores externos, e a segunda uma auditoria externa, efetuada no formato híbrido por uma auditora designada pelo organismo certificador, ficando assegurado, com sucesso, a manutenção do Certificado de Qualidade/Conformidade até ao final do ano 2023. Decorrente da execução das auditorias, foram registadas 31 constatações, das quais 28 classificadas como



oportunidades de melhoria e 3 como não conformidades (menores). Conforme procedimento, procedeu-se à análise das mesmas e desencadearam-se ações apropriadas.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC)

- Acompanhamento da implementação das ações descritas no PPRCIC de 2021, com a colaboração das unidades orgânicas, e elaborado o relatório anual de execução, o qual foi integrado no relatório de gestão de 2021.
- Realização de um programa de formação interna orientada a todos os Dirigentes, com vista a sensibilizar sobre os conceitos fundamentais do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e apresentar os novos requisitos legais, nomeadamente aqueles que constam do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e RGPC, e da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o regime geral de proteção de denunciadores de infrações. O Decreto-Lei n.º 109-E/2021 trouxe alterações significativas face à legislação anterior sobre esta matéria, designadamente a obrigatoriedade de adotarmos e implementarmos um Programa de Cumprimento normativo, ao qual estamos a dar resposta.

Canal de Denúncias

- Criação e implementação de Canais de Denúncia, interno e externo, que visam proteger aqueles que denunciem ou divulguem publicamente infrações ao direto da União, assegurando, desde logo, todas as condições de sigilo, confidencialidade e segurança, de acordo com o disposto na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro.

Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)

- Promoção de uma sessão de esclarecimento destinada a todos Dirigentes e a alguns trabalhadores (responsáveis pelos tratamentos), com o intuito de relembrar os princípios gerais do regulamento aplicável e o seu impacto na gestão das atividades;
- Realização de reuniões individuais com 47 unidades orgânicas, no sentido de consultar e atualizar os registos de atividades de tratamento, disponíveis na plataforma existente para o efeito.

Em modo de conclusão, salienta-se que, no geral, todos os objetivos determinados foram alcançados com sucesso, assim como, todo o trabalho extraordinário que surgiu na sequência de mudanças inesperadas.

OBRAS MUNICIPAIS



OBRAS MUNICIPAIS

Departamento de Obras Municipais

O Departamento de Obras Municipais (DOM) dirigiu e apoiou as unidades orgânicas integradas no departamento, assegurando a adequada gestão dos recursos humanos e dos materiais que lhe estão afetos. Prosseguiu, durante o ano de 2022, com as atividades afetas ao serviço de coordenação, no âmbito das empreitadas de obras públicas, com maior ênfase no acompanhamento dos procedimentos conducentes ao planeamento e execução financeira, assegurando a adequada gestão dos contratos.

Para o efeito, foram elaboradas, durante o ano de 2022, cento e quatro (104) informações, em contexto de gestão de contratos de empreitadas em curso, no ano anterior. Ainda no âmbito da gestão de contratos, foi elaborado um conjunto de relatórios, na sequência dos Relatórios Finais de cada empreitada, com Indicadores de Execução Financeira, Níveis de Qualidade Técnica e Níveis de Execução Financeira, num total de trinta e três (33).

Divisão de Estudos e Projetos

A Divisão de Estudos e Projetos (DEP) e as unidades orgânicas que lhe estão afetas –Gabinete de Arquitetura, Gabinete de Engenharia e Gabinete de Gestão de Energia e Eficiência Energética – coordenaram, no ano de 2022 e no âmbito das suas competências, a conceção e a elaboração de vários estudos e projetos para diversas áreas da atividade municipal, contribuindo para elevar o padrão de qualidade do edificado, dos equipamentos, das infraestruturas municipais e do espaço público.

A maioria dos estudos e projetos geridos nesta divisão acabaram por originar processos de concurso para a contratação de empreitadas de obras públicas, num investimento global estimado de 17 milhões de euros. Destes processos lançados a concurso, cerca de metade resultaram de projetos concebidos e elaborados pelos técnicos destas unidades orgânicas, tendo os restantes contado com o apoio de prestadores de serviços externos. A DEP acompanhou igualmente todas as obras em execução, prestando a devida assistência técnica.

Coube ainda à DEP a gestão das atividades do concessionário E-REDES no que respeita à rede de iluminação pública, que nos últimos anos teve um investimento municipal superior a 10 milhões de euros. Estabeleceu parcerias com o concessionário e elaborou o respetivo plano de atividade anual, previsto no contrato de concessão, com um valor estimado de 400 mil euros.



Para garantir a gestão do património municipal de iluminação pública, a DEP apoiou a Divisão de Gestão Urbanística na revisão das soluções técnicas dos projetos apresentados a esta unidade orgânica, garantindo que a manutenção destes equipamentos fosse efetuada pelo atual concessionário, além de controlar os consumos de energia na iluminação pública.

Ao longo de 2022, a DEP foi ainda responsável pelas condições técnicas para a contratação de energia e gás, num valor que ascende os 6 milhões de euros, e pela monitorização de consumos e faturação, tendo elaborado as medidas de eficiência energética.

A divisão prestou também apoio técnico à elaboração de candidaturas para a promoção das energias renováveis e transição digital, considerando os elevados valores das tarifas energéticas e o relevo das alterações climáticas. De acordo com a atual revisão da Diretiva Europeia para o Desempenho Energético dos Edifícios é necessário a promoção e implementação de energias renováveis, garantindo a sustentabilidade e a redução de consumos em energia.

Dos principais processos enviados para a contratação de empreitadas de obras públicas preparados por esta divisão no último ano, evidenciam-se os seguintes:

Edifícios de Desporto

Requalificação do Polidesportivo do Recanto, Mosteirô;

Requalificação do Polidesportivo do Empreendimento Jovem Encosta Castelo, Fornos;

Requalificação Campo de Futebol de 7, Rio Meão;

Requalificação do Polidesportivo Parque da Cidade de Lourosa;

Requalificação do Polidesportivo Travessa de Paulo da Cruz, Santa Maria da Feira;

Requalificação do Polidesportivo Nossa Senhora de Fátima, Mozelos;

Requalificação do Polidesportivo do Candal, Lobão;

Requalificação do Polidesportivo do Ferradal, Fiães;

Requalificação do Polidesportivo de Romariz;

Requalificação do Polidesportivo de Santo André, Santa Maria da Feira.

Edifícios de Educação

Demolição do Jardim Infantil de Candal, Lobão, e substituição da cobertura, em fibrocimento, do Jardim Infantil de Fornos e Guisande;



Recuperação do teto falso e da rede principal de aquecimento central do Centro Escolar da Igreja, Lourosa;

Instalações eletromecânicas de transporte de pessoas na EB São Domingos, Argoncilhe;

Requalificação do Centro Escolar de Espargo;

Reconstrução do muro de vedação sul da EB1 do Mirante, Canedo;

Requalificação da Biblioteca Escolar Básica de Santo António, Rio Meão;

Requalificação da Biblioteca Escolar da Escola Secundária Coelho e Castro, Fiães;

Reabilitação do Edifício Escolar da Escola Básica da Póvoa, Paços de Brandão.

Edifícios Municipais

Eletrificação do Balcão Único de Atendimento ao Munícipe, Santa Maria da Feira;

Ampliação do Centro Veterinário Municipal, São João de Ver;

Construção de um edifício para Posto Médico e Gabinete de Metrologia, São João de Ver;

Vedação na entrada do Arquivo Municipal, Santa Maria da Feira.

Edifícios Culturais

Requalificação da estrutura da mecânica da cena do Cineteatro António Lamoso, Santa Maria da Feira;

Execução de vitrinas para o Museu Convento dos Loios;

Execução da exposição temporária "Mitos, Deuses e Heróis".

Edifícios de Saúde

Remodelação da cave do Centro de Saúde e USF de Fiães;

Unidade de Saúde Familiar de Milheirós de Poiares.



Infraestruturas

Remoção de redes aéreas na Rua da Sé, Caldas de S. Jorge;

Reparação de muro suporte, Guisande;

Construção de muro de contenção de terras, Vale;

Estabilização de talude com a via pública, Santa Maria da Feira.

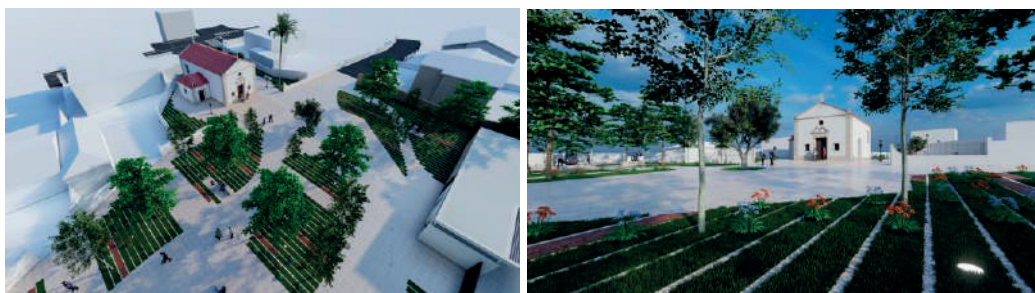
Requalificação Urbana

Requalificação Urbana do Largo do Eleito Local, Escapães;

Requalificação Urbana Lamas-Lourosa | Rua de S. José - Rua das Ribeirinhas - Av. de Lourosa;

Requalificação da Rua do Rio, Lobão;

Requalificação da área envolvente à Capela N^a S^a Campos – Praceta, Santa Maria da Feira;



Requalificação Urbana da Rua St^o André, S. João de Ver;

Requalificação do Loteamento dos Freixieiros, Pigeiros;

Requalificação da Rua do Campinho Verde, Fiães;

Enquadramento Paisagístico do Cruzamento Farinheiro, Fornos;

Enquadramento Paisagístico da Rotunda do Broquista, Santa Maria de Lamas;

Integração Paisagística do PERM, Pigeiros;

Requalificação da Avenida do Sarrilha, São Miguel de Souto;

Enquadramento Paisagístico do Corredor Central da Urbanização das Ameixoeiras, Paços de Brandão;

(Re)florestação e Renaturalização do Parque da Cidade, Santa Maria da Feira.



Requalificação Viária

Construção de rede de drenagem pluvial na Rua do Barracão (Oeste), Espargo;

Instalação de guardas metálicas semi-flexíveis nas freguesias de Romariz, Vale e S. Miguel de Souto;

Construção de muro de vedação na EN 109-4, Fornos;

Marcação rodoviária de pavimentos da rede viária Municipal III – Zona Nascente;

Marcação rodoviária de pavimentos da rede viária Municipal III – Zona Norte;

Marcação rodoviária de pavimentos da rede viária Municipal III – Zona Sul;

Marcação rodoviária de pavimentos da rede viária Municipal III – Zona Centro;

Rede de drenagem de águas pluviais e pavimentações na Rua Mestre Emília e envolvente, Rio Meão;

Requalificação de arruamento, drenagem de águas pluviais, residuais e abastecimento de água na Rua do Engenho Novo, Paços de Brandão;

Requalificação dos pavimentos da zona industrial de Mosteirô;

Colocação de limitadores horizontais na via estruturante Espargo – Paços de Brandão.



Divisão de Fiscalização de Empreitadas

A Divisão de Fiscalização de Empreitadas (DFE) prosseguiu, durante o ano de 2022, com as atividades afetas ao serviço, materializadas na fiscalização de empreitadas de obras públicas, objeto de procedimento de contratação à luz do previsto no Código de Contratação Pública e legislação conexas, desde a assinatura do contrato até à entrega em definitivo das empreitadas ao município. Continuou a desenvolver a atividade de coordenação de segurança em obra daquelas empreitadas, assegurando que as entidades executantes cumpriam com os requisitos da legislação em vigor em matéria de segurança e saúde no trabalho.

Obras rececionadas definitivamente

Foram efetuadas as vistorias necessárias à realização de 21 receções definitivas de empreitadas, cujo prazo de garantia terminou no ano de 2022.

Obras rececionadas provisoriamente durante o ano de 2022

Foram rececionadas provisoriamente, ao longo do ano, 33 empreitadas.

Requalificação da E.M. 520, entre a rua dos Camalhães e a rua Marco da Poça - Argoncilhe/Olival - Santa Maria da Feira/Vila Nova de Gaia;

Construção do Centro Veterinário Municipal;

Construção de rede de drenagem pluvial no Lugar dos Camalhães - Argoncilhe - Santa Maria da Feira;

Reabilitação de empreendimentos de Habitação Social – Ferradal, Fiães;

HMC SPORTS – Piscinas Municipais de Santa Maria da Feira: Requalificação de instalações sanitárias (apoio a eventos) e Requalificação de Zonas de Duche M e H;

Remodelação das instalações sanitárias e acessibilidades da Escola Básica do Outeiro, Rio Meão;

Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 9ª Fase – nas freguesias de Arrifana e Milheirós de Poiares;

Construção da rede de drenagem pluvial da Rua da Alegria, São João de Ver;

Retificação do telhado e instalação de equipamentos de climatização no Imaginarius Centro de Criação;



Requalificação Urbana do Arraial de Lourosa;

Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos - 9ª fase, Santa Maria de Lamas e Rio Meão;

Requalificação do Centro Escolar de Nogueira de Regedoura – 2ª fase;

Requalificação das Ruas do Brejo e Salgueirinha, Santa Maria de Lamas;

Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos - 9.ª

Fase, Lourosa e São João de Ver;



Ciclovia da Feira – Percurso Urbano do Cáster;



Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 9ª Fase, Caldas São Jorge, Pigeiros e Escapães;

Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 9ª fase, S. Miguel de Souto e Mosteirô;

Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 9ª Fase, na União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo;

Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 9ª Fase, S. Paio de Oleiros e Nogueira de Regedoura;

Reparação da rede de drenagem de águas pluviais na envolvente à rua de Cedofeita, Vila Maior;

Construção de um muro de suporte de terras no logradouro da EB1 do Mirante, Canedo;

Requalificação da Rua Coelho e Castro. Fiães;

Adução e monitorização das captações Termas de Caldas de São Jorge - Instalação de condutas;

Beneficiação da EB 2/3 de Paços de Brandão;

Reparações no sistema de climatização da EB 2/3 de Paços de Brandão;

Requalificação do Balneário Masculino – Piscina Municipal de Santa Maria da Feira;

Requalificação de circuito – Tramo A e B – Mozelos;

Requalificação do Jardim de Infância de São Domingos, Argoncilhe;

Requalificação do Polidesportivo de Louredo, Santa Maria da Feira;

Requalificação do Polidesportivo de Arcozelo, Caldas de São Jorge;

Requalificação do Polidesportivo da Zona de Lazer do Outeiro, Milheirós de Poiares;

Substituição de cobertura na EB1 nº1 da Feira, Santa Maria da Feira;

Remodelação da cave do Centro de Saúde e USF de Fiães.

Obras em execução à data de 31/12/2022

No final do ano, encontravam-se em fase de execução, para iniciar ou em fase de receção provisória, 62 empreitadas.

Obras em fase de receção provisória

Requalificação da Rua Dr. Carlos Alberto Almeida, Vila Maior;

Substituição de cobertura do Pavilhão da Casa do Povo de Fiães;

Reabilitação e ampliação do edifício destinado a Arquivo Municipal;

Construção das redes de drenagem de águas residuais do Estaleiro e do Centro Veterinário Municipais – Zona Industrial da Corujeira, São João de Ver;

Requalificação da Alameda Alfredo Henriques, Mozelos;

Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 9ª Fase, Canedo, Vale e Vila Maior;

Reabilitação e Alteração das Oficinas e Armazéns Municipais, São João de Ver;

Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 9ª Fase, Lobão, Gião, Louredo e Guisande;

Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 9ª Fase, Mozelos e Romariz;

Reconstrução de um troço de coletor de drenagem de águas pluviais, na Rua do Bolhão, Fiães.



Obras em execução e para iniciar

Demolição de edifício de habitação e anexos, na Rua do Pinhal, Escapães;

Demolição de pavilhão, anexos e alpendres, na Rua do Comércio, Lourosa;

Reabilitação de Empreendimento de Habitação Social – Souto, Fiães;

Requalificação ambiental das margens do Rio Uíma – 3ª Fase – troço entre a Rua do Rio Uíma (Lobão) e as Termas das Caldas de São Jorge;

Requalificação de rotundas: A32 - Saída Gião (r1), EM327 Acail - Souto (r2), Rua Cruz de Malta - Rio Meão (r3);

Alargamento do cruzamento da Rua Comendador Sá Couto / Rua Dr. Francisco Valle Guimarães, São Paio de Oleiros;

EEIP Fase 4 – Eficiência Energética na Iluminação Pública, Santa Maria da Feira;

Rua de Ligação entre a Rua Dr. Vaz Ferreira e a Rua das Fogaceiras, Santa Maria da Feira;

Rotunda na EN109-4 ao km 14+550, Fornos;

Requalificação da Envolvente às Termas das Caldas de S. Jorge;

Obras de adaptação para Centro de Proteção Civil;

Repavimentação e Manutenção do Cemitério, Santa Maria da Feira;

Ampliação da USF – Unidade de Saúde Familiar de Rio Meão;

Requalificação da Rua da Mata, Rio Meão, Paços de Brandão e Santa Maria de Lamas;

Ciclovia Via Espargo, Paços de Brandão;

Requalificação dos Pavimentos da Quinta do Areeiro, São João de Ver;

Cobertos Entrada das EB1 – Aldeia Nova, Casalmeão e Pousadela;

Piscina Municipal de Canedo



Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 9ª Fase, nas freguesias de Argoncilhe e Lugar de Paçô (Canedo);

Requalificação da Zona Industrial do Casalinho;

Reabilitação do Complexo do Europarque – Arranjos Exteriores, Santa Maria da Feira;

Requalificação da Rua Cruz da Lavoura, Romariz;

Reabilitação do Complexo do Europarque – Iluminação Exterior, Santa Maria da Feira;

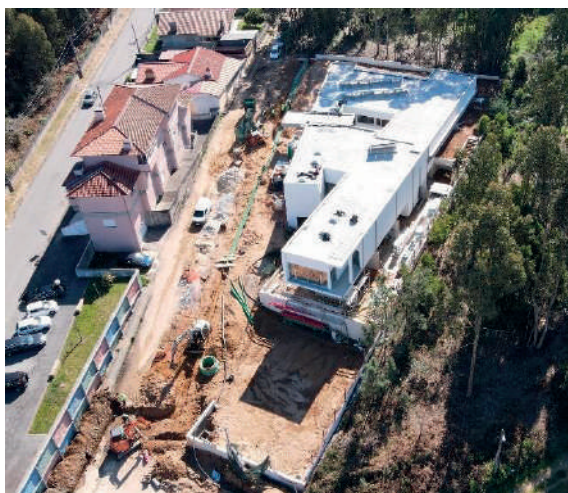
Requalificação da Rua Casimiro José Milheiro, Pigeiros;

Demolição de edificação e muro de vedação, Mozelos(proc.º n.º 52/2018/QXA);

Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 10ª Fase nas freguesias de Argoncilhe e Santa Maria de Lamas;



Unidade de Saúde Familiar de Nogueira da Regedoura/ S. Paio de Oleiros



Requalificação do Largo da Corga de Lobão



Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 10ª fase, na freguesia de São João de Ver;

Construção de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e pluviais em vários arruamentos do concelho de Santa Maria da Feira;

Interface de Transportes – Lourosa / Fiães



Consolidação estrutural e reabilitação da muralha e ruína do Paço do Castelo de Santa Maria da Feira



Reabilitação do Cais do Porto Carvoeiro – Canedo



Reabilitação do Mercado Municipal de Santa Maria da Feira;

Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 10ª Fase, nas freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior;

Pavimentação da Rua 4 da Urbanização das Penas, Paços de Brandão;

Reabilitação e Remodelação do Edifício da Biblioteca Municipal, Santa Maria da Feira;

Parque de Lazer de Argoncilhe;

Instalação de guardas metálicas semi-fexíveis, nas freguesias de Romariz, Vale e São Miguel de Souto;

Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos – 10ª Fase, Arrifana;

Marcação Rodoviária de Pavimentos da Rede Viária Municipal III – Zona Sul;



Unidade de Saúde Familiar de Milheirós de Poiares;
Unidade de Saúde Familiar de Canedo;
Eletrificação do Balcão Único de Atendimento ao Múncipe;
Requalificação Urbana do Largo Manuel José Pereira, Arrifana;
Marcação Rodoviária de Pavimentos da Rede Viária Municipal III - Zona Norte;
Marcação Rodoviária de Pavimentos da Rede Viária Municipal III - Zona Nascente;
Requalificação Urbana Lamas-Lourosa;
Requalificação da Rua das Cavadas, Milheirós de Poiares;
Requalificação Polidesportivo do Recanto, Mosteirô;
Requalificação do Polidesportivo do Empreendimento Jovem Encosta Castelo, Fornos;
Fornecimento e aplicação de S.L.A.T., entre a Rua da Lagoinha e a Rua do Padre Zé, Santa Maria de Lamas;



Perito agregado a júris de procedimentos de contratação pública

A DFE assegura ainda a assessoria técnica ao júri, na análise de propostas dos vários tipos de procedimentos para contratação de serviços e empreitadas, procedendo à análise e ordenação das propostas conforme critérios definidos no procedimento. Quando necessário, efetua a análise das reclamações dos concorrentes e procede à emissão do respetivo parecer, na qualidade de perito agregado ao júri.

Neste âmbito, foram emitidos 80 pareceres, divididos da seguinte forma: 47 pareceres de procedimentos de concurso público, 11 pareceres de procedimentos de consulta prévia, 5 pareceres de procedimentos de ajuste direto, e 17 pareceres relativos a reclamações de concorrentes.

Volume de faturação das obras fiscalizadas

No ano de 2022, registou-se praticamente o mesmo nível do ano anterior, no valor de faturação acumulado no final do ano: 16 462 246,07 €.

Departamento de Equipamentos, Infraestruturas e Gestão de Frota

O Departamento de Equipamentos, Infraestruturas e Gestão de Frota tem como missão a articulação e verificação das competências gerais atribuídas a cada uma das unidades orgânicas que formam o departamento: Gabinete de Gestão de Ocorrências, Divisão de Gestão de Edifícios, Divisão de Rede Viária e Trânsito e Unidade de Gestão de Frota e Estaleiro. De um modo geral, as competências do departamento passam pelo bom desempenho e funcionamento das suas unidades orgânicas, nomeadamente na gestão da frota, conservação de vias, infraestruturas e edifícios de gestão municipal.

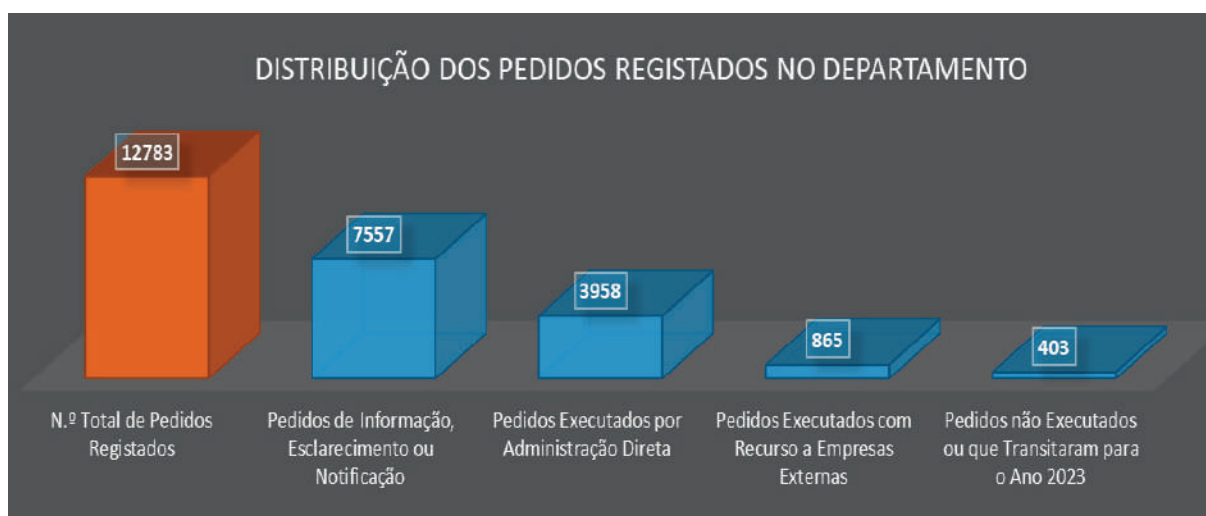
Gestão de Ocorrências

O departamento tem vindo a desenvolver ferramentas para melhor gerir e dar resposta a todas as ocorrências reportadas pelos munícipes, pelas juntas de freguesia, e pelos trabalhadores dos serviços municipais da competência do departamento. Neste âmbito, a unidade tem vindo a trabalhar com as demais organizações da Câmara Municipal, no sentido de aprimorar o registo e o tratamento das ocorrências reportadas e solicitadas ao Município, formalizando-as e centralizando-as numa plataforma de gestão de recursos, cadeia de informação/notificação aos vários destinatários, e proceder, por administração direta, às intervenções, resolvendo as diversas situações. Garante-se, desta forma, o tratamento das ocorrências de forma racional, programada e eficiente.

1. Ocorrências Registadas

A Gestão de Ocorrências, registou, no ano 2022, 12.783 (doze mil e setecentos e oitenta e três) pedidos, distribuídos no gráfico seguinte, em quatro grandes grupos:

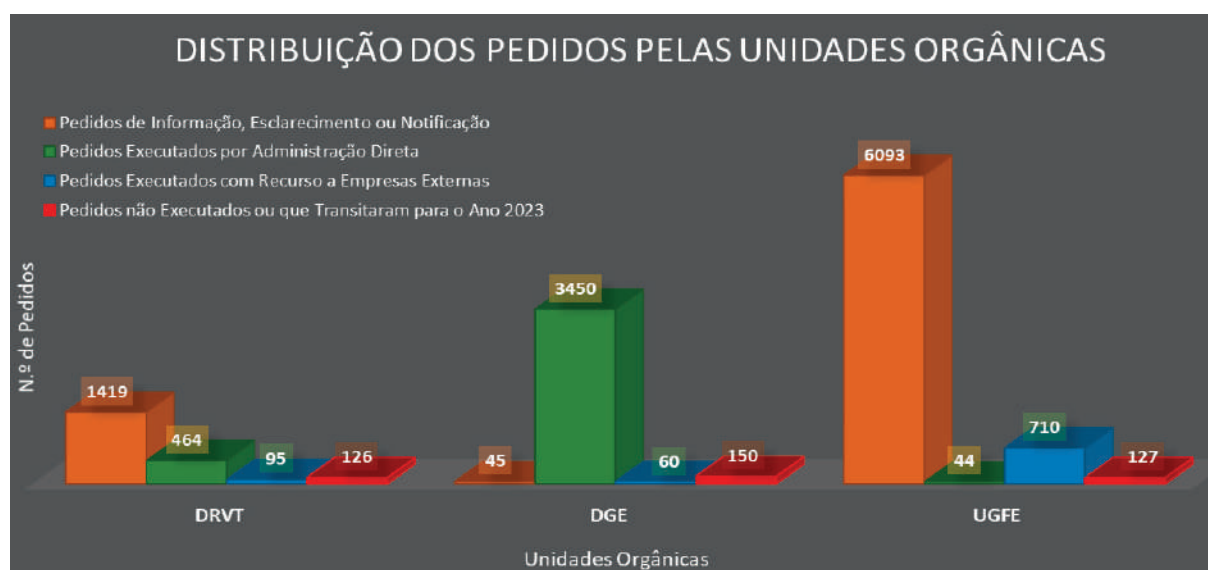
- Pedidos de Informação, esclarecimento ou notificação;
- Pedidos executados por administração direta;
- Pedidos executados com recurso a empresas externas;
- Pedidos não executados ou que transitaram para o ano 2023.



2. Distribuição dos Pedidos Registados pelas Unidades Orgânicas

O gráfico seguinte representa a distribuição dos pedidos pelas unidades orgânicas do departamento, da seguinte forma:

- 7557 dos pedidos registados resultaram em notificações/ofícios, informações e esclarecimentos do solicitado;
- 3958 dos pedidos registados obtiveram uma intervenção das brigadas operacionais da administração direta;
- 865 dos pedidos registados foram encaminhados para entidades externas para a sua resolução; não foi possível assegurar por administração direta por não existirem meios e especialidade em determinadas matérias. Neste indicador, verifica-se um aumento substancial nas intervenções relacionadas com a gestão da frota municipal, considerando que as oficinas e o estaleiro municipal se encontraram em obras de remodelação e reabilitação;
- Por fim, 403 dos pedidos registados em 2022 não foram executados, tendo sido, grande parte deles, transitados para o ano 2023.



Divisão de Gestão de Edifícios

A Divisão de Gestão de Edifícios tem como competências proceder à construção e beneficiação de edifícios do património municipal ou a cargo do município, nomeadamente manutenção e conservação do mercado, cemitério e equipamentos destinados a realizações de interesse público e ainda, a construção e/ou conservação dos edifícios escolares, sociais, desportivos e culturais, em articulação com outros serviços competentes.

Principais grupos de atividades

Considerando o grande número de ativos pertença do município e nos quais a DGE promove trabalhos de manutenção e conservação ou apoio à sua realização, como é o caso dos eventos, agruparam-se os mesmos em seis grandes grupos, que se apresentam de seguida:

	Designação	N.º de Ativos
Património Municipal ou a Cargo	Edifícios próprios ou alheios	39
	Áreas desportivas (pavilhões, recintos e piscinas)	11
Parque Escolar e de Ensino	1.º Ciclo	103
	2/3.º Ciclo	11
Parque Habitacional Social		29
Espaços Públicos e Parques de Lazer	Espaços de lazer	8
	Sanitários públicos	4
Infraestruturas várias	Fontanários e espelhos de água	8
	Iluminação pública não convencional	Variável



	Infraestruturas em espaços verdes	Variável
	Outros	Variável
Apoio a eventos		Variável
	TOTAL	213

Principais atividades desenvolvidas

Tendo a Divisão de Gestão de Edifícios como competências, de modo genérico, proceder à construção e beneficiação de edifícios do património municipal ou a cargo do município, elenca-se em seguida, as principais atividades desenvolvidas pela mesma:

- Elaboração de documentação no âmbito da resposta ao expediente da DGE, bem como da gestão quotidiana das atribuições do Município, compreendendo:
 - a) elaboração de informações e pareceres de carácter técnico, em áreas relacionadas com a construção e conservação do património edificado;
 - b) elaboração de requisições de materiais, serviços, entre outros, de forma a concretizar os trabalhos definidos. A título indicativo, no ano de 2022, foram elaboradas 1037 requisições;
 - c) elaboração, apreciação, fiscalização e acompanhamento de procedimentos de empreitada de obra pública, desenvolvidos na divisão;
- Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários fogos do Parque Habitacional Social do Concelho, ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras pequenas reparações;
- Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários estabelecimentos de ensino do concelho, ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras reparações;
- Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos edifícios do património municipal ou a cargo do município, manutenção e conservação de mercados, cemitérios e equipamentos destinados a realizações de interesse público ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras reparações;
- Execução de manutenção e conservação de espaços e parques de lazer ao nível da pintura, carpintaria, redes elétricas e de pichelaria, eventuais prestações de serviço de mão-de-obra e outras reparações ligeiras;
- Execução de trabalhos de manutenção e conservação de fontanários e espelhos de água públicos, bem como infraestruturas públicas a cargo do município, ao nível de trabalhos correntes de pintura, serralharia, carpintaria, redes elétricas e de pichelaria, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras;
- Apoio a vários eventos efetuados ao longo do ano, tais como Perlim, Viagem Medieval, Imaginarius, entre outros;
- Apoio aos eventos promovidos pelas diversas associações do concelho, em parceria com o Município, ao nível da pichelaria, eletricidade e carpintaria.



Nos parágrafos seguintes apresentam-se as atividades executadas nos vários ativos que mais se destacam, apresentando-se também algumas imagens ilustrativas do executado.

- 1.** Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários estabelecimentos de ensino do concelho, ao nível elétrico, de pichelaria, pintura, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras, a destacar:
 - 1.1** Execução de remodelação das instalações sanitárias do Jardim-de-Infância de Manhouce, na freguesia de Arrifana;
 - 1.2** Reconstrução de muro de suporte e vedação na Escola Básica de Badoucos, na freguesia de São Miguel do Souto;
 - 1.3** Execução de remodelação das instalações sanitárias do Jardim-de-Infância de Chão-do-Rio, na freguesia de Fiães;
 - 1.4** Tratamento e pintura dos tetos da zona de confeção da cantina da Escola Básica 2/3 Coelho e Castro, na freguesia de Fiães;
 - 1.5** Substituição da vedação a sul/poente na Escola Básica de Santo António, na freguesia de Rio Meão;
 - 1.6** Aplicação de pavimento autoportante na Biblioteca da Escola Básica de Igreja, na freguesia de Romariz.
- 2.** Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos edifícios do património municipal ou a cargo do município, manutenção e conservação do mercado municipal e cemitério, bem como, equipamentos destinados a realizações de interesse público ao nível elétrico, de pichelaria, pintura, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras, destacando-se:
 - 2.1** Reabilitação das janelas e portadas de madeira orientadas a poente no Museu Convento dos Loios, na freguesia de Santa Maria da Feira;
 - 2.2** Execução de pintura da sala António Mestre Joaquim, no Museu Convento dos Loios, na freguesia de Santa Maria da Feira;
 - 2.3** Execução de reparação e pintura da sala educativa no Museu Convento dos Loios, na freguesia de Santa Maria da Feira.



Fig. Aspeto final dos sanitários no JI de Ordonhe após conclusão dos trabalhos

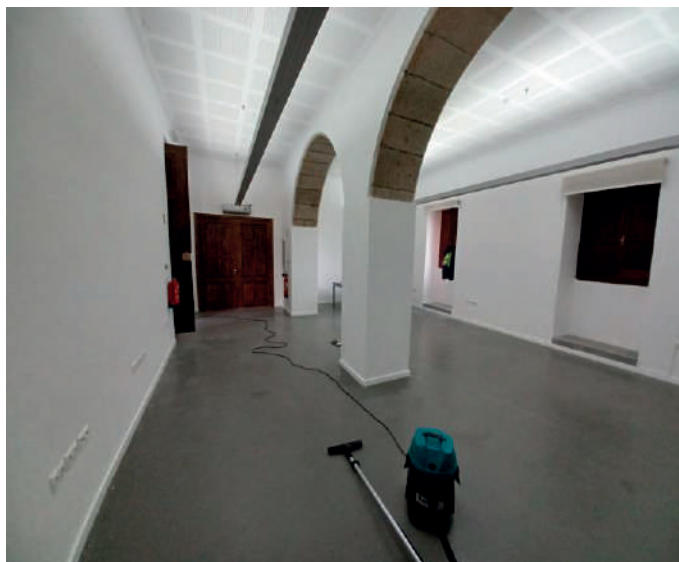
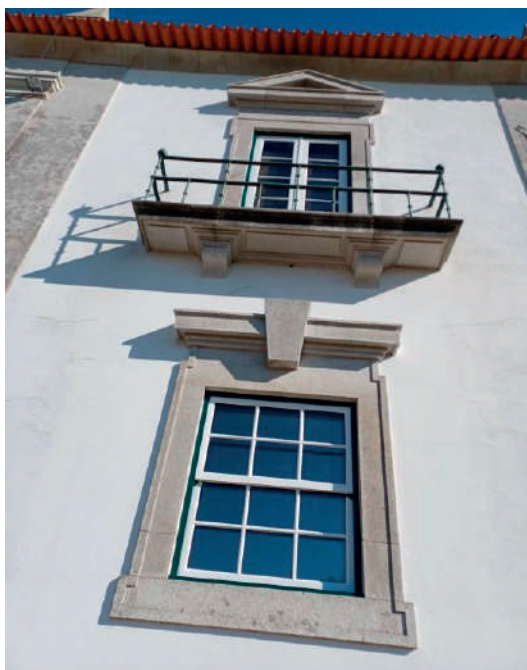


Fig. Janelas a poente e sala educativa do Museu Convento dos Loios após conclusão dos trabalhos

3. Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários fogos do Parque Habitacional Social do Concelho, ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras pequenas reparações, destacando-se:

- 3.1 Remodelação da instalação sanitária, cozinha e acessos interiores da habitação n.º 14, do Empreendimento Habitacional Social da freguesia de Travanca.
4. Execução de manutenção e conservação de espaços e parques de lazer ao nível da pintura, carpintaria, redes elétricas e de pichelaria, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras, a destacar:
 - 4.1 Manutenção de madeiras ao longo de toda a extensão do passadiço, no Parque Ribeiras do Uíma;
 - 4.2 Instalação de ponte pedonal de madeira em tramo do passadiço, acesso pela Rua das Ribeiras, no Parque Ribeiras do Uíma;
 - 4.3 Execução de rampas de acesso à zona de banhos e albufeira para pessoas com mobilidade reduzida, na Praia Fluvial da Mâmoa;
 - 4.4 Reparação dos caminhos de saibro, entrada sul, com substituição de material e reparação pontual nos restantes, na Praia Fluvial da Mâmoa;
 - 4.5 Lavagem e pintura de muros na envolvente ao parque infantil na subida da Alameda Roberto Vaz de Oliveira, incluindo reparações pontuais;
 - 4.6 Pintura das fachadas exteriores da Casa do Moinho, na freguesia de Santa Maria da Feira;
 - 4.7 Reabilitação do lavadouro público das Guimbras, na freguesia de Santa Maria da Feira.



Fig. Construção das rampas de acesso à linha de água na Praia Fluvial da Mâmoa

5. Execução de trabalhos de manutenção e conservação de fontanários e espelhos de água públicos, bem como, infraestruturas públicas a cargo do município, ao nível de trabalhos correntes de pintura, serralharia, carpintaria, redes elétricas e de pichelaria, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras.

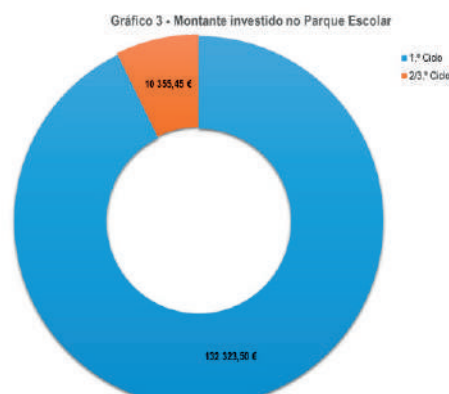
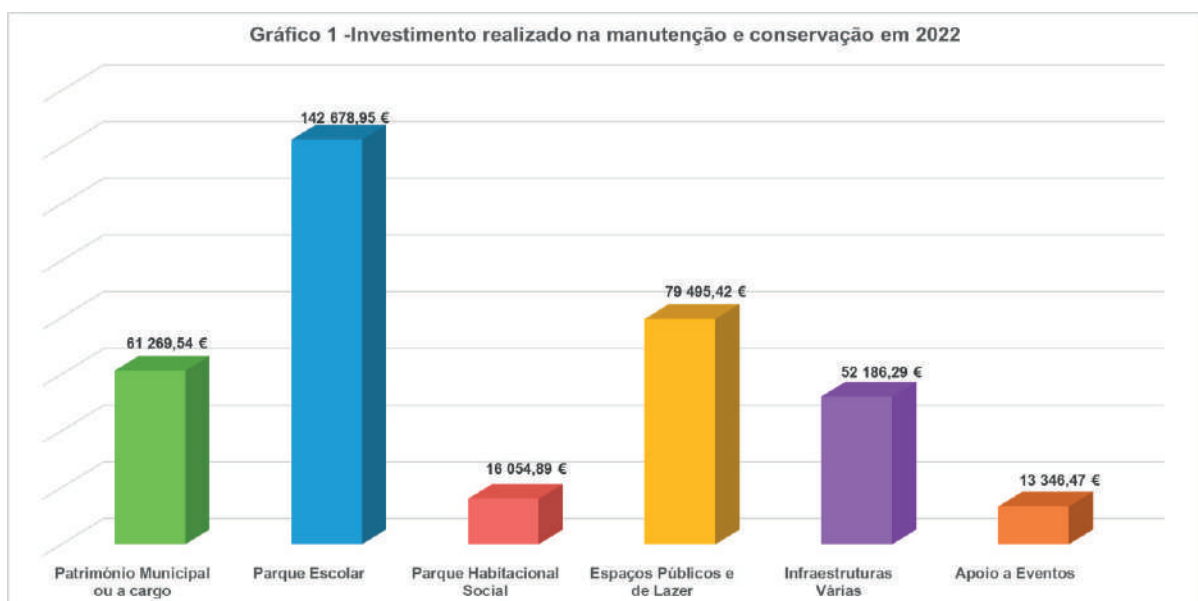


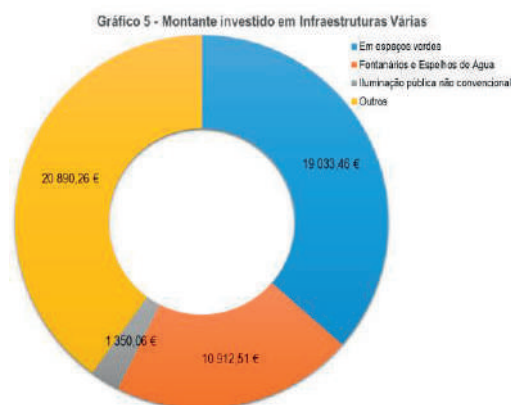
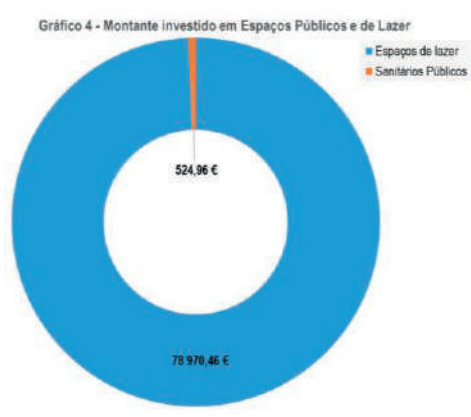
6. Apoio a vários eventos dinamizados, ao longo do ano, pelo Pelouro de Cultura, Turismo, Biblioteca e Museus e Pelouro de Educação, Desporto e Juventude.

Investimento realizado em 2022

No que se refere ao montante de investimento realizado ao longo do ano de 2022 nos vários grupos de ativos anteriormente mencionados, este foi de 365.031,56€ (trezentos e sessenta e cinco mil e trinta e um euros e cinquenta e seis cêntimos), sendo apresentado no gráfico 1, os montantes por cada grupo de ativos e, nos gráficos seguintes (ver gráficos 2, 3, 4 e 5), detalhe de alguns dos grupos de ativos.

Importa mencionar que os valores de investimento apresentados correspondem apenas aos montantes de materiais ou serviços/empreitadas adquiridas, sendo que o valor da mão-de-obra não se encontra aqui representado, considerando que o mesmo faz já parte da despesa com salários.





Divisão da Rede Viária e Trânsito

1. Tratamento de assuntos diversos:

- 1.1. Propostas de aquisição de materiais de construção de consumo corrente;
- 1.2. Estudos e informações técnicas sobre sinalização de trânsito, quer vertical quer marcação rodoviária de pavimento, na rede viária municipal, bem como de situações existentes e de emissão de respetivas certidões;
- 1.3. Revisão e planificação das posturas de trânsito existentes e aprovação de novos planos de sinalização rodoviária;
- 1.4. Informações, comunicações internas e propostas, no âmbito da resposta ao expediente da Rede Viária Municipal e da Circulação e Trânsito na Via Pública, bem como da gestão quotidiana destas atribuições do município;
 - 1.4.1. Elaboração de informações internas, de análise e emissão de parecer técnico, sobre os mais diversos assuntos, designadamente de resposta a requerimentos, reclamações, exposições de munícipes, de empresas, entre outros;
 - 1.4.2. Elaboração de informações internas sobre pedidos das Juntas de Freguesia, no âmbito de diversas obras que se propõem executar no domínio das vias de comunicação e equipamentos desportivos, nomeadamente de pavimentação de arruamentos a betuminoso, de construção de muros e passeios pedonais públicos;
- 1.5. Apoio a outras unidades orgânicas dos serviços municipais.

2. Publicidade e Ocupação do Espaço Público:

- 2.1. Análise e apreciação técnica de processos de licenciamento e autorização de pedidos de ocupação do espaço público e de inscrição ou afixação de mensagens publicitárias e seus suportes.



3. Acidentes de viação ocorridos na rede viária municipal:

- 3.1. Análise e informação dos pedidos de indemnização reclamados pelos intervenientes em acidentes de viação ocorridos na Rede Viária Municipal, alegadamente motivados por deficiências de conservação, de manutenção ou de construção.

4. Acompanhamento da execução de contratos de prestação de serviços:

- 4.1. Assistência técnica, manutenção, reparações e atualização dos automatismos da sinalização luminosa automática de trânsito (“semáforos”), instalados nas diversas intercessões da rede viária municipal, prestadas pelas empresas da especialidade contratadas;
- 4.2. Limpeza e desobstrução mecânica, com recurso a camião-cisterna de alta pressão e sucção, dos coletores públicos de drenagem de águas pluviais, em diversos pontos da rede viária municipal.

5. Acompanhamento e fiscalização dos trabalhos de reposição de pavimentos em intervenções na via pública para execução de infraestruturas de operadores de serviço público:

- 5.1. Análise de pedidos de autorização de intervenção e acompanhamento e fiscalização de execução das redes públicas de drenagem de águas residuais e das redes públicas de distribuição de água, a cargo da empresa INDÁQUA Feira, Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A., no âmbito da concessão da construção, exploração e gestão do sistema municipal de distribuição de água e saneamento:
 - 5.1.1. Extensões de rede de abastecimento de água domiciliário;
 - 5.1.2. Extensões de rede de drenagem de águas residuais.
- 5.2. Análise de pedidos de autorização de intervenções e acompanhamento e fiscalização da reposição de pavimentos na execução de ramais domiciliários e extensões de rede de distribuição de gás natural, realizados pela “Galp Energia”, nas várias freguesias do concelho;
- 5.3. Análise de pedidos de autorização de intervenção e acompanhamento e fiscalização da reposição de pavimentos na execução de redes subterrâneas de transporte de energia elétrica em baixa e média tensão, e de remodelação ou extensão da rede de iluminação pública realizados pela entidade gestora de energia elétrica;
- 5.4. Análise de pedidos de autorização de intervenção e acompanhamento e fiscalização da reposição de pavimentos na instalação de fibra ótica, por meio aéreo e subterrâneo, na via pública, realizados pelas empresas de telecomunicações, nomeadamente, “Altice/MEO”, “NOWO”, “Vodafone” e “NOS”;
- 5.5. Análise de pedidos de autorização de intervenção, bem como acompanhamento e fiscalização de reposição de pavimentos na execução da rede pública de distribuição de água em alta, realizados pelas “Águas do Douro e Paiva, S.A.” e “Águas do Norte, S.A.”.

6. Fiscalização de empreitadas

- 6.1. Acompanhamento e fiscalização da empreitada “Marcação Rodoviária de Pavimentos da Rede Viária Municipal III – Zona Sul”;
- 6.2. Acompanhamento e fiscalização da empreitada “Manutenção de Passeios em Arruamentos Municipais – Santa Maria da Feira – II Fase”.



Fig. Marcação rodoviária



Fig. Aplicação de pavimento tátil em passagens para peões

7. Obras executadas por administração direta:

- 7.1. Estudo, preparação, orçamentação, programação e execução das diversas intervenções de reparação e conservação da rede de drenagem de águas pluviais; de reparação, conservação

e manutenção da rede viária municipal (pavimentos betuminosos, muros de suporte e vedação, calçadas e passeios públicos, caixas de visita, sistema de sinalização do trânsito, etc.);

- 7.2. Execução de obras de reparação, conservação e manutenção da rede viária, pontualmente com construção nova, incluindo sistema de sinalização do trânsito, muros de suporte e vedação da via pública, pavimentações a massa betuminosa a quente, tapamento de covas a massa betuminosa a frio, e sistema público de drenagem de águas pluviais, trabalhos estes, realizados pelo setor operacional da Rede Viária e Trânsito (Brigadas Operacionais), incluindo toda a gestão, acompanhamento e controlo das atividades realizadas:

- 7.2.1. Pavimentação a mistura betuminosa a quente, em troços de ruas de alguma complexidade, como na Rua Doutor Cândido Pinho (Rotunda do Hospital), freguesia de Santa Maria da Feira; no Beco do Monte Alegre, Beco dos Moinhos, Beco de Joaves, Beco Nossa Senhora da Saúde, Travessa do Carvalheiro e troço da Rua Terras de Santa Maria, pertencentes à freguesia de Fornos; Bairro Manuel Lima, Travessa da Esperança, beneficiação/alargamento da Rua da Cobaixa, Rua da Barra, valas de redes de infraestruturas na Rua da Bessada e Rua Avenida da Fábrica, pertencentes à freguesia de Nogueira da Regedoura; Travessa de Paçô, freguesia de São João de Ver; Rua dos Soldados, freguesia de Rio Meão; Travessa da Valada, troço da Rua da Valada e Rua da Portcork, pertencentes à freguesia de Santa Maria de Lamas;



Fig. Repavimentação de arruamentos por administração direta

- 7.2.2. Correção e execução de novas redes públicas de drenagem de águas pluviais, em troços de extensão significativa, tais como, na Rua 25 de Abril – freguesia de Lourosa, Rua Nova da Lomba e Travessa da Alegria – freguesia de Argoncilhe, Rua da Canquelha e Rua de Patais, freguesia de Mozelos, e Rua da Bessada, freguesia de Nogueira da Regedoura;



Unidade de Gestão de Frota e Estaleiro

Na sequência da alteração à macroestrutura dos serviços do município, foi extinto a 28 de fevereiro de 2022, o Gabinete de Gestão de Frotas e Equipamentos, parte integrante da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Frotas do Pelouro de Administração e Finanças, e criada a Unidade de Gestão de Frotas e Estaleiros com efeitos a partir de 1 de março de 2022, inserida no Pelouro das Obras Municipais. Das competências da nova unidade, destacam-se a gestão técnica da frota, assegurando a sua manutenção preventiva e reparação atempada; gestão do parque de máquinas e ferramentas e outros equipamentos destinados ao funcionamento do sector; elaboração de programas de manutenção dos veículos e máquinas que integram a frota e o parque de máquinas em utilização na Câmara Municipal; planeamento e gestão de resíduos de construção e demolição, oriundas de obras por administração direta; e a gestão e planeamento de todo espaço circunscrito ao Estaleiro Municipal, dando assim continuidade às obras de reabilitação e alteração das oficinas e armazéns municipais iniciadas a 6 de outubro de 2021 e que se prolongaram durante todo o ano de 2022.

Foi transferido para a Unidade de Gestão de Frotas e Estaleiros, o processo de implementação da norma de certificação de qualidade ISO 9001 do extinto gabinete, atualizado à nova estrutura orgânica, sendo o ponto de partida para a sua integração na implementação do processo de qualidade de todo o Pelouro das Obras Municipais.

No decorrer do ano de 2022 e com as obras de reabilitação e alteração das oficinas e armazéns municipais, apenas foi possível efetuar 44 pequenas intervenções nas nossas instalações e 710 em oficinas exteriores, correspondentes aos seguintes serviços:

Reparações mecânicas e serralharia mecânica	241
Eletricidade auto, bombas injetoras e aferição de tacógrafos	61
Chapeiro, pintura e estofador	22
Inspeções de viaturas	62
Alinhamento de direções e equilibragem de rodas e conserto de furos	61
Lavagem interior e higienização de viatura	260
Reboques	3
Total	710

**ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**



ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O ano de 2022 ficou indubitavelmente marcado pelo início da Guerra na Ucrânia, em 20 de fevereiro, que veio agudizar o legado macroeconómico difícil originado pela pandemia COVID-19, e determinar que fosse necessário manter uma gestão autárquica meticulosa, aproveitando todos os meios disponíveis e afetando-os em prol do desenvolvimento do território, da economia local e da população Feirense, mantendo como objetivo a criação de melhores condições de vida para todos os municípios e potenciando o aumento da fixação de população no concelho.

O ano, sendo o primeiro ano completo de um novo ciclo político, foi caracterizado principalmente pela reorganização operada na estrutura Municipal, que teve como objetivo o proporcionar de uma melhor resposta aos grandes desafios previsíveis da gestão autárquica do novo quadriénio 2021-2025.

A referida reorganização da estrutura Municipal foi iniciada com a elaboração e aprovação de uma nova Moldura organizacional (organograma), do Município de Santa Maria da Feira.

Esta nova macroestrutura foi desenvolvida com o objetivo de redimensionar e adaptar os serviços Municipais às atuais necessidades do território, tornando-os mais eficientes.

Ainda neste contexto, e paralelamente, foram reestruturadas as competências internas e áreas de atividade das unidades orgânicas, sendo assim criada uma nova microestrutura dos serviços Municipais.

Foi também concebida uma nova norma de controlo interno, dos serviços Municipais, que tem como finalidade a criação de uma sistema de controlo interno que inclui todo um normativo transversal à instituição, designadamente todos os métodos e procedimentos estabelecidos por lei e pela direção de uma organização, de acordo com as metas institucionais e assim todo um conjunto de regras e de procedimentos com o objetivo de regular a atividade da instituição nas suas diferentes áreas de atividade (autocontrolo institucional).

A referida norma está na última fase de revisão jurídica, com o objetivo de posteriormente ser submetida a aprovação dos órgãos competentes.

O ano é ainda caracterizado pela incorporação do processo de descentralização administrativa que estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais, designadamente na área da Educação.

Esta transferência de competências compeliu toda a estrutura Municipal, desde área de recursos humanos, administrativa, compras e até à área financeira a incorporar um aumento considerável do número de processos a tramitar.



O Município de Santa Maria da Feira manteve, em 2022, o seu processo de consolidação das finanças públicas, garantindo uma estrutura financeira equilibrada e o cumprimento dos objetivos Municipais delineados. A prossecução desta política veio permitir que o Município de Santa Maria da Feira fosse considerado, no anuário financeiro dos Municípios portugueses apresentado em 2022 (com o ano de referência de 2021), como o segundo Município com melhor eficiência financeira comparativa no Ranking Global dos municípios de grande dimensão na lista dos 100 melhores classificados a nível nacional.

Gestão de Financiamentos e Planeamento Estratégico - Captação de fundos comunitários e nacionais

O Município de Santa Maria da Feira, tem aproveitado os Fundos Comunitários disponíveis para a concretização de obras essenciais ao desenvolvimento do Concelho de Santa Maria da Feira e da própria região, em domínios que abrangem áreas tão diversas como Educação, Desporto, Ação Social, Saúde, Ambiente, Turismo, Cultura, Eficiência Energética, Modernização Administrativa, entre outras.

No que se refere ao Quadro Comunitário de Apoio Portugal2020, estando na sua reta final, a Autoridade de Gestão dinamizou diversos exercícios de “soma nula”, permitindo efetuar ajustamentos entre operações aprovadas, possibilitando a melhorias das taxas de execução, sem alterar os montantes de comparticipação aprovados por Município.

Acresce ainda que, do exercício de Reprogramação do PO Norte 2020, resultou, no caso das operações FEDER, uma disponibilidade financeira que permitiu o ajustamento em alta da taxa de comparticipação do FEDER, de algumas das operações aprovadas, conforme a Prioridade de Investimento em que se enquadravam, e a taxa de execução das mesmas.

Ainda no Portugal2020, em termos de execução, o ano de 2022 foi um ano de continuidade, dando seguimento às operações aprovadas, e procedendo, em alguns casos, ao processo de encerramento das operações entretanto finalizadas.

No que se refere ao PDCT – Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial assinado com a AMP, com um investimento elegível aprovado para Santa Maria da Feira de 4.628.347,54€ e uma correspondente comparticipação (FEDER e FSE) de 3.934.095,40€, em 2022 procedeu-se ao encerramento das operações aprovadas nomeadamente:

Autarquia Digital;

Requalificação da Escola Básica e Secundária Coelho e Castro, Fiães, Sta. M^a da Feira;



- Construção da Escola Básica de Fornos;
- EDUFEIRA - Inovamos para o Sucesso;
- EEIP Fase II e III - Eficiência Energética na Iluminação Pública;
- INCulturar-te: Incluir pela Cultura - Projeto TransformArte;

Relativamente ao PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, com investimento elegível aprovado de 12.566.196€ e uma comparticipação FEDER de 10.629.259€, em 2022 encontravam-se em execução as seguintes operações:

- Reabilitação de Empreendimentos de Habitação Social;
- Reabilitação do Edificado do Centro Histórico de SMFeira - Arquivo Municipal;
- Construção de Interface de Transportes de Lourosa;
- Reabilitação do Porto Carvoeiro;
- Rede de Ciclovias e Circuitos de Modos Suaves da Cidade de S.M. Feira;
- Requalificação Urbana do Largo da Igreja de Lourosa e sua Envolvente – Santa Maria da Feira;

Para além destas, encontra-se encerrada, mas a aguardar o pagamento final de FEDER a operação “Reabilitação da Quinta do Castelo - 2.º parte”.

No que se refere às operações PEDU, candidatas aos avisos da Mitigação, em 2020 procedeu-se à submissão dos relatórios finais com um investimento elegível executado de 1.651.268,39 € e uma comparticipação FEDER de 1.403.578,13€:

- Redefinição da hierarquia viária no Centro da Cidade de Fiães I / II / III Fase;
- Redefinição da hierarquia viária no Centro da Cidade de Fiães - Fase 4;
- Reabilitação da Quinta do Castelo - 1.º parte;
- Reabilitação dos Empreendimentos de Habitação Social de Milheirós de Poiães e Paços de Brandão;

Ainda no que se refere ao Portugal2020, mas para além das operações contratualizadas em PEDU e PDCT, encontravam-se em execução as seguintes operações, com um total de investimento elegível aprovado de 6.256.894,64€, e uma comparticipação (FEDER, FSE, Fundo de Coesão) de 5.242.114,16€:

- NORTE2020:



M.I.D.À.S. - Mudança para a inclusão e desenvolvimento artístico-social, em parceira com a Cooperativa Casa dos Choupos e a IPSS CASTIIS;

Valorização dos caminhos de Fátima, em parceria com a Associação dos Caminhos de Fátima, o Município de V.N. de Gaia, Município de S.J. da Madeira e Município de O. de Azeméis;

Formação AL – AMP;

Construção de Unidade de Saúde Nogueira da Regedoura / S. Paio de Oleiros;

Construção de Unidade de Saúde de Milheirós de Poiares;

Construção de Unidade de Saúde Canedo;

BUPI - Capacitação Administração Pública (FSE) – SMF;

Castelo da Feira: Consolidação e Reabilitação da Muralha e Ruína do Paço;

- POISE:

Gabinete de Igualdade e não Discriminação do Município de Santa Maria da Feira;

- POSEUR:

Recolha Seletiva Porta a Porta de Biorresíduos no concelho de Santa Maria da Feira;

- COMPETE (Programa REACT):

Requalificação Ambiental do Rio Uima;

(RE)arborização e Renaturalização do Parque da Cidade - SMFeira

Ainda nas operações, fora do PEDU e PDCT, aguarda-se a validação dos relatórios finais as seguintes operações, com um investimento elegível executado de 794.853,70€ e uma comparticipação (FSE, FEDER e FSUE) de 670.353,71€

- NORTE2020:

PEPAL 2019;

Santa Maria da Feira - Lugar do Tempo;

- POAT:

Combate à pandemia COVID-19 – Santa Maria da Feira;



No que se refere Quadro Comunitário de Apoio 2021-2027 – Portugal2030, o ano de 2022 ficou marcado pela aprovação do Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia, para aplicar 23 mil milhões de euros dos fundos europeus em projetos que estimulem e desenvolvam a economia portuguesa. Consequentemente, foram também aprovados os Programas Operacionais e Temáticos.

No Acordo de parceria, está definida a constituição de Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, celebrados com as CIM e AM (ITI CIM/AM), para reforço das redes sub-regionais e intermunicipais e articulação urbano-rural.

Para tal, a AMP, através do GAPE - Grupo Apoio ao Planeamento Estratégico AMP2030, elaborou a Estratégia AMP2030, e deu início ao processo de elaboração do correspondente plano de ação para constituição das ITI AMP2030.

O Município de Santa Maria da Feira, como território integrante da AMP, iniciou o processo de levantamento das necessidades/intenções de investimento para este período de programação, enquadrando-os nas tipologias de ação da ITI AMP2030, quando aplicável.

Relativamente ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, sendo um instrumento comunitário estratégico de mitigação do impacto económico e social da crise, e constituindo-se as Áreas Metropolitanas como territórios onde se concentram pobreza e exclusão social, na Componente 3 – Respostas Sociais, foram definidos programas integrados de atuação sobre estas múltiplas vulnerabilidades, de acordo com as características desses territórios.

Assim, em 2022, a AMP elaborou o Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas, onde subdividiu o território em Unidades Técnicas Locais, sendo que Santa Maria da Feira integrou a UTL AMPSUL, conjuntamente com Arouca, Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis

Para o Plano de Ação da Operação Integrada do Território de Intervenção – PAOITI da AMP Sul, foi aprovado um investimento global de 24.360.000,00 € (8.322.148,92€ para o território de Santa Maria da Feira).

Ao aviso para submissão das operações inscritas no PAOITI, o Município de Santa Maria da Feira candidatou 13 operações, num total de 3.102.546,00€.

Ainda em 2022, foi aprovada a operação “Assistência Técnica (Apoio à Unidade Técnica - Operacionalização PAOITI)”, com um investimento elegível de 139.238€.

De ressaltar que no PRR, a taxa de comparticipação é de 100% do investimento elegível (investimento sem iva).



Paralelamente, e no que se refere às restantes linhas de ação do PRR, o Município submeteu diversas candidaturas, com um investimento elegível estimado de 1.605.446,95€, aguardando-se a decisão:

Componente 2 – habitação: Acompanhamento Técnico e Gestão de Candidaturas associadas à Estratégia Local da Habitação;

Componente 3 – Respostas Sociais: Percurso Acessível - Cidade de Santa Maria da Feira (Rua da Pedreira, Rua de Penas, Rua de São Sebastião e Rua Viana da Mota)

Componente 5 – Capitalização e Inovação empresarial: o Município integrou o consórcio “HfPT - Health from Portugal”;

Componente 16 – Empresas 4.0: Bairros Comerciais Digitais, em parceria com a AEF.

Para além dos Quadros Comunitários e PRR, o Município teve em execução as seguintes operações, com um investimento elegível de 277.754,38€ e uma comparticipação de 122.922,00€

Centros de Recolha Oficial (CRO) de Animais de Companhia, submetida à CCDRN/DGAL;

Campanha de Apoio à Esterilização de Cães e Gatos de Companhia-2022, submetida à ICNF;

Campanha de apoio à identificação eletrónica e registo de animais de companhia – 2022, submetido ao ICNF;

Mobilidade Elétrica na Administração Pública – 3.º fase, submetida ao Fundo Ambiental;

Mobilidade Elétrica na Administração Pública – 3.º fase – 2. parte, submetida ao Fundo Ambiental;

Por fim, destacamos a finalização dos projetos financiados diretamente pela UE, com um investimento elegível de 104.095,20€ e uma comparticipação da UE de 92.770,17€, e que pressupõem parcerias de carácter Europeu, dos quais destacamos:

Active Citizens, submetida ao programa URBACT, em parceria com as cidades de Agen (França), Hradec Králové (Rep. Checa); Tartu (Estonia); Bistrita (Roménia); Saint-Quentin (França); Cento (Itália); Dislaken (Alemanha);

O Mundo é um palco, um projeto ERASMUS +, em parceria com LONDON BOROUGH OF LEWISHAM, Inglaterra e ARCIRAGAZZI PORTICI "Utopia Attanasio", Itália.



Tecnologias de Informação

A atividade da DSI durante o ano 2022 focou-se no suporte na implementação das mudanças realizadas ao nível da estrutura orgânica do município e consequente alteração do modo de funcionamento dos diferentes serviços.

Como desafio adicional, a própria divisão foi reestruturada no final do ano e encontra-se em pleno processo de transformação com o intuito de permitir a mudança de paradigma, usando os sistemas de informação para alavancar a produtividade e capacidade dos diferentes serviços prestados pelo município através do aumento da eficiência dos fluxos de trabalho e redução nos tempos de resposta.

Além do suporte às alterações referidas, com criações de diversas unidades orgânicas novas e consequente necessidade de dotação de recursos tecnológicos para as mesmas, foi necessário um esforço extra da equipa neste processo de requalificação de vários espaços físicos e consequente alteração das infraestruturas de rede, bem como um grande número de deslocalização de postos de trabalho, garantindo em simultâneo do normal funcionamento da infraestrutura de suporte ao sistema minimizando o impacto no funcionamento dos serviços.

Existiu, igualmente, uma quebra na disponibilidade de recursos humanos na área das tecnologias de informação com a diminuição de 3 especialistas de informática do quadro e 2 em regime de outsourcing. Foi um desafio para a equipa e para a liderança manter os sistemas em funcionamento sem quebras e em simultâneo dar suporte às novas responsabilidades entretanto assumidas pela informática com o unificação e concentração dos serviços da mesma. Foram otimizados processos de organização interna com redistribuição de responsabilidades e reorganização do servicedesk tendo-se conseguido, apesar do trabalho extra e diminuição de recursos humanos, diminuir os tempos médios de resposta às solicitações de suporte por parte dos serviços.

Em termos de infraestrutura e equipamentos, encetou-se um esforço de reforço da capacidade instalada e consolidação dos sistemas de suporte. Foi dada continuidade à renovação do parque de estações de trabalho, de acordo com a política há muito estabelecida e cumpre informar que Município dispõe de um parque informático bastante homogêneo e adequado às necessidades.

A integração do serviço de informática do domínio Urbanfeira.pt na divisão de sistemas de informação foi concluída mantendo-se apenas alguns sistemas antigos em modo “legacy” cuja substituição já está prevista no âmbito do projeto de modernização e desenvolvimento do novo sistema em curso.

Também os contratos de suporte e manutenção às infraestruturas foram mantidos com crescentes focos nos sistemas de monitorização remota como resposta à dificuldade no contexto atual (concorrência do sector privado com oferta de condições que o sector publico não pode acompanhar) em manter os recursos humanos especializados nesta área nos quadros.



Nos equipamentos escolares sob nossa responsabilidade procedemos à instalação de acessos de fibra e alguns acessos wifi garantindo deste modo acesso à internet com qualidade numa altura em que este recurso se tornou crítico.

Foi implementado o projeto sala do futuro que dotou as escolas de equipamentos e tecnologias de informação emergentes.

Na área do desenvolvimento aplicacional e suporte de software foi dada continuidade à disponibilização de serviços via intranet com o foco nesta área concentrado nas integrações, revisão de processos de workflow e algum apoio de consultadoria de análise de sistemas como suporte na transição digital de diversos sectores, permitiram:

- A integração de varias centenas de colaboradores das escolas, nomeadamente no controlo de assiduidade e contas de correio eletrónico sem sobrecarregar os recursos humanos da DRH nem aumentar os gastos com licenciamento Microsoft;
- Criação de condições para abertura nos próximos tempos no novo atendimento centralizado do município com disponibilização do portal de atendimento “virtual” em simultâneo;
- Apoiar os processos de decisão de diversos sectores sobre projetos na respetiva área de negocio com forte componente tecnológica.

Gestão Financeira e Patrimonial

Apesar do novo referencial contabilístico (SNC-AP) ter sido implementado em 01 de janeiro de 2020, as exigências deste normativo são extremamente extensas e de grande complexidade técnica, e assim estendem-se a 2022, obrigando ainda a ajustamentos. Estes ajustamentos não colocam em causa a fiabilidade do desempenho financeiro do Município.

No âmbito das atividades desenvolvidas por esta Divisão, destacam-se as seguintes:

- Elaboração do relatório da Prestação de Contas, individual e consolidada, referente ao ano de 2021, os quais incluem os anexos as demonstrações financeiras, conforme NCP1, nomeadamente uma análise aos fluxos financeiros, ao equilíbrio do orçamento e sua execução, quer a uma análise às demonstrações.
- Elaboração do orçamento e das GOPs para 2023, tendo por base quer o contributo dos serviços municipais, quer os estudos técnicos realizados à receita e despesas, conforme as obrigações assumidas para os anos seguintes e os históricos de cada rubrica.
- Validação da coerência das classificações orçamentais utilizadas nas requisições internas e confirmação da sua correta utilização, de acordo com a legislação em vigor;



- Envio atempado da informação económica e financeira, às diversas entidades externas de acompanhamento e controlo, como Tribunal de Contas e DGAL, bem como de informação financeira e patrimonial, recolhida junto das entidades participadas e do setor empresarial local, à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), ao Instituto de Gestão Financeira (IGF) e ao Tribunal de Contas;
- Continuação da desmaterialização do processo de faturação. A transição da fatura em papel para o XML com ligação ao ERP, apesar de aparentar algo de fácil implementação, tem sido um grande desafio, com uma constante monitorização e parametrização, para garantir um registo imediato e eficaz da fatura. (faturas registadas via papel: 20454; faturas registadas via EDI 14752);
- Cumprimento das obrigações de natureza contributiva e fiscal; a conferência, registo e processamento de todas as operações contabilísticas dos processos de receita e de despesa (cabimentos: 4620: compromissos. 5066; Ordens de pagamento 12.734;), após verificação da conformidade legal e, sempre que necessário, efetuadas as devidas correções; o acompanhamento das verbas transferidas para e pelo Município, assegurando a análise, registo da receita e da despesa; a análise minuciosa dos processos de garantias bancárias prestadas quer pelo Município, quer por terceiros a favor do Município;
- Monitorização do desempenho estratégico do município e o controlo de gestão, designadamente, nas suas vertentes económica e financeira, quer pela execução da receita, das despesas e das GOP;

No âmbito do Gabinete de Gestão Patrimonial, das atividades desenvolvidas, destacam-se:

- O assegurar do registo do inventario e cadastro de todos os bens moveis e imóveis, do domínio publico e privado do Município, bem como assegurar o abate/alienação dos bens tendo por base o cumprimento dos requisitos legais;
- Acompanhamento dos negócios jurídicos de aquisição e alienação dos bens imoveis;
- O assegurar da devida valorização do cadastro dos bens móveis e imóveis do Município e a sua reconciliação com os registos contabilísticos de forma a atestar a imagem verdadeira das demonstrações financeiras;
- Procedeu-se ao cálculo e validação das amortizações e registo dos financiamentos das obras em causa.

Contratação Pública

Em 2022, foram terminados os trabalhos de implementação da fase final da digitalização de todos os processos e procedimentos associados à contratação pública do Município.



Esta última fase foi constituída pela modelação final dos processos e incrementação destes, no software de gestão documental do Município, assim como pela implementação junto dos serviços requisitantes da utilização de meios, integralmente digitais, a quando da apresentação de necessidades de aquisição, e ainda a formação dos serviços Municipais implicados.

A modelação de processos de contratação pública, no software Medidata, foi concluída na íntegra no decorrer do ano.

A implementação do plano de aprovisionamento veio permitir obter informação previsional compilada e detalhada, contendo as intenções de contratação mais relevantes, dos diversos pelouros, organizada cronologicamente no decorrer do ano, de forma a possibilitar o planeamento das aquisições do Município e serem atempadamente alocados os recursos necessários, garantido o suprimento das necessidades com a qualidade e no prazo pretendido pelos serviços requisitantes. Esta antecipação, auxiliou especialmente os serviços nas áreas da Educação, dando apoio direto aos agrupamentos escolares nas suas necessidades quotidianas, desde os consumíveis de limpeza, leite escolar, refeições, alarmes, software, etc.

A Divisão de Contratação Pública manteve, como diretivas principais a manutenção do nível de eficiência e eficácia, alcançado nos anos anteriores, designadamente na tramitação dos processos de contratação.

Continuamos atentos à evolução dos mercados, com o objetivo de aumentar a base de dados de entidades, fornecedoras e parceiras do Município, e de forma a potenciar o acesso a melhores condições comerciais, de qualidade e preço, nas múltiplas aquisições realizadas para suprir as necessidades do Município de Santa Maria da Feira, potencializando a estabilidade e a garantia da satisfação dos pedidos solicitados.

As atividades principais, associadas aos procedimentos de gestão dos armazéns Municipais em 2022, foram a continuidade da monitorização e correção das medidas implementadas nos anos anteriores, baseadas na gestão de existências, pelo método “just in time”, que consiste num sistema, cuja utilização é exigível em qualquer organização, e que é caracterizado pela manutenção de níveis mínimos de existências em armazém, sendo a reposição de existências efetuada no limite da necessidade.

O ano de 2022, obrigou a uma reformulação do “circuito/ tramitação das entregas de bens”, devido a obras nos armazéns gerais Municipais, implicando que os bens fossem entregues diretamente em obra, com o controlo da chefia/ responsável da obra.

A guerra da Ucrânia, agravou ainda mais toda esta conjuntura, com a instabilidade de preços, criando desconfiança nos fornecimentos contínuos, o que nos levou a assistirmos a procedimentos que



ficaram desertos, acrescentando o facto dos fornecedores que assinaram contratos, mas que posteriormente pedem revisão de preços, devido à inflação que se assistiu.

A contratação pública, no ano de 2022, foi mais uma vez anómala e bastante condicionado pela guerra na Ucrânia. A Contratação Pública, realizada pelo Município de Santa Maria da Feira, foi caracterizada pelo aumento do número de procedimentos pré-contratuais, assim como do valor adjudicado, em termos homólogos.

Em termos gerais, observa-se, no entanto, um aumento considerável quer no valor, quer no número de procedimentos de aquisições efetuados, em comparação com o ano de 2021, por força da transferência de competências e pelos custos cada vez maiores de materiais e serviços adquiridos.

Procedimentos	Nº	Valor
Regime geral		
Empreitadas	22	11 284 853,76 €
Bens e Serviços	177	19 900 982,99 €
Regime simplificado	5348	4 133 774,33 €

Administração Geral

Compete à área administrativa, entre outras, a elaboração de todos os contratos do município a formalizar no âmbito da contratação pública (empreitada de obras públicas, concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação ou aquisição de bens móveis, aquisição de serviços), analisar, recolher e tratar toda a documentação necessária à sua elaboração, respetivas publicitações e prestar as informações necessárias dos contratos celebrados e posterior tramitação para os diversos serviços.

Compete ainda, instruir e organizar todos os processos relativos aos contratos, acordos, protocolos, sujeitos a fiscalização prévia e concomitante do Tribunal de Contas, sendo que estes são remetidos eletronicamente ao Tribunal de Contas, e ainda assegurar e executar todos os procedimentos e formalidades respeitantes aos processos eleitorais. Cabe ainda a gestão de todos os protocolos, celebrados pelo município, respetivo arquivamento, cadastro e encaminhamento para os serviços, assim, com especial destaque, no ano em análise, foram celebrados 304 contratos.

Foram submetidos a fiscalização prévia e/ou concomitante do Tribunal de Contas, em razão do valor, 6 contratos de empreitadas, 5 contratos de aquisições de serviços (1 deles foi submetido a fiscalização concomitante, (medidas especiais de contratação pública) de acordo com o art.º 17.º da lei 30/2021, de 21 de maio) e 2 contratos programa.

No ano de 2022, houve ainda um ato eleitoral, as Eleições Legislativas (30 de janeiro) e que face às restrições do Covid, e às novas modalidades do voto antecipado em mobilidade, implicou um reforço



de toda a atuação no processo, através da criação de mais um dia para a votação nessa modalidade, e no qual é de total responsabilidade da Câmara a constituição das Assembleias de Voto, desde a montagem das mesas de voto, designação dos membros das mesas, recolha dos votos, das atas, etc, pelo que a logística associada aumentou exponencialmente, duplicando o procedimento das tarefas.

Na Metrologia, a cujo serviço cabe a verificação Periódica de Instrumentos de Medição, (Balanças, Pesos e/ou Contadores de Tempo de Bilhar ou Mesa) das empresas e agentes económicos que utilizem instrumentos de medição, no exercício das operações de transações comerciais, de saúde e de venda direta ao público, foram realizados 1602 serviços o que correspondeu a uma receita de 47.171,70 €.

Ao serviço de fiscalização compete, para além da deteção de situações ilícitas, informar e analisar todos os processos desenrolados no setor das Taxas e Licenças, relacionados os licenciamentos de ocupação de espaço público; publicidade, alargamento de horário, prestação de serviços de restauração ou bebidas de caráter não sedentário, adiante discriminados; para além de entregas de mandado e outras verificações solicitadas.

Nas taxas e licenças, onde são tratadas todas as licenças não urbanísticas, segue quadro resumo e respetiva receita auferida de acordo a sua tipologia:

SERVIÇOS	RECEITA ARRECADADA
ALVARÁS SANITÁRIOS	376,00 €
CAÇA	2.818,00 €
CEMITÉRIO	10.972,45 €
CICLOMOTORES	603,08 €
LIC. FESTAS E OUTROS	6.847,50 €
HORÁRIOS FUNCIONAMENTO	608,00 €
MERCADO MUNICIPAL	3.742,23 €
METROLOGIA	47.171,70 €
OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO	235.654,02 €
PUBLICIDADE	166.776,74 €
TÁXIS	280,00 €
PRESTAÇÃO SERVIÇOS RESTAURAÇÃO NÃO SEDENTÁRIA	3.630,83 €
CARTÃO RESIDENTE	6.022,40 €
TOTAL	485.173,95 €



Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional

A Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional (DRHDO), tem por missão desenvolver e gerir uma política de recursos humanos orientada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, envolvimento e corresponsabilização, promovendo a partilha de conhecimentos e desenvolvimento de competências sociais, profissionais e organizacionais, visando a adequação do capital humano às necessidades do Município. Tudo isto assente numa estrutura organizacional, que no caso do MSMF foi alvo de uma reestruturação profunda, que culminou na publicação do regulamento orgânico dos serviços, em 1 de março de 2022. Este processo de reestruturação orgânica dos serviços, implicou a extinção, fusão e ou a criação de novas unidades orgânicas, obrigando, em alguns casos, à redefinição de competências e reafectação de trabalhadores, bem como à abertura dos respetivos procedimentos concursais para provimento dos lugares de dirigente.

Por conseguinte, tendo sempre bem presente uma perspetiva de melhoria contínua e de respeito pelos preceitos legais em vigor, em 2022 a DRHDO desenvolveu as seguintes ações/projetos.

Contratação de Pessoal

Uma das competências da DRHDO, é dotar os serviços dos Recursos Humanos necessários, quer em número quer em matéria de competências, para que os mesmos possam desenvolver as suas atividades. Com esse intuito, torna-se necessário proceder à abertura de procedimentos concursais, com vista à ocupação dos postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal, de acordo com as prioridades definidas superiormente. Neste contexto, em 2022, a DRHDO tramitou um total de 51 procedimentos concursais, dos quais 32 iniciaram e terminaram em 2022. Dos 51 procedimentos concursais tramitados em 2022, 35 destinaram-se ao provimento de lugares de dirigente, em consequência da reestruturação orgânica suprarreferida.

Transitaram também 8 procedimentos concursais que haviam sido iniciados nos anos de 2020/2021, dos quais 6 foram concluídos em 2022.

De referir ainda que em 2022, continuamos a apostar na Mobilidade Intercarreiras, como instrumento para colmatar as necessidades dos serviços e promover o aumento dos níveis motivacionais dos nossos colaboradores, resultando num total de 12 processos de mobilidade, os quais poderão vir a consolidar em 2023.

Despesas com pessoal

A 7 de dezembro de 2021, com a publicação do Decreto Lei n.º 109-B/2021, o valor da retribuição mínima mensal garantida para o ano de 2022 foi atualizado para 705,00€. Nessa mesma data, foi publicado o Decreto-Lei n.º 109-A/2021, o qual estabeleceu a atualização da base remuneratória da



Administração Pública, fixando-a no valor da retribuição mínima mensal garantida para 2022 (705.00€), bem como a atualização do valor das restantes remunerações base mensais constantes da tabela remuneratória única (os níveis remuneratórios da tabela única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com as atualizações decorrentes dos Decretos-Leis n.º 10-B/2020 de 20 março e 10/2021 de 1 de fevereiro, foram atualizados em 0,9%).

Em 1 de abril de 2022, no âmbito do processo de transferência de competências em matéria de educação, todos os trabalhadores com vínculo de emprego público da carreira subsistente de chefe de serviços de administração escolar e das carreiras gerais de assistente técnico e de assistente operacional, a exercer funções nos vários agrupamentos de escolas do concelho, passaram a integrar o mapa de pessoal do MSMF (Despacho n.º 3774/2022 de 31 de março de 2022):

- Agrupamento de escolas Antonio Alves Amorim – 48 trabalhadores
- Agrupamento de escolas de Argoncilhe – 44 trabalhadores
- Agrupamento de escolas de Arrifana – 56 trabalhadores
- Agrupamento de escolas de Canedo – 32 trabalhadores
- Agrupamento de escolas Coelho e Castro – 55 trabalhador
- Agrupamento de escolas de Lobão – 36 trabalhadores
- Agrupamento de escolas Fernando Pessoa – 66 trabalhadores
- Agrupamento de escolas de Paços de Brandão – 45 trabalhadores
- Agrupamento de escolas de Santa Maria da Feira – 77 trabalhadores

Em termos de remunerações, pagas em 2022, este processo teve um impacto significativo no valor total pago, representando um aumento de aproximadamente 26% em relação ao total da despesa com remunerações de 2021.

Em 6 de setembro de 2022, através da publicação da portaria n.º 224/2022, os montantes referentes ao abono de família para crianças e jovens foram atualizados com efeitos retroativos a 1 de julho de 2022.

Ainda em relação às despesas com pessoal do ano de 2022, é importante referir que o valor do subsídio de refeição foi atualizado (5,20€), com efeitos a 1 de outubro (Portaria n.º 280/2022 em 18 de novembro).



Formação Profissional

A formação tem sido o “veículo”, através do qual temos procurado intervir de forma positiva, na gestão de carreiras dos nossos colaboradores, dando-lhes a oportunidade, de através da atualização de conhecimentos ou de aquisição de novas competências, potenciar o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Assim, durante o ano de 2022 apoiamos a participação dos nossos trabalhadores em ações de formação (internas e externas) nas mais variadas temáticas, totalizando 6.683 horas de formação, distribuídas por 134 ações de formação, entre ações de formação gratuitas e não gratuitas. A maioria destas ações decorreram em formato online, formato este adotado pelas entidades formadoras nos últimos anos e que parece ter-se tornado uma tendência.

Paralelamente, o processo de transferência de competências em matéria de educação, que no caso do MSMF se traduziu na integração a de 459 trabalhadores (dados de 1 de abril de 2022), tornou ainda mais relevante a promoção deste tipo de projetos de formação profissional, os quais facilitaram o acolhimento organizacional dos mesmos, através da criação de uma “identidade coletiva MSMF”, partilhada por todos os seus colaboradores.

Nesse sentido, o projeto Emoções+ iniciado em 2018, que se caracteriza por um programa anual de “team building” dirigido a todos os trabalhadores do MSMF e que viu o seu formato inicial (atividades presenciais) interrompido durante o período da pandemia, regressou, em dezembro de 2022, ao seu formato original, através da realização de uma atividade corporativa aberta a todos os trabalhadores, na qual participaram cerca de 900 trabalhadores e que funcionou como o “kick-off” da edição 2022/2023, designada por “All We Need Is Love”.

Segurança e Saúde no Trabalho

A atividade da DRHDO, passa também por proporcionar a todos os colaboradores boas condições de Saúde, Higiene e Segurança no respetivo posto de trabalho, de forma a minimizar os riscos associados e, consequentemente diminuir a ocorrência de acidentes.

Através das atividades de Medicina, Saúde e Segurança do trabalho (SMSST), pretendemos promover novos hábitos e comportamentos mais seguros, numa perspetiva de prevenção do aparecimento de doenças, bem como da ocorrência de acidentes de trabalho.

Os meses de janeiro e fevereiro de 2022, foram meses em que a pandemia continuou a assumir a principal prioridade em matéria de Higiene e Segurança, por conseguinte, neste período continuamos a “investir” no desenvolvimento de ações de combate e prevenção do risco de infeção por COVID-19, entre os trabalhadores do MSMF.



Destacamos neste âmbito as seguintes intervenções:

Ações de sensibilização: embora de uma forma mais pontual, em 2022 demos continuidade ao desenvolvimento de ações de sensibilização dos trabalhadores para o cumprimento das medidas de segurança internamente definidas, com o intuito de se evitar eventuais cadeias de transmissão, tendo presente as medidas e a legislação vigente, nessa data.

Acompanhamento de colaboradores suspeitos, infetados e em apoio familiar: continuamos a acompanhar os casos positivos detetados entre os nossos trabalhadores, sendo que ao longo do ano, fomos adaptando esse acompanhamento às medidas vigentes nesta matéria e sempre que se justificou, rastreamos os respetivos contactos de risco em contexto laboral, tendo sido tomadas as medidas que se afiguravam mais adequadas, em estreita articulação com a Autoridade Local de Saúde, nomeadamente, na determinação dos casos de isolamento profilático dos contactos de risco, e no agendamento dos respetivos testes, de modo a evitar-se possíveis cadeias de transmissão.

Paralelamente, todos os isolamentos profiláticos resultantes de contexto não laboral que vieram a conhecimento do SMSST, foram também acompanhados por este serviço, tendo sido dado todo o tipo de apoio que necessitavam, em conjunto com outros serviços do MSMF.

Para além das atividades anteriormente referidas em contexto de controlo da pandemia, continuamos a desenvolver as nossas atividades habituais, no âmbito da melhoria das condições de segurança dos colaboradores do Município, o que se revelou um desafio bastante exigente, face ao aumento substancial do número de trabalhadores (459), na sequência do processo de transferência de competências na área da educação, anteriormente referido, os quais, apesar de na sua maioria terem uma antiguidade na função pública superior a 10 anos, nunca tinham realizado um exame de admissão, requisito legalmente obrigatório no momento da sua admissão.

Responsabilidade Social do Município

Em 2022, apesar dos constrangimentos da pandemia, que condicionaram a intervenção do MSMF em matéria de acolhimento de projetos de contrato de emprego e inserção e de estágios curriculares, já nos foi possível dar continuidade à estratégia dos últimos anos neste âmbito de forma mais regular, nomeadamente, com o acolhimento deste tipo de “projetos”, durante mais tempo e com números mais expressivos. Concretizando em números, durante o ano de 2022 promovemos 12 contratos de emprego e inserção e 11 estágios curriculares.



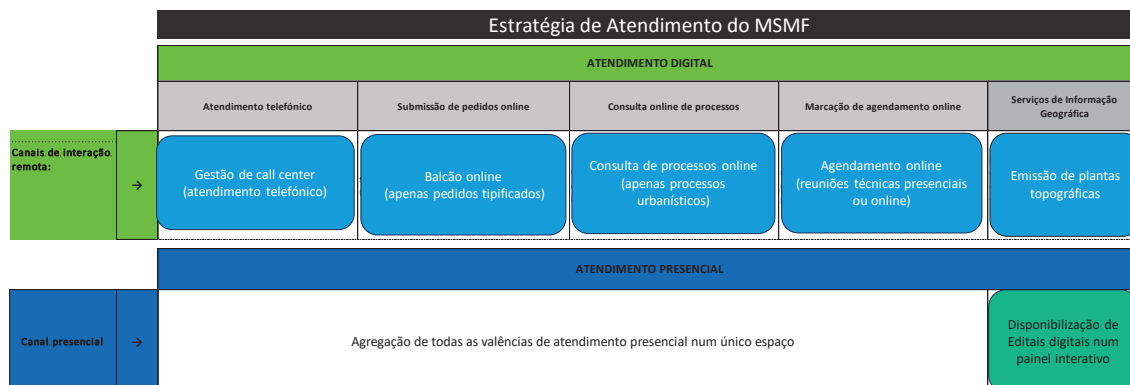
Atendimento e Gestão de Informação

Relativamente às atividades da Divisão de Atendimento e Gestão de Informação, o ano de 2022 foi marcado pela preparação das condições necessárias à implementação do novo projeto de Atendimento e do Arquivo Municipal, cuja abertura está prevista para o primeiro semestre de 2023.

Unidade de Atendimento Municipal

A primeira fase do projeto consistiu no desenho da estratégia para o Atendimento Municipal, nomeadamente, numa estratégia assente na criação de ferramentas que permitam a interação remota permitindo aos munícipes relacionarem-se com a Câmara Municipal através de serviços online, minimizando assim a necessidade de deslocações. Foram então identificadas as condições necessárias para garantir a operacionalização da estratégia definida e que se encontra refletida no quadro abaixo.

Garantiu-se também a criação de um novo espaço físico para o atendimento presencial, no qual serão agregadas todas as valências de atendimento que atualmente se encontram dispersas por vários edifícios.



A segunda fase do projeto consistiu na elaboração de um diagnóstico que visou identificar constrangimentos relacionados diretamente com os pedidos dos Munícipes por forma a poderem ser repensados e redefinidos processos mais ágeis e que potenciam a robustez e consistência da capacidade de resposta, com vista a melhorar nível de serviço do Município.

Decorrente desta fase de diagnóstico foi despoletado um processo de modelação de fluxos que visa o aumento da eficácia do tratamento e da análise dos pedidos, a qual terá impacto tanto na capacidade de resposta como na eficiência dos serviços do Município.

A terceira fase, ainda a decorrer, consistiu na preparação e implementação das diversas ferramentas a disponibilizar ao cidadão. De referir o Balcão Online para submissão de pedidos tipificados, a ferramenta que abre a possibilidade de agendamento online de reuniões técnicas que podem ser presenciais ou online, a reestruturação de parte do site do Município com informação de apoio à



realização dos pedidos, e a substituição dos atuais Editais em papel por Editais digitais. A operacionalização desta estratégia permitirá aumentar a autonomia do munícipe no acesso aos serviços, bem como a possibilidade de escolha na forma como pretende relacionar-se com o Município.

Unidade de Arquivo Municipal

Durante o ano de 2022, no cumprimento da nossa missão de assegurar a gestão, preservação e o direito de acesso à informação de arquivo produzida ou custodiada pela administração, este serviço:

No que concerne a instrumentos de acesso e recuperação de informação foram descritos:

- 194 novos documentos históricos correspondendo aos acervos da Comissão Concelhia da Administração dos Bens Culturais (6), Comenda de São Tiago de Rio Meão (58), Posto do Comissariado do Desemprego da Feira (110) Corregedoria da Comarca da Vila da Feira (5) e Capitania Mor das Ordenanças da Vila da Feira (3), Administração do Concelho da Feira (12);
- 17 livros de atas das reuniões da Câmara Municipal (2009- 2010) e criados 2784 índices de pesquisa ao conteúdo de 49 atas de reunião;
- 16 livros de notas para escrituras diversas (1985-1990) e criados índices de pesquisa ao conteúdo de 444 escrituras.

Foram transferidos para o arquivo geral, a pedido dos respetivos serviços:

- 624 U.I. (2015-2020) receita e despesa (Divisão Financeira);
- 157 U.I. (2014-2021) documentação diversa (Divisão de Recursos Humanos);
- 241 U.I. (2006-2020) documentação diversa (Pelouro da Proteção Civil);
- 173 U.I. (2020) de correspondência recebida e expedida (Expediente Geral).

Foram submetidas a tratamento por anoxia, inventariadas e avaliadas

- 13.005 U.I. da documentação do urbanismo.

Em dezembro encerrou-se o processo de avaliação de massas documentais acumuladas com a transferência para as instalações do Arquivo Municipal de 15.631 unidades de instalação arquivo definitivo, acondicionadas em 10.644 caixas, devidamente organizadas e inventariadas.

Valorizando administrativamente a memória organizacional como uma ferramenta capaz de aumentar a competitividade da organização, apresentamos os dados chave dos pedidos de acesso à informação de arquivo sendo a referir que 73% dos pedidos são provenientes dos serviços da autarquia, maioritariamente de forma eletrónica, e respondidos da mesma forma, na quase totalidade, no tempo útil de 1 dia.

**dados chave**

88	pedidos internos
32	pedidos externos
109	serviço eletrónico
11	serviço presencial
76	pesquisas apoiadas
44	pesquisas autónomas
275	documentos consultados
4605	páginas digitalizadas
1 dia	tempo de resposta

Julgado de Paz

Os Julgados de Paz são tribunais com características de funcionamento e organização próprias, distintas das dos tribunais comuns, na medida em que a sua atuação é vocacionada para permitir uma participação cívica dos interessados e para estimular a justa composição dos litígios mediante acordo das partes.

Os procedimentos nos Julgados de Paz estão concebidos e são orientados por princípios de simplicidade, adequação, informalidade, oralidade e absoluta economia processual, o que também os distingue dos tribunais judiciais.

Trata-se, assim, de um meio alternativo de resolução de litígios, assente na proximidade com as partes e entre as partes, daí que, nos Julgados de Paz, os litígios podem terminar por via de mediação, que consiste numa das formas de resolução de litígios através da qual as partes, assistidas por um Mediador, procuram voluntariamente alcançar uma solução que a ambas satisfaça.

Processos Entrados

No exercício do ano 2022, deram entrada, no Julgado de Paz de Santa Maria da Feira, 170 processos.

Destacam-se, positivamente, os meses de junho e setembro, com a entrada de 20 e 17 processos, respetivamente.

Processos Findos

Durante o mesmo exercício, findaram 206 processos, sendo que 101 dos mesmos findaram por entendimento entre as partes, ou seja, cerca de 49% dos processos findaram por acordo em



conciliação, acordo em mediação, transação e inutilidade (esta maioritariamente derivada da satisfação voluntária, na pendência do processo, da pretensão em causa, pela parte demandada), o que evidencia a vertente conciliatória e pacificadora dos Julgados de Paz.

Conclusão

O Julgado de Paz tem vindo a cumprir a sua missão de tornar a Justiça mais acessível, dando aos munícipes a possibilidade de sindicar os seus direitos, a custos reduzidos (por cada processo tramitado é devida uma taxa única de € 70,00) e de forma célere, o que contribui para a pacificação social.

É de salientar, ainda, a procura recorrente deste tribunal por cidadãos de concelhos fronteiros, designadamente, São João da Madeira, Ovar, Espinho, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Arouca, que, em virtude da circunscrição territorial deste Julgado de Paz (restrita ao território concelhio), foram reencaminhados para os tribunais territorialmente competentes.

CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor

O CIAC tem por objetivo o apoio e informação aos consumidores residentes em Santa Maria da Feira, mas também tem uma meta a atingir, a educação para o consumo nas camadas mais e menos jovens da população. Porque só através do conhecimento dos seus direitos, o consumidor poderá formar uma consciência crítica da sua posição enquanto tal, permitindo-lhe assim, um comportamento consumista adequado, um defensor ativo dos seus direitos.

Nos dias que correm, os consumidores em geral estão expostos a técnicas de marketing e publicidade cada vez mais apelativas, e com o aumento da procura dos produtos e serviços em plataformas digitais, o CIAC pretende que os seus consumidores façam escolhas assertivas, estejam mais atentos aos sites e ao método de pagamento.

Cada vez mais fazemos alertas para os possíveis perigos associados ao comércio eletrónico, visto que com a atual conjuntura do país e do mundo houve um incremento significativo no consumo digital.

Deste modo, assinalamos o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor – 15 março – com uma notícia no Jornal e com um vídeo alusivo ao CIAC apresentando a nossa missão, função e competência, nos meios de comunicação social.

O nosso CIAC também foi divulgado no site da DGC – Direção Geral do Consumidor.



O CIAC disseminou vários alertas relativamente ao uso da internet, pois a utilização deste meio aumentou substancialmente, e quisemos prevenir e acautelar os nossos consumidores para o uso de alguns sites, tanto na compra como na pesquisa, devido às possíveis burlas que têm vindo aumentar.

No decorrer do ano de 2022, mediante análise estatística, verificou-se, conforme os anos anteriores, que se mantêm uma elevada procura do nosso serviço por parte dos munícipes para a resolução de conflitos, no sector das telecomunicações, serviços públicos essenciais (eletricidade, água e gás), comércio eletrónico.

O CIAC propôs a integração no Plano Educativo Municipal de várias temáticas que incorporam este gabinete, nomeadamente, Direitos e Deveres, Gerir e Poupar, Sustentabilidade e Perigos e Vantagens da Era Digital.

O CIAC tem como objetivo primordial disseminar a informação e educação para o consumo nas camadas mais jovens da população. Porque só através do conhecimento dos seus direitos, o consumidor poderá formar uma consciência crítica da sua posição enquanto tal, permitindo-lhe assim, um comportamento consumista adequado, um defensor ativo dos seus direitos, uma análise correta das suas necessidades, optando por uma escolha atenta e racional daquilo que pretende.

No que diz respeito ao Apoio ao Sobre-endividamento, o serviço disponibilizou informação e aconselhamento personalizado através de marcações prévias com os consumidores que necessitaram deste apoio.

Esta parceria entre o CIAC e o Gabinete de Proteção Financeira da Deco visa atuar de forma preventiva ao promover a literacia financeira do consumidor, reforçando não só a informação, mas também a orientação económico-financeira do consumidor em geral, e em particular do consumidor economicamente desprotegido. Ajudamos na busca de soluções, ao apoiar o consumidor sobre endividado, e famílias através da elaboração de um diagnóstico da sua situação financeira, e da mediação extrajudicial junto das entidades credoras. Com a renegociação de créditos tenta-se evitar a via judicial e encontrar o reequilíbrio do orçamento familiar, permitindo o cumprimento das obrigações financeiras.

O CIAC continua a oferecer este serviço de apoio a famílias vulneráveis para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos do Concelho através deste gabinete (GFP).

Face a atual conjunta económica que atravessamos (aumento desemprego, dos divórcios, diminuição de rendimentos, inflação devido à guerra, etc..) teremos que continuar a estar atentos nesta matéria, dado que novos desafios emergem neste domínio, considerando que haverá um aumento da tendência de incumprimento por parte das famílias, pelos motivos anteriormente referenciados.

No decorrer do ano 2022 foram registados 1038 atendimentos. Relativamente aos processos de reclamação foram registados 60 processos, dos quais 49 correspondem a mediação conseguida, 1



sem fundamento, 7 respeitam a processos enviados para outras entidades e 3 ainda se encontra em mediação.

Em média, em dias seguidos, a resolução dos mesmos foi de 47 dias, com uma taxa de sucesso de 90%.

O nosso CIAC, durante o ano transato, procurou assegurar informação atualizada junto dos consumidores, através das várias plataformas digitais que o Município disponibiliza, para que os cidadãos tivessem acesso a todas as alterações quanto aos direitos e deveres, na área de direito de consumo.

Também durante o ano de 2022, realizamos uma sessão de esclarecimentos junto da Escola EB1 do Vale com o tema da “ABC da Poupança”.

Em Novembro, o CIAC distribuiu cartazes alusivos ao serviço em vários locais estratégicos do Concelho, que permitiu uma maior divulgação, tendo se refletido um aumento de procura do nosso serviço.

Juntos, concretizamos atividades inovadoras e intervimos para a formação de crianças, jovens e adultos consumidores mais críticos, conscientes e informados.

Juntos, estamos atentos às necessidades dos consumidores procurando as soluções mais adequadas em cada momento.

**CULTURA, EDUCAÇÃO,
JUVENTUDE E TURISMO**



O ano de 2022 ficará para sempre marcado por eventos relevantes à escala mundial, decorrentes dos efeitos diretos e indiretos da guerra na Ucrânia, com repercussão económica e social em áreas diversas, particularmente da responsabilidade da gestão autárquica e com impacto significativo nas áreas da tutela do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo.

Na Cultura, o exercício em apreciação, foi marcado pela retoma plena do festival Imaginarius, que teve a participação de 178 artistas oriundos de 16 países, pelo alcance pleno do projeto Artes em Itinerância, que percorreu as 21 freguesias e uniões do concelho, assim como pela execução de mais de 270 mil euros de apoios atribuídos, por concurso, no âmbito do Programa de Apoio à Cultura.

A Biblioteca Municipal alcançou o número total de 38400 leitores inscritos, o que significa que 28% da população residente do concelho é utilizadora dos múltiplos serviços promovidos pela biblioteca.

A Rede de Museus Municipais totalizou o número de 62626 visitantes.

Destacar a concretização da descentralização de competências em Cultura, particularmente no que concerne à gestão do Monumento Nacional - Castelo da Feira, que implicou desenhar e implementar um conjunto de processos e procedimentos de gestão estratégica e operacional.

Na área da Educação o processo central foi também concretização da descentralização de competências, numa escala sem precedentes, que na prática representou o alargamento das responsabilidades municipais à gestão dos 11 equipamentos escolares do 2/3 ciclo e secundário do território, respetivo pessoal não docente afeto aos diversos agrupamentos, gestão do fornecimento de refeições escolares em todos os níveis de ensino, dos transportes em circuitos especiais e a contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos edifícios escolares. A envergadura do processo e novo paradigma implicou uma profunda reestruturação orgânica dos serviços afetos à divisão de educação e juventude, particularmente a departamentalização e segmentação de áreas, atribuições e recursos distribuídos por 3 unidades e 1 gabinete.

Na área da juventude destacar a coorganização com a Fundação da Juventude das Jornadas da Juventude 2022 que reuniram, durante três dias em Santa Maria da Feira, cerca de 200 jovens de todo o país, com idades entre os 15 e os 30 anos, para debater, analisar e apresentar propostas em áreas distintas como a saúde mental, igualdade, emprego, mercado de trabalho, educação, violência ou a sustentabilidade.

No setor do Turismo sublinhar a apresentação do plano de ação no horizonte 2022 - 2025 de Santa Maria da Feira - Cidade Criativa Unesco na área da Gastronomia e o desempenho da cadeia de valor do turismo concelhia particularmente no crescimento de 24,58% das dormidas e o crescimento de 35,4% do número de visitantes a equipamentos culturais e turísticos.

Uma palavra de profundo apreço a todos os elementos que constituíram do pelouro pelo espírito de equipa, empenho, entusiasmo, esforço e capacidade de resiliência demonstrada na concretização de todos os projetos e respetivas transformações organizacionais num momento particularmente incerto e exigente.



DIVISÃO DE GESTÃO CULTURAL

IMAGINARIUS

Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua

O Imaginarius - Festival Internacional de Teatro de Rua, realizou-se de 26 a 29 de maio e investiu nos habituais segmentos de programação:

principal, infantil, mais imaginarius, criações e nas ações de pré-festival.

Contou ainda com **10 ações de mediação**, **4 propostas de envolvimento com a comunidade**, **4 ensaios abertos** e **2 workshops**, nos quais se trabalhou a comunidade em geral, incluindo seniores e público escolar.

O programa de voluntariado atingiu o máximo de concorrentes, de 150 candidatas, colaboraram nos 4 dias de festival **120 jovens e adultos**, que auxiliaram o público nos **13 palcos do festival**.

O Festival promoveu ainda ligações com o turismo e a gastronomia, através do Sabores Imaginarius, desafio lançado à restauração local, que registou, nesta edição, uma maior procura por parte dos visitantes.

Entre grande formato, programação da Praça Gaspar Moreira e pequenos palcos, **estima-se que o número de visitantes tenha atingido os 20 000**.

No que concerne a impacto da comunicação nas redes sociais, **as campanhas promovidas atingiram cerca de 20 000 utilizadores**.

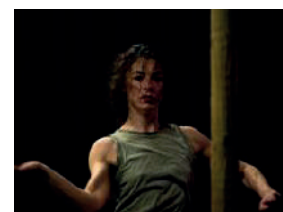


- 4 dias programação
- 16 países
- 178 artistas
- 35 companhias/artistas
- 37 espetáculos/intervenções
- 3 instalações/exposições
- 5 residências artísticas
- 5 criações imaginarius
- 1 coprodução
- 10 ações mediação
- 2 workshops
- 1 pré-estreia internacional
- 6 estreias absolutas
- 7 estreias nacionais
- 140 apresentações
intervenções artísticas
- 118 horas conteúdos
programação

Imaginarius Centro de Criação (ICC)

Em 2022 a atividade do Imaginarius Centro de Criação - ICC, de acordo com a sua essência, teve o seu enfoque, quase exclusivamente, nas residências artísticas e no apoio às atividades de suporte ao Festival.

Entre janeiro e maio acolhemos **6 residências artísticas** que desaguaram na programação oficial do Festival, **3 residências que derivaram da Chamada de Apoio à Criação Local**, **2 provenientes de parcerias de programação** e **uma resultante do concurso Mais Imaginarius 2021**.





No decorrer das residências foram promovidos **4 ensaios abertos e 4 conversas**. Ainda nesta dimensão, acolhemos **4 períodos de residência do projeto Lab InDança**.

Enquanto espaço de encontro para profissionais, o ICC acolheu a **sessão de Pitches**, que contabilizou o envolvimento de **19 artistas/companhias**, e **2 conversas do programa de profissionais**. Também no âmbito do Festival, acolheu **2 sessões do projeto Kinski Roi de Rats**, de Rui Paixão. Na segunda metade do ano acolheu **ensaios no âmbito do projeto Artes em Itinerância**, assim como, **parte da programação de projeto de coprodução Re=Iniciar**.

Festa das Fogaceiras

Em 2022, devido à situação pandémica derivada da Covid-19, houve necessidade de algumas adaptações na realização da Festa das Fogaceiras. As comemorações oficiais realizaram-se com um número reduzido de participantes em cada um dos momentos. **Participaram apenas 46 meninas fogaceiras, em representação de todas as freguesias do concelho**.

No que concerne à programação cultural iniciou-se a 10 de janeiro, prolongando-se até ao dia 31, com diferentes iniciativas, da música ao teatro, passando por exposições, concurso e oficinas, **concretizando-se 13 atividades**.

Quanto à adesão de público constatamos a **participação de 8 120 pessoas** nas diversas iniciativas.

Cineteatro António Lamoso

A proposta de programação do Cineteatro António Lamoso, em 2022, regeu-se pelas premissas orientadoras da participação na RTCP – Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses.

Em termos de dinâmica, mantiveram-se os espaços programados, auditório, experiência em palco e sala de oficinas.

Quantitativamente, podemos observar que foram **promovidas mais 21 atividades de programação própria em comparação com 2021**, sendo **42 espetáculos de auditório e 10 em contexto de café-concerto**. Já no que concerne a adesão de públicos, constatamos que, **com 8 014 espetadores houve um aumento de mais de 50%, em comparação com 2021**.

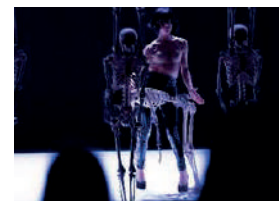
imaginarius
centro de criação . creation centre
arte e espaço público . art and public space



12 períodos residência
6 conversas
4 ensaios abertos
2 espetáculos
1 sessão pitches
49 participantes



46 fogaceiras
13 atividades
8 120 participantes



CINETEATRO
ANTÓNIO LAMOSO
21
atividades
programação
própria



O espaço para os agentes locais foi central na promoção consciente da pluralidade, contabilizando 12 propostas. As parcerias com outros agentes programadores consolidaram-se com a promoção de 2 curadorias da Basqueiro Associação Cultural e 1 espetáculo FIMUV. Agente de coesão, acolheu as duas edições de HOLOGRAMA, projeto de circulação e de arte comunitária. Na lógica da coesão, acessibilidade e desenvolvimento de públicos, a aposta no segmento familiar viu-se reforçada com a oferta de 7 espetáculos.



Artes em Itinerância

Indo ao encontro da estratégia do Município, de tornar mais acessível o acesso e fruição da Cultura aos cidadãos feirenses, em 2022, realizou-se a quarta edição do Artes em Itinerância.

No ano de 2022, este projeto efetuou o pleno da atual divisão administrativa do concelho, promovendo atividades culturais nas 21 freguesias e uniões de freguesias existentes. De 8 de julho a 8 de dezembro, em parceria com as juntas de freguesias, foi possível apresentar uma oferta cultural integrando propostas diversificadas, desde a música ao teatro e ao cinema, com a participação total estimada de 17500 que assistiram ou participaram nas atividades de programação.

Nesta edição recuperou-se a realização de uma iniciativa de grande formato, com o concerto de **Richie Campbell**, em Argoncilhe, que contou com uma assistência de público na ordem das **13 000 pessoas**.

Em termos de oferta cultural manteve-se a realização do Fora dos Eixos – Ciclo de Marionetas de SMF e consolidou-se o **Ciclo de Órgãos de Tubos de SMF** que, sendo a quarta edição, posicionou-se como um evento de referência na promoção e divulgação do património artístico, musical e religioso do nosso concelho que são, os órgãos de tubos das nossas igrejas.



17500 espectadores (estimativa de assistência / público)

- 29 dias de programação
- 21 freguesias / uniões de freguesia
- 4 concertos (hip hop / jazz / rock)
- 3 apresentações (música medieval / clássica)
- 3 sessões de cinema (ar livre)
- 3 atividades (visitas encenadas / recreações históricas)
- 1 ciclo de teatro de marionetas (3 apresentações)
- 1 ciclo de órgão de tubos (3 recitais)





Apoio à Cultura e aos Agentes Culturais

Plano de apoio à cultura (PAC) | Protocolos de Parceria

Em termos de apoios à Cultura e aos agentes culturais do território, em 2022, foi dada prioridade ao estabelecimento de condições facilitadoras de uma maior democracia cultural, expandindo o acesso dos munícipes à cultura, fomentando oportunidades para o desenvolvimento de novos projetos culturais e criando conexões entre criativos, artistas e munícipes. Nesse âmbito, mantiveram-se em execução os programas de apoio a projetos e atividades culturais promovidas pelos agentes culturais e criativos do território, nomeadamente o PAC 2020 e o PAC 2021, para a concretização/finalização de projetos, o PAC 2022 para os novos projetos e os Protocolos de Parceria Cultural, para programação de continuidade.

pac

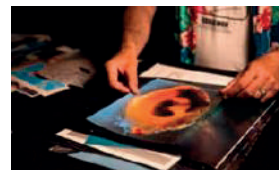
medida 1. criação local	
subprograma 1.1. pessoas criativas (em) / no território	
153.375,87€ total de apoio	
24 projetos	
24 associações	
subprograma 1.2. pessoas singulares	
26.094,80€ total de apoio	
13 projetos	
13 artistas independentes	
medida 2. parcerias de programação	
subprograma 2.2. musicais	
59.926,50€ total de apoio	
25 projetos	
25 associações	
medida 3. apoio atividades de carácter pontual	
procedimento simplificado	
30.700,00€ total de apoio	
15 projetos	
15 associações	

Orquestra Criativa SMF

A Orquestra Criativa de SMF é o local de improvisação e criação musical que permite o desenvolvimento de um processo socioeducativo e artístico, cuja intenção é tornar a música acessível a todos.

Foram desenvolvidas **sessões musicais semanais com 10 grupos** que compõem o mosaico da orquestra: idosos, pessoas portadoras de deficiência, crianças, jovens e comunidade em geral, num total **de 190 pessoas**, envolvendo 8 entidades locais: 2 IPSS's, 3 Escolas, 2 Cercis, 1 Universidade Sénior e 1 grupo de jovens e músicos.

Ao longo do ano os participantes da orquestra realizaram **35 dias de apresentações públicas** e de fruição, com diferentes formatos e em espaços diversos, entre os quais: 1 Laboratório Musical da Páscoa: 85 participantes com idades entre os 8 e os 100 anos de idade; 1 Concerto Viarco (turismo Industrial) com 12 participantes; 1 Festival de Rua 4505 Fiães com 20 participantes; 1 Curso de animadores Musicais: 6 sessões e 8 participantes; 1 Criação *Imagarius* "Orquestra Criativa encontra Synchronotopy" com o artista plástico Daniele Villa Zorn: 5 músicas e 2 poesias originais, 82 participantes; "Singular Margem: 1 criação de banda sonora e concerto com 19 participantes; Mosaico Social: concerto de encerramento com 50 participantes; 2 Apresentações do projeto em conferências pelo maestro: 5ª Conferência Internacional da "Mensa Srbije" e XVI edição Jornadas de Educação; 1 Intercâmbio Internacional em Novi Sad – Capital Europeia da Cultura com 6 participantes e 1 entre Cercis do Concelho; realização 2 Laboratórios Musicais para grupos do programa



190 pessoas
8 entidades locais
35 dias de apresentações públicas



Erasmus + de 10 países; Construção e montagem de 1 xilofone de plástico pelo maestro, com apoio da Cercifeira formação e Associação de Pais; Apresentação de 8 concertos em escolas do concelho e de 6 concertos em entidades da AMP com 133 participantes; 1 Apresentação pedagógica do projeto à turma do 1º ano da EB Aldeia Nova, Sanfins. Como atividades de fruição: Rock in Rio, Cercifeira, 35 participantes; Passeio convívio ao Parque Botânico, Porto, 30 participantes; Visita guiada à Casa Música, Porto, 31 participantes.



LAB INDANÇA

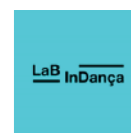
Iniciado em 2015, o LaB InDança contou com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, através da iniciativa PARTIS – Práticas Artísticas Inclusão Social, de 2019 a 2022.

Aulas semanais e residências artísticas enquanto processo foi a ferramenta principal, num trabalho desenvolvido em colaboração com a comunidade.

Frequentaram **16 participantes oriundos de várias freguesias do concelho, integrados na Cercifeira e Cerci Lamas.**

No total foram realizadas 42 sessões de aulas de dança, **4 residências artísticas, e uma criação “Entreaberto”**. O filme RETRATO, criação de 2021, esteve em circulação com 2 apresentações públicas em Lisboa e na Malaposta. O grupo teve uma participação especial no espetáculo “A Bela e o Monstro”, da AMICAF.

Apresentação de um artigo “O Corpo e o Seu Avesso”, no livro “Arte, Reinvenção e Futuros” lançado da FCG sobre o percurso realizado pelos projetos apoiados no âmbito da 3ª edição da Iniciativa PARTIS.



- 16 participantes
- 42 sessões
- 4 residências artísticas
- 1 criação



DIVISÃO DE BIBLIOTECAS

O ano de 2022 foi, mais uma vez, um ano de adaptação, reinvenção e inovação para a biblioteca municipal de Santa Maria da Feira. Ainda a recuperar públicos, devido à pandemia, deram-se início as obras de reabilitação e remodelação da biblioteca, no último semestre do ano.

38 400
santamarianos têm

cartão de leitor



1 074
novos leitores



Comprometidos com a missão e com o serviço público que prestamos à comunidade, definimos estratégias de ação para contornar condicionalismos físicos, atender às necessidades dos utilizadores e atingir os objetivos definidos no planeamento da qualidade da biblioteca.

Nesse sentido, a biblioteca municipal de Santa Maria da Feira desenvolveu múltiplas e diversas atividades para todos os cidadãos, promovendo a leitura e o livro, fomentando a aprendizagem e a educação formal e informal, potenciando oportunidades de conhecimento, estimulando o sentido crítico, a criatividade e gosto pelas artes, permitindo construir e solidificar conexões com a nossa comunidade.

Destas ações destacamos um projeto no âmbito da comemoração do centenário de nascimento de José Saramago, denominado 100| Saramago. Este projeto materializou-se em diversas atividades multidisciplinares (horas de conto, teatro, oficina, dança, espetáculo, concerto, cinema e exposições), direcionadas a públicos heterogéneos, homenageando a biografia e bibliografia deste incontornável vulto da literatura mundial. Ainda sobre esta chancela, recebemos a residência artística de Fábio Araújo, artista plástico concelhio, com um projeto de mediação cultural e artística envolvendo jovens do nosso território, que culminou com o espetáculo “Venham enfim as altas alegrias”, apresentado na programação do Imaginarius 2022.

No primeiro semestre do ano demos continuidade à programação regular, quer no âmbito das artes plásticas com a realização de 3 exposições de arte contemporânea, quer na projeção de cinema para crianças, famílias, jovens, adultos e idade maior.

Acolhemos, ainda, atividades de diferentes tipologias de iniciativa municipal e de agentes locais.

Aceitamos o desafio da RNBP e organizamos o Concurso Nacional de Leitura – fase municipal e intermunicipal, em que acolhemos alunos de 9 agrupamentos de escolas e uma instituição de ensino privado do nosso concelho e alunos de 76 agrupamentos de municípios da Área Metropolitana do Porto, respetivamente.

Numa tentativa de aproximação à nossa comunidade, fortalecemos laços com as juntas de freguesia, no apoio a todos os polos da rede e reforçamos os serviços de itinerância com os projetos: Bibliobus e Leitura em Linhas (LEL). No verão de 2022, marcamos presença na Praia Fluvial de Mâmoa, em Milheirós de Poiares, com o novo projeto de itinerância: Biblioteca vai à praia.



54 521
visitantes
presenciais



212
horas
do conto



47
sessões para
sêniores
1 047
participantes



19
sessões infantis
2 318
participantes



32
atividades
acolhidas
3 008
participantes



251
alunos

12 dias



345
participantes

284
visitas



34 465
empréstimos



Apesar dos constrangimentos de espaço devido às obras de reabilitação, a biblioteca continuou a ser ponto de encontro e a realizar os clubes de leitura, tricot e artes decorativas, onde se partilham conhecimentos, saberes e sobretudo afetos.

Enfatizando a importância dos serviços virtuais, a biblioteca aderiu ao serviço EBSCO Discovery Service (EDS) para facilitar e aprimorar a pesquisa nas bases de dados científicas disponibilizadas e manteve a subscrição da plataforma Pressreader, possibilitando o acesso a milhares de periódicos nacionais e internacionais.

De salientar, ainda, a adesão da biblioteca ao programa de cooperação Naples Sister Libraries, da NAPLE (National Authorities on Public Library in Europe), associação não governamental que promove princípios e estratégias para as bibliotecas públicas europeias.

Atendendo às necessidades da nossa comunidade, atualizamos o fundo documental em todas as áreas do conhecimento humano e prosseguimos com a prestação de serviços de qualidade, numa perspetiva de melhoria contínua.



310 995
visitantes online



7 369
seguidores

95,49%

taxa **satisfação**
com serviços

dados **chave** bm

- 115 223** empréstimos
- 365 516** visitas (presenciais e online)
- 318** dias/ano de abertura ao público
- 264 746** documentos
- 155 869** documentos disponíveis para empréstimo
- 21 924** documentos digitais
- 4 921** aquisições / doações
- 4 285** utilização serviços TIC
- 1 074** novos leitores
- 38 400** leitores inscritos
- 34 721** pesquisas na base de dados EBSCO
- 14 216** sessões no Pressreader

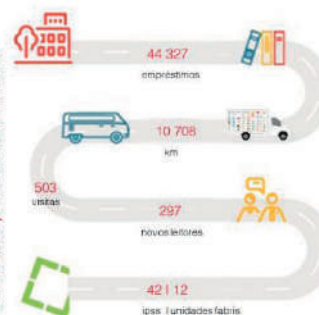


145 990	livros
14 515	música e cinema
65 297	publicações periódicas
24 485	história regional
14 446	reservados
+ 13	instrumentos musicais
264 746	total de documentos



327	monografias
11 835	publicações periódicas
881	analíticos
511	divulgação
7 255	índices
491	postais
59	fotografias
+ 565	cartazes
21 924	total

BIBLIOBUS | LEITURA EM LINHAS





DIVISÃO DE MUSEUS E PATRIMÓNIO CULTURAL

REDE MUNICIPAL DE MUSEUS

O ano 2022 caracterizou-se pelo regresso à normalidade, no que diz respeito ao número de atividades e visitantes nos museus, o equivalente ao período de pré pandemia. Comparativamente ao ano de 2021, ainda marcado pelas restrições Covid-19, verificou-se um **aumento de 447%** no número de visitantes, destacando-se um maior aumento no número de **visitantes estrangeiros** durante a época de verão.

Em contexto escolar, foram realizadas atividades em rede entre os museus, a Biblioteca Municipal e o Zoo de Lourosa, com os temas **“Do Papel à Escrita”, “A menina de Papel” e “Papel com penas”**, possibilitando experiências únicas no envolvimento dos diferentes equipamentos culturais municipais.

Da adesão a **celebrações** a que os museus se associaram, salienta-se o **Dia Internacional de Museus**, com o lançamento dos **websites dos museus** e o reforço da presença nas redes sociais **Facebook e Instagram**.



MUSEU CONVENTO DOS LOIOS

O público escolar e crianças em idade escolar tiveram uma **forte participação** nas atividades educativas, com realce para a oficina **“Cumprindo a Tradição”** e as oficinas promovidas durante as **férias de Páscoa, Verão e Natal**.

É de realçar a nova adesão da Escola Básica e Secundária Coelho e Castro ao **projeto educativo “Clube dos Arqueólogos”**, e a continuidade no projeto **“Descobrir Artes e Ofícios”**. A oficina **“Scriptorium”**, este ano disponível num período mais alargado, foi a atividade escolhida por esta escola, para um grupo de alunos Erasmus+.

Em setembro o Museu participou em mais uma edição do **“Regresso às Origens”**, organizada pela associação **“Voltado a Poente”**, levando as oficinas **memórias cerâmicas, jogos de tabuleiro** e a oficina de tecelagem.





Nas exposições temporárias, destaca-se a exposição “**25 Edições em Cartaz – Viagem Medieval em Terra de Santa Maria**”, com uma mostra dos cartazes promocionais, desde 1996 até 2022. Foi ainda concretizada a “**II edição do Ciclo de Artes Plásticas**” e no final do ano, a exposição “**Presépios – Exposição de Natal**”, em que participaram alguns colecionadores do nosso Concelho.



MUSEU DO PAPEL

Alinhados com a missão do Museu, ao longo do ano estiveram disponíveis experiências **variadas, acessíveis e inclusivas**, destacando a oficina **Reciclagem do Papel e Engenho da Lourença**, para além da “**Maleta pedagógica**”, esta com elevada procura, possibilitando às escolas com dificuldades em se deslocarem, ter novas experiências e ter a possibilidade de conhecer um pouco da história e da arte do saber-fazer papel. O mesmo aconteceu com o **Moinho de Papel**, oficina presente no evento de criação histórica Viagem Medieval.

O **público famílias** revelou-se bastante participativo e com uma boa adesão nas diversas sessões das oficinas “O Papel e as 4 estações” e “Papeleiros por um dia”.

Foram quatro as exposições temporárias no Museu: “**Aos Papéis**”, em parceria com Escola Artística Árvore – Porto, “**A Arte à Roda do Papel**”, de Américo Pais Loureiro e as exposições “**Casas Assombradas**” e “**Presépios Ecológicos**”, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Paços de Brandão.

A **Comunidade papeleira** regressou ao Museu para participar na “**Merenda à Papeleiro**”, “**À 5ª na Fábrica**” e na “**Semana Aberta – comemoração do 21.º aniversário do MP**”.


museu do papel terras de santa maria
186 atividades
7 857 participantes



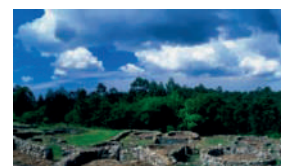
4 exposições temporárias exposição longa duração
2 928 visitantes  **4 166** visitantes



CASTRO DE ROMARIZ

O Castro de Romariz retomou a sua atividade regular com visitas guiadas, sempre que solicitadas. Sobre visitas livres, não temos dados estatísticos, mas sabemos que existe um número considerável de visitas, principalmente na época de verão, dado ser um local visitável de ar livre.

O Museu colaborou e participou em mais uma edição do “**Regresso às Origens**”, evento organizado pela Voltado a Poente, associação esta que mantém um protocolo de colaboração com o Município, no âmbito das visitas guiadas ao povoado.





A preservação e salvaguarda do património arqueológico é uma prioridade na gestão museológica, pelo que foram realizadas ações de limpeza e manutenção no sítio e na sua envolvente.



773 visitantes

CASTELO DE SANTA MARIA DA FEIRA

No dia 16 de novembro foi assinado o auto de efetivação da transferência de competências de gestão do Castelo da Feira para o Município, tendo sido deliberado em reunião de Câmara que o Monumento ficaria afeto à Divisão de Museus, Património Cultural e Turismo, iniciando-se os trabalhos de integração nos serviços municipais.



DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

Santa Maria da Feira assume-se, desde 2002, como Município Educador, integrando a Rede Internacional das Cidades Educadoras e como tal, pautou-se pelos princípios que as ações educativas são pensadas e desenvolvidas tendo por finalidade a construção da comunidade e de uma cidadania livre, responsável e solidária, capaz de conviver na diferença, de solucionar pacificamente os seus conflitos e de trabalhar “pelo bem comum”. Uma cidadania consciente dos desafios que a humanidade enfrenta atualmente, com conhecimentos e competências que lhes permitam tornar-se corresponsáveis pela procura de soluções exigidas pelo momento histórico que vivemos. E foi sob esta premissa que em 2022, marcado pelo início do conflito na Ucrânia, que o município procurou assegurar medidas extraordinárias para o acolhimento e integração de cerca de 44 crianças e jovens provenientes da Ucrânia. Foi garantido o transporte e a atribuição de ação social escolar (escalão A) a todos os alunos no âmbito do estatuto de proteção especial temporária. Foram constituídos 2 polos escolares de acolhimento, na EB Aldeia Nova (Lourosa) e em Arrifana, por forma a serem integrados, progressivamente, com as aulas de Português Língua Não Materna.

Paralelamente, foram asseguradas medidas de ensino à distância para os alunos ucranianos que optaram por continuar a frequentar o sistema educativo ucraniano.

Considerando o estipulado no Decreto-Lei n.º 21/2019, foi concretizado o quadro de transferência de competências para o município no domínio da educação que, para além das competências de planeamento anteriormente assumidas, carta educativa, plano de transporte escolar, rede de oferta de educação, passou a somar competências de gestão do pessoal não docente, passou a desenvolver os apoios e complementos educativos, nomeadamente, o fornecimento de refeições



escolares em todos os níveis de ensino, dos transportes em circuitos especiais e a contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos edifícios escolares. Ainda sobre esta matéria, o município, no cumprimento das suas atribuições, criou a comissão de acompanhamento e monitorização da implementação e desenvolvimento do quadro de competências regulado pelo artigo 66º do Decreto-lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, tendo realizado a sua primeira reunião. Pese embora a ausência das referidas portarias no referido diploma, o balanço da transferência de competências foi bastante positivo. Foi, contudo, demais evidente o impacto no orçamento, na estrutura municipal, no conjunto de tarefas e procedimentos técnicos e administrativos da Divisão de Educação e Juventude, tendo em conta a integração dos recursos humanos nos mapas de pessoal do município, o apetrechamento das cozinhas/refeitórios, fardamento, contratos de aquisição de serviços, formação, entre outras. Resultante destes novos desígnios, da transferência de competências em matéria de educação, a moldura organizacional da Divisão de Educação e Juventude passou a integrar três unidades: a de administração e gestão escolar; a de planeamento, gestão, recursos e infraestruturas e a de intervenção socioeducativa; e, um gabinete da juventude. Ao nível da prossecução das suas atribuições, a Divisão de Educação e Juventude procedeu à constituição do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, nos termos da legislação em vigor, no decurso de 2022, tendo sido proposto e aprovado no seu Regimento Interno, o alargamento da sua composição, embora sem direito a voto, a membros observadores relevantes na qualidade de agentes educativos que atuam no território municipal. No cumprimento do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, que estabelece o Conselho Geral dos Agrupamentos de Escolas enquanto “o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola” e que inclui elementos da comunidade educativa, nomeadamente representantes do Município, importa destacar que foram designados os representantes do município, onde se incluem, representantes das Juntas de Freguesia, tendo sido, por este motivo, garantida a presença de um elemento do Município em todas as reuniões de conselhos gerais realizadas ao longo do ano. No processo de implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade deu-se continuidade à identificação dos processos e das principais atividades e tarefas associadas. Em termos de organização escolar, o ano letivo 2022/23 foi pautado pela uniformização do calendário escolar em regime de semestralidade. Ao longo de 2022, deu-se continuidade ao acompanhamento do trabalho desenvolvido pela equipa GETIN da Universidade de Aveiro, contratualizada para proceder à elaboração do Plano Estratégico Educativo Municipal 2030 materializado no documento provisório que integrou contributos da comunidade, após longo processo de auscultação e integrou um questionário de satisfação relativamente ao Projeto Educativo Municipal 2014-20. No que respeita à concertação da rede de oferta formativa de nível secundário o município assumiu, quer junto dos agentes educativos concelhios, quer com parceiros a nível intermunicipal, nomeadamente, com a AMP e a DGEstE, na prossecução do objetivo de coordenar e planear, de forma mais integrada e coerente, a rede de cursos profissionais. Ainda nesta linha de ação, a autarquia promoveu reuniões



com as entidades formativas da rede pública de forma a delinear uma estratégia para captação de investimento para a criação de Centros Tecnológicos de Especialização (digital, informática, industrial e energias renováveis), que permitirá a médio e longo prazo a modernização da oferta dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional. Na 1ª fase, que decorreu em 2022, o município viu aprovada a candidatura do CTE de informática na Escola Secundária de Santa Maria da Feira. Ainda em matéria de financiamento, sublinha-se que no âmbito das Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto, foram aprovadas as seguintes operações: Competências Digitais, que incidirá sobre as temáticas da robótica, programação e realidade virtual, pelo valor de 637 834,00 €, que permitirá que as crianças abrangidas através desta metodologia de “Aprender Fazendo” passem, num futuro muito próximo, a ser agentes ativos no processamento do seu desenvolvimento intelectual. A ideia é que por meio da implementação desta iniciativa, a experiência educativa possa ser muito mais relevante. Viu, ainda, aprovada a operação, Kids & Science, pelo montante de 210 916,00 €, que permitirá potenciar um processo ativo de identificação e resolução de problemas segundo o “método científico”, de modo a cativar a criança a observar, a questionar, a problematizar e a resolver.

No âmbito das representações e grupos de trabalho no Conselho Metropolitano de Vereadores de Educação da AMP, da Associação Internacional de Cidades Educadoras e do Eixo Atlântico, o município cumpriu com a sua representação e com as atividades subjacentes a estas matérias.



UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

No ano de 2022 foi concebida a Unidade de Administração e Gestão Escolar com o objetivo de organizar e gerir os apoios e complementos educativos. Com a descentralização de competências em matéria de Educação, o Município abraçou novos desafios, nomeadamente, a gestão de transportes escolares ao abrigo da inclusão, as refeições escolares do 2º/3º CEB e ES e o pessoal não docente. Paralelamente, procedeu-se à aquisição de novos módulos na Plataforma SIGA para agilizar a gestão dos processos escolares. Nas EBS foi criado o procedimento de pré-pagamento de refeições escolares, sem custos para os alunos ou encarregados de educação. As refeições escolares fornecidas diariamente, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, representam, em 2022, um investimento na ordem dos 2.706.381,22€, sendo que, em matéria de 2º/3º





CEB e ensino secundário, neste montante global apenas estão considerados os meses de setembro a dezembro, dado que de janeiro a agosto, a despesa foi suportada pelo Ministério da Educação. Sublinha-se a implementação do “Programa Vale-Oferta Material Escolar para alunos do 1º CEB – ano letivo 22/23”, para os beneficiários de escalão A, B ou C e com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, que representou um investimento na ordem dos 67.342.50€. Para a implementação do programa dos vales escolares, foi celebrado um protocolo com a Associação Empresarial da Feira, que mobilizou 15 entidades locais que se associaram a esta medida. Em termos de transportes escolares por força da descentralização de competências o Município iniciou o processo de atribuição de transporte aos alunos abrangidos pelo programa educativo individual ao abrigo da inclusão, transportando, diariamente, cerca de 90 alunos, que de setembro a dezembro, correspondeu a uma despesa de 98 835,53€. A este acréscimo soma-se também o transporte de alunos deslocados e alunos ao abrigo da proteção social. Em média foram transportados 3672 alunos, 276 alunos transportados em circuito especial, com um custo de 463 396,00€ e 3396 alunos em passe escolar, com um custo de 1 124 457,24€. Foram dinamizadas 14 ações de capacitação para 172 assistentes operacionais afetas ao serviço de fornecimento de refeições escolares. No âmbito do Programa de Regime Escolar manteve-se a distribuição bissemanal gratuita de fruta escolar nos JI e EB1. O Programa teve um encargo total de 30.841,65€ acrescido do IVA à taxa legal em vigor (6%), no período compreendido entre janeiro e junho. Por parte do IFAP recebemos a comparticipação de 17.244,30€, referente ao 2º e 3º período, do ano letivo 2021/22. E, fruto da transferência de competências, foi realizada a distribuição diária e gratuita de leite escolar nos JI e EB1, disponibilizando-se vários produtos lácteos: Leite meio gordo UHT; Leite meio gordo UHT, sem lactose; Leite com chocolate meio gordo UHT; Leite com chocolate meio gordo UHT, sem lactose; Bebida vegetal de arroz UHT, sem lactose, isento de glúten e sem açúcares adicionados. A distribuição diária de leite escolar representou um investimento na ordem dos 136.298,64€ acrescido do IVA à taxa legal em vigor (6%) por ano letivo. No ano letivo 2021/22 foram concedidas o total de 192 bolsas de estudo, 134 bolsas de ensino superior, 2 bolsas de ensino superior (ao abrigo da educação inclusiva) e 56 bolsas de ensino secundário, no total de investimento de 57.927,71€. No ano letivo 2021/22, à semelhança do ano anterior, foi atribuída uma bolsa de estudo de ensino superior concedida





pela Universidade Lusófona, ficando o aluno isento de propinas durante o curso, desde que tenha aproveitamento escolar. No âmbito do protocolo celebrado com a Lancaster College, foram ainda atribuídas 20 bolsas de cursos de inglês aos alunos do 2º e 3º CEB.

Considerando a concretização do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação a 1 de abril de 2022, o Município passou a ser responsável pelo recrutamento, seleção, afetação e gestão do pessoal não docente afetos a todos os níveis de ensino, a exercer funções nos agrupamentos de escolas. Neste seguimento houve um aumento exponencial de recursos humanos afetos à Educação, implicando uma nova reorganização dos serviços municipais. Até 31 de março estavam afetas, ao Município, 294 assistentes operacionais, aumentando para 643, somando-se ainda 80 assistentes técnicos. A Plataforma de Gestão Escolar foi alargada a outros módulos de gestão, nomeadamente, ao Cartão Pré-Pago – Wallet Digital, que permitiu, entre outras especificidades, a gestão dos carregamentos pelo seu utilizador e a possibilidade de carregamentos através de MB, MBWay e Payshop para o pagamento das refeições escolares. Considerando a fácil adaptação dos Encarregados de Educação à Wallet Digital, pretende-se, no próximo ano letivo, estender este sistema “conta pré-paga escolar” à EPE e 1º CEB, potenciando, ainda, uma mais eficaz gestão de cobranças dos serviços municipais prestados e, conseqüentemente, a diminuição de valores em dívida.

alunos	
1 511	materiais escolares
11 859	refeições escolares
3 672	transportes escolares
6 010	regime escolar
212	bolsas de estudo
1 333	AAAF (prolongamento)
780	CAF



Grau de ensino	Nº de alunos	Escalão A/ escalão 1	Escalão B/ escalão 2	Escalão C/ escalão 3	Sem escalão	Total
EPE	2 029 (37 NEE)	230	263	2	1 179	1 674
1º CEB	3 981 (173 NEE)	475	489	327	2 015	3 306
2º CEB	2 054 (131 NEE)	320	346	187	1 195	2 048
3º CEB	3 147 (196 NEE)	461	468	222	1 943	3 124
Ensino secundário	1 233 (12 NEE)	84	162	48	949	1 243
CEF	14 (3 NEE)	5	1	0	8	14
Cursos profissionais	481 (19 NEE)	77	39	8	326	450
EFA	28	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
total	12 002	1 652	1 768	794	7 615	11 859



PLANEAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

A Unidade de Planeamento e Gestão de Recursos e Infraestruturas tem como missão planear e programar a construção e a conservação dos equipamentos educativos e administrar equipamentos e materiais escolares sob responsabilidade municipal. O ano de 2022 evidenciou, claramente, uma lógica de responsabilidade partilhada entre o Município de Santa Maria da Feira e os Agrupamentos de Escolas, resultante do processo de descentralização, em matéria de educação, a que se refere no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua versão atualizada.

Durante o ano de 2022 foram visitados 44 edifícios de 1.º CEB e 50 de EPE para avaliação das necessidades, tendo sido realizado um relatório e mapeadas as prioridades até 2025. Em termos de programas base foram concluídos, em parceria com o Pelouro das Obras Municipais, os programas base respeitantes às intervenções da EB Feira Centro. Em relação aos contratos de fornecimento de serviços externos e no âmbito da delegação de competências em matéria de Educação, foram integrados, durante o ano de 2022, os contratos das EBS no que diz respeito ao abastecimento de água e saneamento e de fornecimento de gás propano. De igual modo, as manutenções das caldeiras das EBS foram integradas no contrato da Câmara. Para além da celebração de contrato de manutenção de equipamentos de aquecimento e de gás instalados em edifícios escolares, procedeu-se à certificação das redes e equipamentos de gás dos estabelecimentos escolares, tendo sido efetuadas as devidas inspeções. No decorrer de 2022 foram registados 2044 pedidos de intervenção, 1330 (65%) foram resolvidos. Ao abrigo do Acordo Sectorial de Compromisso entre o Governo e a ANMP, assinado em julho de 2022, foram identificadas como prioritárias para recuperação/reabilitação, as EB António Alves de Amorim, a EB de Paços de Brandão e a EB de Corga de Lobão. Em termos de apetrechamento os estabelecimentos escolares foram dotados de: 57 TV LED nos JI; 34 parques infantis; material didático e pedagógico para os JI e EB1; material desportivo para a realização das provas de aferição do 2.º, 5.º e 8.º ano. No que respeita a intervenções, foram aplicados 4 relvados sintéticos; 5 sombreadores de recreio; 2 fechados de cobertos com caixilharia de alumínio; 2 pisos vinílicos; 1 coberto em betão nos portões de entrada; 6 projetos de intervenção nos recreios escolares e 1 substituição de cobertura.

9	Agrupamentos de Escolas
25	Jl
31	EB1/JI (EB)
18	Escolas Básicas 1º CEB
74	Total de Escolas da Educação Pré-Escolar e 1º CEB
11	Escolas Básicas com 2º/3º CEB
3	Escolas com Ensino Secundário
1	Escolas profissionais
3	Escolas Ensino Privado
88	Total de estabelecimentos de ensino público
92	Total de estabelecimentos de ensino não superior
1	Estabelecimentos Ensino Superior
23	Bibliotecas Escolares 1º CEB
11	Bibliotecas Escolares 2º/3ºCEB e ES

Taxa de ocupação

56	Estabelecimentos de EPE
129	Salas
97	Salas com grupos
32	Salas sem grupos

Taxa de ocupação

49	Estabelecimentos de 1º CEB
263	Salas
210	Salas com grupos
53	Salas sem grupos



UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIOEDUCATIVA

À semelhança dos anos letivos anteriores, foi elaborado e apresentado um Plano Educativo Municipal, subordinado ao tema “O Sonho começa aqui” e que agregou informação referente aos projetos educativos promovidos pelos diferentes pelouros e serviços educativos municipais destinados à Comunidade Educativa. O PEM teve enfoque em diferentes áreas de intervenção, nomeadamente, na transição digital, cidadania, participação, inclusão, património, ambiente e artes. Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Apoio à Família

No que respeita à CAF destaca-se a introdução de atividades intergeracionais de literacia doméstica que foram bem acolhidas pela comunidade escolar. Para além destas atividades regulares, as crianças inscritas nas AAAF/CAF foram desafiadas a participar na instalação coletiva “O Sonho começa aqui” (uma criação Imaginarius), que se estreou no Dia da Família.

47	sessões “Brincar com movimento”
23	sessões “Brincar com sons”
24	sessões “Brincar com as artes”
11	grupos “Brincar ao Teatro”
8	grupos Xadrez
11	grupos Ioga
11	turmas Tertúlia Poética Infantil
32	grupos “Vamos à Horta”
80	famílias Dia da Família
32	escolas Concurso Halloween
1 800	cartas correio da amizade

Educação pré-escolar

No que concerne à promoção de projetos de carácter permanente para a educação pré-escolar, deu-se continuidade ao projeto “Kids & Bots” (robótica e programação) e ao da literacia emergente “O Crescer do Ler e Ser”, que contou com a parceria da FapFeira e da FPCE-UP. Na 10ª edição “Jardim do Visitante” os visitantes foram convidados a conhecer melhor os insetos, animais pequenos, mas com uma grande importância para o nosso dia a dia, já que uma em cada três colheres de alimento que consumimos dependem da sua atividade enquanto polinizadores.

60	grupos “programação e robótica”
40	turmas Jardim do Visitante
617	crianças “Crescer do Ler e do Ser”



Inclusão

Na área da inclusão, deu-se continuidade ao “Aproximar» projeto de inclusão através do teatro” que foi desenvolvido na EB Feira N° 2, EBS Coelho e Castro, Fiães, EBS de Arrifana e EB Arraial, Sanguedo. No projeto “Arte adaptada” desenvolveram-se sessões semanais com uma turma da EB do Cavaco e outra da EB nº 1 - Santa Maria de Lamas.

4 turmas “Aproximar”
2 turmas “Arte Adaptada”
44 crianças e jovens deslocados da Ucrânia “Educação inclusiva”

1º ciclo do ensino básico

Em 2022, realizou-se a última edição do projeto “Livro humano vai à escola”, tendo sido realizadas diferentes ações de sensibilização, tendo as turmas envolvidas ouvido a história de vida da jovem Vitória que, com o seu sorriso contagiante, os transportou para o dia a dia de uma pessoa com deficiência. No âmbito do projeto “Design for change” foi promovida uma ação para dar voz aos estudantes, o Webinar “Desenhar a Escola Ideal” que contou com a participação de 6 jovens oradores, estudantes feirenses, do grupo Assembleia de Crianças e Jovem Autarca, como convidado especial teve o Professor José Pacheco, o fundador da Escola da Ponte, que partilhou histórias de vida que comoveram e inspiraram jovens e adultos, mostrando como criar um novo paradigma na educação.

51 turmas “TIC”
51 turmas “Markers”
51 turmas “Hora de programas”
20 turmas “Hora de experimentar”
22 turmas “Assembleia de crianças”
45 turmas “Oficina de animação”
15 turmas “Escola dos direitos”
41 turmas “ABC do concelho”
7 turmas “Con(s)ciençiarTE”
12 turmas “No poupar é que está o ganho”
8 turmas “Livro humano vai à escola”
16 turmas “Teatro e a máscara”
11 897 utilizadores da plataforma Edufeira
40 participantes “Design for change”
400 alunas “Festa do futebol feminino”

3º CEB e Ensino Secundário

No âmbito do projeto “Oportunidades Formativas: Feira + Europeia” foram realizadas 2 mobilidades de aprendentes, com duração média de 30 dias, que decorreram em Barcelona. Também foram realizadas mobilidades de docentes que participaram em 2 atividades de job shadowing em Milão e Limassol. No projeto “Europa sem Fronteiras” os aprendentes realizaram estágios profissionais de 30 dias, em Itália e Espanha. Os recém-graduados realizaram estágio profissional de 90 dias em Itália e Chipre. Os docentes participaram em 2 atividades de job shadowing em Milão e Limassol.

1 turma “Transformers – Escola de Superpoderes” (3º CEB)
146 alunos “Got Talent” (ES)
60 sessões de mentoria
4 bootcamps
1 programa de aceleração de ideias
11 workshops
Oportunidades Formativas: Feira+Europeia
2019-1-PT01-KA102-060100
2 aprendentes
7 docentes
Erasmus+ Europa sem Fronteiras
2020-1-PT01-KA102- 077711
7 aprendentes
6 recém-graduados
8 docentes



Comunidade educativa em geral

Realizaram-se os Campos de Férias 'VIVES Verão 2022', com a duração de 25 dias, que decorreram nos 9 polos do concelho de Santa Maria da Feira, contando com mais de uma centena de atividades lúdicas e educativas que proporcionaram aos participantes momentos de aprendizagem, conhecimento, exploração e muita diversão. Atendendo a que o ano letivo 2022/23 passou a adotar o calendário semestral, em parceria com a Fapfeira propôs-se assegurar a pausa letiva de 7 a 11 de novembro com um leque de atividades, tais como, oficinas de música e de desporto, jogos de tabuleiro e visitas ao Zoo Lourosa, aos alunos sem retaguarda familiar. Ao longo de 2022 foram desenvolvidos produtos multimédia que se traduziram na elaboração de cartazes, folhetos, páginas de internet, apresentações multimédia, produção e edição áudio e vídeo e demais valências nesta área.

Escola de educação rodoviária

Na escola de educação rodoviária deram-se continuidade aos projetos educativos dirigidos à comunidade escolar subordinados à prevenção rodoviária nos seus três temas principais: peões, passageiros e ciclistas.

Ações de formação e capacitação

As XVI Jornadas de Educação "Da Escola que Temos à Escola que Queremos" contaram com cerca de 200 participantes, entre professores, pessoal não docente, pais, encarregados de educação e outros agentes educativos que decorreram no Centro Cultural de Milheirós de Poiares. Foram 13 oradores e moderadores de reconhecido mérito nacional que contribuíram para elevar o debate sobre as temáticas abordadas nos diferentes painéis: Brincar e Aprender, Criar e Aprender, Contributos de Projetos Artísticos para as Práticas Pedagógicas de Professores no 1º Ciclo e Da Escola que Temos à Escola que Queremos". Sublinha-se ainda a realização de dois encontros do Grupo de cuidadores de crianças e jovens com deficiência em idade escolar, subordinado ao tema "Bullying em Contexto Escolar" e outro encontro subordinado Tenho 18 anos e agora?.

68 participantes "Vives Páscoa"
793 participantes "Vives Verão"
39 participantes "Vamos Pausar"
45 trabalhos "Reinventar traje das fogaceiras"
10 projetos "Escola a mexer"
33 escolas "Concurso o nosso presépio de Natal"
9 turmas 3º CEB "Global teacher prize"
5 JI eco-escolas
8 EB eco-escolas
1 EBS eco-escolas
1 EP eco-escolas
106 alunos acompanhados pelo GIP

Espelho do ser e crescer

7 famílias
11 crianças
4 jovens
23 alunos "Prémio Rotary melhores alunos"
73 pedidos de apoio multimédia

Pé na estrada pequenos

41 turmas
Pé na estrada médios
20 turmas
Pé na estrada grandes
20 turmas

120 visitantes à EER
45 participantes "Sábados em família"
150 participantes "Prevenção rodoviária para todos"
8 participantes "Aprender sobre rodas"

200 participantes "Jornadas de Educação"
15 participantes "Oficina de teatro"
20 participantes "Mentoria Vencer o Autismo"
1 palestra "Sarinhos e Cadilhos"
1 oficina "Teatro e a máscara"
2 ações de formação "Compreender o autismo"
2 encontros "Cuidados de crianças e jovens com deficiência em idade escolar"
1 formação de teatro "A Arte da interpretação na educação"



GABINETE DA JUVENTUDE

Em 2022 o Gabinete da Juventude continuou a desenvolver programas, projetos e iniciativas que visaram dar uma resposta atual e eficaz, dando cumprimento aos eixos de intervenção que integram a política municipal de Juventude, envolvendo os jovens em todos os processos de criação e implementação das políticas juvenis locais:



Eixo 1 - Participação e Cidadania ativa

O projeto Jovem Autarca, reuniu, quinzenalmente, concretizando três medidas que consideraram fulcrais para os jovens feirenses: Ambiente “Clean Up Uima”; Cultura “A-Cultura-TE”; Alimentação Saudável “Healthy Break”. Na 4ª edição das SMF Youth Talks, que decorreram nos dias 10 e 17 de setembro, com lotação esgotada, estiveram envolvidos 80 jovens. As temáticas escolhidas versaram sobre a Literacia Financeira e a Sexualidade, definidas em função de problemáticas sensíveis e atuais, procurando despertar a sensibilidade, reflexão e consciencialização crítica dos jovens. “Presente e Futuro 4Youth” foi o tema das Jornadas da Juventude 2022 que reuniu durante três dias, de 24 a 26 de novembro, em Santa Maria da Feira, cerca de 200 jovens de todo o país, com idades entre os 15 e os 30 anos, para debater, analisar e apresentar propostas em áreas distintas como a saúde mental, igualdade, emprego, mercado de trabalho, educação, violência ou a sustentabilidade.



Eixo 2 – Voluntariado

A 21ª edição do Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua, que decorreu entre 26 e 29 de maio, contou com 132 voluntários inseridos no programa de voluntariado Imaginarius Participa 2022.

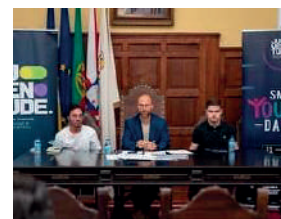


Eixo 3 – Representação e Associativismo

Em 2022 foram realizadas quatro reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Juventude, nos dias 15 de fevereiro, 11 de julho, 3 de outubro e 21 de dezembro, respetivamente. Em 2022 foi publicado o Regulamento do



Programa de Apoio e Incentivo Juvenil de Santa Maria da Feira, mais um impulso significativo que foi dado para promover o desenvolvimento das atividades juvenis. Ao nível da AMP, foi constituído o Conselho Metropolitano de Vereadores/as da Juventude, que reuniu, quinzenalmente, os 17 técnicos de juventude dos vários municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP), de forma a definirem um plano estratégico transversal para todos os jovens da AMP.



Eixo 4 - Formação e Ocupação de Tempos Livres

Destaque para os SMF Youth Days que durante 6 dias, realizaram-se 26 atividades, na sua maioria de acesso gratuito, totalizando mais de 80 horas de experiências formativas, lúdicas e educativas, que preencheram manhãs, tardes e noites de uma semana intensa e enriquecedora de programação, desenhada e implementada por jovens do concelho, em permanente colaboração com o Gabinete da Juventude. A exposição Itinerante da 3ª Edição Free Your HeArt, esteve patente na Universidade do Minho, pólo de Braga e em 10 EB2/3 e Secundárias do Concelho. Os ciclos de workshops criativos decorreram nas férias da Páscoa, Verão e Natal.



Eixo 5 – Orientação Vocacional, empregabilidade e o empreendedorismo juvenil

O programa do Jovem Ativo esteve em fase de reestruturação, com o início de uma edição piloto (2.0) dirigida a alunos do 9.º ano, provenientes dos Agrupamentos de Escolas do concelho, com enfoque na orientação vocacional/profissional personalizado e individualizado, com o complemento de uma experiência em contexto real trabalho, de acordo com a sua orientação e interesse.



Eixo 6 – Programas nacionais e internacionais nos domínios da juventude

- Passion for Democracy, de 9 a 14 maio, Polónia, com a participação de 2 técnicos;
- 4º Evento do Europe Goes Local, de 17 a 19 maio em Cluj-Napoca, Roménia, com a participação de 1 técnico;
- Beyond – O mundo é um palco, de 26 junho a 3 julho em Portici, Itália, com a participação de 2 técnicos e 10 jovens; de 19 a 25 setembro em Lewisham, Reino Unido, com a participação de 2 técnicos e 10 jovens;





- AGORA - Democratic Values & Culture in Europe, de 17 a 18 março em Cinisello Balsamo, Itália, com a participação de 3 técnicos e 8 Jovens; de 5 a 6 maio em Atenas, Grécia, com a participação de 3 técnicos e 7 Jovens; de 11 a 12 julho em Bruxelas, Bélgica, com a participação de 3 técnicos; e de 8 a 9 de setembro em Athienou, Chipre, com a participação de 3 técnicos e 6 Jovens.



Ao longo de 2022, o gabinete da juventude desenvolveu 7 atividades (presenciais) do Eurodesk Portugal, 5 das quais em parceria com a ONGD Rosto Solidário, também multiplicador desta rede. No total, foram envolvidos cerca de 300 jovens, de forma presencial, nas atividades desenvolvidas. O Gabinete da Juventude marcou presença no encontro realizado em outubro, durante 3 dias, na ilha de Ponta Delgada (Açores). A Loja Ponto Já de Santa Maria da Feira é ainda o ponto importante para o apoio à submissão de candidaturas ao arrendamento jovem Porta 65. Ao longo de 2022, o Gabinete da Juventude registou 15 apoios a jovens, relativamente ao Programa Porta 65, que decorre anualmente em três momentos (maio, setembro e dezembro).



Eixo 7 – Prevenção de jovens NEET e Inclusão Social

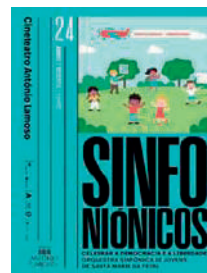
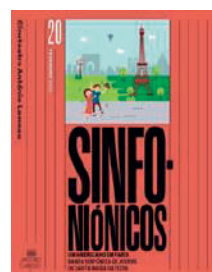
No âmbito do projeto Desafia-TE foram concretizadas 28 atividades que contaram com a parceria de 14 entidades. O “Desafia-TE!” terminou com 20 participantes efetivos, com uma média 17 jovens em cada uma das atividades. A avaliação externa realizada pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, junto dos jovens participantes nas edições anteriores permitiu concluir que, no geral, este projeto promoveu, de forma significativa, competências pessoais e relacionais, com impacto na autoestima e autoconfiança dos jovens que desenvolveu competências e despertou o sentido crítico para a consciência de interesses e vocações pessoais e profissionais futuras.





Eixo 8 - Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira

A Orquestra Sinfónica, ao longo de 2022, realizou 7 estágios, sob direção musical do Maestro Paulo Martins. O grande concerto de Ano Novo marcou o primeiro estágio que se realizou no grande auditório do Europarque e contou com uma plateia de 575 pessoas. O segundo estágio foi os Sinfoniónicos - concertos comentados para as famílias, "Um Americano em Paris", interpretado pela Banda Sinfónica e narrado pelo Professor Jorge Castro Ribeiro, que decorreu no Cineteatro António Lamoso com a presença de 373 espetadores. O terceiro estágio foi novamente com os Sinfoniónicos – "Celebrar a democracia e a liberdade", que também foi realizado no Cineteatro António Lamoso, a 24 de abril. Foi narrado pelo Professor Jorge Castro Ribeiro e contou com a presença de 232 pessoas. O quarto estágio foi assinado com o concerto Jovem Solista, que decorreu no Auditório da Academia de Música de Paços de Brandão, inserido nas comemorações dos 150 anos + 2 da Tuna Musical Brandoense, com a presença de 250 pessoas. O quinto estágio foi realizado no dia 25 de junho, na Quinta do Castelo, em Santa Maria da Feira, que marcou o encerramento da 2ª edição da Academia de Verão. O concerto foi protagonizado por 70 jovens, dirigido por 13 maestros que integraram a master class de direção de banda, sob a orientação do Maestro convidado Fernando Marinho e 600 pessoas a assistir. Este concerto foi o culminar da Academia de Verão promovida pela Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira que possibilitou aos formandos a frequência em master classes de instrumento, ministradas por diferentes professores de referência nacional e naturais do concelho de Santa Maria da Feira, Gil Magalhães – flauta transversal, Vítor Fernandes – clarinete, Dário Ribeiro – trompa, Manuel Luís Azevedo – trompete, Álvaro Cortez – percussão, e um master classe de direção de banda, orientada pelo Maestro convidado Fernando Marinho. O sexto estágio culminou com o concerto comemorativo do Dia Mundial da Música que se realizou no auditório do Centro Cultural de Milheirós de Poiares, a 1 de outubro, em parceria com o 45º Festival Internacional de Música de Paços de Brandão e o XV Concurso Internacional de Música Paços'Premium da Academia de Música de Paços de Brandão. A entrada foi livre e contou com a presença de 190 pessoas. O sétimo e último estágio foi os Sinfoniónicos - concertos comentados para as famílias, "Variações e outras composições", interpretado pela Banda Sinfónica e narrado pelo





Professor Jorge Castro Ribeiro, no Cineteatro António Lamoso, a 20 de novembro, que contou com a presença de 340 pessoas.



GABINETE DE TURISMO

A Estratégia Turística de Santa Maria da Feira esteve estruturada em produtos turísticos que, pela sua essência, características e capacidade de atração de segmentos turísticos de proximidade e de cariz familiar, foram os mais adequados para 2022, sendo eles o **Turismo Gastronómico**, o **Turismo Religioso**, o **Turismo de Natureza** e o **Turismo Industrial**.

A procura turística no Concelho foi favorecida pela retoma dos grandes eventos realizados na cidade: **Festa das Fogaceiras**, **Semana Santa**, **Imaginarius**, **Viagem Medieval** e **Perlim**, que contribuíram *per si* para a franca recuperação em 24,58% de dormidas na hotelaria de referência, face a 2021.

No que respeita aos diferentes tipos de Turismo, destaca-se o **Turismo Gastronómico** com diversas ações desenvolvidas em diferentes áreas de atuação:

- Apresentação pública no Lab da Igreja da Misericórdia sobre a designação **Santa Maria da Feira | Cidade Criativa da Gastronomia | UNESCO**, a marca/logotipo e o plano de ação até 2025;
- Promoção da restauração local com o concurso "**Sabores Imaginarius**", **Festival de Teatro de Rua Imaginarius** dando enfoque à criatividade e ao uso de produtos locais e sazonais;
- Promoção e divulgação de 3 **Newsletter Cidade Criativa** para a restauração local;
- Celebração de dias internacionais como o **Dia da Segurança Alimentar**, o **Dia Mundial da Gastronomia** em parceria com entidades da região;
- Presença no **Festival Gastronómico Bergen MatFestival** a convite de **Bergen** – Unesco Creative City of Gastronomy, na **XIV Conferência Anual da Rede de Cidades Criativas da Unesco**, em Santos – Brasil;

106 248
dormidas



24,58%



SABORES
IMAGINARIUS



- Presença em reuniões da **Rede de Cidades Criativas da Unesco** em Portugal, e na avaliação de relatórios quadrienais de cidades internacionais como **Jeonju, Buenaventura e Paraty**;

- Aconselhamento e mentoria às cidades **de Bragança, Cascais e Matosinhos**, para a sua candidatura como CC da Gastronomia

- Promoção de reuniões com entidades associadas à gastronomia e produção de produtos endógenos e sazonais da região: **ADRITEM, Confraria e Agrupamento de produtores da Fogaça**, produtores locais e outros clusters de interesse, para a promoção da qualidade e do elevado interesse da gastronomia feirense.

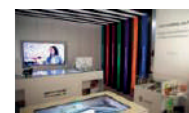
Quanto ao **Turismo Religioso**, destaque-se a coorganização da **Semana Santa de Santa Maria da Feira**, em parceria com o Grupo Gólgota, no âmbito de um Protocolo da Parceria, e ainda a estruturação do itinerário complementar do **Caminho Medieval de Santiago** já identificado.

No **Turismo Industrial** realçamos a adesão dos museus municipais ao programa nacional **À Descoberta do Turismo Industrial**, promovido pelo Turismo de Portugal, formalizada com a assinatura da **declaração de colaboração de parceira** entre a TPNP, a APCOR, o Museu de Santa Maria de Lamas, na BTL.

Manteve-se as boas práticas no que respeita ao **Turismo Acessível** sendo uma referência nacional ao nível dos grandes eventos, verificando-se um **aumento de 124%** de visitantes, comparativamente a 2021.

Promoveu-se, em parceria com a DCRPI, a realização de campanhas de promoção turística divulgação do território e dos seus principais atrativos turísticos, projetando a imagem de SMF a nível nacional e internacional em vários suportes informativos, revistas nacionais e internacionais, bem como através dos nossos parceiros do setor como o TPNP e ATP. Foi reforçada a promoção turística e institucional no portal turístico visitfeira.travel.

Prestamos apoio a outros projetos, com destaque para a exposição temporária **“À Volta do Vale das Voltas”** da responsabilidade da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria; apoio na divulgação e logística da **Festa da Colheita com Lúpulo Feirense** e ainda a realização de todo o processo relativo à **iluminação de Natal** das ruas da cidade.



497%
atendimentos
LIT



35,42%
visitantes
equipamentos
culturais e
turísticos



31 380
visitas site
19 238
novas visitas

**AÇÃO SOCIAL, SAÚDE,
PROTEÇÃO CIVIL E
BEM-ESTAR ANIMAL**



AÇÃO SOCIAL, SAÚDE, PROTEÇÃO CIVIL E BEM-ESTAR ANIMAL

AÇÃO SOCIAL, SAÚDE, PROTEÇÃO CIVIL E BEM-ESTAR ANIMAL

INTRODUÇÃO

Em 2022, o Departamento de Desenvolvimento Social, Saúde e Habitação orientou a sua ação ancorada em diretrizes emanadas por instrumentos de política social estratégicos, europeus e nacionais, nomeadamente o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a Estratégia Portugal 2030, a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030, o Plano de Recuperação e Resiliência 2021-2026, entre outros, criando sinergias entre eles, bem como a implementação de ações para a efetiva transferência de competências do Estado para as Autarquias, tal como enunciado no Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto. Procurou, ainda, implementar respostas inovadoras nas práticas de saúde, na erradicação da pobreza, na educação, no emprego, na igualdade de género e na inclusão no desenvolvimento dos territórios, através de ações alinhadas e concorrentes para os objetivos definidos pela Agenda 2030, no âmbito do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

O Município, através do Departamento de Desenvolvimento Social, Saúde e Habitação, continuou a promover ações de promoção da coesão social, dirigidas nomeadamente a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica, bem como a consolidação de um conjunto de medidas já existentes levadas a cabo através de uma intervenção integrada e multidimensional em diferentes frentes, nomeadamente ao nível da população sénior, das crianças e jovens em risco, do desemprego, da violência doméstica, do voluntariado, da habitação, dos apoios de emergência social, das migrações, das dependências, da inclusão pela arte, dos projetos de combate à pobreza e exclusão social e das parcerias interinstitucionais.

Assumiu, assim, como eixos estratégicos a População Sénior, a Habitação, os Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias e Capacitação da Rede Social Concelhia, os Protocolos de Cooperação entre a Autarquia e Entidades privadas sem fins lucrativos do concelho, a Empregabilidade e Emprego, bem como a Inclusão através de projetos de arte comunitária. Neste âmbito salienta-se: a implementação da Estratégia Local de Habitação e a execução do Programa 1º Direito, bem como a promoção de projetos de habitação inovadores, dirigidos nomeadamente para agregados unifamiliares, bem como famílias com baixos rendimentos, não enquadráveis no Programa de Realojamento; bem como o arranque efetivo do processo de concretização da transferência das competências para os órgãos municipais no domínio da ação social [Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e Rendimento Social de Inserção (RSI)].

Num esforço de reinvenção e de readaptação, evidenciam-se: o VII Mosaico Social (“Cuidar do presente a pensar no nosso futuro” foi o tema, e que sustentou o programa que decorreu de 30 junho de 2021 a 18 junho de 2022); as iniciativas enquadradas nos projetos na área da inclusão através da



arte (Rede d'Arte Comunitária), nomeadamente as dirigidas à população portadora de deficiência e/ou com doença mental; bem como Plano de Ação das Operações Integradas dos Territórios de Intervenção (PAOITI), no âmbito do Investimento RE-C03-i06.03 - "Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto".

O Departamento de Desenvolvimento Social, Saúde e Habitação procurou novas formas de atuação, centradas na participação dos cidadãos, nas organizações do nosso território, na responsabilidade social, na inovação e solidariedade, que promovam o desenvolvimento social e sustentável concelhio, baseado na dignidade e justiça social, na equidade e coesão social, contribuindo aquele que é o bem maior: a sustentabilidade da vida, das comunidades e pessoas.

Em 2022, de uma forma geral, foi possível alcançar os objetivos propostos, tendo para tal promovido uma intervenção integrada e multidimensional em diferentes frentes, trabalhados de modo cooperativo com os vários parceiros que integram a Rede Social concelhia.

HABITAÇÃO

1. Gestão Social do Parque Habitacional

1.1. Gabinetes de Proximidade Local (GAP's)

No âmbito da gestão integrada do parque habitacional, em 2022 foram efetuadas 141 visitas domiciliárias, 42 vistorias, 3 autorizações de residência temporária, 2 transferências, 8 aditamentos, 6 revogações, e 2 tomadas de posse de habitação.

Ao nível da gestão integrada foram efetuadas 4 reuniões de moradores e manteve-se o apoio técnico aos representantes de entrada. No respeitante ao atendimento e acompanhamento da comunidade, procedeu-se à abertura de 37 novos processos de ação social, tendo-se apoiado 90 agregados familiares através da Medida A; e 20 agregados pelo Fundo de Emergência, num total de 132 apoios económicos.

Decorrente de uma ação interinstitucional, foram ainda acompanhados 3 processos de entrega de imóvel/despejo habitacional e 7 situações de sem-abrigo; elaboraram-se um total de 43 informações/pareceres técnicos decorrentes de solicitações do Município, Tribunal, CPCJ, ACES / CHEDV e Segurança Social; e efetuou-se intervenção em 7 situações decorrentes e sinalizadas pela ação da Proteção Civil.

1.2. Projeto MIDAS | Mudança para a Inclusão e Desenvolvimento Artístico e Social

Resultado de uma candidatura ao Programa Operacional Regional Norte 2020, o Projeto MIDAS, em articulação com um conjunto de parceiros, entre os quais as Juntas de Freguesia, Cooperativa Casa dos Choupos, e CASTIIS, desenvolveu a sua atividade em quatro freguesias do concelho (Fiães, Lourosa, Sanguedo e União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior).

Centrado em 3 eixos de intervenção, este projeto, em 2022, desenvolveu as seguintes atividades:



- Eixo I – Inclusão pela Arte:
 - ✓ Dinamização 38 sessões do Laboratório de Improvisação Musical na EB Arraial – Sanguedo (11), na Cooperativa dos Choupas (15) e no CASTIIS (12), tendo participado um total de 91 pessoas;
- Eixo II – Empregabilidade:
 - ✓ Dinamização 41 sessões da Oficina de costura criativa (20 no Centro Social Padre José Coelho e 21 na Junta de Freguesia de Lourosa), que contou com a participação de 20 pessoas;
 - ✓ Dinamização da atividade “Embelezamento dos Espaços Verdes” nos empreendimentos de habitação social de Lourosa, Ferradal (Fiães), Souto (Fiães), Sanguedo e Canedo, onde participaram um total de 23 pessoas;
 - ✓ Edição e apresentação pública de 3 livros no âmbito da coletânea “Objetos com Histórias”: “Objetos com História – Partilha Fiães”, “Objetos com História – Partilha Lourosa” e “Comunitária – 20 anos de arte e comunidade em Santa Maria da Feira”.
- Eixo III – Capacitação da Comunidade de Etnia Cigana:
 - ✓ Planeamento e visita ao acampamento para identificação dos participantes no livro “Tradições e saberes endógenos da Comunidade Cigana da Baralha”.

1.2.1. Carrinha MIDAS Móvel – Promoção da literacia digital

No âmbito da Carrinha MIDAS Móvel, equipamento totalmente equipado com material informático e acesso à internet, cuja apresentação pública decorreu no dia 26 de março de 2022, no empreendimento habitacional da Cadinha – Lourosa, foram dinamizadas 112 sessões de literacia digital, nos empreendimentos habitacionais de Sanguedo, Lourosa, Fiães e Canedo.

1.3. Programa Habitar

Em 2022 deu-se continuidade às vistorias aos empreendimentos, no sentido de garantir o cumprimento dos deveres contratuais quer ao nível do espaço habitacional, quer ao nível dos espaços comuns. Paralelamente, e atentos aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente população sénior, pessoas com necessidades específicas de funcionalidade/incapacidade, desempregados e beneficiários de RSI, efetuou-se uma articulação estreita com os projetos e parceiros locais no sentido da integração destes nas respostas por estes operacionalizadas.

1.4. Procura Habitacional

Decorrente da operacionalização da Estratégia Local da Habitação-ELH, em 2022, procedeu-se à atualização dos processos de procura habitacional, tendo sido registados, até 31 de dezembro de 2022, 670 processos ativos, sendo que destes, 151 correspondem a novos processos abertos em 2022, representando um aumento de 27 processos face ao ano transato.



1.5. Programa de Realojamento

Em 2022, decorrente de solicitações por parte do Tribunal, Hospital e Segurança Social, foram realojados 5 agregados familiares, correspondendo a 18 pessoas, através do regime excecional de atribuição de habitação em regime de arrendamento apoiado.

2. Gestão Patrimonial do Parque Habitacional

2.1. Apoio e Acompanhamento jurídico

No âmbito da gestão contratual do Parque Habitacional do Município de Santa Maria da Feira foi assegurada, em 2022, a execução de 5 contratos de arrendamento apoiado para habitação e 2 transferência habitacional de agregados familiares, a pedido dos arrendatários; 11 revogações por mútuo acordo de contrato de arrendamento de habitações ou declarações de entrega voluntária de habitação, livre de pessoas e bens; 2 tomadas de posse resultantes da aplicação do procedimento previsto no art.º 26.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro – Cessação do contrato por renúncia; e 8 modificações/ celebração de aditamentos aos contratos de arrendamento em vigor decorrentes de processos de separação ou divórcio ou por óbito.

Relativamente ao apoio técnico nas relações contratuais a estabelecer ou já constituídas com entidades/instituições/municipes, foram ainda celebrados, nesse ano, 3 protocolos de cooperação no âmbito do programa de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos.

2.2. Gestão económica e financeira

No âmbito da gestão económica e financeira do parque habitacional do município sob gestão do Departamento de Desenvolvimento Social, Saúde e Habitação – Divisão de Habitação Municipal, em 2022 foi iniciado o procedimento estipulado para a reavaliação e revisão de rendas dos 695 contratos de arrendamento em vigor (41 contratos regidos pela Lei n.º 80/2014 de 19.12 e Lei n.º 6/2006 de 27.02, nas suas atuais redações; e 654 contratos regidos pelo n.º 3 do artigo 23º da Lei n.º 81/2014 de 19.12, na sua atual redação), tendo-se executado a comunicação aos inquilinos solicitando os documentos atualizados da composição e dos rendimentos dos agregados familiares, que após a entrega dos mesmos foram alvo de análise, verificação e cálculo das respetivas rendas. Esta proposta foi exposta superiormente para apresentação e aprovação da Ex.ma Câmara, em Reunião Ordinária no mês de janeiro de 2023; e foram processadas 41 revisões do valor de rendas a pedido do arrendatário.

Relativamente ao procedimento de cobrança mensal de rendas dos inquilinos, as receitas obtidas durante 2022 corresponderam a 302.783,62€, registando-se uma ligeira diminuição na taxa de incumprimento (de 6,34% para 6,14%).

Quanto à variação do número de inquilinos com renda não paga, e respetiva flutuação dos valores mensais, resultantes dos mecanismos que permitem a recuperação de valores em débito, nomeadamente, através do pagamento acrescido da respetiva indemnização prevista no Código Civil,



observou-se que, e através da adesão às modalidades de pagamento existentes e da proximidade existente aquando realizado o acompanhamento técnico por parte do Município, no ano de 2022, a variação atingiu já os valores pré-pandemia.

No âmbito da gestão das partes comuns das habitações e património municipal, o Município prestou apoio aos condomínios dos seus empreendimentos sociais, através da presença e representação em 19 Assembleias de Condóminos agendadas. Na qualidade de proprietário de frações, e de acordo com o orçamento anual do respetivo condomínio e na proporção de cada fração, o Município suportou, em 2022, 7.874,16 € de quotas relativas às frações acima referidas e 1.657,36 € em obras de manutenção e conservação nas frações dos empreendimentos de Paços de Brandão e Mozelos.

2.3. Gestão da manutenção e conservação

Ao longo de 2022, foram realizadas ações de avaliação do estado de conservação das partes comuns da totalidade dos edifícios dos 23 empreendimentos do Município, resultando na execução de 96 trabalhos de reparação pontuais ao nível de elementos de coberturas (33), das redes de águas residuais prediais (35) e das portas/portões e sistemas de intercomunicadores (28). Relativamente às habitações vagas, foram executadas obras de conservação e reparação no interior de 16 fogos com vista a restabelecer as condições de habitabilidade.

No âmbito do processo de reabilitação do parque resultante das duas candidaturas ao P.E.D.U. (iniciado em 2018), durante o ano de 2022 manteve-se o acompanhamento, de forma articulada com a equipa de fiscalização em 6 empreitadas, designadamente em Fiães-Ferradal, Caldas de São Jorge, Guisande, Lourosa-Cadinha, Milheirós de Poiães e Escapães. Destaca-se ainda a conclusão da receção provisória do empreendimento de Fiães-Ferradal.

Face à necessidade de reabilitação dos restantes 14 empreendimentos do Parque Municipal, enquadrado na componente habitação do PRR - investimentos RE-C02-i01, foi elaborada uma proposta, a integrar no processo de revisão da ELH, a qual prioriza obras em 7 empreendimentos (218 fogos), sítios em: Lobão, São Paio de Oleiros, Mozelos, Sanguedo, Santa Maria de Lamas-Valada, Santa Maria da Feira-Balteiro e Rio Meão;

Ao longo de 2022 foram, ainda, registadas e analisadas 86 participações de deficiências, distribuídas por 22 empreendimentos, em que 21 empreendimentos são propriedade plena do Município; e registadas 142 ações de vistoria/fiscalização e 455 ações de manutenção e conservação.

2.4. Outras Medidas de Apoio Habitacional

2.4.1. Residências Partilhadas

No ano de 2022 foi criada uma nova resposta protocolada com o Centro Social Padre José Coelho, direcionada a 2 agregados familiares unipessoais femininos, e deu-se continuidade, de forma concertada com a rede social local, à gestão das 4 residências partilhadas já existentes em Gião, Lourosa, Sanguedo e Fiães (agregados familiares unipessoais masculinos).



2.4.2. Programa Conforto Habitacional

Tendo presente a atualização da Estratégia Local de Habitação, o enquadramento dos processos de procura habitacional nos diversos programas, em particular no Programa 1º Direito, e a ausência de solicitações, durante o ano de 2022 não foram efetuadas obras de requalificação e adaptação de habitações.

2.4.3. Programa Autoconstrução

No âmbito do programa habitacional Autoconstrução, em 2022, foi prestado apoio técnico a 4 situações relacionadas com processos anteriores a 1990, com vista à obtenção de peças desenhadas associadas ao respetivo processo de obra.

2.4.4. Estratégia Local de Habitação do Município de Santa Maria da Feira

Tendo presente as várias medidas/soluções previstas na Estratégia Local de Habitação do Município de Santa Maria da Feira e o Acordo de Colaboração assinado com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana – IHRU, que contempla 215 respostas a implementar pelo Município, enquanto entidade beneficiária, ao longo de 2022 foram desenvolvidas 8 sessões de esclarecimentos dirigidas às Juntas de freguesias e Fábricas da Igreja (identificados na ELH) e a cinco empreendimentos construídos a custos controlados há mais de 45 anos, no âmbito das soluções de reabilitação e aos agentes imobiliários no âmbito da solução aquisição.

Simultaneamente, efetuou-se 69 levantamentos de patologias e desenvolvidos projetos de reabilitação para 69 fogos devolutos do Município; realizou-se 16 levantamentos de patologias em habitações do setor social; elaborou-se propostas para a construção de 5 empreendimentos habitacionais e para a reabilitação de 2 edifícios escolares desativados; criou-se um programa de procedimento para a “consulta ao mercado para a aquisição de imóveis para a habitação no âmbito da Estratégia Local de Habitação do Município de Santa Maria da Feira e do Plano de Recuperação e Resiliência, investimento RE-CO2-I01 – Programa de apoio ao acesso à habitação – aviso de publicitação n.º 01/CO2-I01/2021 – componente 02 – habitação” e publicitado em edital.

Perante o aumento da procura de habitação registada neste Departamento (85%) face ao diagnóstico presente da ELH (datado de fevereiro de 2020), iniciou-se um processo de revisão deste instrumento, cuja conclusão está prevista para o primeiro trimestre de 2023.

AÇÃO SOCIAL

1. População Sénior – Programa Raízes do Afeto

1.1. Medida de Atividade Física e Desporto e Participação Ativa das Pessoas Idosas - Programa Movimento e Bem-Estar



No ano de 2022, o Programa Movimento e Bem-Estar, seguindo as orientações da Direção Geral de Saúde (DGS), manteve a dinamização das suas atividades, tendo estas sido dinamizadas por 17 professores e em parceria com 47 entidades protocoladas e com a participação de cerca de 1600 seniores.

Ao longo do ano, foram retomadas as aulas de hidroginástica (maio), com uma média de participação de 350 seniores; as Olimpíadas Seniores, que foram inseridas no VII Mosaico Social “Mosaico em Festa” e realizaram-se nos dias 17 e 18 de junho com cerca de 350 participantes; as Matinés Dançantes (novembro), que, nas 6 dinamizadas, contaram com a participação de 200 a 250 participantes; e os Jogos de Natal pela Diversidade, com 220 inscritos. O Walking Football contou com 30 praticantes e o Ensino da Dança com 26.

No final do ano 2022, o programa tinha 15 professores afetos e 5 novos desdobramentos com as entidades Protocoladas, nomeadamente: Junta de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros; Centro Social e Paroquial de Fornos; Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande; Centro Social São Cristóvão de Nogueira da Regedoura e Centro Social Paroquial do Vale.

1.2. Medida de Promoção Educativa e Acesso à Sociedade de Conhecimento

Programa e-mili@

Implementado desde 2009, o programa e-mili@ dinamiza sessões de capacitação digital dirigidas à população sénior residente nas diversas freguesias/União de freguesia do concelho, tendo por objetivo proporcionar o desenvolvimento de competências em tecnologias de informação e comunicação, no sentido da promoção da literacia digital. Durante o ano de 2022, foram dinamizadas sessões semanais em 34 pontos educativos, abrangendo um total de cerca de 300 seniores.

1.3. Programa de Estimulação não Farmacológica - Saúde do Cérebro

Tendo presente os objetivos do programa e, por forma, a alargar o seu âmbito de intervenção, a enquadrar novas e diferentes metodologias, adequadas às necessidades e exigências da população residente, o Município, em 2022, integrou este programa na candidatura submetida “SMS – Saúde Mental e Sucesso” ao aviso n.º 02/C03-i06.03/2022 - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto, aguardando a sua aprovação.

1.4. Medida de Criação de Respostas Especializadas para Idosos - Programa Cuidar de Quem Cuida

Em articulação com todos os parceiros do projeto, que desenvolve desde 2009 a capacitação de técnicos de instituições locais para a intervenção junto de cuidados informais de pessoas dependentes e a dinamização de Grupos Psicoeducativos e Grupos de Ajuda Mútua, o Município



continuou em 2022 a apoiar o funcionamento/logística do Gabinete de Apoio ao Cuidador promovido pela Liga dos Amigos do Hospital de S. Sebastião, que efetuou o acompanhamento de 10 cuidadores informais. O Programa Cuidar de Quem Cuida realizou um programa psicoeducativo com os cuidadores encaminhados pelas diversas instituições locais.

De salientar ainda que, o ACES Feira/Arouca realizou uma caminhada comemorativa do Dia Mundial da Doença de Alzheimer, com o apoio do Município.

1.5. Medida de conservação do património cultural e de memória coletiva das comunidades - Programa Passeios na Minha Terra

Em 2022, realizaram-se 10 Passeios na Minha Terra, que teve como destino a visita a diversos espaços e equipamentos do Concelho da Feira, tendo participado um total de 441 seniores oriundos de 11 freguesias/união de freguesias do Concelho Santa Maria da Feira.

1.6. Medida de formação e educação em cuidados pessoais - Projeto Abecedário da Saúde

Sendo um projeto que capacita a literacia em saúde, permitindo a mudança de mentalidade e de comportamento no sentido da prevenção das doenças e promoção da saúde, durante o ano de 2022 foi dada continuidade à sua divulgação e implementação. Em articulação com o Programa E-mili@, os seniores foram incentivados a praticar o jogo digital como ferramenta de intervenção pedagógica educacional, que aborda áreas como a alimentação, a atividade física, o colesterol, a tensão arterial, a glicémia, a saúde oral, a vacinação, os rastreios de saúde e a equipa de saúde familiar.

No seguimento deste trabalho, foi ainda dinamizado o Torneio “Abecedário da Saúde” que se realizou no dia 17 de junho no Isvouga, o qual reuniu equipas de diferentes freguesias do concelho e contou com a participação de 71 seniores.

1.7. Medida de apoio na luta contra as condições de pobreza crónica de Pessoas Idosas - Cartão Feira Sénior

Através da aposta numa campanha de divulgação junto de outros programas municipais dirigidos à população sénior, o Cartão Feira Sénior, em 2022, registou a adesão de novos utentes face ao ano de 2021 (aumento de 45,8%), em particular de beneficiários do Escalão A.

Assim, até dezembro de 2022, estavam ativos um total de 72 cartões, dos quais 40 referentes ao escalão A e 32 ao escalão B, tendo sido despendido um total de 1.773,56€ (1.302,86€ com medicação; 152,94€ com despesas de água; e 66,9€ com despesas de eletricidade).

1.8. Projeto FAROL

Iniciado em 2020 e reajustado às novas necessidades em 2021, em consequência da melhoria da evolução da pandemia, este projeto teve a sua continuidade em 2022 através da realização de



contactos telefónicos a 75 seniores sinalizados, que deixaram de participar nos programas do Plano Raízes do Afeto após a retoma das atividades. Do total de contactos efetuados, 60 foram acompanhados e reintegrados nas atividades.

Paralelamente, foi ainda realizado um contacto de proximidade dos seniores com Cartão Feira Sénior, tendo-se revelado importante o acompanhamento dos mesmos para informação relativa aos seus direitos enquanto cidadãos, especialmente em termos de segurança social e saúde.

2. Inclusão pela Arte - Desenvolvimento das Comunidades Locais

2.1. TransformArte – Cultura Para Todos

No âmbito das suas 7 ações, o Projeto TransformArte, no ano de 2022, mobilizou 171 participantes diretos, 6 artistas e 12 entidades parceiras, tendo sido dinamizadas:

- 154 oficinas de arte adaptada para um público de 59 participantes, distribuídos por 6 grupos;
- 56 oficinas de expressão dramática e corporal, denominadas Poesia no Corpo. Corpo na Poesia, para um público de 29 participantes, distribuídos por 2 grupos;
- 31 oficinas de expressão musical, através do contacto direto com instrumentos de sopro, para um público de 21 participantes;
- 140 oficinas no âmbito da atividade “Aproximar Teatro nas Escolas”, em 4 escolas do concelho, para um público de 72 participantes;
- 8 criações artísticas coletivas em 10 apresentações públicas, levando a arte comunitária a aproximadamente 1000 pessoas;
- 1 artigo “Aproximar – Teatro Inclusivo nas Escolas” resultante do acompanhamento científico realizado com o objetivo de cartografar a progressão social, pedagógica e artística dos participantes da Ação 4 – Aproximar_Teatro nas Escolas;
- 1 documentário final do Projeto.

2.2. Holograma da Casa

Através de candidatura da Área Metropolitana do Porto ao Programa “Cultura para Todos”, o projeto Holograma da Casa dinamizou no concelho um total de 24 espetáculos gratuitos, divididos em duas edições:

- 1ª Edição: entre 28 de abril e 01 de maio de 2022 foram promovidos, no Multiusos de Louredo, no Centro Cultural de Milheirós de Poiares e no Cineteatro António Lamoso, 12 concertos gratuitos (8 dirigidos a crianças e famílias e 4 abertos a todos os públicos), abrangendo 1777 pessoas;



- 2ª Edição: entre 27 e 30 de outubro de 2022 foram promovidos, no Cineteatro António Lamoso, 12 concertos gratuitos (8 dirigidos a crianças e famílias e 4 abertos a todos os públicos), abrangendo 1826 pessoas

3. Programa Concelho Solidário

3.1. Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos/Emergência Social

Em complementaridade com a Rede Social local, em 2022 foram atribuídos 132 apoios a 90 agregados familiares em situação de maior vulnerabilidade, sendo que destes 110 reportaram-se a despesas com a habitação, nomeadamente, com o arrendamento e prestação de casa; e analisados 3 pedidos de isenção de pagamento de taxas de recolha de resíduos urbanos, água e saneamento. No âmbito da sinalização da INDAQUA, de famílias em eventual situação de carência económica para fazer face aos custos inerentes às obras necessárias para a ligação à rede pública de água e saneamento, procedeu-se à análise socioeconómica de 9 novas situações sinalizadas.

3.2. Rede de Restaurantes e Padarias Solidárias

Em 2022, o Município manteve a resposta da rede de Restaurantes e Padarias, que, estruturada na responsabilidade social empresarial de 3 restaurantes e 3 Padarias Solidários, garantiu gratuitamente 9 refeições diárias, a indivíduos e famílias afetados pelo desemprego e ausência de recursos económicos, bem como pão e outros produtos de panificação.

3.3. Mercado da Solidariedade

No decurso de 2022, o Mercado da Solidariedade registou um total de 159 pedidos de cabazes alimentares, tendo sido apoiadas 156 famílias. Neste período, esta iniciativa contou com o apoio e o envolvimento de 14 instituições na sinalização dos pedidos e distribuição dos cabazes alimentares. Foi ainda realizada 1 campanha de recolha de alimentos, que resultou em cerca de 1.861 unidades de produtos alimentares angariados.

3.4. Banco de Ajudas Técnicas

Resposta social inovadora específica através da qual se pretende facilitar a vida diária da pessoa idosa e/ou portadora de incapacidade motora e suas famílias, dinamizada em estreita parceria com a Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião, as Conferências Vicentinas, IPSS's e potenciais empresas doadoras, em 2022, o Banco de Ajudas Técnicas foi reforçado com materiais/equipamentos adquiridos para as duas Estruturas de Apoio de Retaguarda, no âmbito da pandemia COVID19, tendo disponibilizado um conjunto de equipamentos, como por exemplo cadeiras de rodas, no apoio ao Centro de Vacinação da Feira.

3.5. Rendimento Social de Inserção – Núcleo Local de Inserção



Em 2022, o Município continuou a sua participação de carácter obrigatório, na área da Habitação, no Núcleo Local de Inserção da medida Rendimento Social de Inserção, paralela à participação da Segurança Social, Emprego, Formação Profissional, Educação e Saúde. Neste domínio, registou-se a assinatura de 97 programas de inserção, nomeadamente, no âmbito da regularização da situação habitacional, mais concretamente no regime excecional de atribuição de habitação, ao nível de realojamento, tendo sido efetuados 3 realojamentos a beneficiários desta medida.

4. Programa Municipal de Incentivo à Natalidade

O Programa Municipal de Incentivo à Natalidade de Santa Maria da Feira, cujo Regulamento foi publicado em D.R. de 17 de março de 2022, prevê a atribuição de um apoio financeiro, no valor máximo de 600€ anuais, a cada criança residente no concelho de Santa Maria da Feira, até completar três anos de idade. Neste âmbito, até 31 de dezembro de 2022, foram aprovadas 2 684 candidaturas de crianças nascidas entre 2019 e 2022.

5. Migrações

5.1. Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes (GACE)

O Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes, em 2022, efetuou 618 atendimentos (211 processos novos) a cidadãos do concelho de Santa Maria da Feira e de outros concelhos próximos, prevalecendo os seguintes assuntos: pensão de velhice entidade estrangeira (153), reclamação organismo estrangeiro (87), levantamento de fundos (75), pensão de sobrevivência entidade estrangeira (60), pedido carreira contributiva/estimativa estrangeira (80), pensão de Invalidez entidade estrangeira (23), pensão de velhice Portugal (17), reclamação organismos nacionais (15), provas de vida (20) pensão de sobrevivência- Portugal (2).

Na esfera da sua atividade, o GACE participou no Fórum dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e ao Investimento da Diáspora-GAEIDs, em Idanha-a-Nova, e recorrendo às plataformas digitais, articulou variadas respostas com as comunidades emigrantes de Pretória, Rio de Janeiro e Caracas.

5.2. Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)

Criado em 2003 em parceria com o Alto Comissariado para as Migrações – ACM, I.P, o CLAIM de Santa Maria da Feira, dando continuidade à promoção do acolhimento da integração dos cidadãos estrangeiros residentes no nosso concelho, em 2022 efetuou 614 atendimentos (404 processos novos) a cidadãos maioritariamente oriundos da Ucrânia (252), Brasil (152), Venezuela (41), Espanha (21) e Itália (18), destacando-se como principais assuntos o agendamento no SEF (197), manifestação de interesse (73) e legalização/imigração (70).

O CLAIM dinamizou ainda um Curso Informal de Cidadania, Cultura, Património e Desenvolvimento Económico, direcionado a 12 cidadãos migrantes residentes em Portugal; e promoveu 3 edições do Curso Português Língua de Acolhimento (PLA), dinamizado pelo IEFP e no qual participaram 45 deslocados da Ucrânia.



O CLAIM esteve representando em 2 workshop's dinamizados pela Associação Empresarial da Feira, como forma de aproximação do tecido empresarial feirense; e esteve presente na Sessão de Informação à Medida "Employment Kiosk", dinamizada pela ALPE.

No seguimento da parceria com o Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (São João da Madeira), o Município, em 2022, continuou a apoiar a permanência regular dos 73 jovens santomenses que frequentam cursos de aprendizagem, tendo-os orientado para o mercado de trabalho, em regime de part-time.

5.3. Registo de Cidadãos de Países da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça

Em 2022, foram emitidos 42 Certificados, de acordo com a Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto, que possibilitam o direito de residência em Portugal dos cidadãos, bem como dos seus familiares. Estes cidadãos são oriundos dos seguintes países: Itália (17), Espanha (11), Suíça (7), França (3), Alemanha (2), Luxemburgo e Países Baixos (1).

5.4. Rede Portuguesa das Cidades Interculturais

Parceiro desde 2013, no âmbito da Rede Portuguesa das Cidades Interculturais, em 2022, com base no curso online promovido pelo Espaço Migrações, foram convertidos e disponibilizados os conteúdos desse curso.

Neste âmbito foi ainda aprovado o projeto NETIDEA, que integrou os Municípios de Vila Verde, Braga e Santa Maria da Feira, sendo que o Município de Santa Maria da Feira participou na primeira reunião transnacional deste projeto, que decorreu em Barcelona; participou no "I Sterring Committee: Dialogue with Partners & Cities"; e no curso de formação do ICC sobre "Comunicação e media para autarcas: promover narrativas interculturais em tempos difíceis, que se realizou em Estrasburgo.

5.5. Acolhimento de Refugiados

Na sequência do Protocolo de Acolhimento de Refugiados celebrado com o Conselho Português dos Refugiados (CPR), o Município continuou, em 2022, a acolher 1 casal com 4 filhos menores naturais do Quirguistão e com nacionalidade turca, cedendo uma habitação inserida no parque habitacional de arrendamento social, em estreita colaboração com a Segurança Social e outras entidades da Rede Social concelhia.

5.6. Acolhimento de Pessoas deslocados da Ucrânia

O Município de Santa Maria da Feira, consciente da dimensão da crise humanitária provocada pela guerra na Ucrânia, criou uma task-force – equipa de emergência multidisciplinar para acompanhamento dos cidadãos deslocados tendo permitido, através do regime de Proteção



Temporária, a entrada de 215 cidadãos ucranianos. Desde o dia 3 de março de 2022 levou a efeito diversas ações nas seguintes áreas:

- **Habitação:** providenciadas respostas de alojamento a 19 famílias, mantendo-se o acompanhamento concertado com as entidades da rede social concelhia a 2 agregados familiares alojados numa fração habitacional do parque municipal, a 2 agregados a residirem em coabitação com as famílias de acolhimento e a 3 agregados que permanecem em habitações cedidas por particulares. Ainda a nível habitacional e no âmbito do protocolo assinado entre o Município e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana - IHRU, apoiou-se a instrução de 5 candidaturas ao Programa Porta de Entrada - Programa de Apoio ao Alojamento Urgente, regime excecional - Ucrânia, abrangendo 6 agregados familiares;
- **Ação Social:** no sentido de colmatar as vulnerabilidades dos cidadãos acolhidos e em acompanhamento pelo Município, em parceria com entidades parceiras da Rede Social, foi garantido o apoio alimentar e de medicação. Tendo ainda em conta o movimento solidário da comunidade e empresas feirenses, que se consubstanciou num elevado número de doações de vestuário, foi criado um espaço, ao qual estas famílias, mas também todas as outras residentes no concelho em situação de vulnerabilidade poderão aceder, para aquisição gratuita de vestuário.
- **Saúde:** O Município em parceria com a Unidade de Saúde Pública do ACES Feira/Arouca, disponibilizou consulta e acompanhamento médico à população refugiada, tendo sido assegurado pelo Município o transporte para consulta e exames dos todos os sinalizados, bem como a colaboração de voluntários para apoiar na tradução.
- **Educação:** neste âmbito o Pelouro da Educação, efetuou diligências no sentido de se assegurar a integração e frequência escolar das crianças/jovens. Das famílias enquadradas na resposta de alojamento acompanhada pelo Município 21 estão matriculados e destes, 13 crianças/jovens encontram-se já a frequentar o sistema escolar. Estão ainda a ser promovidos cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA), em parceria com o Centro de Formação do IEFP e o ISVOUGA.
- **Emprego:** sendo a integração profissional determinante para a autonomização e integração das famílias na comunidade, o Município em parceria com IEFP, Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial, ALPE e Rede Social local, está a encetar todos os esforços na celeridade deste processo. À data foram integradas 18 pessoas no mercado formal de trabalho.
- **Voluntariado:** os voluntários, continuam a apoiar as famílias ucranianas, nomeadamente nas consultas, e no atendimento e visitas com os técnicos de diferentes entidades, de modo a auxiliar na comunicação/tradução.



Ainda neste âmbito, foi desenvolvido um guia de acolhimento e um pequeno guia de conversação bilingue, com o apoio de cidadãos ucranianos radicados há alguns anos no nosso concelho; foi dinamizado um Encontro de Boas Vindas e um Concerto Solidário com a Ucrânia.

Em articulação com os serviços da Segurança Social, o Município apoiou a estruturada de acolhimento criada nas instalações do Inatel de Santa Maria da Feira, tendo acolhido um total de 21 refugiados da Ucrânia.

5.7. Outras iniciativas

5.7.1. Operação consular da República Bolivariana da Venezuela no Europarque

O Consulado Geral da República Bolivariana da Venezuela em Lisboa promoveu, com o apoio do Município, uma atividade consular no Europarque, que permitiu a 450 cidadãos venezuelanos, residentes no Norte e Centro de Portugal, o acesso a documentos de identificação anteriormente solicitados.

5.7.2. Projeto-piloto “Integrar Valoriza”

Tendo presente a adesão ao Projeto Piloto “Integrar Valoriza”, em janeiro de 2022, foi celebrada a assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Alto Comissariado para as Migrações – ACM, o Instituto Público e o Município de Santa Maria da Feira.

5.7.3. Projeto Intercidades “Welcome Ukrainians”

Iniciativa das cidades de Famalicão, Vila Verde e Santa Maria da Feira para desenvolver recursos e potenciar a partilha de aprendizagens no acolhimento de pessoas ucranianas em Portugal, o Município, em 2022, participou no encontro “Welcoming Ukrainians”, que teve lugar em Vila Nova de Famalicão, partilhando as boas práticas no acolhimento destes cidadãos. Neste encontro, foram ainda partilhados os testemunhos de duas cidadãs deslocadas a residir em Santa Maria da Feira.

6. Rede Social

6.1. Plano de Desenvolvimento Social 2022-2025

Tendo por objetivo a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social 2022-2025, assim como a construção, divulgação e implementação de outros instrumentos estratégicos definidores de eixos e linhas estratégicas de atuação, que possam contribuir para a prossecução e criação de projetos e medidas inovadoras, o Gabinete da Rede Social, em 2022, integrou esta atividade na candidatura elaborada ao aviso n.º 02/C03-i06.03/2022 - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto, através da operação individual “Capacitar em Rede”.



6.2. Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias

Tendo em conta que a metodologia de intervenção se encontra em fase de reavaliação, a atividade dos Fóruns centrou-se na articulação interinstitucional e concertação de respostas. Paralelamente garantiu-se a operacionalização de alguns projetos (mercearias, rendinhas e companhia, loja 65, programa de rádio, voluntariado de proximidade) bem como de iniciativas de angariação de fundos (caminhadas, atividades lúdico-recreativas).

De forma a potenciar e a alargar este trabalho, dotando os parceiros de um conjunto diverso e específico de ferramentas, esta iniciativa foi integrada na candidatura ao aviso n.º 02/C03-i06.03/2022 - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto, através da operação individual “Capacitar em Rede”.

6.3. Programa de Formação/Capacitação, Acompanhamento e Avaliação

De forma a dar continuidade ao trabalho iniciado em 2019 e a permitir o acesso de mais parceiros a ações/programas de capacitação, que respondam às exigências da realizada vivida no território assim como às necessidades evidenciadas pelas próprias entidades, esta iniciativa, em 2022, foi integrada na candidatura ao aviso n.º 02/C03-i06.03/2022 - Operações Integradas em Comunidade Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto, através da operação individual “Capacitar em Rede”.

6.4. Sistemas de Informação e Comunicação da Rede Social

No ano de 2022, a plataforma online da Rede Social continuou a permitir uma rápida e eficaz divulgação de notícias e eventos de interesse para as entidades parcerias da Rede Social concelhia, e a difundir as suas próprias atividades. De igual modo, a página de Facebook e Instagram da Rede Social permitiu uma rápida comunicação e disseminação de informação relevante.

De forma a dar início ao processo de aquisição de uma nova plataforma, que torne os processos mais ágeis e eleve a qualidade dos serviços, permitindo um salto qualitativo na informação disponibilizada às entidades e aos cidadãos, foi submetida candidatura ao aviso n.º 02/C03-i06.03/2022 - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto, através da operação individual “Capacitar em Rede”.

6.5. VII Mosaico Social

Com uma metodologia diferente e com atividades já realizadas no ano de 2021, o VII Mosaico Social, sob o tema “Cuidar do Presente a Pensar no Nosso Futuro”, cuja sessão de abertura ocorreu a 30 de junho de 2021, ao longo do ano de 2022 dinamizou as seguintes atividades:

- Lançamento da iniciativa “Vozes da Minha Rua”, onde, através de vídeo, foram apresentadas 21 histórias da comunidade, dos Fóruns Sociais de Freguesia que compõem o Mosaico da Rede Social;



- Lançamento de 4 programas de rádio “Vozes da Minha Rua”, onde foram abordados temas centrais e a forma como cada uma das comunidades cuidou, cuida e pretende cuidar das pessoas que a ela pertencem;
- Dinamização da iniciativa “Mosaico em Festa”, que decorreu nos dias 17 e 18 de junho, em Santa Maria da Feira, e que integrou um conjunto de atividades, entre as quais workshop’s, atividades infantis, horas do conto, lançamento do livro “Comunitária – 20 anos de arte e comunidade em Santa Maria da Feira”, showcooking, espetáculos, apresentação do projeto de Monitorização Comunitária da Hipertensão Arterial, caminhada, entre outras;
- Realização da XVI Edição das Olimpíadas Seniores;
- Realização da Gala Prémio Concelho Solidário, onde, uma vez mais, foram homenageadas e reconhecidas todas as entidades/pessoas que promoveram o desenvolvimento social do território, em especial todos aqueles “invisíveis” que fizeram e fazem acontecer em nome das pessoas.

6.6. Plataforma Supraconcelhia da Rede Social do EDV, Conselho de Vereadores de Ação Social da Área Metropolitana do Porto e Associação de Municípios Terras de Santa Maria

No âmbito do Conselho de Vereadores de Ação Social da Área Metropolitana do Porto, em 2022, o Município esteve representado em 2 reuniões. Relativamente ao Conselho Metropolitano de Vereadores da Saúde, o Município fez-se representar em 3 reuniões.

6.7. Protocolos de Parceria no âmbito do combate à pobreza e exclusão social

O Município de Santa Maria da Feira, no âmbito das atribuições previstas na Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, designadamente no domínio da ação social, e da promoção de parcerias interinstitucionais com entidades sem fins lucrativos, deu continuidade em 2022, numa lógica de otimização e gestão participada, a metodologias de ação e de respostas mais ativas, inovadoras, descentralizadas, necessárias e próximas dos cidadãos, nas áreas: população sénior, famílias com crianças e jovens em risco, desemprego, violência doméstica, voluntariado, habitação, população portadora de deficiência e com doença mental, apoios de emergência, migrações, dependências, igualdade de género, aos 5 Protocolos de Parceria, com as seguintes entidades: Ser + Pessoa – Associação de Alcoólicos Recuperados; Casa dos Choupos – Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, CRL; Fapfeira – Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação; Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião/Casa Ozanam; e Associação Melhor Viver – Desporto, Cultura e Lazer. Do acompanhamento e avaliação efetuado às atividades/projetos desenvolvidos por estas entidades parceiras durante o ano de 2022, através da monitorização social e financeira do trabalho, constatou-se a necessidade de readaptar algumas das iniciativas, quer pelo aumento de solicitações/destinatários em algumas áreas, nomeadamente na saúde mental, quer pela



necessidade de dar continuidade a iniciativas e respostas sociais de enfrentamento às problemáticas sociais causadas pela pandemia COVID 19.

Não obstante estas particularidades, consideramos que em 2022 foram atingidos os objetivos inclusivos propostos com os Protocolos de Parceria, tendo-se promovido uma intervenção integrada e multidimensional em diferentes frentes do combate à pobreza e exclusão social.

6.8. Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado sem Fins Lucrativos

No ano de 2022, o Município concedeu, com base no estabelecido pelo Regulamento do Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos do Município de Santa Maria da Feira, apoio financeiro a 3 entidades, intervenientes no desenvolvimento social concelhio (2 apoios para aquisição de viaturas; e 1 apoio para iniciativas de carácter permanente e continuado na área social, de manifesto interesse municipal), num total de 15.860,00€; e apoio técnico a 11 entidades ao nível da elaboração de candidaturas ao programa PRR, nomeadamente ao aviso de Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais.

6.9. Outros Protocolos de Cooperação

6.9.1. Protocolo de Cooperação com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

Ao abrigo do Protocolo de Cooperação, celebrado em 2019, entre a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e o Município, continuou-se a disponibilizar dois técnicos superiores (1 na área do Serviço Social e 1 na área do Direito) para apoio à comissão restrita da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira.

6.10. Projeto “Mobilidade para Todos”

Criado com o objetivo de promover e facilitar o acesso a serviços a todos aqueles que possuem a sua mobilidade condicionada, este projeto, em 2022, deu resposta a um total de 57 solicitações por parte dos munícipes, sendo 25 no âmbito do processo de vacinação Covid-19, 31 para deslocação a serviços de saúde e 1 para deslocação ao Tribunal.

6.11. Eixo Atlântico - Mapa Coesão Urbana

Integrado no grupo temático de Política Social para colaborar com a Deusto Cities Lab, da Universidade de Deusto (Bilbao, Espanha), na elaboração de um Mapa de Coesão Social num Sistema urbano transfronteiriço, o Município, em 2022, forneceu um conjunto de indicadores estatísticos que refletiam a realidade do território nos domínios da saúde, educação, mercado de trabalho, habitação, proteção social, segurança e condições de vida, e população.



Neste âmbito, o Município esteve ainda representado na reunião realizada em março de 2022 na região de Lalín e na sessão cocriativa do Mapa de Coesão Social, que teve lugar em maio de 2022, na Póvoa de Varzim.

6.12. Projeto Active Citizens - Programa URBACT

Em 2022, enquanto interlocutor para as áreas dos Fóruns Sociais de Freguesia e do Voluntariado, o Município esteve representando em 3 reuniões locais do projeto.

6.13. Outras iniciativas

6.13.1. Reuniões Plenárias Ordinárias do Conselho Local de Ação Social e Reuniões do Núcleo Executivo

No ano de 2022, o Conselho Local de Ação Social realizou 4 Reuniões e o Núcleo Executivo, órgão operativo do CLAS, reuniu em 7 ocasiões.

6.13.2. Emissão de pareceres e apoio a candidaturas

O Conselho Local de Ação Social de Santa Maria da Feira, de acordo com o Decreto-Lei n.º 64/2007 de 14 de março, emitiu, em 2022, um total de 15 pareceres: 11 pareceres no âmbito de candidaturas ao Programa PRR – Programa de Recuperação e Resiliência "Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais"; 1 parecer à Associação do Centro Social de Escapães para aumento de capacidade da resposta social "Creche" de 52 para 74 utentes; 1 parecer à Associação Pôr do Sol - Centro Social, Cultural e Desportivo de Mosteirô para aumento de capacidade da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) de 10 para 12 utentes; 1 parecer ao Centro Social de Gião para construção de ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, com capacidade para 40 utentes, no âmbito da candidatura à medida do PRR - Programa de Recuperação e Resiliência "Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais"; 1 parecer ao Centro Social de Paços de Brandão no âmbito da candidatura ao Programa PRR – Habitação colaborativa.

6.13.3. Semana Europeia da Mobilidade

Colaboração com o Gabinete de Mobilidade e Transportes, na organização da Semana Europeia da Mobilidade, que decorreu nos dias 16 a 22 de setembro de 2022, nomeadamente nos projetos "Pedalar Sem Idade" e "Jogos do Hélder" e na dinamização de uma Master Class e matiné dançante no âmbito do Programa Movimento e Bem-Estar.

7. Respostas de Intervenção na área da Igualdade de Género e da Não Discriminação



7.1. Espaço Trevo

Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Violência de Género, que surge no Município de Santa Maria da Feira em 2006, o Espaço Trevo, enquanto resposta a um conjunto de necessidades diagnosticadas no território no que se refere a esta problemática e que, desde janeiro de 2020 alargou o seu âmbito territorial de atuação aos municípios que integram as Terras de Santa Maria, em 2022, acompanhou um total de 236 pessoas (148 casos novos de pessoas vítimas de violência), e efetuou 969 atendimentos, dos quais 885 de cariz psicológicos/psicossocial e 84 de cariz jurídico.

No âmbito da atuação do Gabinete de Apoio e Informação à Vítima (GAIV), em articulação estreita com o Departamento de Investigação e Ação Pena de Aveiro – núcleo de Santa Maria da Feira, foram acompanhadas 82 pessoas (74 em sede de declaração para memória futura, 4 em diligências de inquirição do Ministério Público, 3 em sede de julgamento e 1 em processo tutelar educativo).

No seguimento do trabalho desenvolvido pelo Espaço Trevo, em 2022, foram ainda realizadas:

- 40 sessões de sensibilização para a problemática da violência de género e violência no namoro, que alcançou um total de 965 pessoas;
- Dinamização da Campanha “A Culpa não é tua” como forma de assinalar o Dia Internacional da Violência contra a mulher;
- 3 ciclos de workshops no âmbito da campanha “A culpa não é tua”, que contou com a participação de 70 pessoas;
- 1 Entrevista para assinalar o Dia Mundial da Consciencialização da violência contra a pessoa idosa, à Rádio Regional de Arouca;
- Dinamização do evento Face to Face: A Violência e o adulto mais velho, o desenho da denúncia, com a participação de 45 profissionais de instituições parceiras.

7.2. RAP - Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica dos Municípios das Terras de Santa Maria

Resposta territorial de apoio psicológico e/ou psicoterapêutico a crianças e jovens vítimas de violência doméstica através de intervenções individuais ou grupais, que surge em outubro de 2021 e é executada em parceria e articulação com outras entidades, a RAP, no decorrer do ano de 2022, acompanhou 76 crianças/jovens; 63 casos novos de crianças/jovens vítimas de violência; e efetuou 597 atendimentos (455 dirigidos a crianças/jovens e 142 atendimentos informais com figuras de referência).

7.3. Espaço Arruda

Enquanto resposta de intervenção na violência doméstica junto de agressores, promovida pela Cooperativa Casa dos Choupous, em parceria com o Município de Santa Maria da Feira e em estreita



articulação com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, o Espaço Arruda, cuja intervenção inclui a fase de avaliação, consciencialização, promoção de mudanças comportamentais e cognitivas e a preparação para o fim do acompanhamento, no decorrer de 2022, acompanhou 63 novos casos e efetuou um total de 363 atendimentos.

7.4. Plano Municipal para a Igualdade de Género

Tendo presente os objetivos delineados no Protocolo estabelecido entre o Município e a CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, o Gabinete de Igualdade e Não Discriminação, durante o ano de 2022, realizou as seguintes iniciativas:

- Elaboração, divulgação e avaliação da 2ª Edição do Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação de Santa Maria da Feira 2022-2025;
- Dinamização de 2 ações de sensibilização na área da igualdade e não discriminação dirigidas à comunidade escolar sob as temáticas da “Violência no Namoro” e “Igualdade de Género e Violência”, alcançando cerca de 200 participantes;
- Comemoração do Dia Internacional da Mulher (8 de março), com a publicação do artigo “Histórias no feminino que derrubaram preconceitos”, no Jornal Ó da Causa – n.º 2;
- Comemoração do Dia Internacional da Família (17 de maio), com a participação na Roda de Conversa “Diversidade Familiar nos Media”, com transmissão pela Rádio Clube da Feira;
- Comemoração do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (25 de novembro), associando-se à campanha “A Culpa não é tua” e promovendo um ciclo de workshops direcionados a profissionais das instituições parceiras que intervêm diretamente na problemática da violência doméstica e comunidade em geral;
- Participação na publicação e distribuição do Jornal Ó da Causa – n.º 2 junto da comunidade; participação na Conferência do X Aniversário do CIEG – Centro Interdisciplinar de Estudos de Género; participação no Ciclo Género em Debate “Precariedades do tempo presente: uma perspetiva de género” e participação no Seminário Intercalar da Rede de Autarquias para a Igualdade.

8. Bolsa Local de Voluntariado

Em 2022, a Bolsa Local de Voluntariado acolheu um total 21 novas inscrições, tendo um envolvimento bastante ativo na dinamização de um conjunto de atividades, entre as quais se destacam:

- Encaminhamento de 27 voluntários no âmbito do Programa de Voluntariado Intergeracional 2022 (12 na edição da Páscoa, 4 na edição de Verão e 9 na edição de Natal);



- Encaminhamento de cerca de 70 voluntários para o Centro de Vacinação – Covid19, em articulação com outras entidades parceiras;
- Encaminhamento de cerca de 60 voluntários para atividades/projetos concelhios (Mosaico Social, Desporto Plural, E-mili@, entre outros);
- Envolvimento de cerca de 40 voluntários no Programa Municipal de Acolhimento de pessoas provenientes da Ucrânia;
- Dinamização do “Quiosque do Voluntariado” junto da Rede Social e de Agrupamentos de Escola concelhios;
- Comemoração do Dia Internacional do Voluntariado através do envio de um email/cartão de agradecimento para todos quantos estão inscritos na Bolsa e da participação na iniciativa Portugal Voluntário, dinamizada pela CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social;
- Participação no Projeto V17 – Projeto Intermunicipal, dinamizado pela AMP em conjunto com a entidade Pista Mágica.

9. Plano Municipal de Prevenção das Dependências – Núcleo Prevenir

9.1. Espaço OK: Consulta e/ou Aconselhamento para Jovens com Comportamentos de Risco

No âmbito do Núcleo Prevenir, em parceria com a Associação Ser + Pessoa, FapFeira e a Equipa de Tratamento do CRI – Porto Central (ARS Norte, em 2022, deu-se continuidade ao acompanhamento psicológico de 12 jovens, numa lógica de promover um estilo de vida adaptativo e saudável.

9.2. Ponto P – Versão 2.0. Por ti. Para ti.

Ao longo do ano de 2022, a iniciativa Ponto P foi sendo desenvolvida pelas entidades parceiras executoras, nomeadamente pela Associação Ser + Pessoa, Cooperativa Casa dos Choupos e ACES Feira/Arouca – Saúde Escolar e FapFeira. Neste ano, numa lógica de sensibilização e prevenção junto da comunidade escolar, foram dinamizadas ações informativas e interativas de prevenção do consumo de substâncias psicoativas e bebidas alcoólicas; e ações sobre a temática da sexualidade e doenças infectocontagiosas.

9.3. Serviços de Consultoria na Área da Prevenção Primária das Toxicodependências Junto das Instituições do Concelho (Contexto Familiar, Escolar e Espaços de Lazer, Recreativos e Desportivos)

Em 2022, o Município manteve o acompanhamento técnico, financeiro e de consultoria ao Núcleo Prevenir, que no âmbito da prevenção primária, e em parceria com a Associação Ser + Pessoa, desenvolveu as iniciativas “Alcança o Ser Cool”, “Decido com Sentido”, Clube d’Alegria, “Pais Atentos, Pais Presentes”, com o apoio dos parceiros da rede social concelhia.



10. GIP – Gabinete de Inserção Profissional

No decorrer do ano de 2022, foram atingidos os seguintes resultados:

- 40 sessões coletivas de informação sobre medidas ativas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou formação;
- 36 sessões de divulgação de oferta e planos formativos;
- 72 sessões de técnicas de procura de emprego e atendidas um total de 293 pessoas;
- 274 pessoas encaminhadas para ações de formação ou medidas de emprego;
- 364 ofertas de emprego rececionadas e registadas, tendo sido realizadas 120 visitas a entidades;
- 1 098 desempregados apresentados a ofertas de emprego, tendo sido colocados no mercado de trabalho um total de 81 pessoas;
- 1 123 desempregados convocados a ofertas de emprego;
- 931 atendimentos: 49 no âmbito do apoio à utilização dos serviços online do IEFP e 882 ao nível da prestação de informações gerais, declarações, alteração/atualização de dados e receção de documentação.

11. Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 4ª Geração: Projeto Direitos & Desafios em Rede | Projeto Direitos & Desafios INOVA +

11.1. Projeto Direitos & Desafios “Em Rede”

Com a duração de 36 meses, tendo iniciado a 1 de setembro de 2020, este projeto concretizou, no ano de 2022, as seguintes ações:

- **Em_Carreira ALPE – Orientação Profissional e Gestão de Carreira:** 949 destinatários diretos: 2 Pontos Em_Carreira ALPE – Orientação Profissional e Gestão da Carreira (Vila Maior e Canedo); 837 atendimentos personalizados; 3 Clubes Emprego; 9 Sessões temáticas de Informação à Medida;
- **Em_Carreira ALPE – Qualificação:** 130 destinatários diretos: 2 Em_Carreira ALPE – Qualificação (Vila Maior e Canedo); 1 Oficina "Promove-te!" - Oficina de empoderamento e de capacitação, 1 Encontro de Recrutamento | 3 de março de 2022 | 10 empresas, 11 candidatas a emprego | Centro Cultural de Milheirós de Poiares;
- **Em_Carreira ALPE – Empreendedorismo:** 55 destinatários diretos; 2 Pontos Em_Carreira ALPE – Orientação Profissional e Gestão da Carreira (Vila Maior e Canedo), 4 Sessões de Informação à Medida;



- **Oficina de Mesteres – Produção de figurinos:** 15 destinatários diretos: 1 percurso formativo estruturado e certificado “Confeção de Figurinos - Costura”;
- **Oficina de Mesteres – Gastronomia de época:** 17 destinatários diretos, 1 Oficina de Mesteres - Gastronomia de época em funcionamento; 1 percurso formativo “Confeção artesanal de bens alimentares”, em parceria com o Centro de Formação para o Setor Alimentar – CFPSA;
- **Oficina de Mesteres - Reparação de Instrumentos Tradicionais Portugueses:** 12 destinatários diretos, 1 Sessão de Apresentação, 1 Oficina de Mesteres - Reparação de Instrumentos Tradicionais Portugueses em funcionamento;
- **Semente - Produção Biológica & Educação ambiental:** 78 destinatários diretos: 5 atividades socioculturais: 1 - Rota dos Moinhos, 2 - showcooking de Broa de Milho, 3 - 1 visita pedagógica por crianças do da EB1 de Vila Maior - “Sementes do Amanhã”, 4 - 1 desfolhada | Vila Maior, 5 - 1 workshop de Educação Ambiental; 3 feirinhas- 1 feirinha da terra - Vila Maior - Festa do Espírito Santo, 2 - feirinha da terra - Guisande - Festa do Viso, 3 - feirinha da terra | Programa “Semente com História| Vila Maior; 2 visitas explorações agrícolas: 1- Ribeira do Covelo, 2 - Cogumelos de Argoncilhe;
- **Oficina OLINDA – Oficina de Liteiros com Inovação e Design acrescentado:** 13 destinatários diretos: 1 percurso formativo “Tecelagem Tradicional”, em parceria com a CEARTE;
- **Vila Verde - Oficina de Produção Agrícola para pessoas com incapacidade ou deficiência:** 7 destinatários diretos, 2 visitas pedagógicas por crianças, 1 Workshop de Agricultura Biológica e Educação Ambiental;
- **Dia Aberto nas Empresas:** 26 destinatários diretos, 3 visitas tecido empresarial local: 1 - RUDIMA Tapetes e Carpetes - Rui Dias Martins – Indústria de Tapeçarias, Lda, 2 - Vaniflex São João da Madeira, 3 - Costur’art São João da Madeira;
- **Emprego.Feir@ - Plataforma de Oferta e Procura de Trabalho // Incubação:** 66 entidades empregadoras; 76 ofertas de emprego registadas e 11670 encaminhamentos para ofertas de trabalho;
- **Trampolim - Programa de Desenvolvimento de Competências para pessoas com deficiência e incapacidade:** 12 destinatários diretos, 1 sessão de apresentação do Programa, 1 bootcamp: “Meet me in Bootcamp” - programa de desenvolvimento de competências psicossociais para (re)entrada no Mercado de Trabalho, 1 encontro de recrutamento;
- **InJovem - Programa de Empreendedorismo Jovem:** 20 destinatários diretos, 2 edições do Programa In Jovem.

Globalmente, o Projeto Direitos & Desafios – Em Rede permitiu a colocação de 282 pessoas no mercado de trabalho, em resultado da gestão da BOPT e da divulgação de oportunidades de emprego e foram criados 2 negócios.



11.2. Projeto Direitos & Desafios “INOVA +”

Com duração de 36 meses, este projeto teve início a 1 de julho de 2020, tendo concretizado, em 2022, as seguintes ações:

- **Ponto de orientação profissional e Gestão de Carreira – Emprego:** 319 destinatários diretos; 2 Pontos em funcionamento- Atendimentos personalizados, 1 Percursos Meet me in...Bootcamp - CEF- Centro Empresarial da Feira, 1 Edição “Promove-te! (Photovoice) – ALPE, 2 Apresentações/ Exposições “Promove-te! – ALPE; CEF, 1 Clube Emprego “Employment Kiosk - Employability with the migrant community” , 10 Sessões de Informação à Medida: “Emprego, Câmara, Ação”; “Competências no Mercado de trabalho”;“Comunicar para Empregar”; 4 sessões com “Divulgação Oportunidade de Emprego - Génération”; "Emprego Público! Como me posso candidatar?"; “Storytelling entrevistas emprego; “Competências valorizadas mercado trabalho”;
- **Ponto de orientação profissional e Gestão de Carreira – Qualificação:** 120 destinatários diretos; 2 Pontos em funcionamento- Atendimentos personalizados, 1 Bolsa Oferta Formativa em funcionamento, 7 Percursos Formativos: 4 Percursos formativos (Cerâmica Criativa III; Costura Criativa; Gestão de pequenos Negócios; Comunicação Assertiva) (18; 15; 19 e 17 participantes); “Costura e Confecção de Vestuário” (300h, ALPE, em parceria com o CEARTE, 18 participantes); Vida Ativa - Restauro e Transformação móveis (150h, IEFP, 4 participantes); Vida Ativa. Marketing Produto nas Redes Sociais (100h, ALPE, CEARTE, 15 participantes elegíveis de 17);
- **Ponto de orientação profissional e gestão de carreira – Autoemprego:** 154 destinatários diretos; 2 Pontos em funcionamento- Atendimentos personalizados, Lançamento do Concurso de Ideias e 1 Programa de aceleração de ideias de negócio - Acelera-te! - Europarque (12 participantes elegíveis de 15); 10 Sessões de Informação à Medida: “Talentos e Paixões podem ser negócios de Sucesso” (20 participantes); Jornadas de Empreendedorismo (26 participantes); workshop de Mobiliário Criativo (6 participantes); Competências de empreendedorismo (ALPE, 46 participantes elegíveis de 47); IM “Comunicação digital para negócios nascentes” (Europarque, 12 participantes elegíveis de 19); IM “Ideia de Negócio - Os passos para a concretização”(ALPE, 7 participantes elegíveis de 12). 2 Encontros em Rede: “Partilha de experiências empreendedoras” e “No Colaborar é que está o ganho” (10, 11, 17 e 18 dez, Loja Colaborativa, 12 participantes elegíveis de 14); Vista a 2 Negócios;
- **Oficina “Formação customizada de calçado e marroquinaria”:** 27 destinatários diretos, 1 Ação “Costura e Confecção de Vestuário” (300h, ALPE, em parceria com o CEARTE);
- **Empresas Open Door:** 46 destinatários diretos;6 Ações Open Door: 4 Visitas a empresas têxteis (Huber Tricot, Dishings – Camisaria, Beatriz dos Panos e à Albarrada Têxteis e 2 da área da cerâmica (Fábrica de Louça da Vergada e Atelier de Cerâmica de Cor em Corpo), em articulação com as Oficinas de Costura e de Cerâmica;



- **Oficina “Dar forma às ideias” – Prototipagem e apoio ao empreendedorismo no setor dos artigos de moda (calçado, marroquinaria):** 23 destinatários diretos; 3 edições da Oficina de Costura Criativa, 1 Workshop Dar forma às Ideias “Macramé”;
- **Oficina Ideias – Desenvolvimento de Competências e incubação de ideia:** 16 destinatários diretos; Realização de 3 Oficinas de artes tradicionais em funcionamento: - “Oficina de Mobiliário Criativo” – 2 edições, “Oficina de Cerâmica Criativa” – 3 edições;
- **Emprego.Feir@ - Plataforma de Oferta e Procura de Trabalho // Incubação:** 92 entidades empregadoras, registando 195 ofertas de emprego; 1640 encaminhamentos para ofertas de emprego;
- **Feira//trainees - Desenvolvimento de Competências & Estágios:** 11 destinatários diretos; 1 Edição do Programa de Desenvolvimento de Competências Feira//trainees;
- **Academia de Capoeira:** 19 destinatários diretos; 1 ação a decorrer de forma continuada.
- **Cursos de Verão – Summer courses:** 8 destinatários diretos; 1 Edição “ Digital Shoe Xperience”;
- **Fábrica de ideias - programa de aceleração de ideias para resolução dos problemas de integração profissional dos jovens:** 12 destinatários diretos; 1 programa de aceleração de ideias para resolução dos problemas de integração profissional dos jovens;
- **Shoes (choose) Your Life:** 4 destinatários diretos; 1 Edição em parceria com o Centro Tecnológico do Calçado Portugal;
- **Estufa de Ideias - Laboratório de aceleração de ideias para resolução dos problemas de integração profissional, a partir dos Fóruns Sociais de Freguesia:** 18 destinatários diretos; foram realizadas 6 reuniões com 15 instituições do concelho, que com recurso a mentoria, visam o desenho de soluções assentes em modelos participativos e colaborativos. Foram realizadas 6 reuniões com 6 empresas locais, no sentido da aproximação do tecido empresarial e organizações sociais, reforço da área de responsabilidade social e para criação de um conselho de mentores. 1 Edição “Mosaico Tours” para conhecimento de projetos inovadores e partilha de boas práticas (4 organizações visitadas, 4 pessoas participantes, 2 entidades). Foi publicada 1 newsletter “Inovação Social em Destaque”. 1 Laboratório de inovação “Atendimento a pessoas vulneráveis” (ALPE. 1 Entidade participante, 6 pessoas participantes).

Globalmente, o Projeto Direitos & Desafios – Inova + permitiu a colocação de 130 pessoas no mercado de trabalho, em resultado da gestão da BOPT e da divulgação de oportunidades de emprego e a criação de 18 negócios.

12. Provedoria Municipal dos Cidadãos Portadores de Deficiência



No decurso de 2022, a Provedoria, no âmbito da sua atividade, deu continuidade à auscultação das necessidades e preocupações dos munícipes com deficiência ou incapacidade, promovendo os seus direitos, legítimos interesses, autonomia diária e qualidade, através das seguintes iniciativas:

- Participação na Sessão Informativa de Apresentação da Estratégia Nacional para a Inclusão de Pessoas com Deficiência e no 5º Encontro Nacional da Rede de Balcões da Inclusão;
- Participação no VII Encontro de Cuidadores de Crianças e Jovens com Deficiência em Idade Escolar – Medidas de Integração Profissional – Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade;
- Acompanhamento do projeto-piloto CAVI – Centro de Apoio à Vida Independente e articulação com a equipa do Programa 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação na apresentação de propostas de atuação;
- Promoção da integração de pessoas portadoras de deficiência e incapacidade em vários programas municipais dirigidos a esta população (LabInDança, Orquestra Criativa, TransformArte, Desporto Plural, Linhas com Rosto);
- Colaboração no levantamento e apresentação de propostas para a concretização da candidatura ao galardão de Praia Acessível da Praia Fluvial da Mamôa, galardão atribuído na época balnear de 2022;
- Colaboração na organização da Semana Europeia da Mobilidade, dinamizada pelo Município, e participação em ações de formação sobre as questões da acessibilidade e mobilidade;
- Participação nas ações dinamizadas no âmbito da empregabilidade pela Associação Salvador e pela ALPE – Agência Local em Prol do Emprego e articulação nas sessões de recrutamento/bootcamps, como por exemplo a ação “Meet me in...Bootcamp!”.

13. Gabinete da Qualidade

No ano de 2022, este Gabinete procurou garantir a melhoria contínua dos processos definidos, tendo assegurado a manutenção da estrutura documento do Sistema de Gestão da Qualidade da DASQV; o tratamento e monitorização das exposições/reclamações dos munícipes no âmbito da atuação da DASQV; e a manutenção e atualização da base de dados respeitante às normas e regulamentos internos e demais legislações em vigor.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira durante o ano de 2022 desenvolveu, através do Serviço Municipal de Proteção Civil, as missões de apoio à população de forma muito intensa, dando continuidade à exigente resposta à pandemia de COVID-19, que além de constituir uma crise sanitária e de saúde pública à escala mundial, também afetou a estabilidade social e económica de



muitas famílias a nível local. A missão da autarquia focou-se na resposta sem descuidar os objetivos estratégicos definidos, devidamente alinhados com as diretrizes no âmbito Nacional, designadamente a estratégia da Proteção Civil Preventiva 2020/30. A articulação entre os serviços municipais e agentes de proteção civil, permitiu responder às solicitações da comunidade garantindo o bem-estar, tranquilidade, segurança e socorro dos munícipes. A autarquia continuou a desenvolver um trabalho de mitigação à pandemia, mas também nas ações de planeamento e resposta à emergência, apoio às populações, sensibilizações e segurança. Para dar apoio à população, continuamos a realizar o atendimento telefónico de apoio à população através da linha 24h da proteção civil que funcionou 24 horas por dia durante todos os dias do ano.

COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL (CMPC)

A CMPC assegura que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência, se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto. Assim, este serviço organiza os diversos passos preparatórios para a promoção das reuniões da CMPC, bem como, as demais reuniões informais, que por qualquer motivo, sejam necessárias dinamizar com os diversos intervenientes, executando as ações e propostas que daí advêm.

2022	Reunião Dia 27 de Abril de 2022 Reunião Dia 11 de Julho de 2022 Reunião Dia 14 de Dezembro de 2022

SENSIBILIZAÇÃO PÚBLICA

No domínio da comunicação e sensibilização pública foram realizadas, um conjunto de ações que contribuíram para o fomento da cultura de segurança entre os cidadãos em todos os escalões da sociedade, nas redes sociais do município, bem como, junto das juntas de freguesias, paróquias, escolas, instituições, rádios e jornais e parceiros institucionais. Foram efetuadas várias informações à população referentes aos avisos/alertas emitidos pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e pelo Instituto Português de Meteorologia nomeadamente no âmbito das medidas de prevenção a adotar face à atual situação meteorológica do concelho de Santa Maria da Feira.



EDUCAÇÃO PARA O RISCO

PROJETO EDUCATIVO – A PROTEÇÃO CIVIL E AS ESCOLAS – UM CAMINHO EM COMUM

O projeto educativo “PROTEÇÃO CIVIL E AS ESCOLAS: UM CAMINHO EM COMUM” pretende dar uma resposta à comunidade escolar sobre a importância da sua participação ativa na identificação de problemas, ameaças e vulnerabilidade, e no implemento de soluções simples, práticas e duradouras, identificando e otimizando os recursos existentes para a prevenção e minimização dos riscos a que esta comunidade está sujeita, buscando a redução dos custos económicos e sociais gerados pelos desastres/acidentes graves que devem ser enfrentados por toda a sociedade civil. É também nosso objetivo transmitir aos diretores/professores e auxiliares das escolas, noções de proteção civil, tornando-os parceiros e facilitadores no processo de formação. A dinamização das diversas ações apresentadas neste projeto pela proteção civil quer que os alunos sejam multiplicadores das informações recebidas, contribuindo para o bem da comunidade onde vivem. Em 2022 foram realizadas sessões nos diferentes anos de ensino em todos os agrupamentos de escolas, educou-se para o risco sísmico, segurança em casa, regras de evacuação, kit de emergência e prevenção a incêndios florestais de forma interativa e participativa, onde agentes de proteção civil /comunidade /família/educando são parte do mesmo processo que favorece a perceção das partes (indivíduos) orientados para uma visão coletiva. O Projeto, engloba um conjunto de atividades que são articuladas com os diversos protagonistas na área da segurança, emergência e socorro, nomeadamente, SMPC, Bombeiros Voluntários, Cruz Vermelha, GNR e PSP, destinadas a todos os alunos do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico.

PROGRAMA ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS

O programa “Aldeia Segura” é definido como um “Programa de Proteção de Aglomerados Populacionais e de Proteção Florestal” e destina-se a estabelecer “medidas estruturais para proteção de pessoas e bens, e dos edificados na interface urbano-florestal, com a implementação e gestão de zonas de proteção aos aglomerados e de infraestruturas estratégicas, identificando pontos críticos e locais de refúgio”. Por seu turno, o programa “Pessoas Seguras” visa promover “ações de sensibilização para a prevenção de comportamentos de risco, medidas de autoproteção e realização de simulacros de planos de evacuação, em articulação com as autarquias locais”.

Em Santa Maria da Feira temos implementado os programas em 11 aldeias, todas com oficiais de segurança em articulação com as juntas de freguesia. Em conjunto com os agentes de proteção civil municipais foi feita uma monitorização de todos os dados em todas as aldeias com o programa implementado. Foram verificadas as sinalizações, materiais e feito o reforço na sensibilização da população para o que fazer em caso de incêndio e como evitar comportamentos de risco.



AÇÕES DE FORMAÇÃO

A prestação de serviços no SMPC envolve sempre algum risco e como tal todas as operações devem ser executadas de forma racional, inteligente, planeada e segura. Um dos aspetos mais importantes no trabalho é a segurança, pelo que importa referir que devemos analisar permanente os riscos tendo em conta os benefícios operacionais para que se trabalhe dentro de um risco aceitável. Logo, é vital garantir que todos os colaboradores devem estar preparados Física e Psiquicamente, devidamente equipados com Equipamento de Proteção Individual e terem Conhecimento e Competência para o desempenho da função. Entre as diversas ações de formação destacam-se a formação em Matérias Perigosas, Instalação e Gestão de ZCAP, Veículos e Novas Tecnologias.

EXERCÍCIOS / SIMULACROS

Reconhecendo a importância que os treinos, exercícios e simulacros têm para que numa situação



real, seja mais fácil de lidar com a ocorrência, e com os sentimentos de medo e pânico que lhe estão inerentes, o treino permite transmitir às pessoas como devem agir, minimizando danos e os riscos associados à operação de socorro. Em 2022 registamos um crescente na realização de exercícios de sala em todas as escolas sobre a gestão municipal, assim como, tivemos um aumento na participação como observadores em diversos tipos de estabelecimentos e indústrias. Os eventos municipais também foram alvo de exercícios TTX. No total registamos 116

participações em exercícios e simulacros. No âmbito da estratégia de proteção civil municipal foi dinamizado um simulacro de grandes dimensões designado por PASIR. No dia 7 de Maio de 2022, no nordeste do concelho, nomeadamente na localidade da Inha, freguesia de Canedo iniciou-se o primeiro de vários cenários de emergência e socorro.

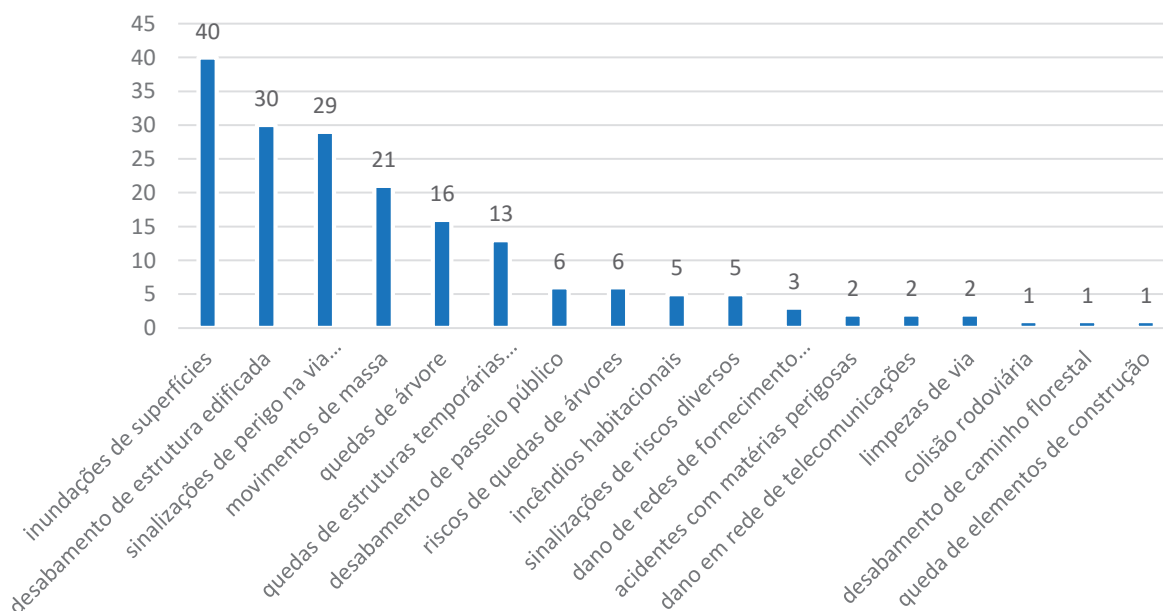
Foram envolvidos cerca de 200 agentes de proteção civil do distrito de Aveiro, articulados no posto de comando localizado no parque de estacionamento junto a igreja do Vale. O simulacro, que decorreu nas freguesias de Canedo e Louredo, serviu para aferir da capacidade de resposta integrada dos serviços municipais e agentes de proteção civil perante ocorrências em simultâneo. Para além do combate às chamas, foi testado o apoio às populações, integradas no "[Aldeia Segura](#)". Serão evacuados habitantes de Parada e de [Rebordelo](#), duas aldeias com risco de incêndio muito elevado. A população foi concentrada nos locais definidos de refúgio, prevendo-se a retirada de pessoas com mobilidade reduzida. Cerca de 16 pessoas com essas limitações, em Rebordelo, vão ser transportadas para a Escola EB 2,3 de Canedo. Recorreu-se, em alguns casos, a voluntários que substituíram alguns dos cidadãos com mobilidade reduzida, evitando a estes moradores situações de stress e outras, consideradas desnecessárias. Acrescentou-se ao cenário o capotamento de um veículo com três pessoas no seu interior e a simulação de um cidadão desaparecido em Rebordelo que, ao fugir do incêndio caiu numa rabina.



INTERVENÇÕES / OCORRÊNCIAS

Assumindo as suas funções no Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), que comporta um conjunto de estruturas, de normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil e as entidades com dever de cooperação, atuam no plano operacional, articuladas sob um comando único, sem prejuízo da respetiva hierarquia e funcional, foi dada resposta de apoio a um total de 185 ocorrências municipais em articulação com as brigadas municipais e agentes de proteção civil:

TIPOLOGIA DE OCORRÊNCIAS



Foi dada continuidade na aquisição de materiais e equipamento técnico e operacional, destinado a dar resposta às solicitações no âmbito das operações de proteção civil.

CENTRO DE DOAÇÕES UCRÂNIA

Solidários com o povo da Ucrânia, este município implementou um conjunto de medidas de apoio, onde coube ao SMPC a gestão de um centro de doações onde se realizou a recolha de bens doados pelos cidadãos, empresas e instituições. Para além de apoio as famílias que recebemos no nosso concelho, foi também assegurada toda a cadeia logística de transporte dos donativos até ao destino, na linha da frente da guerra ou nos campos de refugiados.

Foi no Pavilhão 3 [Porta 8] do Europarque que funcionou o centro de doações para receber bens a favor do povo ucraniano, angariados pela comunidade feirense em diferentes pontos de recolha do concelho. Foram organizados milhares de caixotes de roupa, bens alimentares, alimentos para animais, medicamentos, cobertores, brinquedos, produtos de higiene e foram alguns dos vens



enviados para a Ucrânia para apoio aos refugiados. Sublinhar o apoio que voluntários e os agentes de proteção civil municipal deram a este centro.

EVENTOS

Verificamos que entidades privadas e públicas apostam cada vez mais na realização de eventos como instrumento de atração turística e promoção regional, pelo que em 2022 registou-se um aumento expressivo de solicitações de apoio ao SMPC na gestão de segurança em eventos.

Frequentemente estes espetáculos são realizados em recintos abertos sem barreiras e suportes físicos que permitam fazer um controlo de acesso do público. O facto de estes recintos serem vulgarmente ocupados por multidões que não estão diretamente controladas gera diversos fatores de risco que muitas das vezes, desencadeiam incidentes e até acidentes, que poderiam ter sido atempadamente evitados, pelo que é vital o planeamento, acompanhamento e na logística em dezenas de eventos, nomeadamente a Festa das Fogaceiras, Imaginarius, Viagem Medieval, Concertos de Música, Provas Desportivas, Espetáculo, Dia da Defesa Nacional, Mosaico Social, Perlim, entre outros. No total cooperamos com 52 iniciativas culturais, sociais e desportivas.

MEDIDAS MUNICIPAIS COVID-19

O Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Santa Maria da Feira – PMEPCSMF, continuou ativado até ao dia 20 de março de 2022 garantindo o reforço de recursos humanos de apoio adequados à organização e as necessidades operacionais. No Centro Operacional Municipal - COM, a funcionar em permanência no espaço “Centro Empresarial do Europarque”, continuamos a centralizar e tratar toda a informação operacional relevante para a gestão de todas as solicitações dos vários agentes de proteção civil, serviços de saúde locais, apoio de serviços essenciais à população geral, população geral e demais entidades colaborantes. Constituiu-se um armazém de emergência COVID-19, onde se centralizava as aquisições de equipamentos de proteção individual-EPI, materiais e equipamentos tidos como vitais nas diferentes respostas a pandemia.

Foram realizadas 3 ações de desinfeção pelo SMPC através de um sistema de desinfeção/descontaminação UV/Ozono, que foi adquirido. Houve a necessidade para dar refeições em operações de apoio aos agentes de proteção civil - Apoio Logístico Alimentação, assim como, houve a necessidade de garantir apoio logístico de transporte, realizando vários transportes para realização de testes COVID-19 e para apoio a população. Este serviço deu apoio logístico no funcionamento do centro de vacinação, pelo que foi necessário dotar o serviço com materiais e equipamentos. Em alguns eventos foram realizados testes em massa de forma a mitigar o risco de contágio do COVID 19 e foram ainda elaborados planos de contingência com medidas preventivas.



APOIO AOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL

Os bombeiros são dos elementos de proteção civil aqueles que as populações mais procuram e mais confiam para a resolução dos seus problemas. Conscientes do inestimável valor de todos os bombeiros, da importância da qualidade do seu trabalho, e da necessidade de manter a motivação de quem o faz. No ano de 2022, foram executados os protocolos de cooperação, protocolo das equipas de intervenção permanentes e regulamento de regalias, continuando a apoiar financeiramente e materialmente os nossos bombeiros, cruz vermelha e ainda as forças de segurança deste município.

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

Durante o ano de 2022 os funcionários afetos a este gabinete intervieram na resolução de 5 situações relacionadas com o abate de árvores em risco de queda para o espaço público; 25 situações de aplicação de sal em vias municipais de forma a evitar a formação de gelo; aplicação de material absorvente em 3 situações de derramamento de combustíveis na via pública, e na recolha de um enxame de abelhas. Foram desenvolvidas ainda as seguintes atividades:

1. Gestão da zona de caça municipal de Santa Maria da Feira (proc. nº 6646-ICNF)

Com a publicação do Despacho VPCD-PS/037/2022 de 12 de janeiro de 2022, foi renovada por mais 6 anos a transferência de gestão dos terrenos cinegéticos incluídos no processo nº 6646-ICF, para este Município, com efeitos a partir de 15 de maio último.

Os trabalhos envolveram atividades normais de gestão que passaram pela reposição da sinalização referente à delimitação da zona de caça e áreas de refúgio, o esclarecimento aos caçadores sobre as normas de funcionamento da zona de caça municipal, envio ao ICNF do resultado da Exploração Cinegética e Financeira da época 2021-2022, supervisão das atividades desenvolvidas pela Secção de Taxas e Licenças da Divisão Administrativa do Pelouro de Administração e Finanças, respeitantes à receção de inscrições e emissão de autorizações de caça, e elaboração do Plano Anual de Exploração da época 2022-2023. Em 2022 foram emitidas 61 autorizações de caça.

2. Coordenação dos trabalhos de manutenção/recuperação da Mata das Guimbras

À semelhança dos anos anteriores, os trabalhos desenvolvidos disseram respeito ao controlo da vegetação espontânea realizando vários cortes por toda a mata; acompanhamento do desenvolvimento das árvores plantadas nos últimos anos realizando podas de formação; recolha regular de resíduos sólidos deixados nas Guimbras e despejo dos cestos de apoio ao parque de merendas ali existente; recolha e queima das folhas, ramos e casca das árvores caídas sempre que necessário; arranque manual da regeneração de austrálias, eucaliptos e outras espécies infestantes



por toda a Mata e substituição das árvores mortas; arranjo dos desvios de água nos caminhos e trilhos para reduzir o impacto da escorrência da água das chuvas; construção de trilho/escada em madeira entre socalcos no interior da mata.

Durante 2022 foram transplantadas 20 árvores entre carvalhos, azereiros e aveleiras aproveitando a regeneração existente no local.

3. Programa de controlo da vespa asiática.

Neste ano foram eliminados/destruídos ou tratados 820 ninhos de vespa asiática.

Os equipamentos e materiais mais utilizados foram, as viaturas ligeiras deste serviço, a viatura com plataforma hidráulica, fatos de apicultor, botijas de gás e maçarico.

Este serviço foi melhorado com a aquisição de um marcador de ar comprimido (equipamento do género das armas usadas no “paintball”) que permite fazer o tratamento dos ninhos mais altos e de acesso mais difícil, de forma mais segura, eficaz e rápida.

4. Prevenção de Incêndios Florestais

- a) Esclarecimento a munícipes por telefone e/ou pessoalmente, sobre a problemática dos incêndios, legislação aplicável e medidas de prevenção a tomar;
- b) Fiscalização e notificação a munícipes para o cumprimento do DL 124/2006 de 28 de junho, na sua versão mais atual, nomeadamente para a execução das faixas de gestão de combustível (47 notificações);
- c) Fiscalização e notificação a munícipes para o cumprimento do Regulamento Municipal de Resíduos no que diz respeito ao controlo da vegetação em espaços não enquadráveis no DL 124/2006 de 28 de junho (10 notificações);
- d) Fiscalização de viaturas, em aparente situação de abandono, no espaço público (71 informações);
- e) Identificação de proprietários com terrenos em situação de incumprimento da gestão de combustível, respondendo a pedidos feitos pela GNR (139 respostas);
- f) Divulgação dos editais, nas juntas de freguesia relacionadas e/ou pessoalmente, aos proprietários dos terrenos incluídos nas faixas de gestão de combustível junto de aglomerados populacionais e rede viária municipal, previstos executar em 2022 (105 proprietários contactados);
- g) Registo de queimas, a pedido dos munícipes, na plataforma criada pelo ICNF para o efeito, por telefone e/ou presencialmente;
- h) Beneficiação de 10 km de caminhos florestais no âmbito do programa de melhoramento da rede viária que serve as principais áreas florestais do concelho;
- i) Execução de 6 ha de faixas de gestão de combustíveis junto de vias municipais;
- i) Elaboração de pareceres relativos a projetos de arborização/rearborização no âmbito do RJAAR;
- j) Elaboração de pareceres sobre o enquadramento de projetos de edificação em meio rural.



GABINETE MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

O presente relatório diz respeito apenas a algumas medidas e atividades realizadas ao longo de 2022, no âmbito das suas 4 vertentes na Saúde Pública e Saúde e Bem-Estar Animal, estabelecidas no Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de maio: PREVENIR, ALOJAR/CUIDAR, SENSIBILIZAR e ATUAR.

A. PREVENIR

A-1. PVRAM - Plano de Vigilância de Resistência Antimicrobiana

O médico veterinário municipal realizou em 18/10/2022, uma ação de recolha de amostras aleatórias de carne em talhos de Santa Maria da Feira para análise pelo [INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária](#). Os estabelecimentos de comércio a retalho à base de carne selecionados aleatoriamente foram os seguintes: Talho Seixal – Milheirós de Poiães; Espeto Talhos – Arrifana; Talho Quintas – Arrifana; Talho Ideal – Escapães; Talho Vila Nova – Santa Maria da Feira. Uma ação de colaboração do Município com a [DGAV - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária](#), integrada no Programa de Vigilância da Resistência Antimicrobiana em Agentes Zoonóticos (PVRAM), determinado pela União Europeia.

A-2. SERVIÇO OFICIAL DE PROFILAXIA DE CÃES E GATOS (SOPCG)

Animais vacinados e identificados em 2022

A campanha de vacinação antirrábica é anual e abrange dois períodos: o normal, em que se promove concentrações em todas as freguesias do município, que em 2022 ocorreu no período compreendido entre 2 e 28 de maio, e o especial, durante o resto do ano no canil municipal. Foram vacinados de março a dezembro, 868 cães, identificados 333 animais e emitidos 730 boletins sanitários. Em janeiro e fevereiro, por falta de despacho da DGAV, não decorreu campanha.

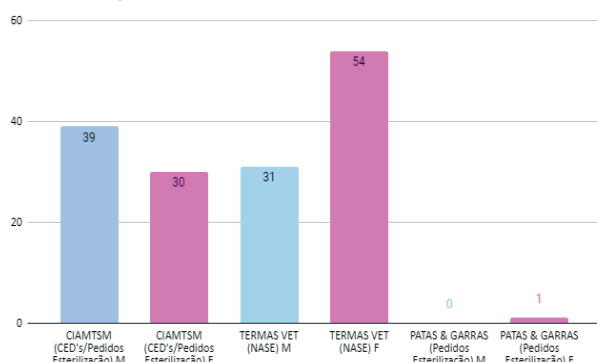
A-3 ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA

A-3.1. Estatística de animais esterilizados em 2022

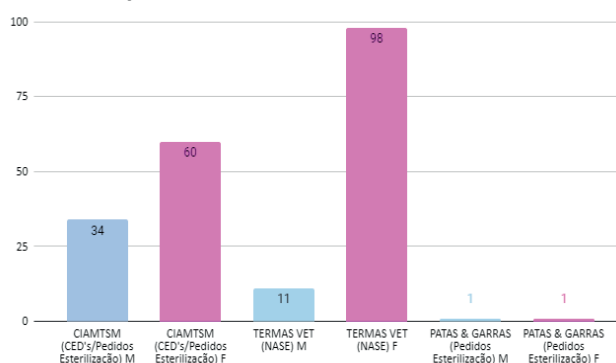
Em 2022, no âmbito do nosso programa de controlo da população animal, procedemos à esterilização de um total de 360 animais (70 cães, 85 cadelas, 46 gatos e 159 gatas), distribuídos pelos locais de esterilização protocolados, CIAMTSM, Termas VET, Patas e Garras:



2022 Esterilizações - Cães



2022 Esterilizações - Gatos



De 2021 para 2022, houve um decréscimo no número total de esterilizações efetuadas (de 515 para 360), por motivos a que fomos alheios e que levou à decisão de não se avançar com nova edição da campanha “Não ao Abandono, Sim à Esterilização” em 2022, enquanto que a de 2021 (que contou com quase 450 animais inscritos) não fosse concluída.

A-3.2. Campanha NASE (Não ao Abandono, Sim à Esterilização)

Existiram, portanto, alguns atrasos inerentes à necessária tramitação do processo burocrático de renovação de contrato de esterilizações com o CAMV (Centro de Atendimento Médico Veterinário) prestador de serviços, Termas Vet, da campanha de 2021, levando a uma suspensão temporária dos agendamentos das cirurgias, nos meses de abril a julho, tendo depois sido retomadas e concluídas recentemente já nos primeiros meses de 2023. Estão agora reunidas as condições para avançar em 2023 com nova edição. Outro dos motivos para esse decréscimo, decorre do facto da sala de esterilização no CIAMTSM estar à disposição de cada um dos 6 municípios, de forma rotativa e em escala, em média, 2 manhãs por mês e face à lista de colónias de gatos de rua que dispomos de momento registadas em Santa Maria da Feira (77) e para a qual temos efetuado uma gestão, de forma a que sejam todos chamados faseadamente, a AMTSM vai contratar em 2023 um médico veterinário a tempo inteiro e não a tempo parcial que assegurará o acompanhamento da gestão diária da população animal no CIAMTSM, bem como proceder às esterilizações dos animais do CIAMTSM, de Adoções Externas e CED's de Gatos de Rua, aumentando a capacidade de resposta, de forma a que a nossa oferta se torne progressivamente proporcional à cada vez maior procura.

A-3.3. Colónias de Gatos de Rua (CED – Captura, Esterilização e Devolução)

O (CED) é um método humano e eficaz de controlo de colónias de gatos e de redução das populações felinas silvestres. O processo envolve a captura dos gatos de uma colónia, a sua esterilização, um pequeno corte na orelha esquerda para fins de identificação visual dos esterilizados, identificação eletrónica, desparasitação e, por fim, a devolução dos animais ao seu território de origem, onde são alimentados e protegidos por um cuidador. Dispomos até ao final de 2022 e ao abrigo deste programa, que iniciou em setembro de 2020, um total de 77 colónias sinalizadas de gatos de rua (15 em 2020, 42



em 2021 e 20 em 2022). Prevemos de futuro implementar e oficializar colónias de gatos do município, com regras de bem-estar e de higiene devidamente implementadas, sendo as cuidadoras voluntárias na sua gestão diária e dispondo de apoio para além da esterilização, nos cuidados de saúde, alimentação e envolvendo as freguesias onde se localizem. Em 2022, das 360 esterilizações, 90 foram para gatos de rua e realizadas no CIAMTSM.

A.3.4. Esterilize - Análise comparativa 2020 a 2022

Neste momento, a esterilização como método de controlo da população animal, neste município é realizada através da campanha “Não ao Abandono, Sim à Esterilização - NASE”, do programa de apoio a CED de Gatos de Rua e à esterilização de animais do Canil Municipal. No CIAMTSM, são realizadas as esterilizações do programa CED de gatos e as adoções efetuadas no canil Municipal e adoções externas, sendo a Termas Vet, o local para as esterilizações de animais com titular (Campanha NASE).

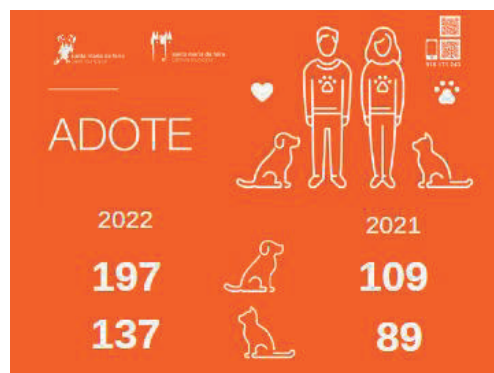


B. ALOJAR/CUIDAR (CANIL MUNICIPAL DA FEIRA)

Houve um claro aumento no número de solicitações de recolha de animais de rua de 2021 para 2022 (de 249 para 331), bem como também no número de diligências efetuadas pelo serviço médico veterinário municipal (de 122 para 214), para as colmatar, apesar da sobrelotação constante do CIAMTSM, da AANIFEIRA e do próprio Canil Municipal da Feira. Em 2022 foram alojados um total de 397 animais, distribuídos da seguinte forma: 207 na AANIFEIRA, 153 pelo Canil Municipal e 29 pela Associação Cão ou Sem Casa.

B-3- Estatística das adoções de animais - 2022

Houve um claro aumento das adoções, fruto sobretudo do apoio das Associações Zoófilas (Aanifeira – 109 cães e 117 gatos ; Cão ou Sem Casa – 50 cães e 9 gatos ; Canil municipal – 21 cães e 11 gatos), uma vez que as adoções por particulares são infelizmente reduzidas, a necessidade de divulgação dos mesmos de forma mais difundida e regular e o facto de que o CIAMTSM, constantemente sobrelotado, apenas nos recebeu 19 animais, quando era o local de destino final maioritário, uma vez que é o centro de recolha oficial de maior capacidade. Sem esta ajuda para a saída de animais, é quase impossível efetuar recolhas de animais, face aos condicionalismos da Lei 27/2016. Este problema tem





agudizado, pois por um lado não há adotantes suficientes, nem se adota propriamente um animal todos os anos.

Avizinham-se tempos muito complexos, quer pela conjuntura económica, pelos problemas de foro social e de saúde mental agravados com a pandemia, pela dificuldade na mudança de mentalidade no abandono e responsabilização individual dos cidadãos, depositando no estado e autarquias o ónus de um problema da própria sociedade,

B.4. Adote um amigo de quatro patas - Campanha para adoção de cães

“Adote um amigo de quatro patas” foi o desafio que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira lança a todos os que queiram partilhar a sua vida com um cão ou gato, através da adoção responsável. Antes de comprar um animal de companhia, a autarquia lembra que há muitos animais que merecem encontrar um novo lar e uma família que lhes proporcione uma segunda oportunidade para serem felizes. Os animais adotados no Canil Municipal de Santa Maria da Feira saem com a vacina tetravalente, vacina antirrábica, microchip, desparasitação interna e externa e esterilização. O Canil está de portas abertas para adoções às terças e quintas-feiras, das 9h00 às 12h00, mediante marcação prévia. “Não aja por impulso. Pondere o seu quotidiano e analise o seu tempo disponível para garantir a qualidade de vida dos patudos. Adotar é um ato de responsabilidade que implica um compromisso sério. Eles não falam, mas sentem e anseiam por uma nova família que os cuide e mime, em troca, passará a saber o verdadeiro significado de gratidão”, apela a Câmara Municipal. Tratou-se de uma campanha da Comunicação do Município, onde semanalmente publicavam um animal em destaque e o mesmo ia sendo acrescentado aos restantes, à página de divulgação da campanha, bem como os adotados, iam sendo referenciados como tal. Os animais para adoção encontram-se em: <https://cm-feira.pt/web/guest/adote-um-amigo-de-quatro-patas>. Em 2023, será dada uma nova “roupagem” e maior visibilidade a esta campanha, uma vez que a divulgação de animais para adoção deve ser prioritária, dando visibilidade e de forma constante, quer no meio físico, quer no meio digital. Neste momento e para além de outros meios: o blogue: <https://canilmunicipaldafeira.blogspot.com> e o perfil de Instagram <https://www.instagram.com/cvmfeira/>) e uma vez que necessitamos de presença constante dos animais que alojamos disponíveis para adoção, dispomos também, os mesmos, desde setembro de 2022, na plataforma gratuita Petify (<https://petify.io/profiles/view/cvmfeira>). Em poucos meses de atividade, estamos já na posição 18 de um total de 91 associações e centros de recolha oficiais listados, com 50 anúncios publicados.



B-5. Estatística das entradas e saídas de cadáveres de animais – 2022

			JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL		
CADAVERES	ENTRADAS	RECOLHIDOS (SRA/SMPG)	Cães	9	8	5	0	2	5	5	2	6	6	8	11	67	
		Gatos	4	4	8	2	5	3	5	6	5	5	11	9	9	67	
		Outros	2	0	1	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	7	
		ENTREGUES (AANI/FEIRA/CAMV/OUTROS)	Cães	4	0	2	3	2	6	7	0	12	6	1	0	0	45
		Gatos	0	0	0	0	1	11	2	1	6	6	4	0	0	0	31
		Outros	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
	MORTES NATURAIS/OISÍSES (CANIL FEIRA)	Cães	1	2	2	0	2	3	2	1	1	0	1	0	0	15	
		Gatos	0	1	0	1	0	4	4	4	1	0	0	0	0	19	
		SAÍDAS															
		CIAMTSM	Cães	29	7	7	6	6	19	19	3	20	12	7	14	14	148
			Gatos	5	8	9	2	6	13	10	8	11	12	10	10	10	104
			Outros	3	0	1	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	8
INIAV	Cães	2	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5		
	Gatos	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2		
TOTAL																	
ENTRADAS																	
SAÍDAS																	
TOTAL																	

C. SENSIBILIZAR

C-1. Feira com Ucrânia - Entrada em Portugal de refugiados da Ucrânia com animais de companhia

Decorrente da Guerra da Rússia e Ucrânia e a entrada de refugiados em Portugal com os seus animais de companhia, provenientes de um país não indemne de Raiva e grande parte sem identificação eletrónica (microchip), como forma de regularizar e agilizar a sua entrada sem quarentena imediata à entrada, conforme seria a regra, a DGAV (Direção Geral de Alimentação e Veterinária) desenvolveu o Programa de Acolhimento da Ucrânia, a ser depois implementado localmente pelos Médicos Veterinários Municipais e pelos Médicos Veterinários Clínicos.

Em 2022, acorreram vários refugiados com os seus animais aos nossos serviços, onde procedemos à regularização dos atos em falta (identificação eletrónica, registo SIAC, emissão de boletim sanitário e vacinação antirrábica), sem qualquer custo adicional, por uma questão de solidariedade.

Posteriormente, os animais foram submetidos a uma pequena colheita de sangue para efeito de titulação de anticorpos para a raiva, para a qual contamos com a solidariedade da Clínica Patas & Garras, que procedeu á colheita do mesmo. O envio das amostras para análise pelo INIAV em Oeiras foi processado igualmente pelo serviço médico veterinário municipal. Seguem os animais intervencionados neste ano: um canídeo (Coco) e quatro felídeos (o Spok, o Deyneris, a Lola e a Kosha. O programa encontra-se referido em: <https://www.dgav.pt/destaques/noticias/entrada-em-portugal-de-refugiados-da-ucrania-com-animais-de-companhia/> . Bem-vindos! Welcome! ласкаво просимо!

C-2. Assembleia de Crianças – Aqui Decides Tu!

No âmbito do Projeto Educativo Assembleia de Crianças "Aqui decides tu!", de Santa Maria da Feira, através do [Centro de Recursos Educativos Municipal](#), foi escolhida por 2 turmas do 3.º ano, uma da Escola Básica n.º 1 da Feira, da Professora Edite Almeida e outra da Escola Básica n.º 2 da Feira, da Professora Liliana Pais, a temática dos animais de companhia! A participação iniciou-se com uma visita conjunta das 2 turmas ao CIAMTSM (Canil Intermunicipal da AMTSM), em Ossela, onde esteve presente o médico veterinário municipal para as receber com toda a alegria e entusiasmo. Todos puderam ver os nossos animais e conhecer os temas do abandono, maus tratos aos animais e educação pela causa animal. Após a visita, cada turma desenvolveu em contexto escolar as



campanhas que pretendiam levar a cabo. A Turma do 3º ano da EB N.1 Santa Maria da Feira - Ação de sensibilização "aconchega-me" de recolha de mantas e aconchegos para os animais do canil. Os donativos foram entregues a 30 de junho. A Turma do 3º ano da EB N.2 Santa Maria da Feira - Visita ao Canil Intermunicipal de Ossela, ação de sensibilização para a adoção junto da comunidade escolar.

C-3. Dia Mundial do Animal – 04/10/2022

Decorreu nesse dia no Canil Municipal, o atendimento ao público para vacinação e identificação eletrónica de cães. Sendo o Dia do Animal e do Médico Veterinário, presentamos estes patudos com: uma bolsa plástica para guardar a documentação, uma pipeta para desparasitação externa e comprimidos para a desparasitação interna. Porque prevenir é sempre melhor que remediar! Foi uma singela forma de celebrar este dia.

**URBANISMO, PLANEAMENTO,
TRANSPORTES E MOBILIDADE**



O planeamento (nas suas diferentes vertentes e escalas), o urbanismo e a mobilidade são áreas que se interligam e atuam em conjunto no território, com a finalidade de garantir o uso racional do espaço urbano e rústico. Têm como objetivo comum promover o desenvolvimento económico, social e cultural da população, melhorar a qualidade de vida das pessoas e proteger o ambiente. O papel do Município, na implementação das suas políticas públicas – sustentadas em planos, regulamentos, medidas e ações que orientem o crescimento e a expansão urbana de forma equilibrada e sustentável, para a acomodação espacial de todas estas atividades e dinâmicas – é fundamental.

Pretende-se, neste capítulo, descrever as atividades realizadas ao longo do ano 2022, salientando as metas alcançadas, percebendo os constrangimentos e os desafios que nos foram colocados, identificando obstáculos que possam ter afetado o progresso das atividades e analisando os resultados obtidos.

O ano de 2022 foi marcado pela retoma da atividade após a estagnação provocada pela pandemia. Impôs-se, pois, uma adaptação da gestão de tarefas e das equipas de trabalho, de modo a corresponder ao crescimento de cerca de 30 por cento das atividades do pelouro, relativamente ao ano anterior. Desde o atendimento à análise de processos urbanísticos, aos registos BUPI, aos pedidos nos transportes e aos serviços solicitados ao planeamento e à topografia, foi necessária grande capacidade de adaptação dos recursos humanos, logísticos e técnicos.

Desde logo, um acréscimo significativo de novos processos urbanísticos, de cerca de 17 por cento relativamente ao ano anterior e de 35 por cento relativamente ao ano de 2021. Para dar resposta a este desafio, adaptaram-se os recursos humanos nos serviços técnicos de análise urbanística e topografia e trabalharam-se as futuras soluções do atendimento urbanístico, cuja implementação acontecerá no novo serviço de atendimento municipal – balcão único, no decorrer do primeiro semestre de 2023.

Assinalamos com agrado que este trabalho promoverá o nascimento de uma nova realidade na relação com o munícipe, graças ao desenvolvimento de um novo portal para a submissão dos processos urbanísticos e de gestão do atendimento telefónico.

Este trabalho, realizado ao longo do ano 2022 pelas equipas do atendimento municipal, urbanismo e informática, com vista à implementação e preparação do atendimento municipal – balcão único, pretende oferecer ao munícipe um atendimento mais ágil e intuitivo, agregando numa plataforma única os pedidos de requerimentos dos diversos serviços da Câmara.



O crescimento do número de atendimentos ficou a dever-se, também, ao processo de reabilitação urbana, amplamente divulgado em sessões realizadas nas freguesias e que, por isso, registou um aumento de munícipes.

O funcionamento do BUPi - Balcão Único do Prédio foi uma das marcas mais importantes que o ano de 2022 nos deixou. Os serviços de atendimento do BUPi de Santa Maria da Feira haviam efetuado, no final do ano, quase 70% de registos do protocolo que o Município celebrou com o Estado, o que significa um nível de execução muito acima da média nacional, liderando a região Norte na prossecução desta meta.

A segunda revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) foi o principal motivo da maioria das necessidades do atendimento técnico da Divisão de Planeamento. Tendo a atividade sido focada na informação aos munícipes relativa à reprogramação de áreas afetas aos solos urbanizáveis e seus futuros desafios.

Relativamente ao trabalho da revisão propriamente dito, foram trabalhadas as matérias decorrentes da análise de pareceres técnicos das entidades que compõem a Comissão Consultiva. Realizou-se a primeira reunião plenária em março, seguiu-se uma segunda ronda de reuniões de trabalho com cada uma das entidades, das quais resultaram novos pareceres setoriais, o que motivou alterações nas diversas peças do PDM e os devidos ajustes na programação equipa de trabalho.

Procedeu-se à reapreciação das situações apontadas e às suas devidas fundamentações, nomeadamente questões fundamentais para a execução sustentável do PDM, tendo como foco a caracterização de parâmetros de monitorização da sustentabilidade ambiental e urbanística, estudando ao pormenor a realidade urbanística e seu efeito no território nos últimos 10 anos de gestão. Paralelamente, estudou-se o enquadramento destas questões no futuro regulamento de PDM. Evoluiu-se, sobretudo, em equilíbrios e consensos no sentido de ir ao encontro da visão de todas as entidades envolvidas.

Registou-se, igualmente, uma evolução da ação da Divisão de Planeamento na elaboração de estudos urbanísticos para zonas de expansão urbana, como base à revisão do PDM, assim como de apoio à Divisão de Gestão Urbanística, além de apoio ao enquadramento urbano de futuros projetos, tendo como exemplo a Reabilitação Urbana da Zona da Cruz, a Reabilitação Urbana do novo edifício dos Paços do Concelho, ou a reformulação e expansão do parque urbano da cidade de Santa Maria da Feira.

Um compromisso, definitivo e irreversível, foi assumido pelo Município em 2022, com os objetivos da qualidade de vida e descarbonização na gestão do transporte público e na adoção de várias formas



de mobilidade. Uniu essa missão a reformas essenciais. Estabeleceu um planeamento estratégico com o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), no âmbito do qual foram promovidas as ações de mobilidade elétrica, com a criação de postos de carregamento de viaturas, o projeto piloto de micromobilidade elétrica e a nova concessão de transporte público, sistema único que nos conecta com a área metropolitana, tendo partilhado esta visão na Semana Europeia da Mobilidade, que acolhemos em setembro de 2022.

No que respeita às atividades específicas de cada serviço afeto às unidades orgânicas do pelouro, salientam-se alguns aspetos e dados relevantes:

Divisão de Gestão Urbanística

A gestão urbanística é de extrema importância para o desenvolvimento equilibrado das zonas urbanas, aplicando parâmetros urbanísticos regulamentares. Através da gestão urbanística, é possível planear e controlar o uso do solo urbano, organizar o crescimento das cidades, garantir a infraestrutura necessária, assim como garantir espaços públicos de qualidade, serviços públicos essenciais, equipamentos urbanos, habitação adequada, entre outros aspetos que contribuem para o bem-estar dos cidadãos.

A Divisão de Gestão Urbanística (DGU) tem como missão proceder à instrução e preparação da decisão com vista à análise de todos os processos de edificação e urbanização sujeitos, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) e legislação conexas, a mecanismos de controlo prévio municipal. A sua estrutura é constituída por um total de 12 técnicos superiores (das áreas da arquitetura, da engenharia civil e um técnico de saúde ambiental), apoiados por quatro assistentes técnicos, orientados por um chefe de divisão.

A DGU registou um aumento substancial da sua atividade em relação aos últimos dois anos, tendo chegado a um crescimento de 35 por cento, na gestão do território de forma qualificada, assegurando a compatibilização das operações urbanísticas, que refletem a vontade expressa dos particulares, aos instrumentos de gestão territorial, à legislação e normativos legais aplicáveis e ao modelo de desenvolvimento urbanístico do Município, consubstanciado no aumento das seguintes tarefas das equipas da divisão:

- Elaborou notificações técnicas com vista ao aperfeiçoamento dos pedidos apresentados no âmbito do RJUE;
- Promoveu a consulta a entidades externas ao município, através do portal SIRJUE, em razão da localização dos pedidos de realização de operações urbanísticas, ou do seu uso, assim como de outros serviços do município ou de outras entidades competentes para a emissão de



pareceres ou informações necessárias a apoiar a análise e a decisão sobre os procedimentos urbanísticos;

- Promoveu a medição das áreas de construção e da volumetria dos projetos de arquitetura dos processos, identificando ainda outros dados relativos à estatística das construções, de modo a apoiar a análise técnica dos procedimentos (usos, número de fogos, número de estacionamento, áreas de implantação e de impermeabilização e outros);
- Apreciou as operações urbanísticas de edificação e de urbanização, verificando a sua conformidade com os instrumentos de gestão territorial e com as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e em vigor, e elaborar o respetivo parecer técnico para o remeter a validação de superior hierárquico e a despacho;
- Calculou as taxas municipais de urbanização e de compensação aplicáveis às operações urbanísticas requeridas, assim como as respetivas taxas administrativas, em conformidade com as disposições fixadas no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação em vigor.
- Emitiu certidões de edificação e urbanísticas, nomeadamente de propriedade horizontal, de prédio antigo, de compropriedade, de classificação de solo, de destaque de parcela, outras certidões urbanísticas e diversas;
- Informou pedidos de prorrogações de prazos de alvarás de construção e comunicações prévias;
- Informou pedidos de licenças especiais para conclusão de obras inacabadas;
- Assegurou atendimento técnico presencial (num total de cinco períodos de meio-dia por semana) aos técnicos e aos munícipes, com agendamento, e ainda de forma permanente via telefónica e por correio eletrónico, bem como atendimento específico referente a reabilitação urbana e mediado no âmbito do Sistema da Indústria Responsável;
- Articulou conteúdos de informação com outros serviços do município, incluindo a emissão de pareceres no âmbito de processos de queixa (Departamento Jurídico), de projetos apoiados pelo município (Divisão de Estudos e Projetos e Divisão Social), informações para os serviços do Património (avaliação de prédios e outras informações diversas), entre outros;
- Respondeu a solicitações externas, nomeadamente a serviços de finanças, tribunal e aos municípios confinantes;
- Apreciou os pedidos de instalação de armazenamento de combustíveis;
- Apreciou os pedidos de mera comunicação prévia de instalação de atividades económicas de alojamento local;
- Apreciou os pedidos de mera comunicação prévia de instalação e exploração de unidades industriais de tipo 3 (SIR);
- Elaborou pareceres higieno-sanitários e outras análises de processos para o Pelouro de Administração e Finanças, relativos ao licenciamento de instalação de recintos improvisados, recintos itinerantes e recintos de diversão provisória. Acompanhamento técnico ao



licenciamento, instalação e funcionamento/exploração de diversos eventos de iniciativa de outros pelouros do município e da empresa municipal Feira Viva, conforme se pode aferir do quadro seguinte:

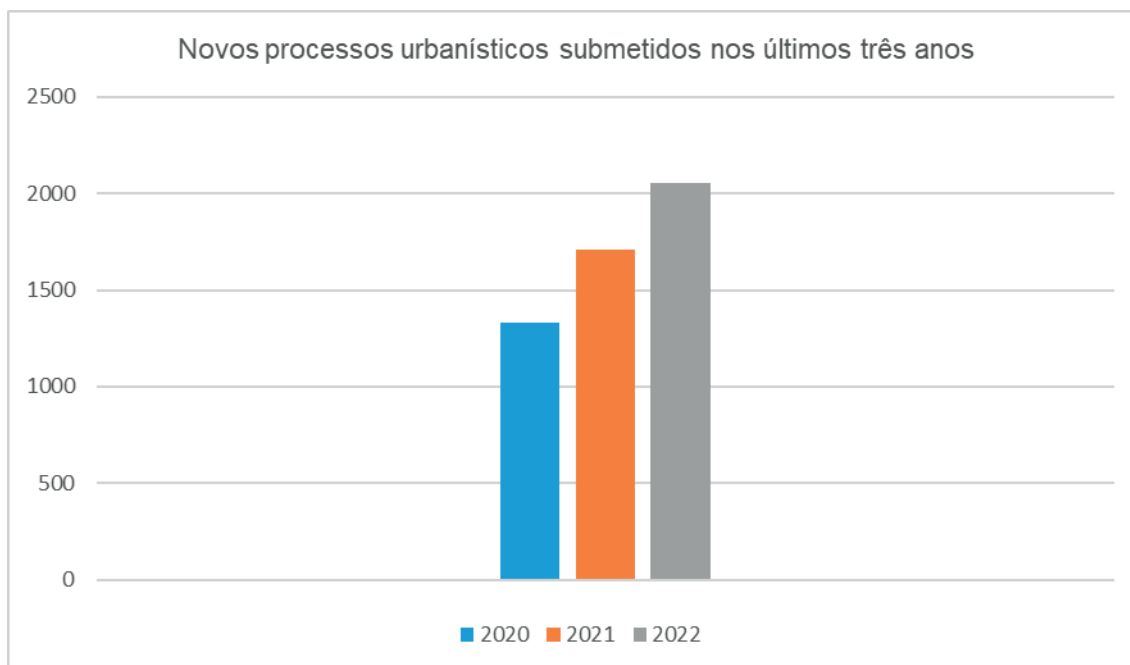
Serviços	Trabalho realizado	Descrição
Pelouro de Administração e Finanças	Apreciação técnica higieno sanitária no âmbito do licenciamento de recintos itinerantes, improvisados e de diversão provisória – Emissão de 67 pareceres.	Pareceres recintos itinerantes: 10 Pareceres recintos improvisados: 41 Pareceres recintos itinerantes e improvisados: 5 Pareceres diversão provisória: 11
Pelouro do Ambiente, Jardins, Espaços Verdes, Paisagem Urbana e Desporto	Acompanhamento técnico à instalação, licenciamento e controlo do funcionamento do <u>Bar da Praia da Mamao</u> .	Vistorias de verificação das condições higieno sanitárias ao bar, em articulação com a unidade de saúde pública do ACES Feira/Arouca.
Pelouro da Ação Social, Saúde, proteção Civil e Bem-estar Animal	Apoio técnico na instalação e licenciamento da área alimentar ao evento <u>Mosaico Social</u> .	Apoio técnico na fase de seleção de candidaturas e formação de higiene e segurança alimentar à entidade selecionada. <i>Nota: Não foi dado seguimento ao acompanhamento na instalação e funcionamento da área alimentar, dado que a entidade selecionada desistiu da sua participação.</i>
Empresa Municipal, Feira Viva E.M	Coordenação da área de higiene e controlo da segurança alimentar no evento <u>Viagem Medieval em Terra de Santa Maria</u>	Apoio técnico na fase de seleção de candidaturas, formação, articulação com as entidades fiscalizadoras (ACES Feira/Arouca, ASAE e Bombeiros Voluntários da Feira), acompanhamento e supervisão da logística, acompanhamento técnico aos procedimentos de licenciamento dos estabelecimentos, visitas técnicas conjuntas para autorização de instalação e funcionamento dos mesmos, auditorias e acompanhamento técnico (auditorias) aos estabelecimentos alimentares durante o funcionamento
	Apoio técnico na instalação e licenciamento de áreas alimentares aos eventos: Perlim e Mercado de Natal	Acompanhamento técnico do processo de licenciamento dos estabelecimentos alimentares, da logística das instalações e realização de visitas técnicas conjuntas com a Unidade de Saúde Pública do ACES Feira/Arouca e Bombeiros Voluntários da Feira, para autorização de instalação e funcionamento dos mesmos.
	Apoio técnico à requalificação e licenciamento Bar do Zoo de Lourosa	Acompanhamento técnico na implementação de melhorias nas instalações e do processo de licenciamento com vista à emissão de licença de utilização e de submissão de mera comunicação prévia para o exercício da atividade de serviços de bebidas.



- Compilou os projetos de arquitetura licenciados e admitidos em formato digital, bem como as certidões de PH com as respetivas peças escritas e desenhadas anexas, para fornecimento de cópias aos requerentes/técnicos;
- Realizou vistorias para concessão de autorização de utilização de prédios, bem como para determinação de obras de conservação e/ou de correção de más condições de segurança ou de salubridade, nos termos do RJUE; vistorias para determinação do nível de conservação dos imóveis no âmbito da reabilitação urbana e ao abrigo do disposto no NRAU; acompanhamento de vistorias técnicas determinadas por entidades externas – IAPMEI, Ambiente (Siliamb), entre outros;
- Apoiou o Serviço Municipal de Proteção Civil com a participação em vistorias, quando solicitado no âmbito das suas competências técnicas;

Indicadores de 2022

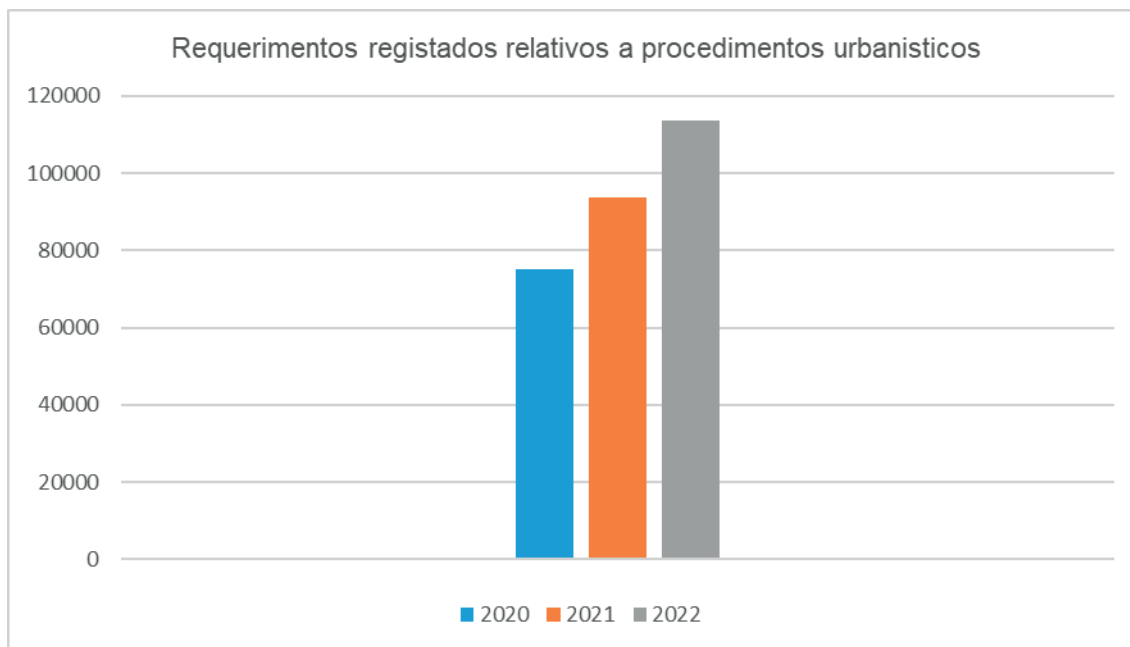
Para uma melhor compreensão dos resultados da atividade da Divisão de Gestão Urbanística no ano de 2022, apresentamos um gráfico que ilustra o número total de novos processos urbanísticos instruídos nos últimos três anos (sem enumerar todos os processos cuja instrução foi iniciada em anos anteriores a 2020 mas que se mantêm em tramitação com requerimentos recentes, com os mais diversos pedidos):



Em 2020 foram registados 1.329 processos urbanísticos novos e 74.997 documentos; em 2021 foram registados 1.711 processos novos e um total de 93.859 documentos; em 2022 o número de processos novos foi de 2.056, tendo sido registados 113.662 documentos.



Assim, observa-se que durante o ano de 2022 houve um considerável acréscimo no número de processos e de requerimentos relativamente aos dois anos anteriores – em particular, acima dos 20 por cento relativamente a 2021.



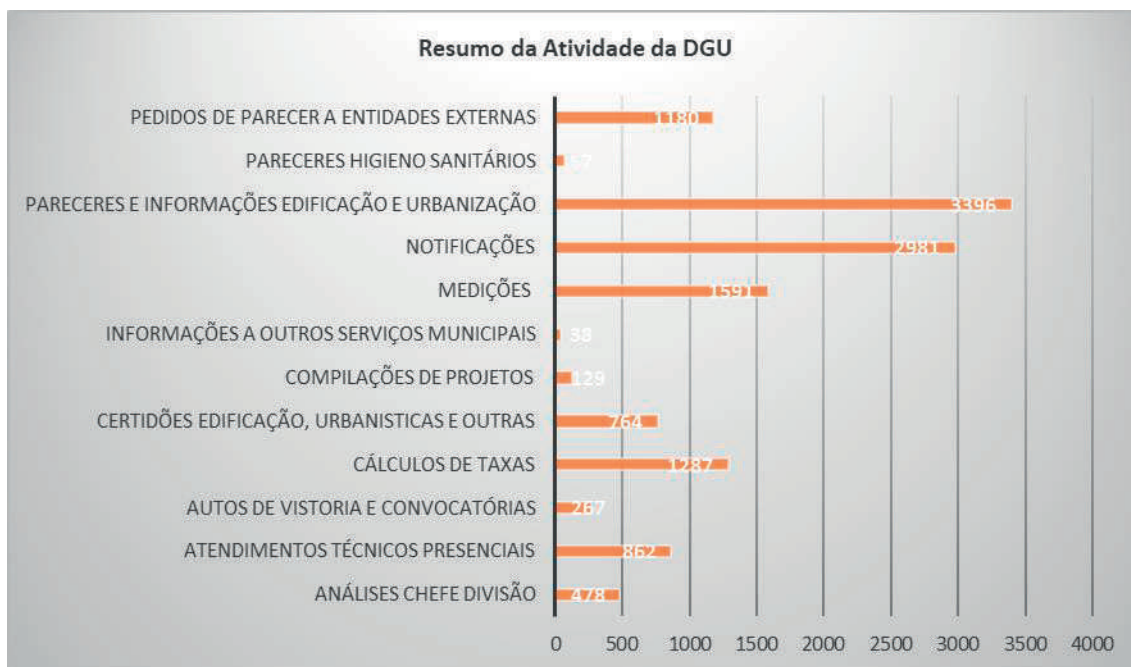
Este aumento do número de processos e de requerimentos, que se deve à forte dinâmica do concelho ao nível da construção civil e da deslocalização de novos operadores que têm encontrado em Santa Maria da Feira as condições ideais para a sua fixação e o exercício da sua atividade, tanto ao nível do mercado da habitação como de instalação de atividades económicas, implica, naturalmente, um aumento do número de tarefas a executar pela DGU. Infelizmente, é impossível adaptar os recursos humanos de forma imediata para as necessidades do serviço, o que tem justificado algum atraso na resposta às solicitações face a anos anteriores.

Pese embora tenha havido recrutamento recente de novos elementos que já integram a DGU, a realidade é que aqueles ainda estão em fase de formação, dado o grau de complexidade de que se reveste toda a atividade do serviço.

Também durante o segundo semestre de 2022 a DGU foi chamada a dar contributos no âmbito do processo da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal que está em curso, nomeadamente em relação à proposta de regulamento. Toda a equipa se debruçou sobre o texto base que a Divisão de Planeamento tinha elaborado e apresentou um vasto leque de sugestões, discutidas, numa segunda fase, mais em pormenor, por apenas alguns técnicos com a vereadora do pelouro, o diretor de departamento e os representantes da Divisão de Planeamento.



Apesar de todos os constrangimentos referidos, os técnicos da DGU primam pela manutenção dos níveis de qualidade e de responsabilidade técnica nos pareceres e informações que emitem.



Divisão de Cartografia e Informação Geográfica

O ano de 2022 foi marcado pelo regresso ao trabalho presencial após a pandemia e pela adaptação às novas realidades da divisão: trabalho de equipa e de interajuda reforçado com a utilização de um novo software CAD para topografia, mudanças na execução do trabalho em campo e em gabinete, permitindo alcançar novos produtos topográficos.

O ano em análise destacou-se por ser o primeiro em que a divisão assegurou o acompanhamento dos protocolos celebrados entre o Município, as juntas de freguesia e os munícipes, desde a realização do levantamento topográfico à apresentação da orçamentação e respetiva memória descritiva, totalizando 105 operações.

Como fatores adversos, destaca-se a limitação da equipa de topografia, com a continuidade da aposentação de colegas e as condições meteorológicas dos últimos meses do ano, que condicionaram a rapidez e execução de algumas tarefas. Apesar das adversidades, o serviço de topografia foi assegurado, realçando-se o sentido de orientação e de responsabilidade (de toda a equipa) para responder às exigências do serviço público.

A equipa desdobrou-se em esforços para cumprir os objetivos delineados pelo executivo municipal, quer em termos de trabalho efetuado, quer em termos de acompanhamento e fiscalização às obras em curso, mantendo um elevado nível de motivação.



A divisão teve como principais tarefas:

- Elaboração de levantamentos topográficos e cadastrais para os mais diversos fins: projetos internos, estudos de alinhamentos, atualização cartográfica, compra e venda de imóveis, registos nas Finanças e Conservatória, entre outros;
- Realização de estudos de alinhamento na rede viária, como resposta à necessária beneficiação e requalificação da malha urbana e de melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade, dando suporte à decisão no âmbito urbanístico. Estes estudos são realizados quer para dar resposta a um processo urbanístico na plataforma Nortear, quer para servir de suporte a uma requalificação da rede viária, fomentada pela realização de protocolos tripartidos (Município, juntas de freguesia e munícipes);
- Realização de implantações de obras municipais, alinhamentos previstos nos protocolos celebrados entre as juntas de freguesia e o Município; fiscalização topográfica e acompanhamento dos protocolos no local;
- Autos de implantação - antes do início de uma obra é verificada a sua implantação em duas fases distintas: a primeira quando se verifica a implantação e a segunda fase quando se confirma a cota de soleira da obra.

Dos trabalhos realizados no período pela sua dimensão, pormenor e relevância para o desenvolvimento do concelho destacam-se os seguintes: cadastro da Zona Industrial do Fundão – Mozelos, cadastro do Rio Uíma para a quarta fase dos passadiços, levantamento topográfico pormenorizado do centro cívico de S. João de Ver (em fase de conclusão) e vários trabalhos no âmbito da realização de protocolos com as juntas de freguesias e proprietários. Para além disso, foram feitos vários levantamentos para a Divisão de Estudos e Projetos, no âmbito da agenda desta.

Atividades correntes da divisão

- Realização de informações topográficas para a plataforma de gestão urbanística Nortear;
- Realização de plantas de cedência para protocolos;
- Plantas topográficas para avaliação de imóveis e respetivo termo técnico;
- Plantas para expropriações e negociações;
- Cadastro municipal: investigação de todo o percurso de um dado artigo, ao longo dos anos; inserção de cadastro na base de dados, plantas para registo...;
- Fiscalização topográfica, acompanhamento de obras no local sempre que solicitado;
- Acompanhamento de empresários de visita às zonas industriais municipais para esclarecimento de questões urbanísticas associadas à construção;

Estatísticas 2022

LT – Levantamento Topográfico

PA – Plano/Estudo de Alinhamento

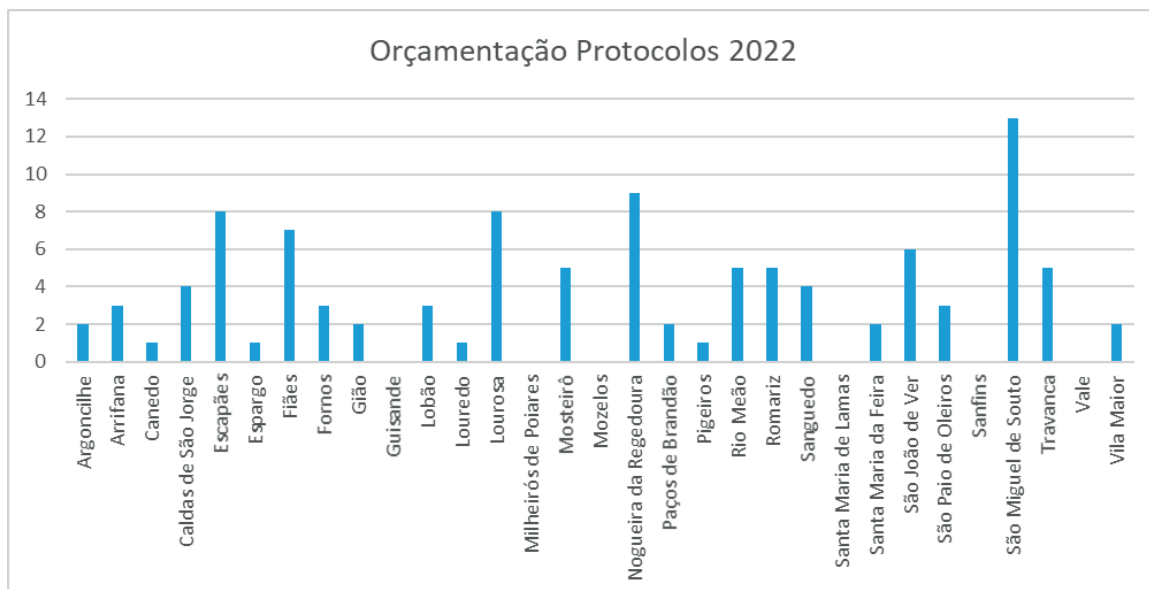
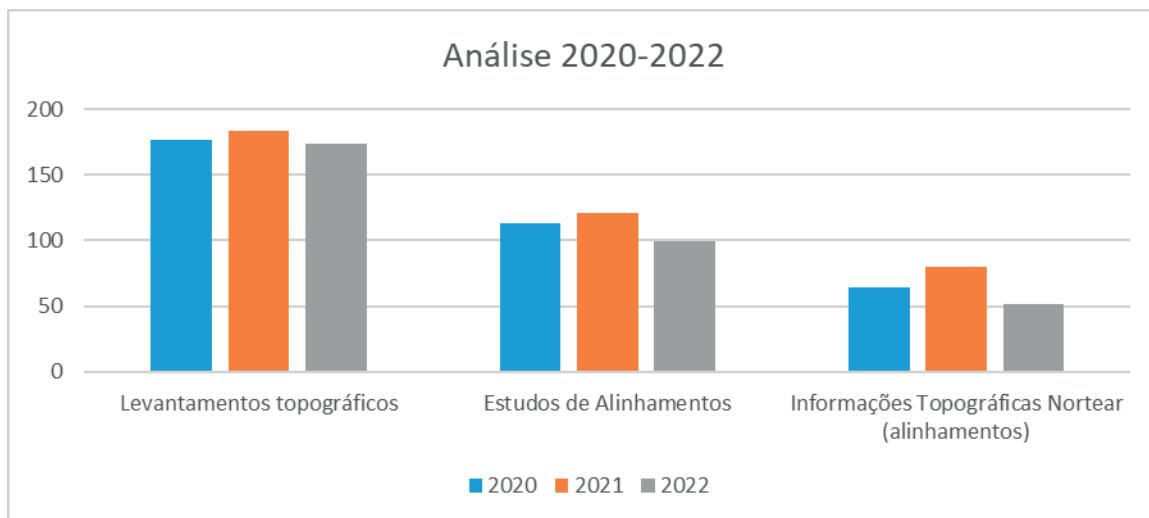


Trabalhos	Concluído			Em curso			Por iniciar			Suspenso			NORTEAR		
	Freguesia	LT+PA	LT	Totais Concluídos	LT+PA	LT	Totais em curso	LT+PA	LT	Totais por iniciar	LT+PA	LT	Totais suspensos	Autos de Implantação	Info topograficas
Argoncilhe	8	3	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	77	1
Arrifana	8	3	11	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	60	2
Caldas	4	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33	0
Canedo	3	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	82	3
Escapães	1	4	5	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	44	1
Espargo	2	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36	3
Feira	3	16	19	0	1	1	2	1	3	0	0	0	0	148	1
Fiães	6	0	6	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	66	2
Fornos	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26	1
Gião	1	1	2	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	31	0
Guizande	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	1
Lamas	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34	0
Lobão	6	3	9	0	0	0	2	0	2	0	1	1	1	82	2
Lourosa	7	6	13	0	1	1	3	0	3	0	0	0	0	76	2
Louredo	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23	1
Milheirós Poiares	1	1	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	36	2
Mosteirô	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	16	1
Mozelos	12	7	19	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	72	4
Nogueira Regedoura	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	51	3
Oleiros	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34	2
Paços de Brandão	2	4	6	0	2	2	0	0	0	0	1	1	1	34	1
Pigeiros	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22	0
Rio Meão	3	3	6	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1	51	5
Romariz	10	2	12	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	36	5
Sanfins	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22	0
Sanguedo	2	1	3	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	49	1
SJVer	10	4	14	0	1	1	1	2	3	1	0	1	1	121	6
Souto	3	0	3	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	65	2
Travanca	2	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	45	0
Vale	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26	0
Vila Maior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22	0
Totais	99	75	174	4	6	10	11	11	22	1	3	4	1534	52	

Estatísticas 2022



- Estudos de alinhamentos
- Levantamentos topográficos
- Autos de Implantação
- Informações Nortear



Em resumo:

- Cerca de 57% dos levantamentos topográficos realizados tiveram como objetivo de elaboração de estudo de alinhamento;
- Dos estudos de alinhamento realizados, 53% serviram de suporte à decisão urbanística (Nortear);
- Foram realizados 105 orçamentos para protocolos.

Unidade de Informação Geográfica (UIG)

A informação geográfica é uma ferramenta essencial em várias áreas de trabalho do Município de Santa Maria da Feira. Grande parte dos processos e tarefas têm, desde 2000, uma base georreferenciada que permite uma tomada de decisão mais rápida, bem informada e coerente com o



território. O Sistema de Informação Geográfica municipal é, então, uma ferramenta essencial, utilizada transversalmente por todos os serviços municipais e munícipes e que permite cruzar informação territorial.

A Unidade de Informação Geográfica (UIG) tem como função essencial a gestão da informação geográfica do município, das plataformas utilizadas nesse contexto e dos serviços geográficos prestados internamente e ao munícipe. A UIG gere, então, a informação geográfica municipal imprescindível ao urbanismo, ao planeamento, ao património, à rede viária, às infraestruturas, entre outras. Além disso, desde 2021, a UIG tem também como competência a gestão e o atendimento mediado do Balcão Único do Prédio (BUPi) municipal, permitindo a contribuição do nosso município para este projeto nacional de conhecimento dos proprietários de terrenos.

Em termos de objetivos, no final de 2022 haviam sido cumpridos quase a 70 por cento, quando faltavam seis meses para o final, colocando o município numa das melhores posições relativamente à maioria dos municípios e na liderança da região Norte.

De seguida são descritas de forma mais pormenorizada as tarefas da UIG, realizadas dentro de cada área de atividade:

Comissão de Toponímia

A comissão de toponímia tem tido um papel fundamental na uniformização dos topónimos e números de polícia do município. Desde a publicação do documento com os critérios de atribuição da toponímia e dos números de polícia, têm vindo a ser adotadas regras, quer na atribuição de novos topónimos como na correção de erros e/ou lacunas existentes.

Neste contexto, é realizada na UIG toda a gestão dos procedimentos administrativos de atribuição de novos nomes de rua (topónimos) ou alteração de existentes. Estes procedimentos incluem o pedido de propostas de topónimos às juntas de freguesia, a análise de incompatibilidades nos topónimos propostos, a reunião de informação para apresentação nas reuniões, para submissão à Câmara Municipal.

No ano de 2022 foram aprovados/retificados os seguintes topónimos:

Freguesia/União de Freguesias	Topónimo
Argoncilhe	Rua Vendas de Grijó
Louredo	Travessa do Cascão
Lobão	Viela da Vareira
Lobão	Travessa das Três Fontes
Escapães	Rua da Nossa Sra. do Alívio
Escapães	Rua das Alminhas
Sanfins	Rua das Alminhas



Sanfins	Rua da Nossa Sra. do Alívio
Milheirós de Poiares	Largo Crispim Borges Loureiro
S. João de Ver	Vielas dos Combatentes do Ultramar
S. João de Ver	Travessa Chão da Fonte
S. João de Ver	Travessa Eça de Queirós
Canedo	Caminho dos Balongos
Nogueira da Regedoura	Rua Zona Industrial Nascente
Mozelos	Rua da Canquelha

Além destas tarefas, é, ainda, feita a interligação com os CTT para atribuição de códigos postais e são dadas informações à Indaqua Feira com verificação de números de polícia para celebração de novos contratos.

Gestão de informação geográfica de pavimentações e rede viária

No que diz respeito à gestão de pavimentações, no decorrer de 2022 deu-se continuidade ao trabalho realizado no ano anterior. Foram inseridas no MIRANTE as obras de pavimentação efetuadas por freguesia, em várias fases, com indicação do tipo de pavimentação, dos contratos respetivos, datas de celebração, adjudicações e valores. Esta informação está disponível internamente na plataforma de informação geográfica, permitindo análises geográficas à informação, o que facilita quer o planeamento de novas empreitadas, quer a análise das execuções dos contratos inseridos.

Gestão de informação geográfica de estudos e projetos

Dentro desta atividade é feita a inserção no SIG dos estudos de alinhamentos aprovados, com a respetiva publicação na plataforma MIRANTE e disponibilização dessa informação no portal do Município para consulta pelos interessados. É também realizada a transformação e integração dos levantamentos topográficos na cartografia, atualizando sistematicamente a mesma e permitindo que a base cartográfica utilizada pelos serviços continue atualizada em algumas temáticas importantes, embora já seja de 2004.

Esta atividade permite que os munícipes consigam visualizar na plataforma de informação geográfica MIRANTE uma informação mais atual, pois as alterações cartográficas são mapeadas, com rigor, através dos levantamentos topográficos realizados internamente. Além disso, este procedimento de atualização cartográfica permite que o município não tenha de adquirir bases cartográficas recentes, dispendiosas, contribuindo assim para uma efetiva poupança.

Paralelamente, a disponibilização no MIRANTE dos estudos de alinhamentos propostos e aprovados permite a pesquisa destes pelos munícipes e técnicos interessados, permitindo que os novos projetos sejam realizados com os alinhamentos previstos, minimizando desta forma as incompatibilidades e consequentemente o trabalho dos técnicos projetistas e das análises técnicas internas.



Atividades de apoio ao Urbanismo - Plataforma Nortear

Uma significativa parte do trabalho e volume de tarefas do GIG refere-se às tarefas de apoio ao urbanismo, realizadas na plataforma Nortear. O aumento exponencial do número de processos urbanísticos nos últimos anos gerou um aumento de todas as tarefas relacionadas, tendo tido um grande impacto nas tarefas realizadas pela UIG. Estas tarefas são essenciais, pois permitem que todos os outros técnicos intervenientes no processo, e que darão pareceres posteriormente, consigam visualizar geograficamente o processo urbanístico e seus elementos e sobrepor essa informação com os planos de ordenamento do território, com ortofotomapas e com os outros processos urbanísticos que terão existido para a zona. Durante o ano de 2021 foram efetuadas as seguintes tarefas na UIG e no âmbito do Nortear:

Atividade	Nº de tarefas realizadas
Georreferenciação dos processos urbanísticos, queixas, contraordenações, embargos e outros; Pesquisa de relações geográficas entre processos urbanísticos, queixas, contraordenações, embargos e outros; Cadastrar os proprietários, matrizes e descrições da conservatória dos processos mencionados;	94 notificações ao requerente/técnico Processos georreferenciados, relacionados e cadastrados: - 55 processos de embargo - 150 processos de contraordenação - 279 processos de queixa - 2146 processos urbanísticos
Pareceres sobre a viabilidade dos destaques de parcela	153 georreferenciações de pedidos de destaque de parcela 72 pareceres de destaque de parcela
Atribuição de números de porta	648 novos números de porta atribuídos
Elaboração de certidões de toponímia e números de porta e de certidões de correspondência de morada; Informações técnicas de toponímia, números de porta, instalação de farmácias e outras informações técnicas geográficas	279 pedidos de certidão geográfica-administrativa 148 pedidos de certidão geográfica 280 pareceres geográficos emitidos 148 notificações ao requerente/técnico 107 certidões geográficas emitidas



BUPI – Balcão Único do Prédio

O Balcão Único do Prédio (BUPI) funciona como um atendimento técnico mediado, efetuado por uma equipa da UIG. Este balcão BUPI foi alvo de uma candidatura, aprovada, ao programa NORTE 2020 – “Capacitação dos Serviços da administração pública para a implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado”.

O Município de Santa Maria da Feira possui um balcão BUPI a funcionar em permanência, todos os dias úteis, das 9h00 às 17h00, na Unidade de Informação Geográfica. O atendimento ao munícipe é efetuado por marcação prévia, realizada através de telemóvel ou de email, para diminuir os tempos de espera e aumentar a produtividade do balcão. No entanto, uma vez que o concelho de Santa Maria da Feira é muito extenso, sentiu-se a necessidade de reforçar os meios de proximidade com os munícipes, através da criação de balcões móveis nas freguesias. Neste contexto, durante o ano de 2022 todas as freguesias tiveram um balcão BUPI durante 15 dias, com funcionamento em horário alargado até às 18h00, que os munícipes puderam utilizar para registar os seus terrenos. Após terem sido visitadas todas as freguesias do concelho, o executivo decidiu que deveria continuar com este regime de balcões de proximidade, de forma rotativa.

Para a divulgação destes balcões nas freguesias, foram também realizadas uma sessão em cada uma, em horário pós-laboral, onde os técnicos do município explicaram o projeto BUPI e retiraram todas as dúvidas que lhes foram colocadas. Paralelamente, foram enviados flyers do projeto para todas as caixas de correio, nos quais, além da explicação do projeto BUPI, foram indicados os horários das sessões de esclarecimento e de atendimento nessa freguesia.

Reforçando esta necessidade de divulgar o projeto pelos lugares mais isolados do concelho, foi disponibilizado um posto móvel, equipado com todos os meios necessários, que visitou e permaneceu nesses lugares, nomeadamente na freguesia de Canedo, em lugares como Rebordelo, Inha, Carvoeiro e Várzea.

Durante o ano de 2022, os postos de atendimento BUPI do município de Santa Maria da Feira registaram cerca de 10.000 matrizes concelhias e cerca de 800 matrizes de outros concelhos. De notar que o próprio município já registou quase a totalidade dos seus terrenos, o que permitirá grandes ganhos na gestão e planeamento do seu território.

MIRANTE

O sistema de informação geográfica do município de Santa Maria da Feira, o MIRANTE, é constituído pela plataforma de serviços de informação geográfica para a intranet, MIRANTE Intranet que serve os técnicos municipais, e pela plataforma de serviços de informação geográfica online, MIRANTE internet, que serve os munícipes e utilizadores externos.

Estas plataformas são totalmente geridas pela UIG, bem como as bases de dados geográficas que compõem toda a informação disponibilizada nestas duas plataformas.



Tendo em conta a desatualização dos softwares que constituem as componentes da plataforma MIRANTE, nas vertentes intranet e internet, iniciou-se, no final de 2022, a evolução das plataformas, migração dos vários componentes que fornecem este serviço, nomeadamente as bases de dados.

Como primeiro passo, foi iniciada a reestruturação do modelo de dados geográfico existente e a consequente implementação numa base de dados atual, migrando todos os dados geográficos existentes. Prevê-se que esta migração se prolongue durante o ano de 2023 devido à enorme quantidade de tabelas que compõem o sistema. Foi também adquirida uma solução tecnológica, atual, robusta e integrada, que irá permitir que a atualização necessária seja feita de forma a manter operacionais todos os serviços internos de informação geográfica durante este processo.

Paralelamente, e como se pretende que durante um certo período a nova solução coexista com a anterior, continuam a ser executadas na plataforma antiga as tarefas de gestão e manutenção da informação, gestão de permissões e utilizadores, formação e apoio a todos os utilizadores da plataforma, criação e/ou alteração de workflows internos para apoio às diversas áreas de atuação dos serviços e criação de mapas no Mirante e/ou publicação de informação temática.

Outras atividades

Além das áreas de atividade e tarefas acima identificadas, a UIG realiza ainda uma enorme quantidade de tarefas, entre as quais:

- Inserção/atualização das novas condicionantes que afetam o território após PDM;
- Georreferenciação dos terrenos e edifícios do património municipal com associação da informação dos mesmos e disponibilização;
- Georreferenciação dos compromissos e transações sobre terrenos e edifícios assumidos pelo Município através de contratos, deliberações de câmara, protocolos com associação da informação desses processos;
- Inserção dos projetos de percursos pedestres e ciclovias, previstos ou existentes;
- Atualização sistemática da informação externa das redes de infraestruturas concessionadas: água, saneamento, gás, elétrica, gasoduto, ferroviária, telefónica, telecomunicações;
- Inserção e atualização da rede de águas pluviais, projetada e executada;
- Georreferenciação de zonas industriais, lotes ocupados e disponíveis, indústrias existentes;
- Criação e manutenção da informação dos subtemas Serviços Online – Informação Geográfica, BUPI – Balcão Único de Prédio e Indicadores Estatísticos existentes no tema Território no site www.cm-feira.pt.

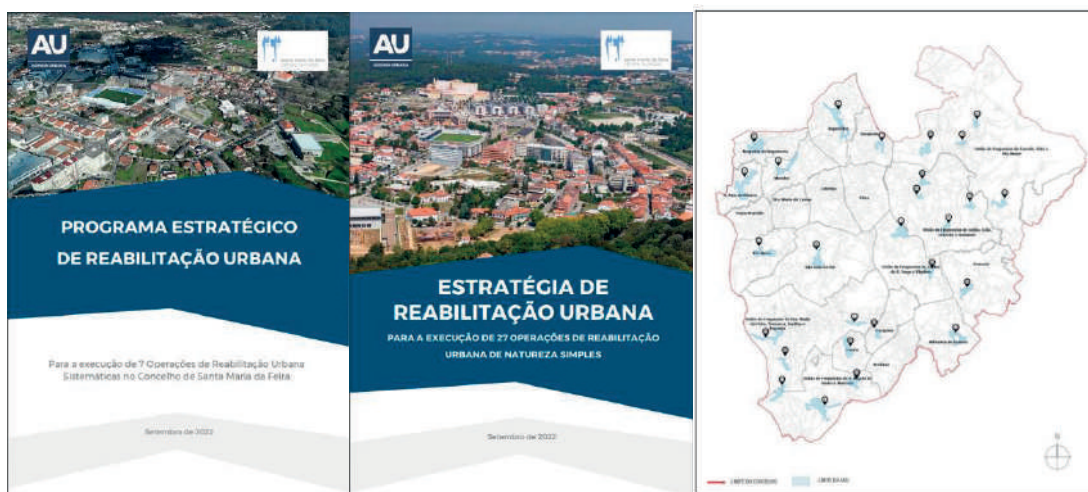
Divisão de Planeamento

ORU – Operações de Reabilitação Urbana



O município de Santa Maria da Feira aprovou em junho de 2022 os programas estratégicos de reabilitação urbana de oito ORU sistemáticas e de 27 ORU simples.

Durante o processo de tramitação até à aprovação das ORU do município, foi dado apoio durante o período de discussão pública. Durante o mês de julho foram realizadas 13 sessões públicas de esclarecimento, descentralizadas pelas freguesias do concelho, com o objetivo de dar a conhecer e esclarecer a população, no que diz respeito a benefícios fiscais, incentivos municipais e apoios financeiros associados à reabilitação urbana. As sessões realizaram-se fora do horário normal de trabalho e implicaram a deslocação pelas freguesias e utilização de meios audiovisuais.



Gabinete de Mobilidade e Transportes

O ano de 2022 assinala o incremento de quatro grandes projetos referentes à mobilidade e transportes:

1. **Início da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Santa Maria da Feira – PMUS.** Foi decidido elaborar um instrumento estratégico que visa o estabelecimento de um modelo sustentável para o território municipal, capacitado para responder às exigências globais de humanização dos territórios e que oriente e hierarquize as estratégias do Município quanto a transportes e mobilidade. Neste sentido, desenvolveu-se a fase de diagnóstico do PMUS, realizaram-se reuniões de auscultação com diversificados *stakeholders* representativos do



município, como grupos empresarias, forças de segurança, PSP e GNR, proteção civil, bombeiros, agrupamentos de escolas, grupos de cidadão ativos e técnicos do município, contando com os seus relevantes contributos, necessários na prossecução da fase de diagnóstico do PMUS.

2. Arranque da obra da instalação de 44 pontos de carregamento de veículos elétricos.

Arrançou em abril de 2022 a instalação de 44 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, advindo do procedimento de atribuição de licença de ocupação de espaço público, que foi adjudicado através de concurso público à empresa Galp. Numa fase inicial e preparatória, foi feito o reconhecimento no terreno de todas as localizações dos PCVE a instalar, juntamente com a equipa da empresa Galp e Petroassist.

1. Implementação no território de um projeto-piloto de micromobilidade elétrica partilhada, através da introdução e-bikes e trotinetes elétricas,

numa área territorial com cerca de 3 Km², incluindo as áreas centrais da cidade de Santa Maria da Feira, São João de Ver e Cavaco, servindo os principais equipamentos, zonas industriais e estações/apeadeiros da Linha do Vouga, circunscritos na área do projeto. Constitui-se como um projeto que visa perceber a adaptabilidade do território a este tipo de mobilidade, pelo prazo de 12 meses, privilegiando as deslocações de curta distância, em equipamentos elétricos que promovem os modos mais ativos e sustentáveis de mobilidade, em alternativa ao uso do transporte individual. Este projeto conta com a empresa BOLT, com bicicletas e trotinetes elétricas, através da celebração de um acordo com o município. A implementação deste projeto-piloto está sob monitorização e avaliação dos resultados durante o período de vigência. Os resultados desta avaliação servirão de suporte à decisão futura quanto à existência deste tipo de mobilidade no território. Serão igualmente avaliadas as diferentes ofertas dos operadores, desenvolvendo regulamentação específica para o efeito, de modo a que no futuro se possa constituir como um modo de deslocação regular e fazer parte do sistema de transportes do território, podendo vir a alargar o projeto a outras áreas do território feirense.

3. Realização da Semana Europeia da Mobilidade 2022.

O município integrou, pela primeira vez desde há muitos anos, a realização da SEM, iniciativa da Comissão Europeia. Na SEM 2022, pretendeu-se desenvolver ações, atividades e sinergias entre pessoas e o espaço público a favor de uma mobilidade ativa e multimodal. Foram realizadas várias atividades, como ações de formação e de consciencialização sobre a construção de um “Território para Todos”, com especial enfoque nas temáticas da mobilidade e acessibilidade inclusiva e na eliminação de barreiras arquitetónicas nos espaços públicos e edifícios. Foram ainda promovidas ações de sensibilização e prevenção rodoviária junto das populações mais jovens, caminhadas e

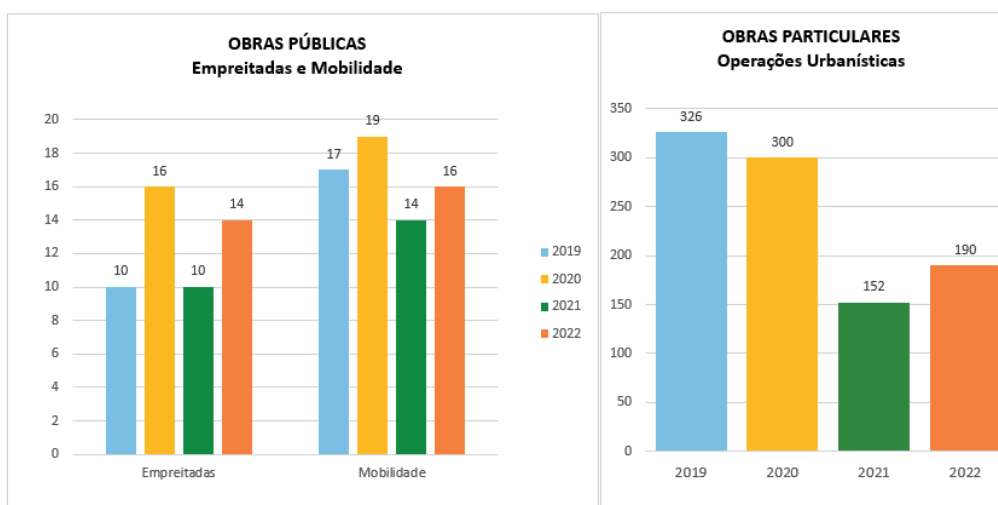


atividades desportivas e experimentação de bicicletas e trotinetes elétricas. Pretendeu-se, assim, testar medidas de planeamento inovadoras, promover novas infraestruturas e tecnologias e colocar em prática projetos-piloto, avaliando resultados e comportamentos dos cidadãos. Pretendeu-se, igualmente, que o espaço público fosse o palco central para modos de transporte multimodal, privilegiando as deslocações através dos modos ativos e suaves, como andar a pé, utilização de bicicletas, e-bikes, trotinetes, entre outros. O objetivo da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira foi o de promover uma mudança cultural e comportamental sobre a mobilidade urbana sustentável, tendo como pilares desta SEM: pessoas, lugares, transportes, planeamento e políticas.

Paralelamente, foi aberto concurso público para a contratação de prestação de serviços públicos de transporte de passageiros da “Linha de Serviço Público de Transporte Coletivo Regular de Passageiros na Cidade de Santa Maria da Feira – Transfeira”, dando-se continuidade a este serviço através de uma nova contratação por dois anos. Para o sucesso da rede, impôs-se um investimento na qualidade da comunicação e imagem, um autocarro limpo (elétrico) e estabeleceram-se obrigações de serviço Público (OSP), adaptadas às exigências de um serviço público de transporte mais transparente, que até então não eram contempladas.

Ainda na temática dos transportes, foi elaborado um Relatório de Cumprimento das Normas Técnicas de Acessibilidades, que teve por objetivo fazer um diagnóstico da situação existente, tendo por base os elementos recolhidos nas respetivas ações de fiscalização referentes ao ano de 2021. Dos dados recolhidos nas respetivas ações de fiscalização do ano de 2021, com as respetivas ações interventivas correspondentes, ilustra-se no gráfico seguinte, a evolução do número de intervenções desde 2019 até 2022.

INTERVENÇÕES NO ÂMBITO DAS ACESSIBILIDADES 2019 a 2022





No âmbito das acessibilidades, foram elaborados os reportes obrigatórios de informação sobre o sistema de transportes no município, advindos de exigências europeias e nacionais. De destacar que estes deveres de informação que o município elabora, constituem uma importante fonte de informação para o estado da arte dos transportes e mobilidade, e que é submetida através de uma plataforma on-line, de nível nacional - Balcão Único da AMT.

Por outro lado, foram adjudicados dois projetos – *“Projeto de Acessibilidades 360º da Rua da Pedreira, Rua das Penas, Rua São Sebastião e Rua Viana de Mota – Santa Maria da Feira”* e *“Elaboração do Projeto de Arquitetura Paisagista e Especialidades para a Requalificação Urbana da Rua Comendador Sá Couto”*. Pretende-se que com estes projetos se equacione e encontre soluções de forma a contribuir para um aumento e promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável, contribuindo para a descarbonização do território, privilegiando e favorecendo as deslocações a pé.

No desenvolvimento de uma política de mobilidade estratégica, o município propôs-se desenvolver e iniciar o processo de ampliação da Rede de Percursos de Mobilidade Ativa, ligando os diferentes núcleos urbanos e rurais, principais equipamentos, espaços de lazer e desporto entre outros, implementando, de forma faseada, intervindo no território. Foram sendo elaborados documentos, no decorrer de 2022, referentes à temática da mobilidade e transportes, para inserção no Plano Diretor Municipal, em revisão. Desenvolveram-se assim, propostas mapeadas de consolidação da Rede de Mobilidade Ativa, inclusão das mesmas no Plano para execução e Plano de Financiamento do PDM e elaboração do Relatório da Mobilidade e Transportes.

No seguimento da prossecução para uma estratégia municipal de mobilidade, desenvolveu-se um relatório preliminar *“Requalificação Urbana da Zona da Cruz – Cidade de Santa Maria da Feira”* que apresentou as principais linhas estratégicas para a conexão da cidade, eliminando o constrangimento que a EN233 causa como barreira/obstáculo físico na mesma. Este relatório reuniu um conjunto de problemáticas inerentes e desenvolveu propostas para o que se pretende construir futuramente, como solução para a necessidade de expansão urbana a norte da cidade compacta e para a pretensão de conexão de ambas as partes da cidade agora desconectadas. Para isso foi necessário tecer objetivos setoriais para apoiar esta necessidade macro, que passaram por propor soluções considerando os seguintes projetos: criação de túnel na EN 223 – do Km 21.60 ao Km 22.10; criação de grande praça da cidade, à superfície do túnel; criação de uma interface de transportes; criação e integração de percursos para modos ativos de mobilidade; criação/melhoria de novos acessos (duplicar o nó da A1; criação/melhoria dos acessos ao Hospital; melhorar o nó de Picalhos; criação de “nova” entrada norte - Avenida da Europa).

Estando previsto que em 2023 se reúnam esforços para que, em parceria com a AMP, o território fique preparado para receber um novo/reajustado sistema de transporte público, que advém do



Concurso Público para a Aquisição do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na AMP, iniciou-se em dezembro de 2022 o planeamento da rede de paragens e abrigos de transportes no município, conforme previsto nos objetivos para 2022 do Gabinete de Mobilidade e Transportes. Nesta primeira fase dos trabalhos, fez-se o levantamento de campo e identificação da localização dos abrigos de transporte público existentes no território de Santa Maria da Feira, trabalho este a que o gabinete dará continuidade em 2023.

Gabinete do Plano Diretor Municipal

A atividade do gabinete do Plano Diretor Municipal (PDM) centrou-se, fundamentalmente, na continuidade dos trabalhos da 2.ª revisão do PDM. Ocorreu uma reunião setorial com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte no sentido da validação das cartas da transposição cartográfica da Reserva Agrícola Nacional (RAN). O trabalho havia já sido desenvolvido, bem como todo o trabalho de campo necessário à aferição da “RAN Bruta”, estando, no entanto, a sua conclusão dependente da homologação da cartografia de base ao processo da revisão do PDM. A validação da transposição da RAN de Santa Maria da Feira ocorreu em fevereiro de 2022. Durante o ano de 2022 ocorreram a 1ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva e várias reuniões setoriais, nomeadamente com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), relacionadas com a validação dos perímetros urbanos e com a Reserva Ecológica Nacional (REN), com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA/ARHN), relacionada com a REN, com os Recursos Hídricos e com a Avaliação Ambiental Estratégica do Plano, com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., com a Direção Regional de Cultura do Norte e com a Infraestruturas de Portugal, S.A.

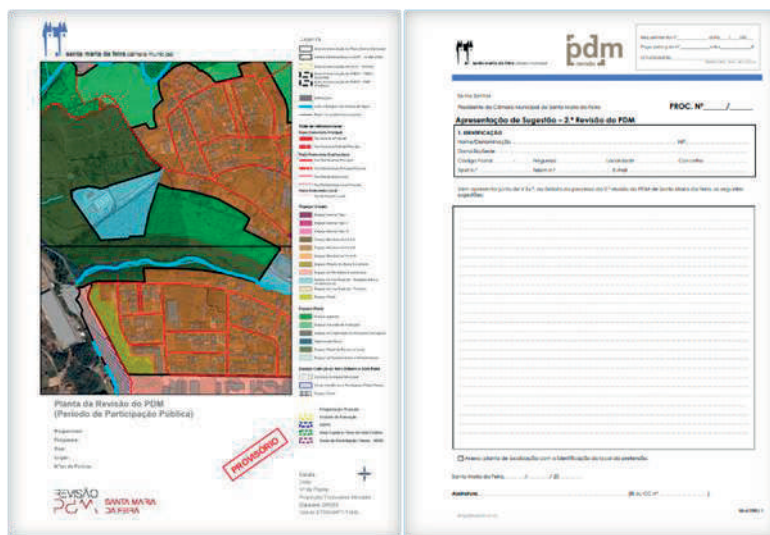
Revisão do PDM / Planos Diretores Municipais dos concelhos limítrofes

O município de Santa Maria da Feira faz-se representar nas comissões consultivas dos procedimentos de revisão dos PDM dos concelhos limítrofes, onde analisa e emite parecer sobre os documentos apresentados. Importa referir a necessidade de análise de toda a informação disponibilizada na Plataforma Colaborativa dos Instrumentos de Gestão Territorial (PCGT), por parte dos municípios que se encontram com os seus PDM em revisão, competindo ao município a sua ponderação e emissão de parecer.



Análise das Sugestões dos munícipes decorrentes do Período de Participação Pública da 2.^a revisão do PDM

Durante o período de participação pública, todos os interessados tiveram o direito de participar com a apresentação de sugestões e pedidos de esclarecimento, tendo sido recebidas 229 participações, até ao dia 30 de dezembro.



Refira-se, ainda, que no Gabinete do PDM foram recebidas outras sugestões que tiveram tratamento idêntico, constituindo, no entanto, uma base de dados específica de participação, uma vez que estas sugestões ocorreram durante o ano, fora do período de participação definido.

Análise das implicações da Carta de Perigosidade de Incêndio Rural no município de Santa Maria da Feira

O Conselho Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.) aprovou, em 2022, a carta estrutural de perigosidade de incêndio rural, produzida e avaliada a nível nacional, pelo ICNF, sem consultar os municípios, identificando os territórios onde os incêndios são mais prováveis e podem ser mais severos, orientando as intervenções de redução da carga combustível e o condicionamento ao incremento de valor em áreas onde a sua exposição implique perdas com elevada probabilidade.

As autarquias teriam de inserir “na planta de condicionantes dos planos territoriais as áreas de perigosidade «alta» e «muito alta» constantes na carta de perigosidade de incêndio rural e as servidões administrativas que sejam estabelecidas no âmbito do SGIFR e divulgam as APPS e as redes de faixas de gestão de combustível localizadas nos respetivos concelhos”. Da imediata eficácia da Carta de Perigosidade Estrutural 2020-2030, que se previa válida até 2030, e da sua articulação com os PMOT em vigor no Município de Santa Maria da Feira, justificou-se uma profunda análise às suas implicações imediatas, e futuras, no território, visto as áreas classificadas em perigosidade alta e



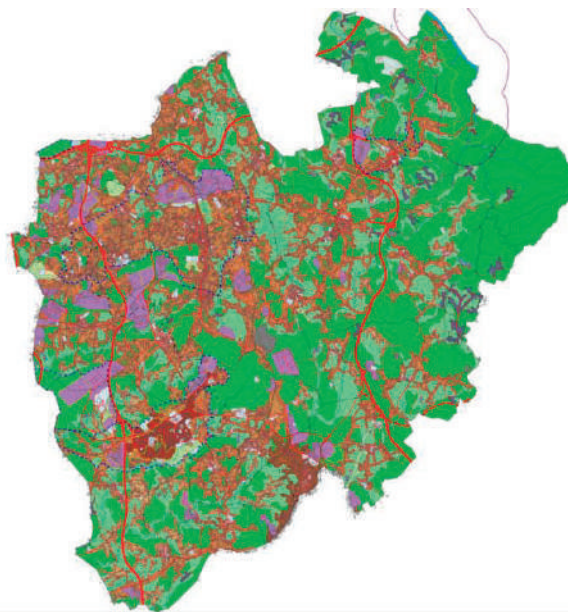
muito alta, em nada serem semelhantes às atuais classificações constantes no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI).

Entretanto, dados os problemas suscitados a nível nacional pelos diversos municípios e associações, a Carta de Perigosidade de Incêndio R foi suspensa, encontrando-se em desenvolvimento uma nova versão.

Redefinição dos Perímetros Urbanos

No âmbito da 2.^a Revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira, a redefinição dos perímetros urbanos tem vindo a ser desenvolvida em estreita articulação com a CCDRN, que supervisiona o procedimento, tendo em consideração o definido no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na redação atual, e os critérios de classificação do solo definidos.

No ano de 2022 foram apresentadas à CCDRN duas versões de delimitação dos perímetros, que refletem um esforço da equipa técnica na procura de uma solução equilibrada entre a necessidade de contenção dos perímetros urbanos face à realidade existente, as expetativas criadas pelo PDM em vigor e a auscultação das juntas de freguesia.



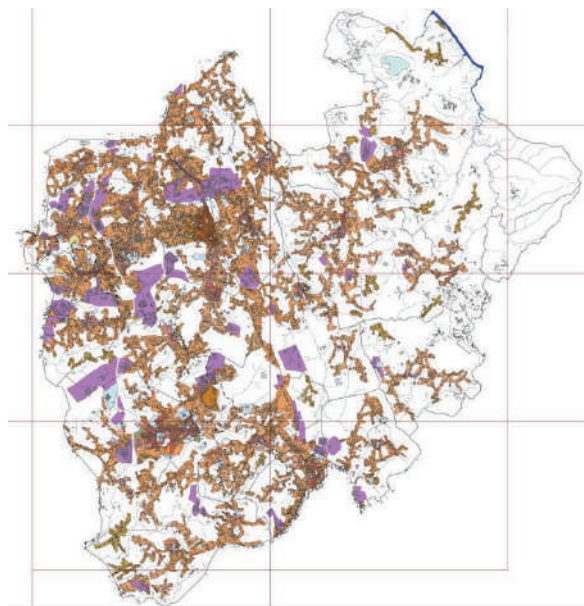
Importa salientar que na metodologia para a definição dos perímetros urbanos foram tidos em consideração os espaços edificados, as faixas de 40 e 100 metros de profundidade ao longo das redes de abastecimento de água e saneamento, no caso de se tratarem de zonas habitacionais ou industriais, respetivamente, e as zonas de coerência urbana, que dizem respeito aos espaços interiores de quarteirão, com áreas superiores a dois hectares, e a espaçamentos superiores a 150 metros entre edifícios, ao longo de vias, que não estando edificados deverão integrar o solo rústico. Os restantes espaços deverão integrar o solo rústico.



Durante o ano de 2022, a equipa ponderou e analisou os pareceres das diversas entidades que integram a Comissão Consultiva, realizando-se várias reuniões setoriais com as mesmas, de forma a chegar ao um consenso entre estas e o município, procedendo-se à elaboração de um relatório de ponderação referente a cada entidade.

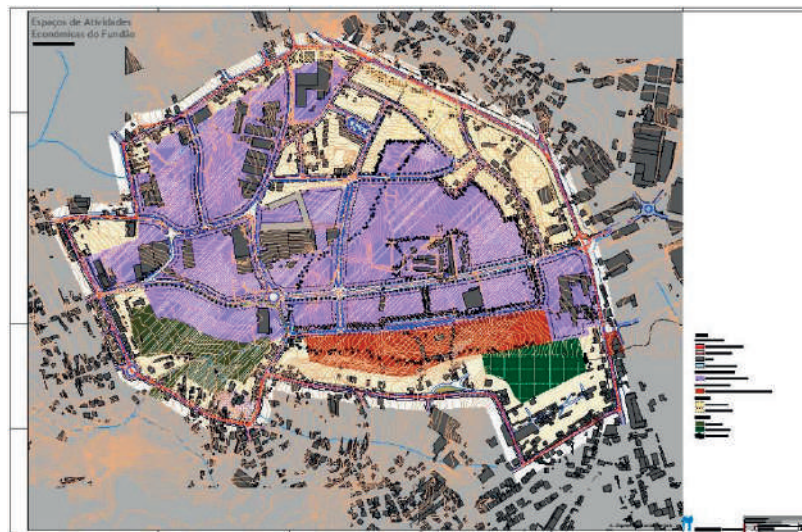
Plano de Intervenção nas Zonas Industriais

Os espaços de atividades económicas desempenham funções vitais na economia, nas populações e no território. Nesse sentido, são espaços privilegiados e prioritários nas intervenções urbanísticas a realizar, tendo vindo a ser realizado levantamento genérico de todas as zonas industriais com vista à identificação de eventuais necessidades de ampliação e/ou requalificação. Para além disso, foram realizados estudos que contribuem para a calendarização de projetos com vista à requalificação e dinamização das áreas de atividades económicas. Procurou-se a devida articulação com o Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial.



Estudos Urbanísticos

Durante o ano de 2022 foram desenvolvidos vários estudos urbanísticos, sendo que alguns transitaram de anos anteriores, tendo sido, por vezes, efetuadas alterações e propostas novas soluções em função das necessidades emergentes no território, designadamente a elaboração do estudo preliminar do eixo ZI Fundão / ZI Sisto;



Atividade contínua da Divisão de Planeamento/Gabinete do PDM

Ao longo do ano de 2022 a Divisão de Planeamento/Gabinete do PDM executou um conjunto de tarefas de natureza contínua como emissão de pareceres, informações técnicas, decorrentes de solicitações externas e internas, para além de contributos prestados no âmbito de procedimentos de gestão urbanística efetuados pelo Pelouro do Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade. Foram emitidas certidões e informações técnicas de enquadramento em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU).

Durante o ano, foi ainda efetuado atendimento técnico no Gabinete de Atendimento Urbano (GAU), prestados esclarecimentos no Gabinete do PDM, por telefone e por email, e disponibilizada vária Informação sobre os instrumentos de gestão territorial.

**AMBIENTE,
JARDINS E ESPAÇOS VERDES,
PAISAGEM URBANA E DESPORTO**

AMBIENTE, JARDINS E ESPAÇOS VERDES, PAISAGEM URBANA E DESPORTO

Ambiente e Serviços Urbanos



Com o objetivo de promoção da biodiversidade e proteção dos ecossistemas naturais a Divisão do Ambiente e Serviços Urbanos teve, em 2022, como principais áreas de atuação:

- Gestão de parques
- Educação ambiental
- Gestão de Linhas de Água
- Gestão dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento
- Gestão de Resíduos e Limpeza Urbana
- Ruido

Gestão de Parques

Rio Uima – Parque das Ribeiras do Uíma

O Parque das Ribeiras do Uíma (PRU) é, desde 2014 um ponto de interesse paisagístico, ambiental e lazer, situado nas freguesias de Fiães e Lobão, nas margens do Rio Uíma. Em 2022, foi realizado novo contrato de manutenção que inclui 6 intervenções anuais de corte e podas de vegetação e limpeza das margens do rio.

Rio Cáster – Candidatura REACT

Foi feito o acompanhamento e colaboração na candidatura ao programa REACT “Projeto (Re) florestação e renaturalização do parque da cidade (Cáster)”, com contributos relacionados com a reabilitação ribeirinha e projeto sobre polinização.

Mata do Castelo

No âmbito da gestão da Mata do Castelo, foi dada continuidade ao trabalho de reflorestação e criação de floresta nativa, iniciado em 2016, com principal enfoque na manutenção e controlo de plantas invasoras nas parcelas já intervencionadas.



Praia Fluvial da Mâmoa

A Praia Fluvial da Mâmoa, situada na bacia hidrográfica do Rio Úl, com uma área de cerca de dois hectares, foi designada como água balnear, pela primeira vez, no verão de 2013. Desde 2017 tem sido classificada, em termos de qualidade da água, como excelente.

Esta classificação de excelência permitiu a distinção pela Quercus, em 2022, com o galardão “Praia com Qualidade de Ouro 2022”.

Em 2020 foi galardoada pela primeira vez com a Bandeira Azul, símbolo de qualidade que distingue a Praia Fluvial da Mâmoa pela obtenção dos padrões de excelência num conjunto de critérios que envolvem: a educação ambiental, a qualidade da água balnear, a gestão da praia, os serviços e a segurança, tornando possível a coexistência do desenvolvimento local com o respeito pelo ambiente. Inserida no âmbito da reabilitação das zonas ribeirinhas e criação de espaços públicos de lazer em estreita ligação com a natureza, esta praia disponibiliza aos utilizadores todas as infraestruturas necessárias.

No âmbito do Programa Bandeira Azul, todos os anos há um tema e em 2022, à semelhança de 2021, o tema foi “Recuperação de ecossistemas”. Uma temática incontornável, tendo em conta a crescente degradação dos ecossistemas e o seu impacto direto no bem-estar das pessoas.

Todos os anos são desenvolvidas ações de educação ambiental, na praia, dirigidas aos mais novos, com o objetivo de sensibilizar para o valor da biodiversidade ribeirinha e a importância da sua preservação. Através da observação da fauna e flora existente no Rio Úl, pretende-se criar novos olhares sobre os valores naturais, despertando o sentido crítico e de cidadania. Pretende-se também promover o contacto com a Natureza e mostrar o equilíbrio emocional por ela proporcionado.

Em 2022 foram reunidas as condições necessárias para a candidatura ao galardão de “Praia Acessível - Praia para Todos!”, programa criado em 2004, que visa promover a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada às praias.

Este galardão significa que todos os serviços disponíveis na praia estão acessíveis, bem como o acesso ao plano de água – este ano criamos uma pequena rampa para permitir o acesso fácil e livre de obstáculos ao plano de água, bem como a disponibilidade de uma cadeira anfíbia com serviço de apoio ao banho, assegurado pelos Bombeiros Voluntários de Arrifana.





Durante a época balnear, definida no período de 1 de julho a 31 de agosto, são realizadas análises à água, de 15 em 15 dias, pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Os resultados são disponibilizados através de informação afixada nos painéis informativos da praia, no site do Município e na aplicação da APA, Info Praia. Todos os resultados obtidos em 2022 cumpriram os valores estabelecidos para o Programa Bandeira Azul.

De salientar ainda que o Programa Bandeira Azul efetuou 4 visitas à Praia Fluvial da Mâmoa, durante a época balnear, tendo verificado o “cumprimento generalizado dos critérios” em todas as visitas, não tendo havido reporte de nenhuma ocorrência.

Educação Ambiental



Descobrir a biodiversidade

a) A Magia dos Pirlampos

Em 2022 retomamos as visitas aos pirlampos e assim, mais uma vez, descobrimos a sua magia ao som das águas do rio Uíma. Mais de três centenas de participantes puderam observar algumas das características mais marcantes deste grupo de insetos em dez visitas guiadas ao luar, realizadas entre 15 de junho e 2 julho.

Sensibilizar para a importância de respeitar e preservar a biodiversidade local, de modo a garantir que o habitat dos pirlampos e de outros animais se mantenha em condições necessárias à sua sobrevivência, é um dos principais propósitos da “A Magia dos Pirlampos no Uíma”.

b) Guardiães do Castelo

De 3 de abril a 22 de maio, realizaram-se 8 visitas guiadas, com cerca de 200 participantes, às árvores e arbustos mais emblemáticos que rodeiam o Castelo de Santa Maria da Feira (Mata das Guimbras e Quinta do Castelo) e o Zoo Lourosa - Parque Ornitológico.

Nesta edição da “Rota das Guardiães”, foi possível (re)descobrir as “Guardiães do Castelo” e as “Guardiães das Aves” e assim, dar a conhecer e promover o património natural do território feirense, evidenciando o importante contributo dos espaços verdes — e o das árvores em



particular —, para o bem-estar e saúde física e mental da população, propondo um olhar atento à biodiversidade aí existente.

PR – Guardiães do Castelo

Foi aumentado o percurso interpretativo já existente, no sentido de se propor a homologação de um percurso de Pequena Rota.

Para tal, foi necessário fazer a identificação de mais 30 árvores, elaboração das respetivas ilustrações e placas, bem como a definição do novo percurso com cerca de 4,7Km.

Hora do Planeta

Em 2022, Santa Maria da Feira associou-se à Hora do Planeta, que teve como tema “Restauro da Natureza”, apelando a todos para se ‘Ligarem ao Planeta’, mostrando o seu compromisso ao apagarem as luzes durante uma hora, entre as 20h30 e as 21h30, do dia 26 de março.

Nesta edição, o Município de Santa Maria da Feira assumiu ainda, o compromisso de promover a reflorestação e renaturalização do Parque da Cidade.

Resíduos

No âmbito da prestação de serviços, a cargo da empresa SUMA, S.A., foram desenvolvidas as campanhas Pedigree, Ponta de Iceberg e Natal Presente.

Finalizou-se no mês de maio, a campanha de sensibilização Pedigree, inserida, ainda, no Plano Estratégico de Intervenção em Educação e Sensibilização Ambiental de 2021 (PEI 2021), que pretende incentivar e alertar a população para a necessidade de recolher os dejetos dos seus animais de estimação, com as seguintes ações:

- ação de sensibilização, comportada por dois animadores e entrega de panfletos, que acompanhava a campanha de vacinação antirrábica municipal;
- a distribuição de 10 dispensadores de sacos para remoção de dejetos caninos, integrado numa papeleira, juntamente com recarga de 15 000 sacos e panfletos, a todas as Juntas de Freguesias (com exceção de Santa Maria da Feira).



A campanha Ponta de Iceberg, que pretende sensibilizar a população para a preferência de objetos duráveis e reutilizáveis, a manutenção da limpeza urbana e a necessidade de correto encaminhamento de pequenos lixos e dos resíduos de embalagem que não conseguiram ser evitados, ocorreu em duas sessões na Praia da Mâmoa. A realização desta atividade deu-se através de abordagem por contacto pró-ativo realizado por dois animadores mascote (Beata e Garrafa de Plástico) e distribuição qualitativa de sacos de juta e cantis, com informações específicas sobre a problemática da poluição marítima e dos solos.

A campanha Natal Presente focou-se na transmissão da mensagem de cortar no desperdício, contrariando o consumismo e a grande produção de resíduos que caracterizam a quadra natalícia, investindo, ao invés, na partilha e no convívio. Esta ação foi desenvolvida durante 5 sessões, no Mercado de Natal, com recurso a animação de rua e distribuição qualitativa de sacos de compras reutilizáveis.

Ainda sobre ações de sensibilização ambiental, a Suldouro, S. A., durante o mês de agosto, mais precisamente em todos os sábados do mês, promoveu o “Jogo da Glória” (um jogo de chão gigante em que as crianças, mas também os seus familiares, podem aliar uma componente lúdica à componente pedagógica), na Praia Fluvial da Mamôa, com o objetivo de sensibilizar as famílias para a importância dos 3R's, com especial enfoque na reciclagem, nomeadamente na forma correta e utilização dos ecopontos.





Gestão de Linhas de Água

No âmbito do trabalho iniciado em 2019, de cooperação e ação concertada entre as várias entidades responsáveis pela gestão dos recursos hídricos: Agência Portuguesa do Ambiente (APA), GNR e Município, foi assinado um protocolo de colaboração com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Indaqua Feira para reforçar a monitorização dos rios e ribeiras do concelho, com recurso a uma brigada de fiscalização (Guardiões dos Rios) e a ações de sensibilização junto da população. O objetivo é pôr termo às descargas ilegais de efluentes industriais que ainda persistem nas linhas de água do concelho. Este protocolo foi assinado no Dia Mundial da Água, 22 de março.

Gestão dos Serviços de Abastecimento de água e Saneamento

As principais funções da DASU consistem em assegurar a adequada gestão dos sistemas de abastecimento e drenagem de águas residuais, em articulação com as Concessionárias, Indaqua Feira, S.A., Águas do Centro Litoral, S.A. e com a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (AMTSM), através do acompanhamento dos correspondentes contratos, nas suas múltiplas abrangências, e a fiscalização do seu cumprimento.

Neste sentido, foi prestado todo o apoio aos munícipes, nomeadamente, no que se refere a pedidos e/ou necessidades de execução de extensões de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas, informação sobre questões relacionadas com os diferentes serviços, incluindo o tratamento e resposta a reclamações.

Além disso, constituiu um dos objetivos principais a deteção de problemas relacionados com a falta de rede pública de saneamento o que por vezes leva ao uso indevido da rede pluvial onde, através de ligações ilícitas, afluem águas residuais desviando-as assim do seu adequado encaminhamento.

Ao nível deste serviço deu-se continuidade a um estudo das necessidades existentes em cada freguesia (pedidos efetuados pelas próprias Juntas de Freguesia ou por Munícipes) tendo sempre por objetivo a otimização do sistema de abastecimento de água e saneamento.

De salientar que durante o ano de 2022 foram executados, pelo Município, cerca de 1000 metros de rede de abastecimento de água e 1400 metros de rede de saneamento. Com a execução destas redes, cerca de 52 habitantes, passaram a ter água potável e serviço de saneamento.

Neste âmbito, apresentam-se a seguir, de modo resumido, as principais atividades desenvolvidas, em 2022:

- Construção da extensão de rede de águas residuais na Travessa da Ribeirinha, São João de Ver;
- Construção da extensão de rede de águas residuais na Rua do Vergão, São João de Ver;
- Construção da extensão de rede de águas residuais na Rua dos Combatentes, São João de Ver;
- Construção da extensão de rede de abastecimento de água e águas residuais na Rua dos Figueiredos, São João de Ver;



- Construção da extensão de rede de águas residuais na rua da Estação, São João de Ver;
- Construção da extensão de rede de águas residuais na Travessa da Presa Velha, São João de Ver;
- Construção da extensão de rede de abastecimento de água e águas residuais na Travessa 4 da Urbanização da Relva, São João de Ver;
- Construção da extensão de rede de águas residuais na Travessa Central e reparação de rede existente na envolvência, Lobão;
- Construção da extensão de rede de águas residuais na Rua de Paçô, Canedo;
- Construção de extensão de rede de abastecimento de água e águas residuais na Travessa Monte do Outeiro, Rio Meão;
- Construção de extensão de rede de águas residuais na rua Travanca de Cima, Travanca;
- Reparação de pavimentos em diversos locais de São João de Ver;
- Reparação de redes no Lugar da Lavandeira, São João de Ver;
- Reparação de redes no Lugar da Pousadela, Nogueira da Regedoura.
- Realização de vistorias para efeitos de receção definitiva e respetiva liberação de cauções, das seguintes empreitadas:
 - Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais da Bacia B2 - Laje Montante;
 - Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais da Bacia B3 Caster;
 - Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais da Bacia B4 - Laje Jusante;
 - Construção da rede pluvial na Av. ^a 23 de dezembro – Souto;
 - Execução de parte do Intercetor Portela de Baixo;
 - Construção das Infraestruturas num Loteamento no Lugar do Regato – Fiães.
- Realização de vistoria para efeitos de liberação de cauções da empreitada “Requalificação da Quinta do Castelo da Feira”.
- Gestão de todas as situações que se verificam ao nível do serviço de limpeza e desobstrução de Interceptores, que ainda estão sob a alçada do Município.
- Acompanhamento e gestão do contrato de “Serviço de limpeza e manutenção de fossas sépticas e tratamento de resíduos”.

Gestão de Resíduos e Limpeza urbana

Contempla a gestão, acompanhamento, fiscalização e otimização do serviço de recolha de resíduos urbanos e limpeza de espaços públicos que abrange a recolha indiferenciada de resíduos urbanos (RU), realizada com recurso a contratação externa (Suma, S.A.), a recolha seletiva de resíduos de embalagens (vidro, plástico, papel/cartão), através de ecopontos, ecocentros e recolha porta-a-porta, assegurada pela empresa Suldouro, S.A., a recolha de óleos alimentares usados, realizada pela empresa Portary, S.A., a recolha de objetos volumosos domésticos, executada pelo município e/ou



pelas Juntas/Uniãoes de Freguesia, a recolha de resíduos perigosos e, futuramente, a gestão da recolha de biorresíduos (em fase de implementação). Inclui, de igual modo, o acompanhamento dos contratos na vertente financeira.

Recolha de resíduos urbanos indiferenciados e limpeza urbana

Ao nível da recolha indiferenciada de resíduos urbanos, garantiu-se o acompanhamento dos serviços prestados pela empresa Suma, S.A., que corresponde a uma recolha no concelho, em 2022, de 44 980 toneladas de resíduos indiferenciados, ou seja um valor médio de capitação de 329 Kg/hab/ano (0,90 Kg/hab/dia), tendo-se verificado um ligeiro decréscimo (1%) relativamente ao ano anterior.

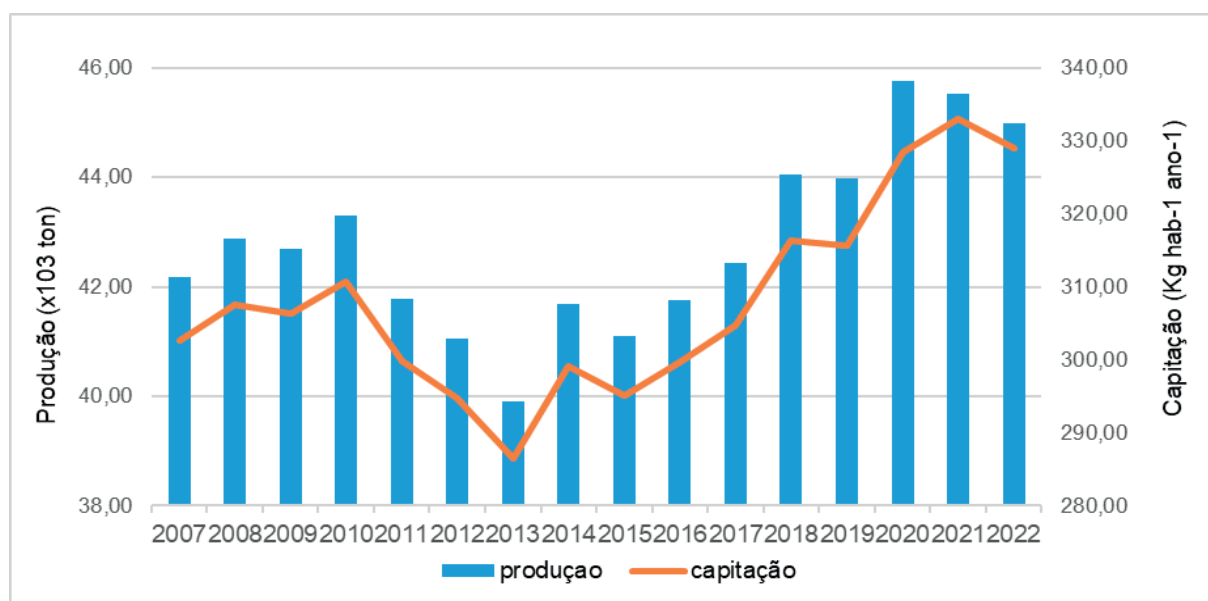


Gráfico 1: Evolução da produção e da capitação de RU indiferenciados no Concelho entre 2007 e 2021.

Limpeza urbana

No âmbito do serviço de limpeza urbana na freguesia sede de concelho, que contempla a varredura, manual e mecânica, a lavagem de arruamentos, a limpeza e corte da vegetação de bermas e valetas e a lavagem manutenção e desinfeção de papeleiras, foi feito o acompanhamento regular e a fiscalização das obrigações a cargo da empresa contratada, Suma, S.A..

Para reforço do serviço de limpeza urbana, durante os eventos de maiores dimensões, foi necessário efetuar e acompanhar os seguintes serviços extra:

- Serviço extra de Lavagens de Ruas diária, durante os 11 dias consecutivos do evento 'Viagem Medieval'.
- Serviço extra de Varredura, a executar nas ruas adjacentes ao recinto do evento 'Viagem Medieval', durante as sextas-feiras, sábados e domingos, pelo período da tarde.
- Serviço extra de Varredura para o evento 'Perlim', a executar em todas os sábados, domingos e feriados, durante o período da tarde, no centro histórico da cidade.



- Reforço dos recintos dos eventos com papeleiras (ilhas ecológicas, estruturas de sensibilização) e contentores de maiores dimensões, para a deposição dos resíduos indiferenciados e trífuxo produzidos pelos mesmos e seu acompanhamento.
- Com o novo Percurso Urbano do Cáster, inserido no “Parque dos Condes de Fijô” e pelo facto de o contrato de prestação de serviços de Recolha de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana no concelho de St. Maria da Feira’ não abranger parques/jardins, foi necessário efetuar o procedimento para aquisição de um serviço de limpeza urbana no novo Percurso Urbano do Cáster”. Este serviço contratado por 10 meses, contempla o seguinte:
 - A varredura manual de todo o percurso de circulação incluindo bermas, com a remoção de todo o tipo de resíduos existentes;
 - A manutenção, limpeza e despejo das papeleiras existentes ao longo de todo o percurso e encaminhamento dos resíduos (indiferenciados e trífuxo) para o destino apropriado, conforme o tipo de resíduos;
 - O corte e eliminação das ervas daninhas existentes em todo o percurso e nos arruamentos/praças adjacentes ao mesmo;
 - Frequência de quatro vezes por semana, incluindo sábados e domingos.

No âmbito do serviço de limpeza urbana, da competência das Juntas de Freguesias, foi efetuada a aquisição de 300 papeleiras com dispensadores de sacos para remoção de dejetos caninos, 500 000 sacos para recarga e distribuído a todas as freguesias.

Recolha seletiva de resíduos urbanos

Similarmente, realizou-se o acompanhamento dos serviços assegurados pela Sulduro, S.A., enquanto responsável pela deposição em aterro e/ou tratamento mecânico-biológico dos resíduos indiferenciados, bem como pela recolha dos resíduos seletivos. A este nível, a quantidade de resíduos recicláveis trífuxo atingiu, em 2022, os valores descritos no gráfico abaixo.

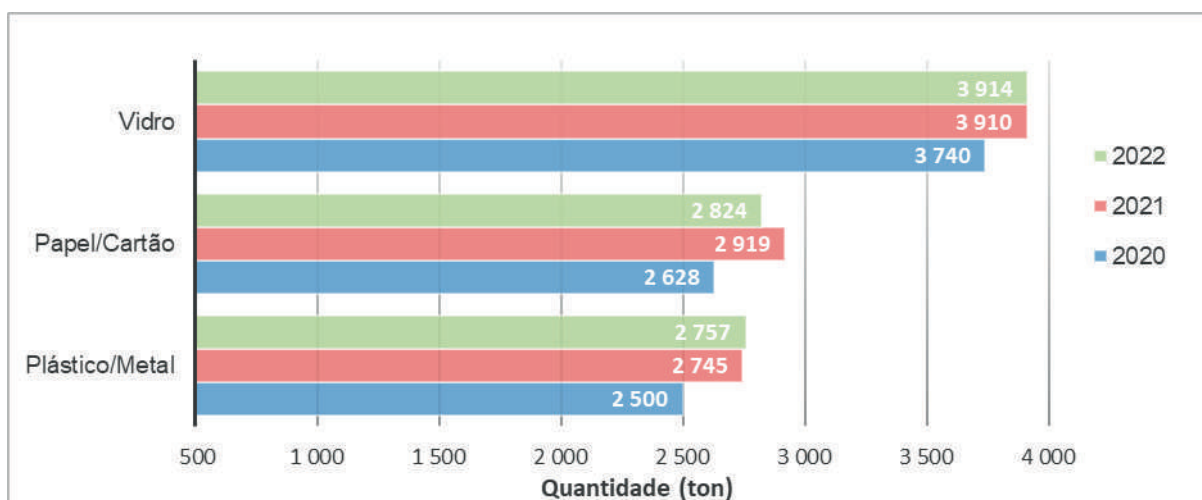


Gráfico 2: Evolução da quantidade de resíduos recicláveis recolhidos por material.



Recolha de óleos alimentares usados

Conjuntamente, no que se refere à recolha seletiva, foi assegurado o acompanhamento do serviço de recolha de óleos alimentares usados (OAU), iniciado em 2009 e com uma rede de 30 oleões disponibilizados na via pública para o efeito, operado pela empresa Portary, S.A..

Conforme, gráfico abaixo, tem-se verificado um decréscimo constante da deposição de OAU nos referidos oleões, por parte dos munícipes.

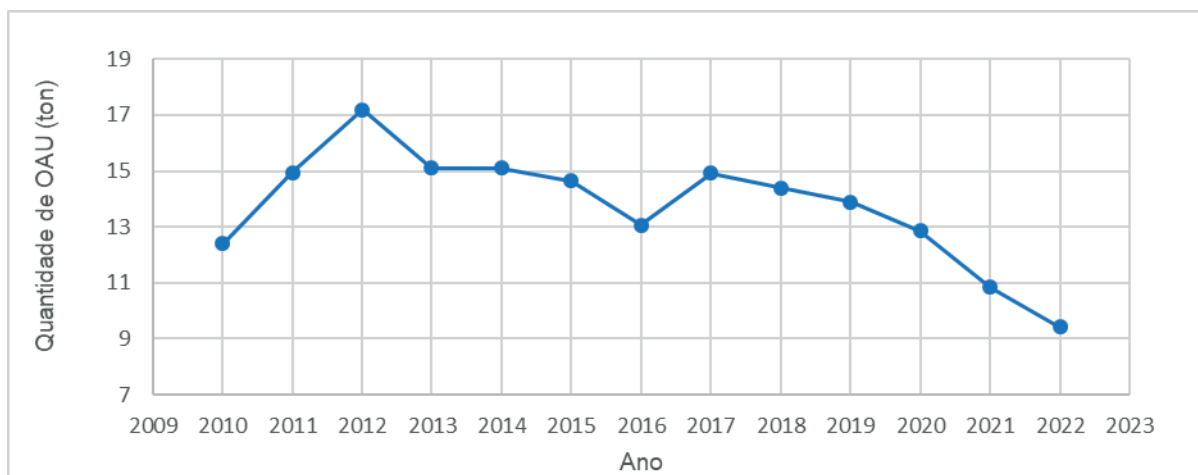


Gráfico 3: Quantidade de OAU recolhida desde 2010.

Recolha de Monstros e gestão de resíduos

Foi, também, orientado o serviço de recolha de resíduos volumosos domésticos (Monstros) efetuado pelos serviços do Município, nas freguesias de Arrifana, Milheirós de Poiares, Romariz, União de freguesia de Caldas de S. Jorge e Pigeiros e freguesia de Mozelos. O serviço de recolha é efetuado com uma frequência de duas vezes por mês (primeira e terceira quarta-feira). Em 2023, houve um aumento de pedidos na ordem de 11%, relativo ao ano anterior, tendo recolhido cerca de 14 400 ton de resíduos, que foram encaminhados para o destino adequado.

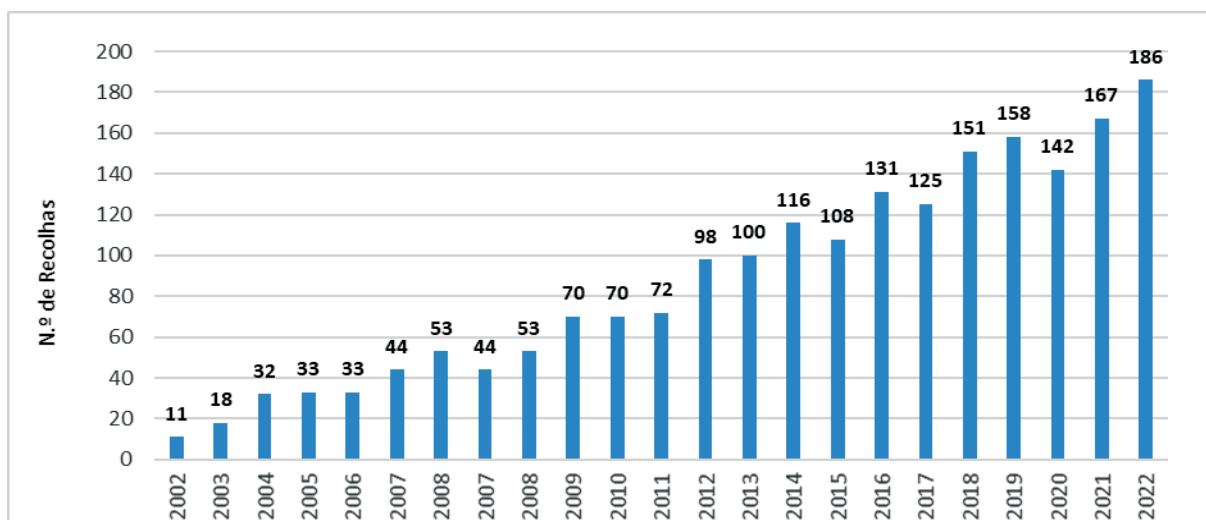


Gráfico 4: Número de pedidos de recolha de monstros atendidos pelo município, por ano.



De igual modo, supervisionou-se a gestão dos resíduos produzidos nos edifícios e nos vários serviços do município, nomeadamente, os provenientes da oficina, dos vários gabinetes (papel/cartão e embalagens de plástico e metal), resíduos hospitalares provenientes do gabinete médico e do veterinário, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e resíduos provenientes de limpeza de montureiras (pneus).

Recolha de objetos corto-perfurantes

Em adição e aliado ao facto de o novo Regime Geral da Gestão de Resíduos responsabilizar os municípios pela recolha de resíduos perigosos domésticos a partir de 2025, realizou os procedimentos necessários para manter a gestão do projeto de recolha de resíduos corto-perfurantes (injetáveis), produzidos em autocuidados (domésticos), iniciado em 2021. Esta recolha tem como objetivo promover e facilitar o encaminhamento deste tipo de resíduos por parte dos munícipes, disponibilizando pontos de recolha em locais acessíveis, nomeadamente nas farmácias. De momento, temos disponível um ponto de deposição na Farmácia Sousa, localizada na zona da Cruz, freguesia de Santa Maria da Feira, que, durante o ano de 2022, efetuou-se a recolha de cerca de 31 kg de resíduos injetáveis.

Compostagem doméstica

Deu-se continuidade à gestão do projeto de compostagem doméstica, que tem como principais objetivos a promoção da redução de matéria orgânica a enviar para aterro e o aumento da consciencialização ambiental da população, com grande adesão.

Em 2022 foram realizadas 4 sessões de sensibilização, dirigidas a um total de 60 novos participantes do projeto.

Biorresíduos

Quanto à recolha seletiva de biorresíduos que, no âmbito do novo Regime Geral da Gestão de Resíduos, será, a partir de 2023, obrigatória e de responsabilidade municipal e relativo à operação POSEUR-03-1911-FC-000307 para “Recolha Seletiva Porta-a-Porta de Biorresíduos no concelho de Santa Maria da Feira” foi realizado o seguinte:

- Acompanhamento do contrato de aquisição de três viaturas pesadas para a recolha de biorresíduos, tendo as mesmas sido entregues em finais de novembro;
- Gestão do contrato de aquisição de 20 950 contentores, de diferente tipologia, para a recolha de biorresíduos e, acompanhamento da entrega dos equipamentos durante os meses de outubro e novembro;
- Realizado o procedimento para aquisição do sistema TIC de monitorização, planeamento, otimização e gestão da operação de recolha seletiva de biorresíduos, composto por software e hardware;



- Realizado o procedimento para aquisição de serviços de fornecimento de uma campanha de comunicação e sensibilização ambiental de suporte ao sistema de recolha de Biorresíduos;

Ruido

No âmbito da análise técnica de processos para emissão de licença especial de ruído foram realizadas 111 informações técnicas.

Outras Ações Realizadas

- Colaboração na gestão dos processos dos veículos em fim de vida;
- Acompanhamento das reuniões e visitas técnicas, à unidade industrial Luis Leal e Filhos, Lda, com o objetivo de averiguar o desempenho ambiental da instalação, no âmbito da Licença Ambiental;
- Organização, juntamente com o CREPorto, da ação “À volta das árvores”, em comemoração do dia da árvore, dirigida a alunos, pais e educadores do Centro Infantil. Esta ação contemplou a descoberta das árvores da Mata das Guimbras e a plantação de 10 plantas nativas;
- Acompanhamento do projeto “Biodiversidade Urbana em Santa Maria da Feira”, em parceria com a Fundação de Serralves, envolvendo a produção de uma exposição de fotografia sobre biodiversidade ao longo do parque urbano do Cáster;
- Colaboração na preparação do evento “125 anos do Correio da Feira” – plantação de 125 árvores nas margens do rio Cáster, Santa Maria da Feira;
- Realização de uma visita guiada às Guimbras e Quinta do Castelo, no âmbito do programa ERASMUS em colaboração com o Pelouro da Educação;
- Colaboração na organização do pré-evento Bizfeira – Good for Beesness
- Realização de ação de sensibilização, no âmbito do projeto “Assembleia da Criança”, em colaboração com o Pelouro da Educação.



Jardins e Espaços Verdes



Os espaços verdes são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da população e do ambiente em geral, nomeadamente ao nível da saúde física e mental, mas também porque promovem a melhoria da qualidade do ar, regulação da temperatura, combate à erosão, reposição de água em lençóis freáticos, enquadramento paisagístico, promoção do convívio e prática desportiva. Para impulsionar estilos de vida saudáveis e tornar o espaço urbano mais agradável, em 2022, a Divisão de Jardins e Espaços Verdes manteve esta componente da manutenção de parques e jardins do Concelho, melhoria e reposição de arvoredo, criação de canteiros, renovação de plantas. Foram também instalados novos bancos/mesas de jardim em diversos espaços ajardinados no Concelho.

A Divisão de Jardins, Espaços Verdes e Paisagem Urbana (DJEVPU), teve como principais atribuições:

- Construção de Espaços Verdes sustentáveis;
- Manutenção de parques e jardins, quer pelo recurso a prestação de serviços, quer pela administração direta;
- Proteção e fomentação da Biodiversidade;
- Requalificação dos Espaços Verdes, dando especial destaque às espécies autóctones e espécies adaptáveis às condições edafoclimáticas da região de Santa Maria da Feira;
- Incrementação de técnicas que promovam a sustentabilidade dos espaços;
- Redução e otimização do consumo de água, através da utilização de sistemas de rega eficientes e de sistemas de corte e controlo de rega.
- Gestão sustentável dos resíduos produzidos, minimizando a sua produção (incrementar a utilização de técnicas de reciclagem no corte dos relvados);
- Incrementação da participação pública na utilização e conservação dos Espaços Verdes do Concelho;



- Controlo de Pragas e Doenças, evitando a sua disseminação (ex, escaravelho da palmeira e xylella)
- Limpeza da vegetação em terrenos pertencentes ao Município e Gestão de combustível;
- Limpeza de montureiras;
- Recolha de monstros;
- Recolha de pneus usados depositados na via pública e em linhas de água;
- Corte, limpeza e recolha de vegetação em passeios e vias municipais;
- Limpeza de vegetação, desobstrução de rios, ribeiras e linhas de água;
- Controlo de erosão das margens de rios e ribeiras;
- Corte de vegetação e limpeza na Via Estruturante PEC;
- Corte de vegetação e limpeza na Via Estruturante Espargo / Paços de Brandão;
- Corte de vegetação e limpeza na Via Estruturante Lourosa / Lamas;
- Limpeza e desinfeção das casas de banho públicas (Castelo e do Rossio);
- Limpeza e desinfeção do Mercado Municipal;
- Gestão e limpeza do Cemitério Municipal, incluindo a execução de inumações e transladações;
- Quinta do Castelo foi objeto de renovação após a realização do evento Perlim;
- Todo o recinto da Viagem Medieval foi objeto de uma ressementeira após o evento;
- Praia fluvial da Mamoá em Milheiros de Poiares foi objeto de uma renovação dos arbustos, relvados e desassoreamento da albufeira, antes do início da época balnear;
- Parque das Ribeiras do Uima, remoção de árvores caídas sobre o passadiço e limpeza semanal das folhas e musgo em todo o percurso do passadiço;
- Percursos Urbanos do Cáster/Ciclovía e terrenos envolventes;
- Fornecimento e colocação de flores de época, nas floreiras e canteiros do centro histórico;
- Fornecimento e colocação de flores de época, nos eixos principais da cidade e rotundas da bola e Belchior;
- Renovação de canteiros no Cineteatro António Lamoso, Rua Dr. Vitorino Sá e jardim do antigo tribunal
- Renovação dos canteiros com arbustos e herbáceas na rotunda da Hospital;
- Podas cirúrgica das árvores com problemas fitossanitárias;
- Efetuamos o abate de árvores que apresentavam sintomas de envelhecimento progressivo e consequente risco de queda (Alameda Roberto Vaz de Oliveira);
- Podas de redução de copa em árvores em diversos locais do Concelho;
- Comemoração do Dia Mundial da Árvore;
- Plantação de novas árvores em diversas Freguesias do Concelho;

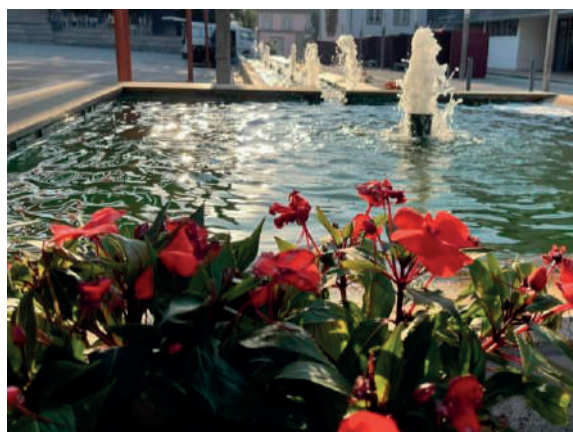
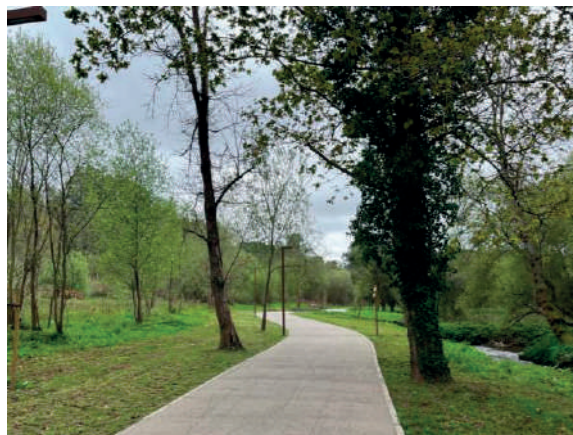


Foram projetados e executados novos espaços verdes, entre os quais se destacaram:

- Avenida do Corgo, em Arrifana;
- Rotunda do PERM;
- Rotunda e a Avenida Alfredo Henriques em Mozelos;
- Largo de Duas Igrejas, em Romariz;
- Rotunda do Chapa, em Romariz;
- Rua da Mata, em Santa Maria de Lamas;
- Largo da Igreja e Cemitério, em Escapães;
- Rua Cândido Pinho, em Santa Maria da Feira;
- Empreendimento Habitacional de Picalhos.

Colaboração com outros Pelouros do Município:

- Apoio permanente á proteção civil, sempre que necessário ou quando ocorrem situações de intempérie, removendo árvores ou pernadas caídas na via pública e efetuando desobstrução de sarjetas;
- Recolha de animais abandonados na via pública.
- Manutenção dos espaços verdes nos Empreendimentos de Habitação Social;
- Limpeza do interior das casas devolutas e respetivos logradouros;
- Apoio Logístico a todos eventos organizados pelos diferentes Pelouros;





Desporto

Tomando por base os Eixos de intervenção previstos no Plano de Atividades:

Eixo I – Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva

Eixo II – Manter, Gerir, Remodelar e Construir Espaços Desportivos

Eixo III – Apoio ao Associativismo Desportivo

Eixo IV – Apoio à Organização de Atividades Desportivas

Segue a demonstração de resultados da Divisão de Desporto relativamente ao ano 2022.

Eixo I – Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva

Desporto Fazemos Bem

Por mais um ano, o Município colocou em prática todas as démarches (reunião com os clubes para definição do calendário anual, elaboração de material promocional, apresentação), para a realização dos programas: Runforfeira, Eventos de BTT, Cicloturismo, que pretendem relevar a importância do exercício físico e fomentar a prática do mesmo, seja ele de carácter formal ou informal.

No desenvolvimento destes programas deu-se continuidade às parcerias com as instituições locais: Juntas de Freguesia, Associações e Clubes, tendo a autarquia colocado à disposição a execução, o planeamento, a coordenação, bem como a comunicação, recursos humanos, e toda a logística inerente às provas/atividades. O objetivo primordial é o aumento da prática desportiva generalizada, pela população.

desporto fazemos bem

Runforfeira – treinos abertos

Em parceria com os clubes e as secções de atletismo do concelho, a autarquia organizou os Treinos Abertos de Trail - Santa Maria da Feira, programa composto por 7 eventos com participação gratuita e sem fins competitivos, cujos principais objetivos se prendem com a promoção da atividade física e o contato com a natureza, o desenvolvimento da inter-relação das áreas do desporto, ambiente, a solidariedade e socialização como base de um estilo de vida saudável, possibilitando aos clubes a apresentação e partilha de experiências.

Verificou-se um acréscimo de atividades e participantes nos Treinos Abertos 2022:

- Tropa Trilhos Carnavalesco;
- Trilhos do Inha;
- Tropa Trilhos Solidário;



- Trilho das 3 Pontes;
- Trilhos da Mâmoa;
- Trilhos de Nadais;
- Trilhos das Rabanadas;



Runforfeira – trail

Decorreram 10 provas de trail no concelho, assistindo-se igualmente a um aumento de atividades e participantes.

A autarquia, em parceria com os clubes do concelho, organiza provas de trail, sensibilizando assim os munícipes para a importância da prática de atividade física e promovendo o contato com a natureza.

Programa de Trail 2022:

- Last Man Standing;
- Trail Vila Maior Em Turismo;
- Trilhos Termais;
- Trilhos dos Pernetas;
- Trail Rota do Castro;
- Trilhos dos Fogaceiros;
- Argon Trail;
- Backyard Ultra Feirense;
- Mâmoa River Trail;
- Resistência Trail Non Stop



Runforfeira - corridas

No ano de 2022, integrando o programa runforfeira – corridas, decorreram 11 corridas de estrada no concelho, com um aumento exponencial de atividades e participantes.

A autarquia, em parceria com as secções de atletismo os clubes e do concelho, pretende dar continuidade às provas de atletismo (de estrada), visando estimular a população para a prática de atividade física.

Integram habitualmente o projeto, de entre outras, as seguintes provas:

- Corrida Night Runners de Fiães;
- Grande Prémio de Mozelos;
- Grande Prémio de S. Paio de Oleiros;
- Corrida Urbana Terras de Santa Maria;
- Corrida de São Tiago;
- Colour Run de Argoncilhe;
- Grande Prémio Atletismo Santa Maria de Lamas;
- Grande Prémio Atletismo Caldas de S. Jorge;
- Bio Run Europarque;
- S. Silvestre Santa Maria da Feira;
- S. Silvestre de Mozelos;



Runforfeira – andar a pé

As caminhadas têm cada vez maior implementação e uma forte presença no concelho, com vários clubes, associações e juntas de freguesia a dinamizarem iniciativas, em parceria com a autarquia, no âmbito do objetivo de promoção da prática desportiva.

Dá-se assim continuidade aos projetos de desporto e bem-estar, assegurando atividades acessíveis a todos, e fomentando estilos de vida saudáveis.



Pretende-se dirigir estas iniciativas para as famílias, incentivando o desenvolvimento de uma cultura desportiva, e disponibilizando conhecimento sobre os benefícios da atividade físico-desportiva.

Este programa funciona durante todos os meses do ano, contando com percursos de baixa/média intensidade, até 10 Km, abrangendo todas as freguesias do concelho.

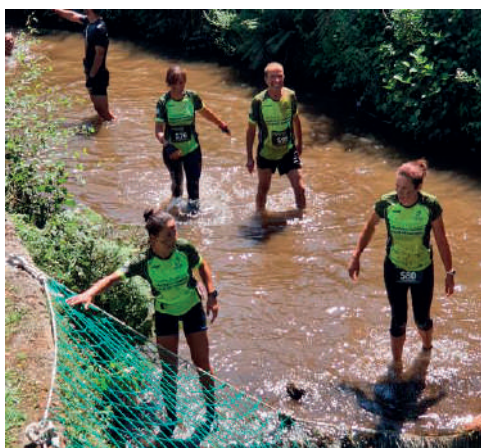
Em 2022 realizaram-se cerca de 50 caminhadas em estrada e trilhos do concelho, com o objetivo de promover e aumentar a prática de atividade física.

Provas de Obstáculos

Provas com percursos que podem variar entre os 5 e os 10 km, e com cerca de 20 a 40 obstáculos. Caracterizam-se por ser um evento que promove o espírito de equipa e a autossuperação dos participantes, proporcionando uma experiência única.

Nos últimos anos têm-se realizado no município duas corridas de obstáculos: “Challenger Arena - Justa Medievais” e “Corrida de Obstáculos Bravos & Bravitas”.

Face às expectativas criadas, é expectável o surgimento de novas provas nos próximos anos.



Néon Run Santa Maria Feira

Evento organizado pelo município em parceria com a Neon Run Portugal.

Trata-se de uma atividade de carácter lúdico e de entretenimento, mas ainda assim com uma forte componente desportiva, e ao mesmo tempo de promoção da cidade.

Um evento que faz da cor, da música e da animação as suas principais características, e que contou com uma participação de cerca de 1500 pessoas.



Runforfeira – Pista

A autarquia, em parceria com a Associação de Atletismo de Aveiro e a Junta de Freguesia de Lourosa, promove anualmente diversas provas na Pista Municipal de Atletismo de Lourosa, a saber:

- Torneio de Iniciados;
- Torneio de Benjamins e Infantis;
- Torneio Saul Fernandes | Triatlo Técnico Distrital
- Torneio Tiago Sá;
- Torneio Cidade de Lourosa

Cicloturismo – Ciclismo Para Todos

Programa municipal caracterizado pelo envolvimento, essencialmente, dos grupos de cicloturismo do concelho, com incidência nos meses de abril a outubro, para promoção da atividade física junto de toda a população. Em 2022 realizaram-se 9 passeios de bicicleta em várias freguesias do concelho.



Eventos de BTT

O BTT é uma das modalidades mais praticadas, a nível informal, no nosso concelho. Desta forma, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em parceria com várias associações do concelho, continua a promover e potenciar um conjunto de eventos organizados, uns de cariz competitivo, outros de lazer.

Nos 9 eventos de BTT realizados em 2022 participaram 1653 praticantes.



Resumo 2022	Participantes	Iniciativas	Associações Clubes Juntas de Freguesia Outras Entidades
Runforfeira	18.905	111	51
Ciclismo Para Todos	474	9	8
Eventos BTT	1653	9	7
Total	+/- de 21 mil	129	66

Night Runners

Trata-se de uma atividade desportiva informal realizada todas as quartas-feiras, dirigida à população em geral. Considerando a importância da realização e da oferta de atividade física informal para a população, o município tem como objetivo dar continuidade a projetos desta natureza. A cidade de Santa Maria da Feira acolhe uma média de 60 participantes todas as quartas-feiras, com concentração junto à Alameda do Tribunal.

O período pós Covid tem revelado o aparecimento de novos grupos informais de corrida e caminhada pelas freguesias do Município de Santa Maria da Feira, os quais tem merecido o acompanhamento da Divisão de Desporto.

Além das atividades calendarizadas e das atividades regulares/semanais para a população em geral, ao longo do ano a autarquia promoveu ainda diferentes atividades dirigidas especificamente a pessoas com deficiência, com o intuito de fomentar a integração deste público alvo. Destacam-se os projetos: Desporto com Vida, Desporto Plural e Desporto Plural nas Escolas.

Desporto Plural

Projeto de inclusão pelo Desporto promovido pela Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e Provedoria Municipal para os Cidadãos com Deficiência.

Durante o ano de 2022 foram realizadas diversas iniciativas no seu âmbito, tendo sempre como principal foco o recurso à prática desportiva como uma ferramenta para a inclusão.



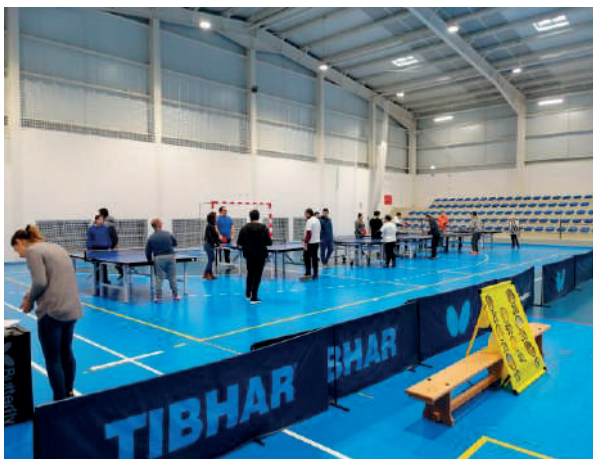
Futsal (1 sessão por semana), Boccia (1 sessão por semana) e Ténis de Mesa (3 sessões por semana), foram as modalidades que o projeto ofereceu aos seus participantes, proporcionando a todos os interessados a possibilidade da prática gratuita de diferentes modalidades, sempre com o objetivo da prática desportiva para todos e adaptada às capacidades de cada um.

Nº de atletas inscritos em 2022: 75



Torneio de Natal Desporto Plural

Torneio da modalidade ténis de mesa e diversos jogos tradicionais, realizado em dezembro de 2022 no Pavilhão Municipal de Mozelos, promovendo a prática desportiva e o convívio entre todos os participantes.





Eixo II – Manter, Gerir, Remodelar e Construir Espaços Desportivos

Pavilhões Municipais

Ao Gabinete de Desporto cabe a gestão direta de 4 pavilhões municipais (Arrifana, Fiães, São João de Ver e Mozelos).

Estes espaços desportivos são utilizados por cerca de quatro dezenas de entidades no desenvolvimento das suas modalidades desportivas, com uma ocupação semanal plena em alguns períodos do dia (em especial ao final da tarde e noite).

Em paralelo, pela Divisão de Desporto é feito o acompanhamento dos protocolos existentes em relação aos Pavilhões Municipais de Lourosa e Gião/Lobão.

Além de treinos e jogos, nos pavilhões municipais são ainda acolhidos diversos eventos.

Em 2022, além do acompanhamento nestes espaços da 'Medida 5 – cedência de espaços desportivos' do PAD, foi sendo dada resposta às necessidades constantes de reparação e manutenção, bem como dados os primeiros passos na implementação de um programa DAE.

Pista Municipal de Atletismo de Lourosa

A Pista Municipal de Atletismo de Lourosa oferece importantes condições de treino e competição.

Este espaço desportivo, muito procurado por clubes, atletas federados, e população em geral, tem gestão local da Junta de Freguesia de Lourosa, através de protocolo, em estreita colaboração com a Divisão de Desporto da Câmara Municipal.

Funciona como relevante suporte para a Associação de Atletismo de Aveiro na realização de diversos torneios.

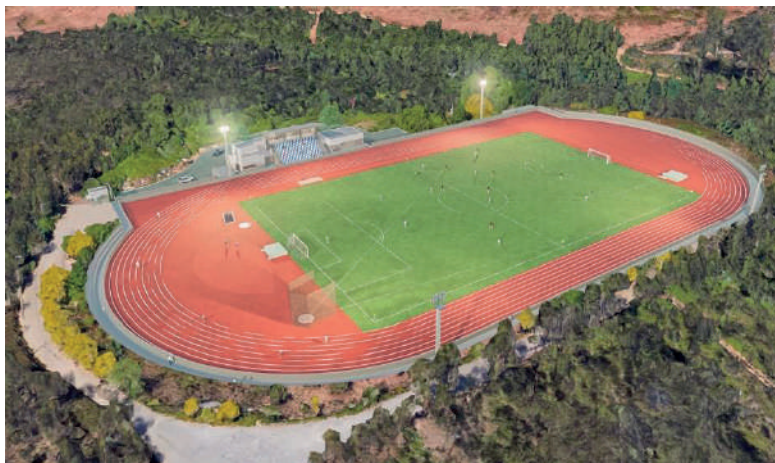
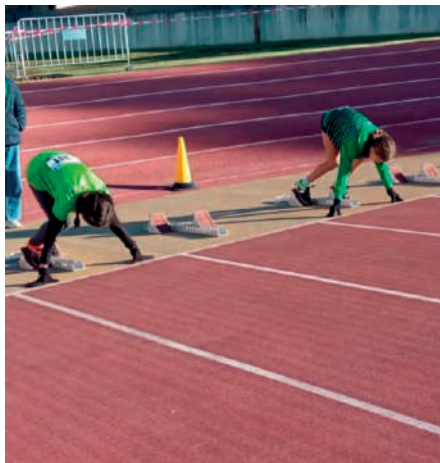
Em 2022 realizaram-se neste equipamento desportivo as seguintes provas:

Data	Prova
22 janeiro	Torneio de Iniciados
23 janeiro	Torneio de Benjamins e Infantis
19 fevereiro	Torneio Saúl Fernandes – Triatlo Técnico Distrital
05 março	Torneio Tiago Sá
30 abril	Torneio Cidade de Lourosa



Pista Municipal de Atletismo de Sanfins

Tendente à construção do Complexo Desportivo de Sanfins, foram realizadas inúmeras reuniões prévias ao envio da documentação / projeto ao IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude, para parecer definitivo por parte desta entidade.



Outros Equipamentos Desportivos

Pavilhão da Casa do Povo – Fiães: em empreitada.

Pavilhão de Lobão/Gião: projeto em preparação, para concurso.

Piscina Municipal de Canedo, em construção.

Programa municipal de requalificação de polidesportivos em espaço público

Este programa teve o seu início em 2020. No ano de 2022 foram totalmente requalificados 4 polidesportivos.

Além destas, no final do ano mais 2 instalações desportivas encontravam-se em obras, 8 em concurso público e 4 em fase de elaboração do procedimento de empreitada para abertura de concurso.

Todos os polidesportivos existentes no Município foram inseridos numa escala de requalificação dividida em 3 fases de intervenção, com critérios de priorização.



Polidesportivos requalificados em 2022:

Freguesia	Designação
Caldas S. Jorge	Polidesportivo de Arcozelo
Louredo	Polidesportivo Rua de Souto, Lugar S. Vicente
Lourosa	Campo de Ténis Feira dos 10
Lourosa	Polidesportivo Feira dos 10
Milheirós Poiares	Polidesportivo do Parque de Lazer

Polidesportivos em obras:

Freguesia	Designação
Fornos	Polidesportivo Empreendimento Jovem Encosta do Castelo
Mosteirô	Polidesportivo do Recanto

Polidesportivos em concurso público:

Freguesia	Designação
Fiães	Polidesportivo do Ferradal
Lobão	Polidesportivo do Candal
Lourosa	Campo Futebol de Rua do Parque da Cidade
Mozelos	Polidesportivo Bairro N. Sra. Fátima
Romariz	Polidesportivo da Travessa da Escola
Rio Meão	Campo de Futebol de 7
S. M. Feira	Polidesportivo de Santo André
S. M. Feira	Polidesportivo Travessa S. Paulo da Cruz

Polidesportivos em fase de elaboração de empreitada:

Freguesia	Designação
Escapães	Polidesportivo Parque N ^a Senhora das Necessidades
Guisande	Polidesportivo de Guisande
N. da Regedoura	Polidesportivo Rua José Delfim
Sanguedo	Polidesportivo da Boa Nova





Programa municipal de requalificação de parques infantis em espaço público

Durante o ano de 2022, dando continuidade ao plano de requalificação dos parques infantis em espaço público que teve o seu início no ano de 2020, com o objetivo de garantir que estes espaços cumpram com a legislação e normas europeias em vigor, proporcionando as melhores condições para os seus utilizadores, foram requalificados diversos espaços de jogo e recreio (na sua tipologia Parques Infantis), conforme a seguinte tabela resumo:

Dados gerais - Parques Infantis em espaço público	
Nº total de parques infantis em espaço público	48
Nº de parques infantis requalificados no ano de 2022 (2 dos quais apenas ao nível dos equipamentos)	10
Nº parque infantis desmantelados e/ou com indicação para desmantelar em 2022	0
Parques infantis a requalificar em 2023 (2 dos quais apenas ao nível do piso amortecedor)	4
Novos parques infantis a instalar em 2023	5

No total, no ano 2022 foram requalificados 10 parques infantis, num investimento aproximado de 164 mil euros + iva.

Simultaneamente foram realizados os trabalhos de:

- Articulação com as juntas de freguesia das intervenções realizadas e a realizar nos espaços de jogo e recreio;
- Atualização dos livros de manutenção dos parques infantis de propriedade do município;
- Inspeções / plano de manutenções periódicas e corretivas a todos os parques infantis em espaço público de gestão municipal;





Programa municipal de requalificação de Equipamentos de Fitness Outdoor

Durante o ano de 2021 foi identificada a necessidade de requalificação dos Equipamentos de Fitness Outdoor em espaços públicos.

Foi primeiramente iniciado o levantamento dos equipamentos existentes no concelho e do seu estado geral de conservação, com o objetivo de durante o ano de 2022 se encetar uma substituição gradual dos equipamentos identificados.

Durante o ano de 2022 foram lançados os procedimentos para a instalação de 49 equipamentos de fitness novos em diversas freguesias e 1 equipamento de Street Workout no parque de Lazer da Azenha - Arrifana, num investimento aproximado de 50.000 euros + iva.



Eixo III – Apoio ao Associativismo Desportivo

Programa de Apoio ao Desporto – PAD

Medida 1 - Apoio à inscrição de praticantes ou às arbitragens

Como forma de promover o aumento dos escalões de formação bem como a ampliação da oferta desportiva celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para comparticipar nos encargos com a filiação de praticantes desportivos através do pagamento das despesas efetuadas com inscrições, cartões, transferências, filiação do clube e seguro desportivo de todos os atletas masculinos dos escalões de formação e de todos os escalões femininos, bem como todas as despesas inerentes à inscrição e participação em torneios/campeonatos dos atletas com deficiência. No caso da modalidade de basquetebol os encargos com as arbitragens, até ao escalão sénior, quando não aplicável o apoio às inscrições.

Candidaturas contempladas	41
---------------------------	----



Medida 2 - Apoio a programas, projetos, atividades regulares e pontuais

A medida enquadra promover o desenvolvimento de projetos ou atividades na área do desporto, designadamente: o fomento da prática desportiva nas vertentes de recreação e de rendimento, à formação de jovens atletas, ao incremento da oferta da diversidade de modalidades desportivas, bem como ao incentivo da dinâmica do movimento associativo no município na área do desporto.

Apresentaram candidaturas, às atividades regulares, 14 entidades desportivas, com as seguintes modalidades: Ciclismo, Hóquei em Patins, Voleibol, Andebol, Basquetebol, Ténis, Hóquei em campo, Ténis de mesa, Ginástica, Natação e Basebol.

Na vertente de apoio no âmbito das atividades pontuais foram contempladas 21 associações com um apoio financeiro destinado à realização das seguintes atividades/ eventos desportivos:

Torneio de Natal de Minibasquetebol
30ª Volta às Terras Santa Maria -Troféu Fernando Mendes
Corrida de Carrinhos de Rolamentos
Torneio Sérgio Oliveira
16ª Edição Passeio Roadbook Terras de Santa Maria
Broinhas Argoncilhe Cup 22'
O Atletismo e Escola Correm Juntos
Torneio de Verão
Torneio CITIAUTO
Gym Park FestT
Seminário de Coaching, Alto Rendimento & Saúde Mental no Desporto
Torneio Internacional da Pascoa
Voleibol Bolar à Fiães
Feira Handball Cup
Torneio Internacional Rodrigo Nunes
Kids Athletics
1.º Torneio Feira TT
Torneio - Liga das Estrelas
Torneio Inter Escolas de Fiães
3Squash 2022
Ladies Futsalmania
Torneio o Joãozinho
Torneio Cidade de Lourosa
X Torneio Forte Paixão
Torneio Cidade de Lourosa

Medida 3 - Apoio à participação desportiva dos cidadãos com deficiência ou incapacidade

Como forma de promover as atividades regulares e com o objetivo de possibilitar e facilitar o acesso à prática desportiva por parte dos cidadãos com deficiência ou incapacidade, celebraram-se contratos



programa de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas que realizaram ao longo de 2022 atividades regulares para pessoas com deficiência.

Candidaturas contempladas	4
---------------------------	---

Medida 5 - Cedência de espaços desportivos

Através desta medida visa-se a promoção da prática desportiva disponibilizando períodos de utilização das instalações desportivas municipais, escolares, associativas e particulares às entidades desportivas.

A autarquia, através da realização de contratos-programa e/ou contratos de cooperação com as entidades gestoras das instalações desportivas, cria uma bolsa de horários de utilização das instalações e disponibiliza-os às entidades interessadas para a prossecução das atividades físicas e desportivas.

Disponibilizaram-se 272 horas semanais de utilização gratuita a 17 entidades desportivas.

Candidaturas contempladas	17
---------------------------	----

Medida 6 — Apoio a equipamentos desportivos / a) Aquisição de materiais não individuais, designadamente: balizas, redes, blocos de partida, ou similares

O apoio tem a natureza financeira e destinou-se a participar despesas relacionadas com a aquisição de materiais não individuais para as modalidades de atletismo, voleibol, hóquei em patins, hóquei em campo, basquetebol, andebol, ginástica, ténis de mesa, ténis, boccia, ciclismo e patinagem artística. Como forma de promover melhores condições de atividade física e desportiva, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas que adquiriram esses equipamentos.

Candidaturas contempladas	17
---------------------------	----

Medida 6 - Apoio a equipamentos desportivos / b) Manutenção de campos de jogos de relva natural
Este apoio tem natureza financeira e destinou-se a participar os encargos com a manutenção se campos de jogos de relva natural. Como forma de promover e a dinamizar a prática da atividade física e desportiva, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas que possuem campos de jogo em relva natural.

Candidaturas contempladas	8
---------------------------	---

Medida 6 — Apoio a equipamentos desportivos / c) Manutenção de campos de jogos de relva sintética destinados à prática de futebol de 11



Este apoio tem natureza financeira e destinou-se a compartilhar os encargos com a manutenção se campos de jogos de relva sintética. Como forma de promover e a dinamizar a prática da atividade física e desportiva, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas que possuem campos de jogo em relva natural.

Candidaturas contempladas	14
---------------------------	----

Medida 6 — Apoio a equipamentos desportivos / d) Manutenção de pavilhões gimnodesportivos
Este apoio tem natureza financeira e destinou-se a compartilhar os encargos com a manutenção de pavilhões gimnodesportivos. Como forma de promover e a dinamizar a prática da atividade física e desportiva, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas ou as juntas de freguesia proprietárias deste tipo de instalação desportiva ou que possuem um contrato de arrendamento e que sejam responsáveis pela sua gestão.

Candidaturas contempladas	4
---------------------------	---

Medida 7 - Apoio à construção, modernização e reabilitação de instalações desportivas b)
Construção, modernização, reabilitação/requalificação de instalações e/ou equipamentos desportivos e/ou de infraestruturas de apoio
Este apoio tem a natureza financeira e destinou-se a compartilhar nos encargos com construção, modernização, reabilitação/requalificação de instalações e/ou equipamentos, desportivos e/ou de infraestruturas de apoio. Como forma de promover melhores condições de prática desportiva, assegurar as melhores condições de segurança para os utilizadores, fomentar a eficiência energética e promover instalações mais acessíveis, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas que pretenderam realizar obras nas suas instalações desportivas.

Nº. Candidaturas aceites	22
Nº. Candidaturas por tipo de apoio aceites	42
Nº. Candidaturas por tipo de apoio/ apoio atribuído	17
Nº. Candidaturas por tipo de apoio/ a aguardar por dotação financeira	25

Medida 9 - Apoio ao apetrechamento de equipamentos de desfibrilhação automática externa e/ou de outros equipamentos médicos, fisioterapêuticos ou de socorro
Apoio em espécie ou de natureza financeira e destinou-se à atribuição de um equipamento de desfibrilhação automática externa com a respetiva bolsa, sinalética, formação certificada e certidão inicial de PNDAE para as associações que ainda não possuíam este tipo de equipamento ou à atribuição de apoio financeiro às associações que já tinham adquirido este equipamento.



Como forma de promover melhores condições segurança, e assegurar as melhores condições socorro para os utilizadores, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar em espécie as entidades desportivas que efetuaram a sua candidatura a esta medida de apoio.

Candidaturas contempladas	9
---------------------------	---

Medida 10 - Apoio à participação em competições internacionais

Este apoio tem a natureza financeira e destinou-se a participar nos encargos com a participação de associações desportivas em finais absolutas de competições internacionais ou a participar nos encargos com as deslocações de atletas, residentes e filiados em associações concelhias, que estejam em representação da seleção nacional e as federações não suportem esses custos. Como forma de promover a participação das nossas associações em competições internacionais e de proporcionar melhores condições para os nossos atletas que representam as seleções nacionais, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas que efetuaram a sua candidatura a esta medida de apoio.

Candidaturas contempladas	2
---------------------------	---

Quadro Resumo dos Apoios Atribuídos, no ano 2022:

Medidas Programa de Apoio ao Desporto	Número de Candidaturas			Valor Total Atribuído
Medida 1 _ PAD	41			183.966,52 €
Medida 2 _ PAD – Regulares	15			141.569,93 €
Medida 2 _ PAD Pontuais	21			34.746,50 €
Medida 3 _ PAD	4			9.700,00 €
Medida 5 _ PAD	17	Horas semanais	Total horas	103.600,00€
		272	10880	
		Horas em equipamentos municipais	259	10360
	Horas adquiridas	13	520	5.200,00€
Medida 6 _ a) Aquisição materiais não individuais _ PAD	17			20.674,91 €
Medida 6 _ b) Manutenção de campos de jogos de relva natural _ PAD	8			154.000,00€
Medida 6 _ c) Manutenção de campos de jogos de relva sintética destinados à prática de futebol de 11 _ PAD	14			40 000,00€
Medida 6 _ d) Manutenção de pavilhões gimnodesportivos _	4			40.000,00€



PAD			
Medida 7 _ b) Construção, modernização, reabilitação/requalificação de instalações e/ou equipamentos desportivos e/ou de infraestruturas de apoio _ PAD	17 por tipo de apoio		364.897,00,94€
Medida 9 _ Apoio ao apetrechamento de equipamentos de desfibrilhação automática externa e/ou de outros equipamentos médicos, fisioterapêuticos ou de socorro _ PAD	9		12.000,00€
Medida 10 _ Apoio à participação em competições internacionais _ PAD	2		1.400,00€

Valor Total Atribuído:	1.111.754,86 €
------------------------	----------------

Eixo IV – Apoio à Organização de Atividades Desportivas

Um ano mais, a autarquia, através da sua Divisão de Desporto, colaborou com diversas organizações e eventos de cariz desportivo ao longo do ano.

Apresenta-se de seguida um resumo dessas ações:

Evento	Entidade	Data
Campeonato Regional Individual de Seniores	Associação de Ténis de Mesa de Aveiro	16 de janeiro
Campeonatos Regionais de Equipas em todas as classes jovens	Associação de Ténis de Mesa de Aveiro	29 e 30 de janeiro
Fase de Qualificação Zona Norte para a fase final do campeonato nacional de jovens	Federação Portuguesa de Ténis de Mesa	12 e 13 de fevereiro
XL Kung Fu: Gala – Sanda, Qing Da, Kung Fu	Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas	19 de fevereiro
Torneio Internacional de Basebol Rodrigo Nunes	Clube Desportivo Feirense – Basebol	26 e 27 de fevereiro
Campeonato Nacional de Boccia Senior Individual 2021/2022 Zona Porto	PCAND – Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto	02 de março
Apresentação das Equipas de Ciclismo ABTF Betão/Feirense e das equipas de formação Santa Maria da	Sport Ciclismo São João de Ver	11 de março



Feira/Segmento d'Época/Reol		
1º Torneio Mini-Hóquei Engº António Topa	Clube Académico da Feira	12 de março
Torneio Jovens D'Ouro	Clube Jovens D'Ouro	20 de março
Porto Gaia Granfondo	Academia da Bicicleta	20 de março
Jornada do Circuito de Para Ténis de Mesa – zona norte	Federação Portuguesa de Ténis de Mesa	20 de março
Apresentação da Equipa Manaia Team	Manaia Team	26 de março

Campeonatos Regionais de Wushu e Kung-Fu – Região Centro	Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas	02 e 03 de abril
Torneio Internacional da Páscoa Madalena Fernandes	Clube Académico da Feira	08, 09, 10, 14, 15, 16 de abril
Andebolmania	Associação Andebolmania e CM SJ Madeira	13 a 16 de abril
Torneio de Formação Orgulho Fianense	Fiães SC	15 e 16 de abril
X Torneio Forte Paixão	Lusitânia de Lourosa Futebol Clube	15, 16, 17, 25 de abril
Encontro Nacional 4L Clube de Portugal	4L Clube de Portugal	23 de abril
XVI Passeio de Motorizadas e Motas Antigas	Clube Rodas de Rio Meão	25 de abril
Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância – Campanha do Laço Azul	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de SMF	29 de abril
101 Jogos Aplicados – Taekwondo	Associação RP Taekwondo	30 de abril

16º Passeio Road Book – PortoFlex Por Terras de Santa Maria	Clube de Automóveis Clássicos da Feira	07 de maio
Aula + Convívio – mês dos Celíacos	Associação Portuguesa de Celíacos	15 de maio
15º Torneio de Ténis de Mesa Cidade de Lourosa	Lusitânia de Lourosa Ténis de Mesa	21 e 22 de maio
Campeonato Nacional de Culturismo	Federação Portuguesa de Culturismo e Fitness	21 e 22 de maio
II Encontro Ginástica Para Todos	Clube A4	28 de maio
ExpoMozelos	Junta de Freguesia de Mozelos	28 de maio
Torneio de Futebol Infantil	Grupo Desportivo Milheiroense	29 de maio

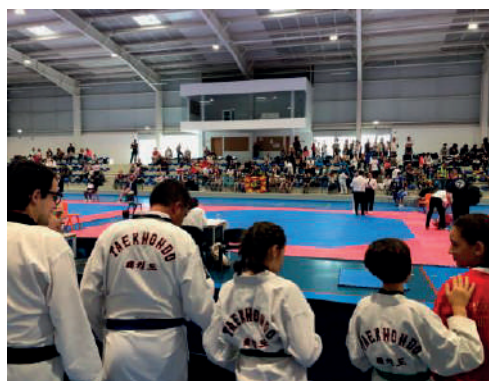
Aula Aberta de Pilates	Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas	03 de junho
Campeonato Nacional Individual Sub 12 e Sub 21	Federação	04 e 05 de



Masculino e Feminino	Portuguesa de Ténis de Mesa	junho
Final Four Taça de Aveiro – Iniciados, Juvenis e Júniores	Associação de Futebol de Aveiro	04 e 05 de junho
16º Torneio Terras de Santa Maria	Clube Desportivo Arrifanense	04 e 05 de junho
Broinhas Argoncilhe Cup 22	Associação Desportiva de Argoncilhe	10, 11, 12 de junho
X Edição do Torneio Os Joãozinhos	Sporting Clube São João de Ver	10, 11, 19 de junho
Torneio Camadas Jovem	ADC Lobão	11 e 12 de junho
Colour Run	Junta de Freguesia de Argoncilhe	12 de junho
Cinco Estrelas Team Mini Camp	GRIB	16, 17, 18, 19 de junho
XVI Torneio Internacional de Verão – Fiães SC	Fiães SC	17, 18, 19 de junho
Open de Portugal de Taekwondo	Associação RP Taekwondo Sport Clube	18 de junho
Open de Canedo – Taekwondo	Clube Fúrio de Canedo	18 e 19 de junho
3ª Descida Mais Louca da Malápia	Malapeiros Rolantes	25 de junho
IV Gala do Clube A4	Clube A4	25 de junho
AMB Volleyball Cup	Academia Maia Brenha	07 a 12 de julho
Prova de Perícia Automóvel – Souto	Clube Desportivo Soutense	16 de julho
Evento de Zumba	Lusitânia de Lourosa	16 de julho
Torneio de Malha	Manhõe FC	16 de julho
Mini Olimpíadas	CCR Orfeão da Feira	23 e 24 de julho
2º Classic Sprint Nogueira da Regedoura	JF Nogueira da Regedoura	18 de setembro
Torneio AJM / Citiauto	AJM	24 e 25 de setembro
Volta às Terras de Santa Maria	Sporting Ciclismo São João de Ver	25 de setembro
Circuito Nacional de Para Ténis de Mesa	Federação Portuguesa de Ténis de Mesa	23 de outubro



Campeonatos Regionais Norte FPAMC	Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas	29 e 30 de outubro
Final da Supertaça Nacional – masculinos e femininos	Federação Portuguesa de Ténis de Mesa	01 de novembro
Expo Ave	Clube Ornitológico de Rio Meão	18 a 20 de novembro
Corta Mato Escolar	Agrupamentos de Escolas Canedo Lourosa Milheirós Fiães	25 de novembro 28 de novembro 30 de novembro 09 de dezembro
Espectáculo de Patinagem Artística de Lourosa	Pavilhão Municipal de Lourosa	03 de dezembro
42º Grande Prémio Fórmula Roll	Juventude de Sanguedo	08 de dezembro
Sarau Solidário Clube A4	Clube A4	18 de dezembro





Outros Eixos de Intervenção:

Percursos Pedestres – Santa Maria da Feira

Num território como Santa Maria da Feira, com cerca de 216km², a oferta natural é muita e diversificada e, por isso, a Câmara Municipal disponibiliza distintos percursos pedestres que a população pode experienciar.

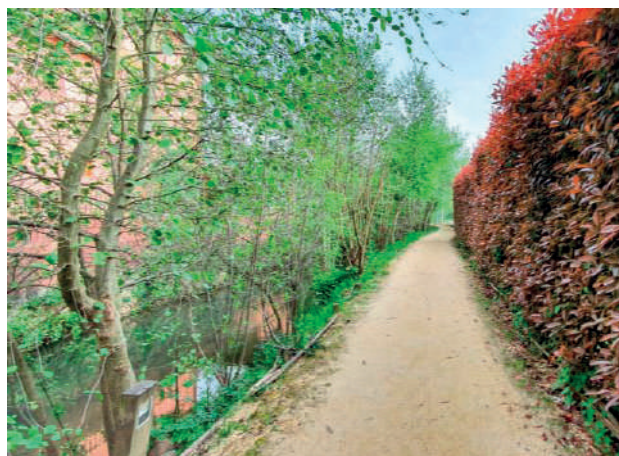
Projeto que arrancou durante a pandemia pela Câmara Municipal com o apoio das Juntas de Freguesia e associações locais, apresenta neste momento o levantamento de 15 trilhos de pequena rota, com extensão de entre 2 a 20 km, ao longo de diferentes locais.

Existe atualmente um trilho sinalizado e homologado, o PR1 SMF – Rio Uíma.

Desse Percurso foi realizado um desdobrável informativo, para fins promocionais.

Santa Maria da Feira dispõe assim de uma rede de 160 km de trilhos que permitem descobrir vários locais de interesse paisagístico e monumental do concelho.

Os trilhos são percorridos em caminhos públicos, terra batida, estradas, margens de rios, caminhos florestais que promovem a interligação entre as freguesias e os pontos de interesse das localidades.



Eixo Atlântico

Enquanto membro do grupo de trabalho do desporto do Eixo Atlântico, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira participou em várias atividades / eventos desta organização transfronteiriça, de entre os quais se destacam as seguintes:

- Torneio de Taekwondo do Eixo Atlântico, realizado em Vila Nova de Gaia, com uma delegação de 23 elementos;
- XIV Jogos do Eixo Atlântico, realizados na Maia, com uma delegação de 115 elementos, que participaram nas modalidades de andebol, atletismo, basquetebol masculino, futebol masculino, natação adaptada, natação e voleibol feminino;



- Participação no 6º Seminário de intercâmbio e experiências no âmbito do desporto, realizado em Bragança, com a apresentação por parte da Divisão do Desporto do projeto municipal Desporto Plural.



Votos de congratulação desportiva

Ao longo do ano de 2022 foram recolhidos semanalmente e assinalados nas reuniões ordinárias de câmara os principais méritos desportivos alcançados por atletas e clubes do Município, culminando posteriormente com o envio de um ofício de congratulação desportiva a cada um dos 268 congratulados durante o ano civil de 2022.

Carta Desportiva

A Carta Desportiva Municipal de Santa Maria da Feira, indo de encontro ao predisposto na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, tem como objetivos não só o levantamento de todas as instalações desportivas existentes no concelho, mas também avaliar as condições infraestruturais das mesmas, servindo como uma ferramenta fulcral no diagnóstico dos espaços de que o Município de Santa Maria da Feira dispõe.

A Carta Desportiva Municipal pretende também analisar o movimento associativo desportivo feirense, permitindo à autarquia diagnosticar esta vertente da prática desportiva e compreender as lacunas na oferta desportiva existente.

A elaboração deste documento permitirá ainda realizar uma análise detalhada do fenómeno desportivo local, através da identificação e caracterização do parque desportivo concelhio, contribuindo assim para uma melhor fundamentação das políticas desportivas Municipais futuras.

Dado o desafio hercúleo que a implementação deste projeto apresenta, é de extrema importância a colaboração das juntas de freguesias e dos clubes do concelho de Santa Maria da Feira, através da partilha de informação para a Carta Desportiva Municipal.



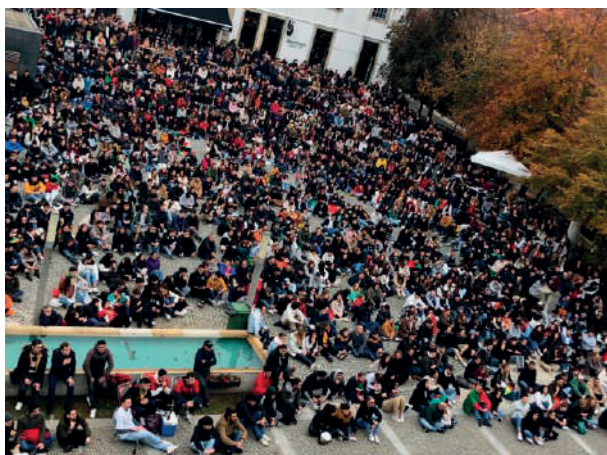
Neste sentido, em 2022 foi retomado o trabalho iniciado no final do anterior mandato, com contactos constantes com todos os agentes que possam ter informação relevante para alimentar este documento.

Praça Mundial

No ano em referência realizou-se o Campeonato do Mundo de Futebol FIFA Qatar 2022.

Todos os jogos do Campeonato foram transmitidos em ecrã de última geração, na Praça Gaspar Moreira, junto à Câmara Municipal.

Foi enorme a adesão do público, em especial aos jogos da Seleção Nacional.



**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS**



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Município de Santa Maria da Feira** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 388 069 935 euros e um total de património líquido de 362 418 441 euros, incluindo um resultado líquido de 14 574 906 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Município de Santa Maria da Feira** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme divulgado no Relatório e Contas, as concessionárias Indaqua Feira, E-redes e P. Parques não forneceram atempadamente informação adequada e suficiente sobre os ativos incluídos nas respetivas concessões, o que impossibilitou a Entidade de proceder aos registos contabilísticos necessários para dar integral cumprimento à NCP 4 – Acordos de concessão: concedente. De forma a suprir parte das limitações descritas, a Entidade solicitou a peritos externos um trabalho destinado ao levantamento dos ativos incluídos na concessão da Indaqua Feira, que se afigura como a mais significativa, para posterior quantificação dos impactos contabilísticos nas suas demonstrações financeiras. Assim, não nos é possível apurar os eventuais ajustamentos decorrentes da situação exposta para as demonstrações financeiras da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no ativo (rubrica de ativos fixos tangíveis), no passivo (rubrica de diferimentos) e no património líquido (resultado líquido do período e resultados transitados).
2. Apesar dos esforços desenvolvidos e dos ajustamentos de transição registados no exercício, consideramos ainda não ter sido possível garantir a plenitude e mensuração dos ativos incluídos na rubrica de Ativos fixos tangíveis, designadamente quanto aos bens imóveis de domínio público e de domínio privado, tendo em vista o integral cumprimento do disposto no normativo contabilístico (NCP 5, em particular). Ainda que esteja prevista a realização de um



trabalho por peritos externos, destinado a suprir parte das limitações descritas, à presente data consideramos não serem passíveis de quantificação os eventuais ajustamentos necessários no ativo (rubrica de Ativos fixos tangíveis) e no património líquido (resultado líquido do período, resultados transitados e outras variações no património líquido) da Entidade.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade, que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 141 699 927 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 81 935 006 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais, exceto quanto ao facto de não ter sido ainda cumprido de forma integral o previsto na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, em particular o seu parágrafo 34.

Braga, 18 de abril de 2023

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM nº 20160219)



RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

EXERCÍCIO DE 2022

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º, nº.2, da Lei nº. 73/2013, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas do Município de Santa Maria da Feira** (o Município) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o que vimos fazer nos termos seguintes:

1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:

- a) as contas sobre as quais nos pronunciamos são as contas individuais do Município;
- b) à semelhança dos exercícios anteriores, o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração dos intervenientes e responsáveis das diferentes áreas/processos do Município, quer ao nível da disponibilização dos elementos solicitados, quer quanto ao esclarecimento das questões que entendemos pertinentes.

2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artº.s 76º. e 77º. da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, procedemos,

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Município;
- c) à análise das demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas do Município, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados;
- d) à análise das demonstrações orçamentais, tendo em conta as obrigações legais/regulamentares aplicáveis.

3. Os procedimentos seguidos permitem-nos concluir que, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias incluídas como reservas na Certificação Legal das Contas por nós emitida nesta data:

- a) a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade e a situação patrimonial e financeira do Município no exercício em causa;
- b) os mapas de controlo orçamental da receita e da despesa refletem o desempenho orçamental do Município;



- c) não detetamos factos que entendamos dever comunicar nos termos da alínea b) do n.º2 do art.º 77º. da Lei 73/2013;
- d) o Município cumpriu o estipulado no art.º 17.º da Lei 53/2014, quanto à contribuição para o capital do FAM (Fundo de Apoio Municipal);
- e) o Município deverá continuar com a política de melhoria contínua dos procedimentos de controlo interno já seguida em exercícios anteriores, procurando também desenvolver e aprimorar procedimentos de conferência e conciliação entre o reconhecimento contabilístico-financeiro, orçamental e patrimonial (e correspondentes divulgações), no âmbito do novo normativo contabilístico – aspetos que nos propomos continuar a acompanhar no desenvolvimento corrente dos trabalhos de auditoria.

4. Face ao descrito nos pontos anteriores, somos de parecer que:

- a) O desempenho orçamental evidenciado nos mapas/demonstrações orçamentais apresentadas pelo Município merecem globalmente uma apreciação positiva;
- b) As Contas anuais do Município e o respetivo Relatório de Gestão, que devem ser vistos à luz dos esclarecimentos que esses mesmos documentos integram, bem como da Certificação Legal das Contas e das notas anteriores, merecem também uma apreciação positiva.

Devemos, por último, salientar e agradecer o espírito de colaboração demonstrado pelo órgão executivo e por todos os responsáveis e colaboradores aos diversos níveis.

Braga, 18 de abril de 2023

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM 20160219)

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO

ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO PROJETO ESTRATÉGICO • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

